

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO**

RAFAELLY DO NASCIMENTO

**LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO
BRASIL E AS ABORDAGENS DOS TEMAS RELATIVOS ÀS MULHERES NOS
DEBATES ELEITORAIS DA BAND, EM 2010, 2014 E 2018**

PONTA GROSSA

2020

RAFAELLY DO NASCIMENTO

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO BRASIL E AS ABORDAGENS DOS TEMAS RELATIVOS ÀS MULHERES NOS DEBATES ELEITORAIS DA BAND, EM 2010, 2014 E 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas.
Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas
Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.
Orientadora: Prof.^a Dra. Reidy Rolim de Moura

PONTA GROSSA

2020

N244 Nascimento, Rafaelly do
Lugar de Mulher é na Política: os candidatos à Presidência do Brasil e as abordagens dos temas relativos às mulheres nos Debates Eleitorais da Band, em 2010, 2014 e 2018 / Rafaelly do Nascimento. Ponta Grossa, 2020. 233 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Reidy Rolim de Moura.

1. Mulheres. 2. Debates presidenciais. 3. Discurso político. 4. Ethos. I. Moura, Reidy Rolim de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 320.5

TERMO DE APROVAÇÃO


RAFAELLY DO NASCIMENTO

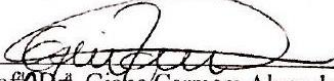
Lugar de mulher é na política: os candidatos à presidência do Brasil e as abordagens dos temas relativos às mulheres nos debates eleitorais da Band em 2010, 2014 e 2018.

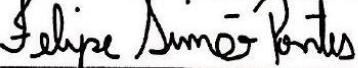
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 09 de junho de 2020.

Assinatura pelos Membros da Banca:


Prof.^a Dr.^a Reidy Rólim de Moura - UEPG - PR - Presidente


Prof.^a Dr.^a Gláucia Carmem Alves de Carvalho - IFSC - SC


Prof. Dr. Felipe Simão Pontes - UEPG - PR

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Bittencourt - UFMT - MT - Suplente

Prof.^a Dr.^a Édina Schimanski - UEPG - PR - Suplente

*Dedico à Sueli, à Luna e ao
Junior, sem os quais seria
impossível manter a lucidez
nestes tempos difíceis.*

Mulheres de 18 a 118 anos,
Quando for o momento de votar,
Façam isso de acordo com seus próprios
interesses.

É o que os homens têm feito há anos,
E por isso o mundo se parece tanto com eles.

Não se esqueçam: somos o maior grupo
votante neste país.

Vamos fazer com que ele se pareça mais com
a gente.

(Michelle Williams)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram essenciais para a conclusão desta pesquisa. Devo dizer que sou profundamente grata pela colaboração de todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento da dissertação. Em especial, agradeço à minha mãe pelo apoio, que fez tudo isso se tornar possível; e a Deus, que me permitiu concluir mais esta etapa.

Destaco, ainda, a atenção que recebi da minha orientadora Reidy Rolim de Moura, a qual sempre ofereceu apoio e acreditou que a pesquisa seria finalizada. Assim, agradeço também aos integrantes da banca de Qualificação e Defesa: Giane Carmem Alves de Carvalho e Felipe Simão Pontes, que contribuíram enormemente com a construção da dissertação, a partir dos seus feedbacks. E também aos suplentes da banca, Silvana Maria Bitencourt e Edina Schimanski, que aceitaram avaliar o meu trabalho. Obrigada a todos!

Além disso, enfatizo o papel que tiveram todos os docentes dos programas de Ciências Sociais Aplicadas e Jornalismo da UEPG em minha formação. No caso de Jornalismo, agradeço em especial aos professores responsáveis pela disciplina Seminário Metodológico: Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero, da qual participei em 2018.

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas Keren Bomfim e Hellen Gerhards, pelas dicas, correções e, principalmente, pelo apoio dado para a elaboração do texto. E estendo esse agradecimento aos demais amigos e colegas conquistados durante toda a trajetória acadêmica — e por que não fora dela?

Também agradeço à Capes e aos Governos que priorizaram a Educação e não trataram a ciência como despesa.

Por fim, quero agradecer a todas as guerreiras que ousaram ocupar a política, seja por meio de cargos eletivos ou não; através de movimentos feministas; ou qualquer outra manifestação de mulheres reivindicando igualdade de gênero. São vocês que me permitiram, hoje, o direito de escrever estas palavras.

Expresso minha mais sincera gratidão a todos e todas!

RESUMO

No Brasil, o fato das mulheres serem a maioria do eleitorado não significa que elas tenham representatividade efetiva na política. Pouco mais de 30% dos candidatos são mulheres, muito em razão da “cota de gênero”. Porém, nem metade delas são eleitas. Além disso, os movimentos sociais de mulheres enfrentam dificuldade em dialogar com o Estado, barreira imposta, sobretudo, a partir de 2016, com *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Nesse cenário, a mídia aparece como produtora de conteúdo que pode influenciar a visão que a população tem das pautas relativas às mulheres. Assim, o estudo trabalha com os Debates Presidenciais da Rede Bandeirantes de televisão, para analisar a abordagem às pautas femininas nas disputas eleitorais do período de 2010 a 2018. A partir da Análise de Conteúdo, foram identificados a frequência com que aparecem em relação aos temas gerais e específicos, relacionados às mulheres; a dimensão temporal das propostas; se os temas eram livres ou definidos; de quem partiu a iniciativa de pautar assuntos referentes às mulheres; e o uso da linguagem de ataque (VEIGA; SOUZA; SANTOS, 2007). Posteriormente, quando foram transcritas as falas que traziam temas sobre as mulheres, iniciou-se uma discussão teórica e contextualizada dos assuntos encontrados. São eles: Aborto; Violência Contra a Mulher; Igualdade Salarial; Representação da Mulher; Saúde da Mulher; Mulher na Política; Políticas em Prol das Mulheres; Estupro; Reforma Trabalhista; Machismo; e “Ideologia de Gênero”. Junto à discussão, há a classificação do *ethos* e *antiethos* desses discursos políticos. Parte-se da compreensão de que *ethos* representa a construção da imagem do orador no momento da fala, baseado na sua autoimagem e naquilo que imagina ser a expectativa do cidadão, conforme Charaudeau (2008). O autor classifica as imagens em: Sêrio; Virtude; Competência; Potência; Caráter; Inteligência; Humanidade; Chefe; e Solidariedade. Já o *antiethos* se refere à desconstrução da imagem do adversário como estratégia política. Identifica-se, assim, que há dois temas principais que perpassam por todos os assuntos referentes às mulheres: a religião, que por um viés cristão de estrutura patriarcal aparece na maioria das argumentações; e a separação entre esferas públicas e domésticas, que condiciona a mulher à “mística feminina” e a afasta de outros espaços da política (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971). Além disso, na maioria das vezes os temas relativos às mulheres são tratados superficialmente ou servem como ataque ao adversário, sem haver propostas concretas de políticas voltadas para esse grupo. Assim, conclui-se que, além da necessidade das mulheres participarem da política, é essencial que elas realizem políticas em prol de suas iguais.

Palavras-chave: Mulheres; Debates Presidenciais; Discurso Político; *Ethos*.

ABSTRACT

In Brazil, a majority in the proportionality of female voters does not translate into a significant female political representation. Just over 30% of the candidates are women, largely because of the “gender quota”. However, not half of the female candidates are elected. In addition, women's social movements face difficulties in dialoguing with the State, a barrier imposed especially since 2016, with the impeachment of Dilma Rousseff (PT). In this scenario, the media appears as a producer of content that can influence the view that the population will have of the guidelines related to women. Thus, the study works with the Presidential Debates of the TV broadcaster Bandeirantes, to analyze the approach given to the themes that involved the female agendas in the disputes from 2010 to 2018. From the Content Analysis, frequencies were identified, among them, in relation to the general themes and specific, related to women; temporal dimension of the proposals; whether the themes were free or defined; who took the initiative to discuss issues related to women; and the use of attack language (VEIGA; SOUZA; SANTOS, 2007). Later, when the speeches that brought themes about women were transcribed, the theoretical and contextualized discussion of the subjects found began: Abortion; Violence Against Women; Equal Pay; Representation of Women; Women's Health; Women in Politics; Policies for Women; Rape; Labor Reform; Chauvinism; and “Gender ideology”. Along with the discussion, there is the classification of the ethos and antiethos of these political discourses. Starting from the understanding that ethos represents the construction of the image of the speaker at the moment of speech, based on his self-image and on what he imagines to be the citizen's expectation, according to Charaudeau (2008). The author classifies the images in: Seriously; Virtue; Competence; Power; Character; Intelligence; Humanity; Boss; and Solidarity. Antiethos refers to the deconstruction of the adversary's image as a political strategy. Identifying thus, that there are two main themes that pervade all issues related to women, the religion that by a Christian bias of patriarchal structure appears in most arguments; and the separation between public and domestic spheres that condition the “female mystique” to women, moving away, among other spaces, from politics (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971). In addition, most of the time, issues related to women were treated superficially or served as an attack on the adversary, with no concrete policy proposals aimed at this group. Thus, it is concluded that in addition to the need for women to participate in politics, it is essential that they carry out policies on behalf of your equals.

Key words: Women; Presidential Debates; Political speech; *Ethos*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regras dos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)	66
Quadro 2 – Categoria tema no Livro de Códigos da Pesquisa.....	78
Quadro 3 – Classificação da categoria tema em “Livre” ou “Definido”	78
Quadro 4 – Tipos de oradores nos Debates Presidenciais	79
Quadro 5 – Ocupação do candidato nos Debates Presidenciais.....	79
Quadro 6 – Classificação de formatos nos Debates Eleitorais	80
Quadro 7 – Linguagem utilizada pelos oradores nos Debates Eleitorais	81
Quadro 8 – Classificação da dimensão temporal nos Debates Eleitorais	82
Quadro 9 – Classificação do <i>ethos</i> político segundo Charaudeau (2008)	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocupação dos candidatos nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)	97
Gráfico 2 – Temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)	103
Gráfico 3 – Dimensão temporal dos temas sobre mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018).....	105
Gráfico 4 – Nuvem de Palavras sobre as mulheres nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência geral de segmentos nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018	91
Tabela 2 – Divisão de segmentos com temas, por candidatos, nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018	93
Tabela 3 – Temas dos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)	99
Tabela 4 – Temas Livres e Definidos sobre as mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018).....	106
Tabela 5 – Frequência de aparição dos partidos nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018).....	108
Tabela 6 – Temas relativos às mulheres, por partido, nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018).....	109
Tabela 7 – Candidatos que trouxeram temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)	112
Tabela 8 – Linguagem dos candidatos nos temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)	116
Tabela 9 – <i>Ethos e antiethos</i> dos presidencialáveis nas falas relativas às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018).....	198

LISTA DE SIGLAS

AC	Acre
ANIS	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BEMFAM	Bem-Estar Familiar no Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLADEM	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CP	Código Penal
DAS	Delegacias Antissequestro
DEM	Democratas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e +
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PATRIOTA	Patriota
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHPN	Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido Municipalista Brasileiro

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná ou Partido da República
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
RJ	Rio de Janeiro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SDD	Solidariedade
SP	São Paulo
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SUS	Sistema Único de Saúde
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSAL	União das Repúblicas Socialistas da América Latina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	25
1.1 Trajetória dos movimentos sociais de mulheres	25
1.2 Distinção entre sexo biológico e relações de gênero	30
1.3 Como atua a estrutura do sistema patriarcal.....	35
1.4 Espaço Social da Mulher: do âmbito doméstico ao público	40
1.5 Mulheres na política brasileira	46
CAPÍTULO 2 – MÍDIA E POLÍTICA: O PAPEL DOS DEBATES PRESIDENCIAIS NAS ELEIÇÕES	53
2.1 Pressupostos teóricos sobre a política na mídia televisiva	53
2.2 A relevância dos Debates Eleitorais	58
2.3 Estrutura dos Debates Presidenciais da Band, em 2010, 2014 e 2018	64
2.4 Breve histórico dos Debates Presidenciais da Bandeirantes	68
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	75
3.1 Análise de Conteúdo	77
3.1.1 Análise Qualitativa das falas	82
CAPÍTULO 4 – O RETRADO DAS PAUTAS FEMININAS NA POLÍTICA: O QUE DISSERAM OS PRESIDENCIÁVEIS SOBRE AS MULHERES NOS DEBATES ELEITORAIS	90
4.1 Resultados Quantitativos Gerais	90
4.1.2 Temas encontrados nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)	98
4.2 Análise qualitativa das falas referentes às mulheres.....	117
4.2.1 Discurso Político	120
4.2.2 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2010.....	122
4.2.3 Os discursos sobre as mulheres no Segundo Turno de 2010.....	133
4.2.4 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2014.....	152
4.2.5 Os discursos sobre as mulheres no Segundo Turno de 2014.....	162

4.2.6 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2018.....	171
4.2.7 <i>Ethos</i> e <i>Antiethos</i> encontrados nas falas dos presidentiáveis.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS.....	209
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	223
APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS	226
ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA	230

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação dos elementos que compõem a pesquisa, é necessário que se compreenda o caminho percorrido para a construção da dissertação, conforme o lugar de fala da autora. Ao apresentar tal percurso, almeja-se trazer, gradativamente, a problematização estudada. Parte-se, então, da primeira escolha relacionada à pesquisa: a definição dos Debates Presidenciais como formato midiático a ser analisado.

O primeiro fator que guiou tal escolha foi a participação da autora, no período de 2012 a 2016, no grupo de pesquisa Jornalismo & Política: Representações e Atores Sociais, pertencente ao curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ali, desenvolveu pesquisas com outras mídias que pautavam o cenário político da época. O segundo fator de escolha foi a busca por um “gancho” relacionado à contemporaneidade. Sendo assim, constatou-se que no ano seguinte à definição do tema haveria mais uma disputa eleitoral: a de 2018.

A pesquisa já se configurava, portanto, em busca de um viés de abordagem para os Debates Presidenciais do ano de 2018. O trabalho ganhou corpo quando reuniu outras duas disputas eleitorais: a de 2014 e a de 2010. Antes de chegar neste foco, foi realizada uma pesquisa exploratória que permitiu uma aproximação maior com o formato de campanha midiática escolhido. Buscava-se encontrar elementos teóricos que ajudassem a determinar de que forma se daria a pesquisa.

Assim, reconhece-se o papel relevante que essa mídia possui a partir de suas principais características: a possibilidade do eleitor comparar as argumentações e desconstrução de argumentos em um único programa; e o fato de ser ao vivo, o que evita possíveis manipulações que poderiam existir caso ocorressem edições (VASCONCELLOS, 2011).

Além disso, conforme Vasconcellos (2011), os debates atuam como reforço de uma opção estabelecida pelos eleitores, o que faz com que estes compreendam suas opções a partir dos argumentos trazidos no discurso. Embora os debates não imponham, diretamente, ideias ao público, agem em prol de influenciar ideologias existentes a depender do contexto no qual está inserido o eleitor.

À medida que se consolidava a escolha dos Debates Presidenciais como corpus do estudo, iniciou-se a escolha de um recorte temático, uma vez que se considerava o objeto muito amplo para que pudesse ser aprofundado em apenas uma pesquisa. Então, foi realizada uma análise do contexto político mundial, mas com foco na situação nacional. Assim, percebeu-se que a realidade apresentava a efervescência de movimentos sociais, o que se refletia nos discursos políticos.

Essa percepção é guiada pelo princípio de que os atores políticos necessitam se apoiar em determinados discursos para conquistar a identificação de seus eleitores. Dentre essas estratégias, está a menção a determinados grupos. Assim, mulheres, homossexuais, negros, grupos religiosos, pessoas com deficiência e outros grupos sociais identitários sempre são pautados nos argumentos de campanha de candidatos a cargos políticos e divulgados em diferentes formatos de mídia, a exemplo dos Debates Eleitorais na televisão.

Dentre os destaques, estão as mulheres, que somam a maior parte do eleitorado brasileiro, correspondendo a 52,5% dos votos (TSE, 2018). Além disso, os coletivos feministas e suas reivindicações ganham cada vez mais espaço na esfera pública. Dessa forma, o gênero feminino vai, paulatinamente, desconstruindo a “mística feminina” que associa a mulher a uma vida doméstica — situação em que sua existência estaria restrita a ocupar o papel de esposa, mãe e responsável pela limpeza —, para que finalmente alcance a vida pública (FRIEDAN 1971; PERROT 1998).

Ainda que se reconheça os avanços em relação à participação das mulheres na política, a pesquisa não ignora que há um longo caminho até que elas consigam se igualar à participação masculina. Dados indicam que o país ainda apresenta o pior resultado da América do Sul em relação à participação feminina na Câmara de Deputados (SILVIERA, 2018).

Sendo assim, considera-se que uma das formas de romper com as barreiras que separam a mulher da esfera pública é usar estruturas midiáticas que atuam no reforço de estereótipos e que, por isso, também são capazes de desconstruir os mesmos. É nesse sentido que os papéis desempenhados pelos Debates Presidenciais são tão relevantes.

Apesar de ser um processo lento, percebe-se que a maior ascensão da mulher à vida pública, no que tange ao ambiente político brasileiro, deu-se a partir de 2010, quando o país elegeu sua primeira presidenta. Dessa forma, definiu-se tanto o recorte temático, a partir da opção de trabalhar com a representação da mulher naquele espaço, quanto o recorte temporal, ao limitar a análise aos Debates Eleitorais de 2010, 2014 e 2018 — as três últimas eleições presidenciais do país.

Definidos os recortes temático e temporal, faltava aprimorar, ainda, a delimitação do estudo. Assim, outro momento político foi determinante para a escolha metodológica. Percebeu-se que, desde 2016, há uma mudança na lógica dos discursos, principalmente em países ditos democráticos, que até então se preocupavam mais com a inclusão de minorias sociais à sociedade. A partir daquele ano, houve um revés nesta realidade, com a candidatura e posterior vitória de Donald Trump — eleito presidente dos Estados Unidos.

O discurso que auxiliou a campanha do magnata americano sempre foi contrário a grupos minoritários, em especial os imigrantes latino-americanos, e trouxe como principal proposta a construção de um muro na fronteira entre seu país e o México. Paralelamente a essa realidade internacional fortalecia-se, no Brasil, a figura do então deputado Jair Bolsonaro como provável candidato à Presidência ainda pelo PSC. Em seus discursos, o deputado acenava para um posicionamento semelhante ao de Trump em relação a minorias sociais.

Bolsonaro chegou a ser condenado¹, em 2017, por uma de suas falas polêmicas. Em 2014, disse à Deputada Federal Maria do Rosário (PT) que não a estupraria, porque ela “não merece” (BRETAS, 2017). Assim, identificou-se que, mesmo que Trump e Bolsonaro tivessem um posicionamento contrário a grupos minoritários, ainda assim conseguiram consolidar imagens que os fizeram eleitos em 2016 e 2018, respectivamente.

Em vista dessa realidade, decidiu-se que seria realizada uma Análise de Conteúdo das falas proferidas pelos candidatos nos Debates Presidenciais do

¹ Em 2017, foi condenado em primeira instância, pela Terceira Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), a pagar R\$ 10 mil de indenização e fazer publicação de retratação em jornal de grande circulação ou em suas páginas nas redes sociais por danos morais à Deputada. Porém, somente em 23 de maio de 2019 foi determinado pela Justiça o cumprimento da condenação em até 15 dias úteis. O cumprimento se deu em 13 de junho, quando Bolsonaro desculpou-se em suas redes sociais em razão da determinação judicial (FERNANDES, 2019).

período de 2010 a 2018, com ênfase nas falas que tematizavam as mulheres. Assim, também seriam identificadas as imagens de si construídas pelos candidatos ao trazerem temas relativos às mulheres em seus discursos, ou seja, seus *ethos* dentro da classificação de Charaudeau (2008).

A compreensão de *ethos* do estudo, baseado em Charaudeau (2008), mostra que ele é uma construção discursiva política que engloba caráter, corporalidade, comportamentos, declarações verbais e expectativa do cidadão. Sendo assim, trata-se da imagem que o orador político faz de si e que imagina que o público/eleitor espera dele, de tal forma que os candidatos possam, assim, construir a imagem de Sério, Virtude, Competência, Potência, Caráter, Inteligência, Humanidade, Chefe e Solidariedade. Além disso, conseguiam desconstruir, por meio do discurso, o *ethos* adversário, o que gera aquilo que o autor chamou de *antiethos*.

O fenômeno de construção do *antiethos* é facilmente observável ao se analisar as disputas presidenciais dos Estados Unidos, em 2016. Durante as eleições, Hillary Clinton, adversária de Trump, trouxe em sua campanha vídeos que buscavam desconstruir a imagem do magnata a partir do que ele dizia sobre as mulheres. O conteúdo reunia frases machistas de Trump, por exemplo, chamando mulheres de “porcas” e “gordas” (HILLARY, 2016).

Além do mais, considerou-se que muitas mulheres que ascendem à esfera pública terminam por assumir outra identidade ao se adaptarem à realidade masculina. Desse modo, mesmo que existam mulheres disputando cargos políticos, nada garante que essas serão representantes de interesses femininos, da mesma forma que nada impede que homens façam alusão ao tema. Então, o presente estudo opta por dar ênfase àquilo que todos os candidatos dizem a respeito das mulheres, nos debates. A proposta é entender a abordagem utilizada e identificar como os presidenciais constroem alguns tipos de *ethos* a partir dessa temática.

Merike Blofield (2011) identificou, em suas pesquisas, que países com baixa representatividade feminina na política podem apresentar uma agenda em prol da mulher, sendo que o contrário também ocorre. Em países como os Estados Unidos, onde há uma relativa igualdade na ocupação feminina no parlamento, essa realidade não corresponde ao número de medidas favoráveis a esta parcela da população. Dessa forma, é importante compreender o que todos os candidatos dizem, ao invés

de focar apenas nas falas das mulheres candidatas, que são minoria nos programas analisados — três delas contra 13 presidenciáveis homens.

Como trabalhar com todos os Debates Presidenciais de 2010, 2014 e 2018 seria desgastante e, provavelmente, não traria uma análise aprofundada e rica o suficiente, decidiu-se por selecionar uma única emissora dentre as que faziam as transmissões. Dessa forma, foi escolhida a Rede Bandeirantes, em decorrência de que houve um número maior de inserções de temas sobre as mulheres nas pautas dos candidatos, principalmente em 2018, o que pôde ser constatado por meio de uma pré-análise dos programas.

Identificou-se que, nos debates de 2010 e 2014, houve certo equilíbrio entre as quatro principais emissoras (Globo, SBT, Band e Record), com uma média de cinco a quatro segmentos destinados ao tema da pesquisa. Há certa exceção da Globo que, em 2014, destacou-se por trazer nove menções no Primeiro Turno. Em 2018, porém, a Band esteve à frente, ao apresentar 19 segmentos com tal assunto, enquanto as demais mantiveram a média de quatro a cinco inserções cada.

A construção desse *ethos* a partir dos discursos é especialmente importante quando se trata de Debates Presidenciais televisivos, pois há a união de uma instituição muito relevante, a mídia, junto a líderes carismáticos — no caso, os candidatos. Considera-se, assim, que a mídia tem um papel de influência sobre aquilo que a população discute em seu cotidiano, graças à abrangência e ao poder de identificação, como argumenta Woodward (2000).

Ainda que a mídia não seja definidora absoluta de posicionamentos, que são moldados conforme os vários contextos sociais aos quais os indivíduos estão expostos, é preciso reconhecer a relevância que possui, uma vez que pode tanto reforçar estereótipos padronizados socialmente — que oprimem ainda mais determinados grupos sociais — quanto transformá-los.

A partir do exposto, percebe-se que a contribuição social da pesquisa está em demonstrar como os temas relativos às mulheres são trabalhados e utilizados na construção de alguns dos *ethos* dos candidatos ao cargo mais elevado do país. Para tal finalidade, utiliza como corpus de análise aquilo que eles dizem em uma mídia televisiva hegemônica e que, posteriormente, pode influenciar a manutenção de representações negativas sobre as mulheres.

Assim, à medida que o estudo avança em compreender a realidade do discurso político brasileiro, é traçado um panorama sobre a tematização da mulher naquele espaço. Além disso, verifica-se que os candidatos se utilizam dessa temática para construir as próprias imagens ou desconstruir a imagem de seus adversários.

Após as definições do tema a ser analisado, ocorreu uma busca exploratória que visava estabelecer o estado do conhecimento da temática e compreender, também, o quanto já havia sido pesquisado no país em relação ao assunto. Assim, as primeiras fontes de busca foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, locais em que estão organizadas as produções dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Além dessas, foram utilizados o Portal de Periódicos CAPES e a Plataforma SciELO.

Na BDTD, com os termos “mulheres e mídia” no campo assunto, foram encontrados 47 resultados. Dentre esses, apenas três se aproximavam do tema “mulheres nos debates presidenciais”. Ao realizar a pesquisa com os termos “*women and media*”, com o filtro inglês, apareceram 47 resultados que não se encaixavam ao tema da dissertação. No Catálogo da CAPES, ao usar o termo “debates presidenciais”, com os filtros de 2010 a 2018, Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (Ciência Política, Comunicação e Sociologia), apareceram 793 resultados. Ao utilizar a ferramenta de busca com a palavra “mulher”, foram encontradas cinco correspondências, uma delas repetia resultado já obtido na BDTD.

No Portal de Periódicos CAPES, com os termos “mulheres e debates eleitorais presidenciais”, no período de 2010 a 2017, obteve-se 19 resultados, dos quais somente dois iam ao encontro do tema da pesquisa. Na busca avançada por artigos de periódicos revisados por pares, com os termos “*women in politics AND presidential debates*” no ano de 2019 e o filtro inglês, foram encontrados 196 resultados. Deles, dois se aproximavam da temática deste estudo, porém eram voltados à realidade norte-americana.

Na Plataforma SciELO, com “mulheres e mídia” — filtrados a partir de Brasil, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Artigo — foram encontrados 46 resultados, dos quais apenas um se encaixava na temática proposta. Com os termos

“women and media”, categoria Ciências Sociais Aplicadas e Inglês, apareceram 29 resultados, com apenas um que se aproximava do tema da dissertação.

Identificou-se, assim, que há pesquisas que analisam o discurso referente ao gênero feminino em campanhas eleitorais ou dentro da política em geral, mas normalmente as falas dos candidatos não são o foco. Frequentemente, o corpus da análise é aquilo que foi produzido pela mídia referente à presença de mulheres como candidatas. Também se nota que alguns dos estudos optam por analisar apenas um candidato e o modo como se desenvolve a construção de sua imagem a partir do discurso (NASCIMENTO; MOURA, 2018). Os que mais se aproximaram da ideia da pesquisa foram os artigos em língua estrangeira. Eles se concentravam, porém, na realidade dos Estados Unidos.

Nesse contexto, a problemática da presente pesquisa visa eliminar essa lacuna ao analisar os Debates Eleitorais e realizar uma contextualização com diferentes campanhas, a fim de compreender as particularidades em relação à tematização das mulheres nas disputas presidenciais de 2010, 2014 e 2018.

Cada uma das disputas foi caracterizada pelo envolvimento de diferentes sujeitos, com alguns deles participando dos Debates Presidenciais da Band. O de 2010, referente ao Primeiro Turno, contou com a participação de Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL). Um marco da ocasião foi a participação de duas mulheres no debate, sendo que uma delas seria eleita, naquele ano, a primeira presidenta do Brasil. Já no debate referente ao Segundo Turno, houve a presença de Dilma e José Serra, que obtiveram maioria dos votos úteis. Dele, a petista saiu vitoriosa.

Na disputa de 2014, participaram do debate do Primeiro Turno Dilma, Marina Silva (PSB), Aécio Neves (PSDB), Luciana Genro (PSOL), Levy Fidelix (PRTB), Eduardo Jorge (PV) e Pastor Everaldo (PSC). Foi possível constatar, nesse cenário, a presença de três mulheres, o que demonstra um aumento da presença feminina em Debates Eleitorais Presidenciais.

No Segundo Turno de 2014, participaram do debate Dilma e Aécio Neves, quando novamente a petista se sobressaiu em votos e se reelegeu como presidenta do Brasil. Já nas últimas eleições, disputadas em 2018, participaram do debate do Primeiro Turno Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT),

Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Marina Silva (Rede).

Assim, Marina Silva se torna a única dentre os candidatos a participar de todas as disputas analisadas. Ela só fica de fora dos debates dos Segundos Turnos de 2010, 2014 e 2018, pois não alcança votos. Em relação a 2018, não houve debate para o Segundo Turno, em razão de que o então candidato Bolsonaro alegou problemas médicos. Ele concorria com Fernando Haddad (PT). Este, por sua vez, não participou do primeiro debate da Band porque, na época, ainda era candidato à vice-presidência. O candidato oficial do partido era o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que estava preso.

Vale destacar que, com o resultado das eleições de 2018, era a primeira vez desde 1989 — em que Collor (PRN) e Lula disputaram o Segundo Turno — que o PSDB não conquistava a primeira ou segunda posição. O partido obteve vitória em 1994 e 1998, e derrota no Segundo Turno em 2002, 2006, 2010 e 2014. Assim, a polarização PSDB x PT, que aparecia nas urnas desde 1994, não se repetiu em 2018. Da disputa entre Haddad e Bolsonaro, saiu eleito o candidato do PSL.

Considerando todos os elementos até aqui elencados, estabelece-se o **objetivo geral** da pesquisa: analisar como os candidatos à Presidência do Brasil trataram os temas referentes às mulheres no cenário social, político e econômico. Busca-se compreender, também, como as falas dos candidatos foram usadas para construir imagens de si e dos adversários, em uma campanha eleitoral, a partir dos debates transmitidos pela Band em 2010, 2014 e 2018. Para tanto, foi necessário o cumprimento dos seguintes **objetivos específicos**:

- Quantificar e analisar as frequências encontradas nos debates nas categorias Oradores; Ocupação do Candidato; Temas (gerais e específicos sobre as mulheres); Dimensão Temporal dos temas relativos às mulheres (Passado/Presente, Futuro ou Indefinido); Temas Livres e Definidos sobre as mulheres; Partidos (geral) e Temas relativos às mulheres por Partido;
- Identificar a frequência de temas relativos às mulheres apresentados no programa por cada candidato, a fim de entender de quem partiu a iniciativa de discutir o assunto;

- Verificar o uso das Linguagem Didática e de Ataque pelos candidatos nos temas relativos às mulheres, conforme Veiga, Souza e Santos (2007), que listam as categorias Informativa, Didática e de Ataque;
- Discutir teórica e contextualmente os temas, relacionados a mulheres, que aparecem nos debates (Aborto, Violência Contra a Mulher, Igualdade Salarial, Representação da Mulher, Saúde da Mulher, Mulher na Política, Políticas em Prol das Mulheres, Estupro, Reforma Trabalhista, Machismo e “Ideologia de Gênero”); e
- Classificar o *ethos* e o *antiethos* dos presidenciáveis nas falas em que apresentaram temas relativos às mulheres, a partir das imagens de: Sério, Virtude, Competência, Potência, Caráter, Inteligência, Humanidade, Chefe e Solidariedade (CHARAUDEAU, 2008).

Para o cumprimento de tais objetivos, foi necessário que se seguisse determinados procedimentos metodológicos especificados no Capítulo 3 da dissertação. Resumidamente, o processo se inicia com o levantamento bibliográfico que perpassa por todas as demais etapas. Então, com a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), é iniciada a fase da coleta dos cinco programas (Primeiros e Segundos Turnos de 2010 e 2014 e Primeiro Turno de 2018), a partir do Livro de Códigos (Index) presente no Apêndice B.

No Livro de Códigos, resultante da pré-análise e levantamento bibliográfico, as categorias da coleta são: **Tema**, classificado em Livre e Definido; **Oradores** (Candidatos, Jornalista, Mediador, Comunidade, Outros); **Partido** do candidato; **Veículo** dos jornalistas; **Comunidade** da qual é representante; **Ocupação** (Sem mandato, Ocupante de cargo não-eletivo, Ocupante de outro cargo eletivo, Candidato à reeleição); **Formato** (Apresentação, Pergunta, Resposta, Réplica, Tréplica, Considerações Finais, Encerramento, Interrupção e Outros); **Linguagem** (Informativa, Didática e de Ataque) conforme Veiga, Souza e Santos (2007); e **Dimensão Temporal** (Passado/Presente, Futuro ou Indefinido).

As frequências das categorias são quantificadas pelas transições dos formatos dos programas, que coincidem com as trocas de autores de fala. No estudo, elas recebem o nome de **segmentos**. Posteriormente à coleta, são transcritas as falas dos presidenciáveis que trazem temas relativos às mulheres, para que, inicialmente, seja

criada uma Nuvem de Palavras pelo aplicativo Tagul, o qual destaca os termos de maior aparição.

Após esse procedimento, iniciou-se a discussão teórica e a contextualização dos temas relativos às mulheres e que apareciam nos discursos dos candidatos. Nesta fase, os discursos políticos também foram classificados pelos *ethos* e *antiethos*, elaborados conforme a classificação de Charaudeau (2008). Tal classificação leva em conta o contexto do programa, as palavras emitidas, as expressões construídas, orações e tudo mais que produzir algum sentido ao eleitor (GANDIN, 2012).

Todo o levantamento até aqui descrito dá margem para a construção dos quatro capítulos posteriormente trabalhados: 1 – O papel da mulher na sociedade: aspectos históricos e conceituais das relações de gênero; 2 – Mídia e Política: o papel dos Debates Presidenciais nas eleições; 3 – Procedimentos Metodológicos: o processo de construção da pesquisa; e 4 – O retrato das pautas femininas na política: o que disseram os presidenciáveis sobre as mulheres nos Debates Eleitorais.

O primeiro capítulo discute a atuação dos movimentos sociais de mulheres, relação de sexo e gênero, estrutura do patriarcalismo e espaços sociais destinados a cada gênero. Finaliza com o histórico das mulheres na política brasileira.

Já o segundo capítulo aborda a atuação da mídia, focando-se na televisiva, que tem apelo por causa da espetacularização da informação. Na sequência, destaca-se a importância dos Debates Presidenciais e quais os modelos adotados no país. Por fim, é realizado um levantamento da história dos Debates Presidenciais apresentados pela emissora Band. No terceiro capítulo, são especificados os procedimentos metodológicos já apresentados na Introdução.

O quarto e último capítulo busca evidenciar os resultados encontrados a partir da Análise de Conteúdo dos Debates Presidenciais. A união entre esses capítulos busca responder à problemática da pesquisa: como os candidatos à Presidência do Brasil abordaram os temas referentes às mulheres nos debates transmitidos em 2010, 2014 e 2018 pela Bandeirantes, considerando o contexto social, político e econômico envolvido?

CAPÍTULO 1

O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Nenhum país pode realmente florescer quando sufoca o potencial das mulheres e se priva das contribuições de metade dos cidadãos.

(Michele Obama)

O primeiro capítulo deste estudo se divide em cinco tópicos que tratam das relações de gênero feminino e política. O tópico um organiza algumas das principais pautas dos movimentos sociais de mulheres. Na sequência, há uma discussão sobre a relação sexo e gênero, partindo de uma visão clássica que atribui sexo ao biológico e gênero ao social, embora também retrate que há vertentes teóricas que não compartilham dessa visão.

No terceiro tópico, discute-se a estrutura patriarcal e como ela influencia a manutenção das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Assim, no quarto tópico são especificados os espaços sociais destinados à mulher dentro do patriarcalismo. Também são consideradas as diferenças entre a opressão sofrida por mulheres, conforme classe, raça e etnia distintas.

Por fim, o quinto tópico apresenta a realidade das mulheres dentro da política brasileira, marcando como ponto de ascensão a vitória de Dilma Rousseff, em 2010, e demarcando que falta muito, ainda, para que mais mulheres conquistem o espaço público da política.

Pretende-se, com este primeiro capítulo, contribuir com a concepção do que são os temas relativos às mulheres trazidos pelos presidenciais nos Debates Eleitorais de 2010 a 2018, transmitidos pela Bandeirantes. Para que assim seja possível responder ao problema da pesquisa, sobre a abordagem trazida pelos candidatos.

1.1 Trajetória dos movimentos sociais de mulheres

Uma das formas que a sociedade civil utiliza para expressar demandas é através de movimentos sociais. Gohn (2015) e Ilse Scherer-Warren (2006) conceituam

o tema como ações sociais realizadas coletivamente em caráter político e cultural, com o objetivo de obter respostas para suas reivindicações. Há diferentes estratégias adotadas pelos grupos, que vão de denúncias até mobilizações. Na contemporaneidade, a manifestação mais comum é a partir da atuação via redes sociais.

[...] o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

A internet, como explica Biroli (2018), possibilita a criação de material digital como blogs e sites, os quais permitem o diálogo entre coletivos de diferentes partes do país. Assim, as ações dos movimentos sociais de mulheres, foco da autora, podem ocorrer de maneira coordenada em vários polos, para obter maior repercussão social em razão da abrangência alcançada.

Gohn (2015) enfatiza que, no geral, os movimentos sociais expressam resistência ao velho. Porém, também existem aqueles que são conservadores e carregam valores xenófobos, racistas e intolerantes. Normalmente, coletivos assim usam do terror para impor seus ideais, com o objetivo de alcançar interesses que beneficiam apenas integrantes do grupo ou pessoas que atendem aos padrões de civilidade definidos por eles. Isso significa que não são coletivos abertos a qualquer pessoa.

Por outro lado, conforme Gohn (2015), os movimentos sociais progressistas diagnosticam a realidade, para que assim sejam feitas propostas que combatam a exclusão social. São compostos por atores sociais que agem em rede globalizada e informatizada. As redes podem ser de sociabilidade ao relacionar: amigos e familiares; associações comunitárias; temáticas (por exemplo, relacionadas às mulheres); socioculturais por herança étnica, religiosa e similares; geracionais de jovens ou idosos; históricas, quando se cultua a memória de alguém; governança, voltada à gestão pública; e redes de entidades afins, o que se aplica às ONGs.

Ilse Scherer-Warren (2006) explica que, na sociedade das redes, o associativismo localizado (comunitárias e associações locais), setorizado (feministas,

ecologistas, étnicas...) ou os movimentos sociais de bases locais (sem teto, sem-terra...) percebem que há a necessidade de articulação entre os grupos de mesma ideologia. Tal articulação traz visibilidade e impacto na esfera pública, o que os auxilia na conquista de suas demandas.

Scherer-Warren (2006), porém, percebe uma tensão na dicotomia dos movimentos sociais entre manter diálogo com os Governos ou buscar autonomia. O impasse se deve à dúvida entre participar da formulação e implementação de políticas públicas com e através do Estado ou ser um agente autônomo da sociedade civil que pressiona as autoridades.

Em relação aos movimentos sociais de mulheres, o estudo se volta aos coletivos feministas iniciados a partir de determinadas ondas, que são períodos marcados por reivindicações desse grupo. Conforme Gohn (2007), a primeira onda feminista ocorre entre os séculos XVIII e XIX e é marcada pela busca da igualdade de direitos, principalmente a partir do direito ao voto e pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. A segunda onda amplia a igualdade para o comportamento ao se preocupar com a sexualidade e o combate à violência, entre os anos de 1960 e 1980. Já na terceira onda feminista, iniciada em 1990, há críticas sobre os padrões midiáticos que conformavam a imagem feminina. Também na última onda, como salienta a autora, os movimentos sociais feministas reivindicam a liberdade sexual das mulheres.

Para que se compreenda melhor as pautas feministas, serão listados, a partir de agora, algumas das principais ações realizadas pelos movimentos sociais de mulheres em cada uma das ondas feministas. Conforme Gohn (2007), um dos marcos se deu em 08 de março de 1857, quando morreram 129 mulheres queimadas em uma fábrica em Nova York. O incêndio foi resultado de uma ação da polícia, que reprimiu as reivindicações das funcionárias. Dentre as demandas das mulheres, estavam a redução da jornada de trabalho, que era de 14 horas, e a obtenção da licença-maternidade. Assim, em 1921, a data foi promulgada como Dia Internacional da Mulher.

No final de 1880, o movimento das sufragistas emerge nos Estados Unidos e na Europa, com mobilizações e protestos que buscavam direitos políticos femininos, como pontua Biroli (2018). Porém no Brasil, ainda que historicamente houvesse lutas

de coletivos nesse sentido, a principal conquista para as pautas feministas se concretizou, apenas, a partir de 1932, com a possibilidade das mulheres votarem (BRASIL, 1932). Também no Brasil, no século XIX, causas abolicionistas entraram nas pautas feministas, assim como o direito à propriedade, o acesso à educação e o acesso ao mercado de trabalho.

É na segunda onda feminista, no entanto, que os movimentos sociais de mulheres começam a se radicalizar. A partir de 1960, a França e o Estados Unidos se tornaram epicentros das mobilizações. No Brasil, a segunda onda do movimento feminista ocorreu mais tarde, após 1975. Gohn (2007) relata que isso ocorre em razão da Ditadura Militar. Nesse período, mulheres exiladas por enfrentar o regime começavam a regressar ao país pela anistia de 1979, trazendo a experiência do exterior com os movimentos sociais.

Biroli (2018) considera que foi no contexto de combate à Ditadura Militar brasileira que os movimentos sociais de mulheres politizaram as relações de gênero. Isso é perceptível ao se analisar a imprensa feminista daquele período, como os jornais *Mulherio*, *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Nzinga Informativo*.

Foi a partir dos anos de 1980 que o termo gênero começou a substituir o termo sexo dentro das obras feministas, com o primeiro relacionado ao caráter social e o sexo voltado ao biológico, como ressalta Gohn (2007). Além disso, raça, etnia e classe começaram a se tornar categorias que intersectavam gênero, para localizar socialmente os sujeitos. Nesse período, no Brasil, os movimentos feministas estavam focados, principalmente, na questão da violência contra a mulher. Inclusive, são criados diversos grupos feministas reconhecidos como SOS Mulher, preocupados com a situação social, judiciária e psicológica da mulher em situação de violência doméstica (GROSSI, 1988).

Esses grupos conseguiram incluir reivindicações feministas na Constituição Federal de 1988, muito em razão da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985. No mesmo ano, surge a primeira delegacia da mulher em São Paulo, que também é a primeira da América Latina (GROSSI, 1988). Mais tarde, em 2006, é aprovada a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), sendo resultado, também, das pressões dos grupos organizados de mulheres que lutavam por direitos. A partir dela, passou a se criminalizar o autor da

violência no âmbito doméstico e foram propostas medidas protetivas e preventivas nesse sentido.

Na terceira onda feminista, há diversos campos de atuação, com movimentos sociais de mulheres voltados para a política, a conscientização dos direitos, a igualdade salarial, o combate à discriminação no mercado de trabalho e a luta contra a violência. Nesse sentido, Biroli (2018) entende que, no Brasil, há divergências de permeabilidade das pautas feministas. A autora nota que houve avanços quanto aos direitos sexuais e reprodutivos e em relação à igualdade salarial. Observa, contudo, que aumentaram as desigualdades de raça e classe em decorrência da concentração de renda.

O 'movimento de mulheres' é algo muito mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres. Na área da educação formal, por exemplo, principalmente no Ensino Fundamental, pesquisas e estatísticas têm apresentado, há anos, a predominância das mulheres. Mas quando falamos do movimento docente – nas escolas ou sindicatos e associações da categoria –, a mulher não tem visibilidade. É como se o movimento fosse assexuado. A democracia não se viabiliza porque as lutas, usualmente, ficam no universo restrito, de certa forma até corporativo; o tema das diferenças não emerge em sua dimensão vertical – como estruturas maiores que hierarquizam a sociedade. O tema aparece apenas em sua dimensão horizontal: diferenças entre categorias, comparação entre conquistas localizadas. Em relação à participação da mulher em cargos na política pública, estatísticas têm demonstrado que ainda são casos isolados, embora o simples acesso das mulheres aos cargos de representação pública não signifique mudança substantiva, se as estruturas de poder continuarem a funcionar do mesmo jeito. A mulher tem que introduzir seu modo de ser na gestão, e não desempenhar apenas um papel planejado por homens, para ser ocupado também por homens. (GOHN, 2007, p. 56).

Ao analisar a trajetória feminina na política brasileira, Biroli (2018) constata que existem dois picos de incorporação da agenda feminista e da atuação dos movimentos sociais de mulheres. O primeiro ocorre na transição democrática, durante a elaboração da Constituição. O segundo acontece com a entrada de um partido centro-esquerda no Governo Federal, em 2003, de tal forma que a autora conclui que há conexão entre a ampliação da democracia e a atuação política das mulheres.

Por outro lado, Biroli (2018) identifica que os picos são seguidos de refluxos. Após a Constituição de 1988, há o desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Já com o processo de *impeachment* de Dilma, em 2016, a Secretaria Especial

de Políticas para Mulheres perde o *status* de ministério, o que resulta no fim dos canais de diálogo entre Governo e movimentos feministas. Ainda em 2016, inicia-se uma campanha contra a “ideologia de gênero”.

Diante desse cenário e com a eminência da vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, — figura política que, dentre outras coisas, opõe-se às discussões sobre gênero no currículo escolar — é que aparece o grupo Mulheres contra Bolsonaro. Criado nas redes sociais, o grupo deu origem ao movimento que também resultou na manifestação #EleNão, com atos políticos em 114 cidades no dia 29 de setembro daquele ano, em um fim de semana anterior às eleições do Primeiro Turno (PROTESTOS, 2018).

O #EleNão contribuiu com a tradição histórica dos movimentos sociais de mulheres de se manifestarem por suas demandas. Como exemplo, há a Marcha das Margaridas, desde 2000, que reúne trabalhadoras rurais; a Marcha Nacional das Mulheres Negras, desde 2015; e uma das mais populares, a Marcha das Vadias, que se iniciou em 2012. Biroli (2018) acrescenta que os coletivos feministas, em geral compostos por jovens e alinhados às redes, são quem mantêm o espírito de reivindicação por direitos das mulheres.

1.2 Distinção entre sexo biológico e relações de gênero

Como já dizia Simone de Beauvoir (1980, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ainda que não traga a expressão gênero, a partir dessa frase o conceito é estabelecido, de maneira que corrobora com a ideia de que o biológico não determina o que representa o papel feminino na sociedade. Trata-se, portanto, de uma construção histórica e cultural.

Em razão disso, o presente tópico tem o objetivo de evidenciar a distinção entre o sexo biológico e a construção social dos papéis femininos, de forma que se possa entender, posteriormente, o percurso histórico que manteve homens e mulheres em posições sociais tão diferentes. Tal explicação é essencial para que, mais tarde, compreenda-se os temas relativos às mulheres trazidos pelos presidentes.

Biologicamente, os seres humanos são divididos entre machos e fêmeas. Cada um deles contribui com a preservação da vida humana no planeta a partir da

reprodução. Por sua vez, nas relações sociais, manifestam-se na forma de dois gêneros: o feminino e o masculino. Nesse caso, a contribuição se refere, principalmente, ao papel produtivo dos homens com o coletivo, a exemplo do uso da força de trabalho que serve para manutenção de sua existência e reafirmação de seu lugar social.

Ao longo da história, a humanidade construiu representações que visavam identificar cada um dos sexos biológicos. Assim, são criadas as relações de gênero, conforme pontua Daniela Auad (2003). A autora percebe que é naturalizado o processo de caracterizar pessoas a partir de seus órgãos genitais. Tal processo se inicia com o nascimento da criança e perpassa por toda a sua existência. Mesmo que a biologia não seja suficiente para explicar o que é ser mulher, ela pode ser encarada como o primeiro elemento classificador na sociedade. Posteriormente, então, o ser é submetido a determinados padrões socialmente estabelecidos conforme a classificação biológica.

Beauvoir (1980) percebe que, normalmente, existem poucas diferenças no tratamento dado a crianças de sexos biológicos distintos nos primeiros dias de vida. Ou seja, os processos de desmama, fase anal, desenvolvimento genital, voltar-se para mãe e manifestar-se dor ou descontentamento para conseguir a atenção dos adultos ocorrem de forma bastante similares. Trata-se da fase pré-edípica descrita por Rubin (2017), quando o objeto de desejo das crianças de ambos os sexos é a mãe.

Até os 12 anos, é normal que meninas rivalizem com os meninos, como identifica Beauvoir (1980), pois são dotadas do mesmo condicionamento físico e capacidade intelectual. No entanto, admite-se que há casos em que, ainda na primeira infância, é imposta à criança a sua condição de sexualidade guiada pela genitália. Não se trata, portanto, de instintos misteriosos que dão passividade às meninas ou as transformam em mães natas. A autora reconhece que há uma influência social que impõe ao ser, ainda bebê, tal “vocação”.

Uma das principais teóricas sobre o assunto, Joan Scott (1995) conceitua gênero a partir de duas partes: primeiro, como um elemento constitutivo de relações sociais respaldadas pelas diferenças entre sexo; segundo, gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder. A segunda abordagem será melhor discutida em outro momento do texto. Já a primeira abrange alguns subelementos

destacados pela autora, tais como: símbolos culturalmente disponíveis; posições normativas originárias do consenso social e não do conflito; análise histórica a partir de política, instituições e organização social; e identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 86-88).

Os símbolos culturalmente disponíveis estão relacionados às representações estabelecidas socialmente e que, geralmente, são contraditórias, conforme esclarece Scott (1995). Como exemplo, é possível citar as figuras de Eva e Maria, a luz e escuridão, a inocência e corrupção. O sistema se expressa na religião, educação, ciência, política, de tal forma que cria uma forma binária fixa. Já as posições normativas estão relacionadas a tradições que determinam comportamentos, especialmente às mulheres.

O terceiro sub elemento descrito por Joan Scott (1995) se refere à concepção de que uma análise de gênero não pode ser restrita a um sistema de parentesco, em um contexto familiar. Ela precisa ser mais ampla, ao considerar, por exemplo, mercado de trabalho, educação e sistema político, dentre outros setores que permitam uma visão mais completa sobre gênero.

Por fim, o último dos quatro subelementos que explicam o conceito de gênero, para Scott (1995), diz respeito à identidade subjetiva. Sendo assim, o pesquisador de gênero, para compreender a dinamicidade do tema, precisaria examinar como as identidades generificadas são construídas. Posteriormente, ele iria relacionar tal resultado ao contexto de atividades, de organização e de representações sociais que cercam o objeto de análise, a exemplo de biografias e estudos etnográficos de determinados povos. A união dessas etapas permite compreender de que forma se dá a análise de gênero estabelecida pela autora:

O esboço que eu propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social. Meu propósito foi clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa. (SCOTT, 1995, p. 88).

Em consonância a tais argumentos e ao se basear no contexto de divisão entre gêneros, as dinâmicas sociais estabelecem uma hierarquia entre o EU e os outros (SAFFIOTI, 1992, p. 210). São considerados, portanto, não apenas os corpos, mas

também as capacidades intelectuais, emoções e caráter do EU diante dos outros. Dessa forma, o ser humano se torna o conjunto das relações sociais, nas quais estão agrupadas as diferenças de gênero, classe e raça/etnia.

A posição social que a mulher ocupa é a de dominada-explorada, segundo as palavras de Saffioti (1992). Assim, a diferença biológica resultará em desigualdades sociais que se manifestam a partir de uma hierarquização de poder, quando há uma hegemonia masculina sobre as mulheres. Essas, por sua vez, tendem a se conformar com o papel social que lhes é imposto, por se tratar de ordem social.

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! (BEAUVOIR, 1980, p. 30).

O papel da mulher na manutenção dessa condição de dominada-explorada é um fenômeno identificado por Beauvoir (1980), ao entender que, na sociedade, há oprimidos que atuam como opressores, uma vez que certas mulheres compactuam com aquilo que é imposto ao gênero feminino. “Trata-se de um jogo no qual homem e mulher jogam cada um com seus próprios poderes, homens para manter sua supremacia e elas buscando tornar menos incompleta sua cidadania” (SAFFIOTI, 1992, p. 184).

Rubin (2017) analisa que é a sociedade, por meio do sistema de sexo/gênero, que transforma a diferença biológica entre seres da mesma espécie em produtos da atividade humana. Assim, embora nasça com determinado sexo biológico, as relações sociais do contexto ao qual está inserida transformam esta mulher em domesticada, esposa, escrava, prostituta e tantos outros papéis que poderá exercer na sociedade.

A partir dos padrões criados socialmente, definem-se papéis femininos que se afastam da ideia de sexo biológico e se aproximam do conceito de gênero. Dentro desse contexto, é por meio de um elemento moral e histórico que a mulher se torna necessidade do trabalhador masculino e é tratada como propriedade deste em troca

de proteção. Também a elas é voltado o âmbito doméstico e são criadas para que não sejam líderes e, até mesmo, para que não falem com Deus. Além disso, a moral das mulheres passa a ser medida por sua monogamia e virgindade, que se convertem em valores sociais (RUBIN, 2017; AUAD, 2003).

Porém, ainda que prevaleça a visão que coloca o sexo relacionado ao natural e o gênero ao social, Butler (2003), desde o início dos anos de 1990, contesta tais ideias. Conforme a autora, o sexo também é construído culturalmente, ou seja, não há distinção entre sexo e gênero. Encarar qualquer um destes como permanentes, segundo ela, refletiria uma heterossexualidade compulsória. O binarismo, contudo, não se enquadra em todas as circunstâncias, como nos casos de hermafroditas ou intersexuais.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25).

Butler (2003) discorda de Beauvoir (1980) ao afirmar que esta sugere que o gênero é variável — uma escolha do sujeito —, pois pressupõe o caráter mutável ao dizer “torna-se mulher”, algo que não é *a priori*. A ideia de que o gênero é algo construído pressupõe uma compulsão cultural a fazê-lo, que não estaria relacionada ao sexo. Nesse sentido, não há garantias de que o sujeito que se torna mulher seja fêmea. Porém, para Butler (2003, p. 27), o corpo sempre é interpretado por significados culturais. Assim, o corpo enquanto sexo não se qualifica como uma “facticidade anatômica pré-discursiva”, pois ele sempre foi gênero.

De tal forma que, se considerada a separação entre sexo e gênero representada aqui por ideias de Beauvoir (1980), a suposta escolha que remete a um livre arbítrio do sujeito, independentemente do sexo, representa que ele pode “tornar-se” homem ou mulher dentro de um contexto cultural. Nesse sentido, o corpo se apresenta como um meio passivo submetido à cultura do ambiente externo ou um instrumento que carrega determinado significado cultural.

Porém, Butler (2003) entende que o sujeito é, sim, submetido a normas comportamentais, de vestimenta e até de desejo afetivo, mas isso é baseado no seu sexo. A partir dessas considerações, compreende-se que é possível fugir do determinismo biológico, mas não da imposição cultural que se baseia neste sexo. Então, a autora entende que o sexo do sujeito, assim como o gênero, é produzido socialmente.

Independentemente de haver divergência se há ou não distinção entre sexo e gênero, o consenso é que existe uma construção social que estabelece diferenças claras entre pessoas de gêneros/sexos distintos. Assim, Saffioti (2004) salienta o caráter ideológico do conceito de gênero, que nunca será neutro. Essa ideologia seria representada, justamente, pelo patriarcado, uma estrutura social que coloca o gênero feminino em condições desiguais de força e o deixa muito abaixo do masculino quando medido seu poder social.

1.3 Como atua a estrutura do sistema patriarcal

Se a sociedade patriarcal se apresenta como a estrutura social ideológica, que remete às diferenças de gênero, cabe ao estudo buscar compreender melhor de que forma ela se constitui. O sentido semântico do termo patriarcal deriva do grego, em que *ater* quer dizer pai e *arkhel* representa origem e comando. Tal entendimento está relacionado, em parte, ao que o patriarca representa contemporaneamente, ao menos de forma simbólica.

Dentro da concepção feminista adotada pelo estudo, a partir dos anos de 1970 o patriarcado é visto como sinônimo da dominação masculina ou da opressão das mulheres pelos homens. Antes disso, no século XIX, conforme Cristine Delphy (2009), o termo patriarca era destinado a líderes da Igreja. Como relembra a autora, o sentido ainda aparece, na contemporaneidade, na expressão “o patriarca de Constantinopla”, adotado pela Igreja Ortodoxa.

Morgan e Bachofen foram os primeiros a usarem o termo patriarcado para definir a substituição do direito materno pelo paterno. Assim, o pai assume todo o poder, conforme constata Delphy (2009). Tal visão se encaminhou para a concepção dada pelas feministas e que prevalece até hoje: a de que o patriarcado representa a dominação dos homens sobre as mulheres dentro da sociedade.

Saffioti (2004) relembra que houve um processo histórico gradativo que fez com que a sociedade adotasse o sistema patriarcal. No período da caça e coleta, havia menor desigualdade entre os trabalhadores de sexos distintos. Os homens eram responsáveis pela caça e as mulheres pela coleta — atividade amplamente reconhecida. Além disso, a capacidade feminina de engravidar era vista como algo mágico. A caça, no entanto, não era diária, o que dava aos homens mais tempo livre e lhes permitia desenvolver a criatividade. Uma maior quantidade de tempo livre para trabalhar com a mente proporcionou aos homens a criação de sistemas simbólicos, que deram a eles vantagens sobre as mulheres.

Na sociedade patriarcal, há uma organização hierárquica de poder, em que uma das representações possíveis é a família. Tradicionalmente, a família é dominada pelo patriarca, que é o homem adulto da casa e mantém autoridade sobre os demais, principalmente sobre as mulheres. Estas, antes mesmo da criação da civilização ocidental, já eram exploradas por sua sexualidade (serviços sexuais e reprodutivos), que se converteu em mercadoria, conforme pontua Gerda Lener (1990).

Dessa forma, Saffioti (2004) demarca o início do patriarcado no ano 2100 a.C. e sua consolidação em 600 a.C. A demora para a plena instauração seria decorrente da resistência feminina. Dessa maneira, o patriarcado pode ser compreendido como um fenômeno em constante transformação e que se apresenta conforme o contexto cultural e histórico pelo qual transita:

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu. (SAFFIOTI, 2004, p. 46).

Em relação ao patriarcado manifesto através da violência contra a mulher, usava-se o argumento da legítima defesa da honra para justificar as agressões. Em virtude de uma maior participação política das mulheres, como pontua Saffioti (2004), tal fundamento jurídico perdeu a utilidade. Para a autora, é essencial que as mulheres

se oponham à estrutura machista do patriarcado, que perpassa todas as instituições sociais.

Assim, é importante que se compreenda que as famílias podem ser uma das manifestações do patriarcalismo. No entanto, como salienta Delphy (2009) e Saffioti (2004), o patriarcado é representado por uma figura masculina com autoridade, vista como provedora. O fenômeno pode existir em detrimento de relações estabelecidas pela genética, ou seja, o patriarca pode ser o governante, o chefe, o irmão, o pai, o marido ou qualquer outro que exerça dominação sobre as mulheres.

À medida que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvincilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem–mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá à luz. O *patria potestas* cedeu espaço, não à mulher, mas aos filhos. O patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual. (SAFFIOTI, 2004, p. 56).

Sendo a família um exemplo prático de como se estrutura a ideologia patriarcal baseada nas relações de gênero, identifica-se que não há um equilíbrio entre responsabilidades e obrigações. Segundo Lener (1990), os filhos homens estão sujeitos à dominação parental até que os mesmos se tornem chefes de família; enquanto com as filhas, há somente uma troca para a condição de esposas, mantendo, assim, o *status* de dominadas por toda vida.

Nesse contexto, o casamento se converte em um objeto de barganha, em que as mulheres se tornam um presente precioso (uma espécie de mercadoria) ao homem, pois assim ele terá alguém para dominar. Tal situação só ocorre, como analisa Rubin (2017), em decorrência da instituição do tabu do incesto. Trata-se de um mecanismo social que permite que os casamentos funcionem como moeda de troca entre famílias, o que constrói laços sociais até mesmo entre aqueles que pertencem ao mesmo sistema de parentesco, como primos.

Desse modo, Carole Pateman (1993) aponta que a suposta liberdade civil universal prometida pelo Contrato Social é um atributo masculino que depende do direito patriarcal. A autora descreve o pacto original como um contrato social e sexual.

O primeiro se deve ao sentido patriarcal, que garante direitos políticos aos homens de dominarem as mulheres. Por sua vez, o contrato sexual descreve o direito masculino de ter acesso ao corpo feminino. Assim, o contrato social se torna um dos meios pelo qual se constitui o sistema de patriarcalismo contemporâneo.

O modelo de sociedade patriarcal foi constituído para que, posteriormente, pudesse orientar a criação de normas e valores socialmente aceitos. Tal situação pode ser exemplificada pelas medidas adotadas durante a escravidão, quando havia uma diferença clara entre o tratamento de homens e mulheres (LENER, 1990). Enquanto eles eram explorados somente por sua força de trabalho, elas também proviam serviços sexuais e reprodutivos aos seus senhores.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.19).

Outra diferença entre homens e mulheres, na sociedade patriarcal, é medida a partir do que determina a classe de cada um. A do homem é definida por sua relação com os meios de produção, enquanto a classe da mulher é baseada nos laços sexuais com um homem (LENER, 1990; SAFFIOTI, 2004).

É importante destacar, contudo, que embora exista forte influência da família patriarcal no modelo social vigente, houve melhora no que diz respeito à posição da mulher na esfera pública. Itaboraí (2016) elenca algumas dessas principais conquistas femininas: contracepção, inserção no mercado de trabalho, igualdade civil, educação e direitos políticos.

Ainda de acordo com Itaboraí (2016), a revolução da contracepção permitiu que mulheres tivessem liberdade sexual, sem associar a prática, automaticamente, à procriação. Saffioti (2004) entende que o controle da sexualidade feminina é um dos elementos nucleares do patriarcado, com o objetivo de assegurar a fidelidade feminina.

No que diz respeito às melhorias sociais alcançadas pela mulher, Itaboraí (2016) identifica que, nos anos de 1960, houve um aumento da participação feminina

no mercado de trabalho, em razão da crescente escolarização e força dos movimentos feministas. Tal conquista possibilitou maior autonomia financeira às mulheres, logo, uma forma de romper com o patriarcado vigente.

Por sua vez, a igualdade civil está relacionada à autonomia da mulher e foi facilitada graças à inserção no mercado de trabalho e ao acesso à contracepção. Já a ampliação da educação para o grupo de mulheres ocorre por duas vias, pois além delas conquistarem espaço como estudantes, contribuíram para expansão do campo educacional, ao passo que muitas atuavam como professoras (ITABORAÍ, 2016). Apesar disso, conforme pontua Lener (1990), muitas mulheres que puderam adentrar ao centro da atividade intelectual precisaram se adaptar à realidade, aprendendo a “pensar como homens”.

Uma das últimas conquistas listadas por Itaboraí (2016) é a obtenção dos direitos políticos, quando a mulher adquire o direito de votar e ser eleita. Trata-se de uma consequência direta das demais e, talvez, a que menos esteja presente na realidade atual da mulher, como será visto melhor em tópicos posteriores da pesquisa.

Todas essas conquistas foram, paulatinamente, refletindo-se nas estruturas da família patriarcal — fenômeno observado por Itaboraí (2016) ao identificar um aumento significativo de lares chefiados por mulheres, principalmente em classes mais pobres. A autora também constata, porém, que em lares mais carentes, quando há uma figura masculina central, o patriarcalismo ainda reina. Isso ocorre à medida que o homem patriarca é visto como o provedor e aquele que sacia todas as necessidades.

Por mais que existam mudanças nas famílias, por vezes com a adição de mulheres em espaços antes não habitados por elas, para Lener (1990) isso não muda as raízes do patriarcado. É preciso que haja uma vasta revolução cultural na sociedade para que o patriarcado possa ser transformado e, finalmente, abolido. Um dos caminhos possíveis é a partir da construção de um pensamento coletivo que reconheça a igualdade entre gêneros.

A primeira barreira que as mulheres terão que superar é a tradição que as deixa dependentes dos homens à medida que a história tradicional ignorou as heroínas que escaparam à regra da submissão. Trata-se de um processo de criação de uma história feminina. “Significa desembarazarse del gran hombre que hay en nuestra cabeza y

sustituírla por nosotras mismas, por nuestras hermanas, por nuestras anónimas antepasadas” (LENER, 1990, s/p).

Uma das maneiras de construir essa história feminina é com a participação de mulheres na esfera pública. Por essa razão, faz-se necessário que esse grupo se candidate às disputas eleitorais, pensando na questão da representatividade nesse ambiente. Dessa forma, ao longo do tempo essa presença se converterá em uma memória social.

Além disso, é preciso que ocorra uma construção da imagem da mulher que não reforce estereótipos nem naturalize o papel de dominada-explorada (SAFFIOTI, 1992), pois ao longo da história da humanidade se estabeleceu padrões comportamentais que lhes são cobrados. É nesse sentido que há a separação da sociedade em dois ambientes, um público e um doméstico, sendo este último destinado, tradicionalmente, às mulheres — o que limita sua atuação.

1.4 Espaço Social da Mulher: do âmbito doméstico ao público

Como já trabalhado nos tópicos anteriores, constatou-se que há uma distinção clara entre as responsabilidades femininas e masculinas. Em muitas situações, seus papéis sociais são definidos por meio de critérios sexistas, racistas e classistas. Izquierdo (1992) constata que é a partir dessa atribuição social que o ser humano tem acesso à própria sobrevivência.

Em outras palavras, a interpretação que os sujeitos fazem da realidade é condicionada pelos papéis sociais estabelecidos. Assim, o homem não pensa de forma espontânea, mas é mediado por aquilo que irá garantir sua sobrevivência, tanto física quanto social. Dito isso, as atividades humanas ocorrem em espaços distintos em relação ao gênero, o que resulta em duas esferas: a da sobrevivência e a da transcendência (IZQUIERDO, 1992).

A esfera da sobrevivência é voltada ao gênero feminino, por se tratar do ambiente doméstico; enquanto a da transcendência corresponde à vida pública, logo, volta-se aos homens. Porém, como salienta Izquierdo (1992), nem toda fêmea ou macho da espécie humana se adapta às esferas correspondentes ao seu sexo, de tal forma que a mulher poderá almejar a vida pública ou não se ajustar à vida doméstica.

Esse problema de não se adaptar à esfera doméstica também foi abordado por Friedan (1971, p. 31), ao relatar que havia mulheres que não se conformavam à “mística feminina”, mas não conseguiam traduzir a insatisfação. Sendo assim, a autora trabalha com um problema sem nome que se traduzia em um desejo íntimo da mulher ao dizer: “quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. E quanto mais instruída fosse, maior seria a insatisfação e o desejo de se transferir para a esfera da transcendência.

Por outro lado, bell hooks² (2015) critica Friedan (1971) por não discutir o que representaria para as mulheres pobres e negras o “mais” de sua frase, uma vez que estas seriam as cuidadoras dos filhos e empregadas domésticas na casa das mulheres brancas, que começariam a trabalhar por questionarem a “mística feminina”. Isso significa que a separação entre esfera pública e doméstica não se manifesta da mesma maneira para diferentes raças e classes.

Assim, é importante que se compreenda que, como pensa hooks (2015), nem todas as mulheres sofrem do mesmo tipo de opressão. Quando Friedan (1971) publicou a obra, em 1963, mais de um terço das mulheres ocupavam a esfera pública do trabalho. Em geral, no entanto, elas possuíam filhos e marido, ou seja, também eram colocadas no âmbito doméstico. Além disso, a inserção no mercado de trabalho, historicamente, esteve relacionada a cargos menos valorizados e com menor retorno financeiro, o que as mantinha em uma classe econômica inferior. Carneiro (2002) esclarece que, mesmo após a escravidão brasileira, os cargos mais comuns para as mulheres negras eram o de mucama, ama-de-leite e dama de companhia. A prostituição era resultante da fama de “boa de cama” que a “mulata” carregava no imaginário coletivo nacional.

Posteriormente, conforme pontua Carneiro (2002), as mulheres negras atuavam, em geral, como empregadas domésticas. Tal ideia foi reforçada pela mídia com propagandas e histórias ficcionais que traziam negras nessa condição. Uma ilustração possível dessa realidade é a personagem tia Nastácia que, na obra de

² bell hooks é o pseudônimo utilizado pela escritora e ativista Gloria Jean Watkins. Trata-se de uma homenagem aos sobrenomes de sua mãe e avó, grafados em letras minúsculas, pois conforme hooks (2009), o importante de suas obras é a substância, de forma que títulos e nomes não devem se sobressair ao conteúdo, suas ideias. Assim, em respeito à opção da autora, optou-se por manter a grafia com que ela se identifica.

Monteiro Lobato, é retratada como uma mulher negra que trabalhava como doméstica e cozinheira para uma família branca — sendo “quase da família”.

Esse é o outro grande estereótipo no qual as mulheres negras brasileiras estão aprisionadas: a figura da mãe preta, que suscita diferentes reflexões...privilegiado exemplo de ‘corrupção’ na maior parte de nossas referências, mas também ‘alma de sentimentos extraordinariamente nobres’ e ‘coração transbordando de sublimes dotes’ em outros textos, a ama-de-leite parece figura de proa das ‘inevitáveis’ conclusões a que chega cada autor. O componente subjetivo presente nos atos de amamentar, ninar, cuidar do filho do senhor, serve em cada caso, negado, diluído ou amamentando, à conformação de visões específicas: seja na visão racista e etnocêntrica, que só reconhece a subjetividade da escrava na sua ‘nefasta influência’ nas crianças brancas, seja na visão da ‘boa ama’ enunciada em nossas fontes, cuja expressão acabada em nossos dias é obra de Gilberto Freyre. Exacerbando ao extremo o componente subjetivo, principalmente nas relações ama-de-leite/criança branca, edifica esse autor a conhecida imagem da escrava ‘embaixadora da senzala’ na casa-grande e vice-versa. (CARNEIRO, 2002, p. 173-174).

Angela Davis (2016) percebe que, proporcionalmente, as mulheres negras trabalhavam mais fora de casa que as brancas. Assim, reproduzem o padrão adotado na escravidão. Naquele período, seu papel na esfera doméstica como mãe, esposa e dona de casa eram ocasionais. Antes disso, a negra era uma trabalhadora em tempo integral para seu senhor.

bell hooks (2015) percebe, também, que não há apenas uma inferiorização das mulheres negras na escala do trabalho. Sua condição social, em geral, é inferior aos demais grupos. Assim, são vítimas de uma opressão machista, racista e classista. Ainda que os homens negros sejam oprimidos, o sexismo lhes permite atuar como opressores sobre as mulheres. Da mesma forma, mulheres brancas sofrem com o sexismo, mas podem explorar pessoas negras. É nesse sentido que a autora entende que homens negros e mulheres brancas lutam por interesses próprios de libertação, seja do racismo ou machismo, porém mantêm a opressão em outro(s) grupo(s).

Nós, mulheres negras sem qualquer ‘outro’ institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (HOOKS, 2015. p. 208).

Perrot (1998) também identifica que, historicamente, os ambientes referentes ao trabalho, à política e à opinião sempre foram vistos como masculinos, enquanto o espaço doméstico era considerado feminino, logo, desvalorizado. Sem fazer distinção entre mulheres de raças e classes diferentes, a autora percebe que se construiu, socialmente, aquilo que Friedan (1971) chamou de a “mística feminina”, em que somente a mulher que apresentava feminilidade ao ser dona de casa, mãe e esposa era vista positivamente. O restante representava a “mulher problema”.

Conforme Beauvoir (1980), a feminilidade imposta pela sociedade é desenvolvida na mulher desde a infância. Ela é ensinada a agradar ao outro, que normalmente é o homem. Gradativamente, portanto, perde a sua autonomia. A menina se torna uma “boneca viva”, sem liberdade de ousar como os meninos. A autora observa, entretanto, que nos casos em que o pai fica responsável pela criação da filha, há uma redução dos comportamentos considerados “femininos”, o que resulta em rejeição social, em razão da não adequação da menina.

A não ser que levem uma vida muito solitária, mesmo quando os pais autorizam maneiras masculinas, os que cercam a menina, suas amigas, seus professores sentem-se chocados. Haverá sempre tias, avós, primas para contrabalançar a influência do pai. Normalmente, o papel deste em relação às filhas é secundário. Uma das maldições que pesam sobre a mulher — Michelet assinalou-a justamente — está em que, em sua infância, ela é abandonada às mãos das mulheres. O menino também é, a princípio, educado pela mãe; mas ela respeita a virilidade dele e ele lhe escapa desde logo; ao passo que ela almeja integrar a filha no mundo feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 22-23).

Porém, quando se refere às mulheres negras, Angela Davis (2016) também constata diferenças na disseminação da ideologia da feminilidade. As revistas e romances que reforçavam tal comportamento nas mulheres brancas não alcançavam as negras, de maioria analfabeta e com jornadas extensivas de trabalho. Assim, novamente, confirma-se que mulheres de diferentes raças e classes participam de esferas públicas diferentes.

Enquanto o capitalismo industrial traz à tona a insatisfação da mulher branca com a “mística feminina” (FRIEDAN, 1971), as negras não assimilavam tal ideologia. Isso ocorria em decorrência do papel que as mulheres negras tinham na sociedade, afinal, elas trabalhavam, assim como os homens. Embora não fossem limitadas à

esfera doméstica da mesma maneira que mulheres brancas, isso não significava que não eram dominadas, de outras maneiras, por homens (DAVIS, 2016).

Apesar da separação, ambas as raças apresentavam inferioridade em relação ao papel social da mulher. Tais atitudes se refletem, ainda hoje, em estigmas que limitam o alcance ao espaço público. A melhor forma de retratar isso é a baixa representatividade feminina na política, que afeta mulheres brancas e negras. Trata-se de algo que permanece, mesmo após a conquista do direito ao voto e da possibilidade de se candidatarem e serem eleitas, um dos elementos mais relevantes nas conquistas sociais das mulheres, dentre as apontadas por Itaboraí (2016).

Tal fenômeno acontece, conforme Scott (1995), porque o gênero se tornou uma categoria antitética da ciência política. Além disso, há resistência na inclusão das mulheres e nas relações de gênero quando se trata de temas políticos, em razão da estrutura patriarcal. Quando usado em diversas situações, surgem para justificar ou criticar o reinado de monarcas e suas relações com seus súditos.

Ou seja, a esfera pública da transcendência, em que o homem controla a natureza, ainda pertence ao gênero masculino. Ele é responsável pela produção de conhecimentos, invasão e proteção de territórios e ordenamento político. Afinal, tais papéis são, historicamente, voltados aos homens. Já a esfera doméstica se preocupa com a reprodução da vida humana, por isso recebe o nome de esfera da sobrevivência. Ela é tão fundamental que só a partir dali é possível que ocorram as atividades transcendentais (IZQUIERDO, 1992).

A importância da fêmea humana para a sobrevivência da espécie não justifica, por si só, a construção social da “mística feminina” nomeada por Friedan (1971). Embora ela seja responsável pela gestação, ambos os sexos biológicos possuem seus papéis na concepção. Assim, o correto seria imaginar que tanto o homem quanto a mulher ocupassem a esfera doméstica (RUBIN, 2017; IZQUIERDO, 1992).

Da mesma forma que é lógico pensar que mulheres e homens compõem a esfera doméstica, torna-se viável crer que ocorra o mesmo na esfera da transcendência. Ou seja, homem e mulher podem ocupar, simultaneamente, a esfera pública. Porém, quando isso ocorre, não é encarado como algo virtuoso. Segundo Perrot (1998), a mulher pública se torna sinônimo de prostituta no sentido simbólico, vista como motivo de vergonha e obrigada a se manter escondida. No entanto, a

historiadora também percebe que, gradativamente, essas fronteiras se desfazem por ações femininas.

Entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las. As frentes de luta das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam a violenta reação dos homens. Mas existem também outros tipos de relações – de aliança, de cumplicidade, de amizade e de amor. Trata-se menos de guerras do que de escaramuças, menos de frentes do que de linhas quebradas ou deslocadas. Assim, as fronteiras que limitam a vida das mulheres, atribuindo-lhes mais um destino do que uma sina, movem-se ao longo do tempo. Certos terrenos são de acesso mais fácil do que outros, como a saúde ou a educação e, de um modo mais geral, o trabalho assalariado. A zona aventureira da criação é interessante em sua ambiguidade. As mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas. Mas a arquitetura, essa ordem das cidades, a música, linguagem dos deuses, assim como no campo dos saberes, a filosofia ou as matemáticas, permanecem hostis a elas. Essas divisões simbólicas dos sexos são, de todas, as mais sólidas e as mais invisíveis. (PERROT, 1998, p. 91).

Uma das mudanças que flexibilizou essa divisão foi constatada por volta dos anos de 1930, quando o simples ato de manter os cabelos curtos se converteu em bandeira de luta pela emancipação feminina (PERROT, 1998). Dessa forma, pouco a pouco as mulheres abrem espaço para que possam ocupar a esfera da transcendência. Nessa luta diária, um dos grandes obstáculos atuais é a participação feminina na política. Ainda que o processo de direitos políticos femininos tenha se iniciado no século XX, ele ainda é predominantemente masculino na segunda década do século XXI.

Scott (1995) esclareceu, conforme consta no segundo tópico do presente capítulo, que gênero atuaria como uma forma primária de significação das relações de poder. Ela usa da política para esclarecer tal fenômeno, ao explicar, de forma análoga, que existe correspondência entre o divórcio e a democracia. A ordem do Estado dependeria, portanto, da legislação — que determinava os limites da relação marital no período medieval — e das ideologias conservadoras contemporâneas. Nesse contexto, enxerga uma conexão entre regimes autoritários e o controle feminino.

[...] em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). (SCOTT, 1995, p. 91).

Mas por que a dominação sobre as mulheres seria útil aos homens que ocupavam a esfera pública? Conforme Scott (1995), isso acontece para construir e consolidar o poder masculino. Tal situação é demonstrada, inclusive, em regimes democráticos, como o do Estado de bem-estar social, que adotam políticas reprodutivas paternalistas, atribuindo esse papel às mulheres.

Antes disso, os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau já tratavam do papel da mulher no Estado. Os dois primeiros admitiam a soberania feminina desde que as mesmas pertencessem à nobreza. Já Rousseau enxergava as mulheres como de natureza submissa, destinadas à vontade do homem. Ele defendeu a igualdade política e econômica entre homens do sexo masculino, ao mesmo tempo em que não se preocupou com o papel da mulher em tal esfera. As mulheres teriam a obrigação natural de servir como esposas e mães, formando bons cidadãos, destinadas ao espaço social doméstico (GUIMARÃES, 2005; IZQUIERDO, 1992; FRIEDAN, 1971; PERROT, 1998).

Scott (1995) conclui seu raciocínio a partir da constatação de que a alta política representa um conceito generificado. Ou seja, está relacionada ao poder público que mantém sua autoridade às custas da segregação de mulheres, para que assim seja mantido seu funcionamento aos moldes do que foi estabelecido: patriarcal.

Tal separação também era justificada a partir da construção social de que as mulheres eram menos sábias ou, até mesmo, irracionais. Rachel Soihet (2002) pontua que se pensava, inclusive no período iluminista, que as mulheres que tinham acesso à educação não conseguiriam refletir a partir do conhecimento, pois eram isentas de razão. Isso significa que, embora houvesse o ideal de liberdade a todos, o discurso era elaborado por homens, sem contribuição alguma das mulheres.

1.5 Mulheres na política brasileira

Como visto no tópico anterior, o espaço político, historicamente, não é voltado às mulheres. Isso acontece em todo o mundo e se reflete na realidade brasileira. É possível constatar, a partir disso, que mesmo pertencendo à espécie humana, as mulheres não eram vistas como cidadãs, pois não detinham direitos políticos. Vale acrescentar, todavia, que a cidadania plena pressupõe a união de três direitos: civis, políticos e sociais (CARVALHO, 2008; COVRE, 1991).

Conforme conceituam Carvalho (2008) e Covre (1991), os direitos civis estão relacionados à possibilidade de ir e vir e à liberdade dos indivíduos como um todo. Os direitos sociais são voltados ao atendimento das necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e educação. Por fim, os direitos políticos — que são o foco nesse momento — voltam-se à possibilidade de votar, ser eleito, criar e participar de organizações, sindicatos e partidos.

Até 1932, portanto, as mulheres não eram vistas como cidadãs completas, uma vez que não possuíam direito ao voto (BRASIL, 1932). Tal privilégio era dado ao gênero masculino, mas não a qualquer homem. Era necessário que este fosse alfabetizado e livre, algo que era exclusividade de homens brancos pertencentes às classes mais elevadas da sociedade brasileira. A situação somente se modificou a partir da lei que tornou possível o voto feminino.

Entretanto, ainda que algumas mulheres pudessem exercer o direito ao voto a partir de 1932, isso acontecia com inúmeras restrições. Somente as mulheres casadas, com consentimento do marido ou dos pais, no caso das solteiras, puderam votar até 1934 (BIROLI, 2011). A partir de então, o voto se tornou facultativo para mulheres e obrigatório para homens. Foi somente com a Constituição de 1946 que ambos os sexos passaram a ter o dever de escolher seus líderes (BRASIL, 1946).

Mesmo com a obrigatoriedade do voto feminino, Biroli (2011) pontua que isso não ocorria em decorrência do analfabetismo que atingia a maioria das mulheres. As analfabetas eram impedidas de votar até 1985. A demora no processo se deve, também, ao período ditatorial, que restringiu eleições no Brasil e em vários países da América do Sul nas décadas seguintes.

Isso comprometeu não apenas o exercício do voto, mas a construção de carreiras políticas e a participação em movimentos e organizações que fizessem críticas a tais regimes. Por isso, muitas das mulheres brasileiras que têm participado da política institucional nos anos recentes — aí incluída a primeira mulher a chegar à Presidência da República, Dilma Rousseff — atuaram em organizações clandestinas e mesmo de luta armada na juventude. A violência da repressão não foi neutra em termos de gênero. Estão hoje documentadas práticas de tortura a mulheres, que incluíram a violação e formas específicas de humilhação e terror, assim como a perseguição a homossexuais e o combate ao 'homossexualismo'. Mas é possível argumentar que só mais tarde se teria a compreensão de que misoginia e sexismo foram elementos fundamentais no processo político e na dinâmica de dominação do período. (BIROLI, 2018, s/p).

Biroli (2018) ressalta que, apesar do contexto desfavorável por causa da ausência de democracia, muitas mulheres se engajaram politicamente contra injustiças sociais, principalmente em políticas que beneficiavam suas iguais. Ainda assim, elas não conseguiam representantes que ocupassem cargos eletivos. Isso demonstra que as mulheres não se conformavam em permanecer na esfera doméstica, pois usavam de ferramentas legais para alcançar a esfera pública (IZQUIERDO, 1992). No entanto, assim como identificou Perrot (1998), as fronteiras não se desfazem facilmente.

Foi necessário, então, um longo caminho para que as mulheres pudessem ser consideradas cidadãs com direitos políticos, ainda que esta cidadania não seja completa. Como pontua Carvalho (2008, p. 9), “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”. Ainda assim, esse é o caminho perseguido, para que todos e todas usufruam plenamente da sua cidadania.

No entanto, a demora do Estado em permitir que as mulheres conquistassem espaço na política não representa uma possível passividade por parte delas, que conquistaram esses direitos a partir de muitas lutas. Um dos primeiros passos dados pelas mulheres, em prol de alcançarem o poder de decisão sobre quem seriam seus representantes, data de 1880, durante o Império, quando a dentista Isabel de Mattos Dillon usou da Lei Saraiva para requerer seu direito de votar. Seu título de dentista permitia que se enquadrasse na legislação. Porém, somente em 1905, 25 anos depois, três mulheres foram as primeiras a votarem no país, no Estado de Minas Gerais, antes da legislação abranger todo o país (DE TOLEDO; JARDIM, 2019).

Ainda antes de todo o Brasil conquistar o direito ao voto, a primeira prefeita mulher do país foi eleita em 1928, em Lajes, no Rio Grande do Norte. Já em 1933, agora com o Código Eleitoral válido para todo o Brasil, Carlota de Queirós se torna a primeira deputada federal. Anos mais tarde, somente em 1990, as primeiras senadoras são eleitas: Júnia Marise, em Minas Gerais; e Marluce Pinto, em Roraima. Em 1994, o Maranhão se torna o primeiro estado brasileiro a eleger uma governadora, a Roseana Sarney. Por fim, um dos últimos marcos da presença feminina na política se deu em 2010, quando a nação passou a ter Dilma Rousseff como sua presidenta (DE TOLEDO; JARDIM, 2019). Mesmo assim, há muito que se fazer até que as

mulheres alcancem a igualdade de cargos na política, a começar pelo número de candidaturas.

Uma representação desse longo percurso é a estimativa do Tribunal Superior Eleitoral (2018), o qual demonstra que, em 2018, as mulheres compunham 52,5% do eleitorado brasileiro. Essa realidade era inimaginável em 1946, quando o voto se tornou obrigatório às mulheres. Uma maioria eleitora, contudo, não representa uma inserção do gênero na esfera pública da política, que permanece dominada por homens (PERROT, 1998; IZQUIERDO, 1992).

Apesar de ser melhor, no século XXI, a condição da mulher na política, quando se fala em representação política, ou seja, em candidatas disputando e ocupando cargos políticos, o resultado é muito desproporcional à realidade da maioria das eleitoras. Mas por que a presença feminina é tão relevante?

Um dos argumentos se deve à questão do surgimento de políticas públicas voltadas às mulheres, pois uma maior representação delas em cargos políticos poderia resultar em um diálogo melhor com suas iguais.

No entanto, há cientistas políticas que identificaram, em seus estudos, casos em que a quantidade de candidatas mulheres eleitas não resulta, automaticamente, em uma agenda pública voltada à mulher. Merike Blofield (2011), por exemplo, identificou que o Uruguai, embora tenha uma baixa representação de mulheres na política, trabalha com pautas femininas que contestam a estrutura patriarcal. Nos Estados Unidos, contudo, onde existe uma grande quantidade de mulheres na esfera pública, a agenda feminina ainda se demonstra conservadora.

Ainda que se reconheça tal situação, entende-se que o número de mulheres na política, no Brasil, fica muito aquém do que poderia ser, quando se considera que mais da metade da população eleitora é composta por mulheres. Nesse cenário, surge a “cota de gênero”.

Desde 2009, a Lei das Eleições (nº 9.504/1997) estabelece a obrigatoriedade de uma cota mínima de 30% para candidaturas de cada gênero. A legislação se aplica para os cargos de deputado federal, estadual e distrital e de vereador (BRASIL, 1997). Porém, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2018), em 2010 esse valor ainda não tinha sido atingido, o que ocorreu somente partir de 2012.

Apesar da “cota de gênero”, Panke (2016) identifica que a situação do Brasil é alarmante quando se refere à representação feminina na política. Nas eleições de 2014, o Brasil elegeu apenas 51 deputadas, o que não representa nem 10% do total da Assembleia. Para mudar isso, a autora defende que é necessário desenvolver políticas que empoderem as mulheres e as incentivem a ocupar a esfera pública da política:

Para empoderar as mulheres é necessário desenvolver uma série de iniciativas que vão desde mudar a forma como o gênero é ensinado nas escolas e nas famílias, fortalecer as mulheres economicamente com capacitações profissionais, gerar treinamentos para as interessadas em entrar na política, mudar leis das cotas afirmativas (implantação nos países onde não existem e aumento da porcentagem, determinando cotas para assumir o cargo), entre outras políticas públicas. (PANKE, 2016, p. 51).

No primeiro ano analisado, em 2010, é possível observar que, mesmo após a “cota de gênero”, apenas 22% dos candidatos a deputados federais eram mulheres, enquanto para candidatos a deputados estaduais a porcentagem feminina era de 23%.

Ainda que não se enquadrem na lei, os resultados para as eleições de governadores, senadores e presidente também demonstram baixas representações femininas. Para o Senado, na mesma disputa eleitoral de 2010, somente 13,1% dos candidatos eram mulheres. Para a eleição de governadores, a porcentagem feminina era de 10,7%. Já para ocupar a Presidência, a representação de candidatos era de 22%, número maior que o demonstrado nas eleições de 2018 (ALVES, 2012).

Em 2014, a participação feminina esteve presente em 30,45% dos candidatos ao cargo de deputado federal; e em 30,04% dos candidatos ao cargo de deputado estadual. Há um aumento em relação à disputa de 2010, quando não se alcançou o mínimo de 30% estipulado pela “cota de gênero” (TSE, 2014; BRASIL, 1997). Apesar disso, o valor é muito baixo se comparado aos dados de candidaturas masculinas.

Para o Senado, em 2014, foram registradas, aproximadamente, 13% de candidaturas femininas, e 10% disputaram a vaga de governadoras. Dos 11 candidatos a disputarem a vaga de presidente, três eram mulheres, o que resulta em menos de 30% (TSE, 2014). A porcentagem só não foi mais baixa porque Marina Silva substituiu a candidatura de Eduardo Campos, que havia falecido (EDUARDO, 2014).

Na última disputa eleitoral do país, em 2018, 30,7% das candidaturas ao cargo de deputado estadual foram de mulheres. Para a vaga de deputada federal, um valor um pouco maior, com 31,59%. Para os demais cargos, a representatividade feminina foi menor, somando 15% dos candidatos à Presidência; 12% dos candidatos a governadores; e 18% dos candidatos ao Senado (CARAM, 2018). Todos esses valores indicam um aumento gradual de mulheres que estão insatisfeitas e almejam se deslocar para a esfera pública. No entanto, percebe-se que esses números, ainda hoje, são levemente maiores que os 30% determinados pela “cota de gênero”, o que ainda resulta em uma baixa representatividade política feminina.

Panke (2016), a partir de entrevistas, percebeu que, em geral, há três maneiras das mulheres encararem o desafio de disputar uma eleição: a influência familiar ou escolar, quando essas direcionam, de alguma forma, para a política; a militância na base dos partidos ou movimentos sociais, que serve como porta de entrada para disputas políticas; e a experiência profissional, pois o conhecimento de determinadas áreas faz com que elas se sintam preparadas para a função.

Mas se existe a “cota de gênero”, porque parece que as mulheres não se submetem aos processos eleitorais? Segundo uma pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado (2014), em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher e divulgada pela cartilha “Mulheres na Política”, um dos fatores principais que as afastam das candidaturas é a falta de apoio dos partidos políticos — o que aparece em 41% das respostas. 23% das mulheres entrevistadas também apontam a falta de interesse político como uma das causas, enquanto 19% mencionam a dificuldade em disputar com homens. Ao todo, foram ouvidos 1091 cidadãos brasileiros, entre homens e mulheres, de 16 anos ou mais. Além desses motivos, Panke (2016) aponta a falta de preparo e o machismo presente no processo de disputa como barreiras para a entrada das mulheres na política.

Embora a “cota de gênero” surja como uma forma de garantir maior representatividade, até o momento não tem gerado tantos frutos. A legislação desencadeou uma onda de fraudes, pelas quais partidos e coligações se utilizam de “candidatas laranja” apenas para cumprir os 30% estipulados. O Tribunal Superior Eleitoral (2018) apurou, em 2016, que pelo menos 16 mil candidatos não receberam nem um voto, nem mesmo o próprio. E 23% dos municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher como vereadora.

Uma forma de combater essas fraudes foi adotada nas disputas de 2018, quando se estipulou uma cota mínima de 30%, do fundo de campanha, para candidatas mulheres. A mesma proporção de tempo para propaganda eleitoral, no rádio e na tevê, é de exclusividade feminina (CARAM, 2018). Assim, os partidos se veem obrigados a investirem em candidaturas de mulheres, ainda que não tenham interesse em fazê-lo.

O resultado das fraudes e da baixa porcentagem de candidatas faz com que o Brasil ocupe a 152^a posição no ranking que mede a participação feminina na Câmara de Deputados, em disputa com outros 189 países. É o pior resultado entre os países sul-americanos (SILVEIRA, 2018). Isso demonstra que, embora existam aquelas que deixam a esfera doméstica para se tornarem mulheres públicas, ainda não há uma reversão nas urnas que traga mudanças significativas no número de mulheres na política.

Tudo isso levanta o questionamento: até que ponto as mulheres têm, de fato, espaço na política? E quando se candidatam, o foco do discurso é voltado a questões de gênero? Em busca de respostas a essas questões, a presente pesquisa analisa os Debates Presidenciais, com o propósito de compreender como a temática referente às mulheres aparece dentro do discurso político midiático e de que forma os candidatos a utilizam para a construção da própria imagem.

CAPÍTULO 2

MÍDIA E POLÍTICA: O PAPEL DOS DEBATES PRESIDENCIAIS NAS ELEIÇÕES

Na era da informação, a invisibilidade é
equivalente à morte.

(Zygmunt Bauman)

O segundo capítulo da dissertação é estruturado em quatro tópicos que discutem o papel da mídia nas campanhas eleitorais, especificamente nas presidenciais — que são o foco do estudo. No primeiro, aparecem teorias da comunicação que analisam o papel dos emissores e receptores e a relevância dos meios comunicativos para a interpretação do conteúdo midiático.

No segundo tópico, é discutida a importância dos Debates Eleitorais para as eleições. São considerados: particularidades do formato midiático; papel nas campanhas; estrutura; e poder de persuasão. O terceiro tópico apresenta as regras dos debates da Bandeirantes, para compreender a estrutura dos programas analisados pelo estudo.

Por fim, no último tópico do capítulo, aparece o histórico dos Debates Presidenciais transmitidos pela Bandeirantes, com ênfase na participação das mulheres no processo. São especificados quais os candidatos daquelas disputas e, também, informações complementares, como audiência dos programas; pesquisas de intenção de voto anteriores e posteriores ao encontro; e o resultado nas urnas de cada disputa analisada.

Com a união dos elementos trazidos no capítulo, busca-se auxiliar na concepção dos Debates Presidenciais como um formato midiático que, pelo espetáculo televisivo, atrai e persuade o público/eleitor. Por isso mesmo, pode contribuir, ou não, para a manutenção de estereótipos negativos sobre o papel social do gênero feminino.

2.1 Pressupostos teóricos sobre a política na mídia televisiva

Nas palavras de Charaudeau (2008), a sociedade se estrutura, politicamente, a partir de três categorias abstratas. A primeira delas é o lugar de governança em que os agentes políticos têm o poder de atuar em prol dos cidadãos. A segunda se refere

ao espaço opinativo, no qual se encontram os eleitores que exercem suas cidadanias à medida que cobram por seus direitos daqueles que ocupam um lugar de governança.

O último lugar político refere-se ao da mediação e é representado pela mídia, a qual é essencial por interligar a governança ao espaço opinativo onde estão os cidadãos (CHARAUDEAU, 2008). Nesse contexto midiático, os meios de comunicação de massa, aliados à política, criam o que Albuquerque (1999) denomina de “espetáculo político”. Tal fenômeno é responsável por criar uma representação atraente ao público/eleitor.

[...] a mídia, no campo da política, aparece como um poder aliado a outros poderes, com potencialidades reconhecidas através de seus mecanismos e estratégias de convencimento, persuasão e apelo. Essa observação não se resume à propaganda política da mídia; envolve todas as manifestações da cumplicidade entre mídia e política que repercute no tecido social. (WOITOWICZ, 2004, p. 20).

É a partir da mídia que os atores políticos são julgados. Por essa razão, os discursos transmitidos nesse campo de mediação recebem um cuidado maior, pois o público/eleitor é capaz de interpretar e julgar as informações que recebe. De acordo com Albuquerque (1999), o espaço que os atores políticos ocupam nos meios de comunicação hegemônicos são cruciais para a manutenção de seus cargos. Isso é reforçado, principalmente, no período eleitoral, momento em que se faz necessário o uso de ferramentas midiáticas para atrair os eleitores, dentre elas estão formatos como Horário Eleitoral e Debates Presidenciais.

O poder de convencimento que a mídia possui sempre foi discutido por diversas correntes teóricas. Uma das pioneiras é a teoria hipodérmica, que data dos anos de 1930 e é descrita por Mauro Wolf (2003) na obra “Teorias da Comunicação”. A teoria hipodérmica prevê o receptor como um sujeito passivo. Assim, a partir de um sistema de estímulo – resposta (E-R), a massa — formada por esses sujeitos — absorve o conteúdo dos meios de comunicação e o interpreta de forma homogênea. Esse conteúdo, em geral, é composto por material propagandista que é aceito, sem resistência, pelo receptor.

Oliveira (2014) acredita que a teoria hipodérmica seja a primeira a tentar explicar como os meios de comunicação de massa influenciam os receptores. Para

isso, usou as ideias da psicologia comportamental para analisar as propagandas de regimes totalitários e, também, os efeitos ocasionados pela transmissão do romance Guerra dos Mundos, de H.G. Wells, pelo rádio. Dessa forma, Wolf (2003) comparou o modelo comunicacional a uma agulha que injeta conteúdos sobre os sujeitos, os quais respondem imediatamente.

Foi Lasswell, no final da década de 1940, um dos primeiros a compreender que a mídia influenciava de forma distinta seus receptores. Desenvolveu, assim, o modelo que traz algumas perguntas fundamentais a se fazer diante de um conteúdo midiático: quem? (emissor); diz o quê? (conteúdo); por qual canal? (mídia); a quem? (receptor); com qual efeito? (objetivo da mensagem) (WOLF, 2003, p. 12). Tais perguntas almejam organizar uma análise completa a partir de todos os fatores que contribuem para a assimilação do conteúdo trazido pelos meios de comunicação de massa.

Ainda nos anos de 1940, Lazarsfeld percebeu, também, que o receptor é influenciado de formas distintas pelos meios de comunicação. Assim, desenvolveu a teoria da Comunicação em Dois Níveis (Two Steps Flow of Communication, no original) e a Teoria dos Efeitos Limitados. Essas foram criadas quando o autor pesquisou o modo como a mídia influenciava o cenário político de uma campanha eleitoral e afetava as preferências do eleitorado norte-americano. O pesquisador identificou, portanto, que o contexto social ao qual a audiência estava exposta influía na interpretação dos conteúdos midiáticos.

Lazarsfeld (1979) chegou à conclusão de que o emissor não é inflexível e altera a mensagem conforme a recepção do público. Também percebeu que os contatos diretos e pessoais — relações face a face — são mais aceitos por alguns do que o conteúdo midiático, que tende a ser mais impessoal. Identificou, ainda, que a sociedade considera como base de seus argumentos aquilo que é dito por quem ela respeita. Assim, no momento de tomar uma decisão eleitoral, o corpo a corpo político realizado por uma figura respeitável, como um candidato, pode ter mais influência sobre o eleitor. Diferentemente da distância proporcionada pela mídia, a proximidade vinda desses momentos é passível de causar sensibilidade no eleitorado.

Além da preocupação com a relação emissor-receptor, faz-se necessário entender a influência da evolução dos meios na sociedade. McLuhan (1974) percebeu que os meios de comunicação não eram, apenas, estruturas técnicas pelas quais os

conteúdos do emissor eram transmitidos. A influência dos meios era direta, ao modificar as formas de produção e disseminação da informação.

Na Era da Eletricidade, demarcada por McLuhan (1974), os meios eletrônicos, como rádio e televisão, ganham maior ênfase. Com o acesso prolongado aos meios, o homem e a mulher passam, cada vez mais, a depender disso, pois esses se tornam extensão do corpo. Na contemporaneidade, a Teoria dos Meios, tratada por McLuhan em 1964, é atualizada e volta-se, principalmente, para as redes online.

Qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo. Assim, não há meio de recuperarmos a ceder às novas relações sensoriais ou ao 'fechamento' de sentidos provocado pela imagem da televisão. Mas o efeito do ingresso da imagem da televisão variará de cultura a cultura, dependente das relações sensoriais existentes em cada cultura. Na Europa tátil, visual, a TV intensificou o sentido visual, forçando-a em direção aos estilos americanos de condicionamento e vestuário. Na América, cultura intensamente visual, a televisão abriu portas de percepção audiotátil para o mundo não visual das linguagens faladas, da alimentação e das artes plásticas. Como extensão e acelerador da vida sensorial, todo meio afeta de um golpe o campo total dos sentidos, como já o dissera o Salmista, há muito tempo, no Salmo 113. (MCLUHAN, 1974, p. 63).

Nesse sentido, Verón (1997) percebe que a comunicação midiática é a configuração de meios de comunicação. Esses últimos são frutos dos aparatos tecnológicos e de condições de produção e recepção específicas. Cria-se, assim, uma configuração que estrutura o mercado discursivo nas sociedades industriais. O conteúdo desse mercado, no entanto, altera-se rapidamente em razão das evoluções tecnológicas e das necessidades daqueles que o consomem. Assim, o autor entende que surge um processo de midiaticização das sociedades industriais.

Para explicar a midiaticização, Verón (1997) traz três esferas: instituições (não midiáticas); meios (a mídia); e autores individuais. Elas possuem zonas de afetação: 1 – relação entre os meios e as instituições; 2 – relação dos meios com os indivíduos; 3 – relação das instituições com os indivíduos; e 4 – a forma como os meios interferem nas relações entre instituições e indivíduos.

Na zona 1 da midiaticização, classificada por Verón (1997) estão, por exemplo, as transformações que os meios provocam nas gestões governamentais, assim como os governos alteram a estrutura dos meios com as classificações indicativas que determinam a programação da mídia. A zona 2 é representada, principalmente, pela

definição de padrões impostos pela mídia aos autores individuais, ao trazer ideais de corpo, saúde, relacionamentos, alimentação, dentre outros.

Um exemplo de relação da zona 3 corresponde à problemática da transformação interna das organizações a partir da midiaticização. Já a zona 4, pode ser representada por um escândalo midiático que envolva uma instituição, o que irá refletir na relação com os autores individuais (VERÓN, 1997).

Os meios de comunicação se dividem em impressos, eletrônicos e digitais. Eles são responsáveis pela cobertura das estruturas políticas, com ênfase no período eleitoral. Dois dos formatos que mais se destacam nessas ocasiões e repercutem nos demais meios são o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), veiculado pelas estações de rádio e emissoras de televisão, e os Debates Eleitorais, que ainda são, em sua maioria, televisivos.

Como a pesquisa tem por objeto os discursos enunciados nos Debates Presidenciais, o enfoque será dado a eles, pois reconhece-se que esses programas têm características que os tornam relevantes para a construção das campanhas eleitorais. Antes de se aprofundar nesse formato, porém, faz-se necessário compreender um pouco mais sobre a mídia televisiva.

Embora se entenda que há um crescimento significativo das mídias digitais, a televisão mantém seu papel hegemônico e relevante na sociedade brasileira. Rincón (2002, p. 18) a define como um sistema de distribuição audiovisual que une diversos formatos, como noticiários, publicidade, filmes, concursos, esportes, debates e tantos outros. A televisão, portanto, pode ser dividida em conteúdo jornalístico e de entretenimento. Em ambos, porém, permanece a mesma linguagem audiovisual voltada ao espetáculo.

A relevância da mídia está em sua capacidade de aproximação com o público, ao trazer discursos divertidos, cotidianos e narrativos que permitem repercussões posteriores, em rodas de conversas entre amigos, por exemplo (RINCÓN, 2002). Isso faz com que a televisão crie identidades na sociedade, ao moldar personalidades, direta ou indiretamente, a partir do seu conteúdo.

Conforme Guillermo Ozozco Gómez (2005), a televisão possui duas dimensões: é um meio técnico de produção e transmissão de informação e, ao mesmo

tempo, porta-se como uma instituição social que produz signos. O sentido emitido por ela é polissêmico, porque permite diferentes interpretações de acordo com as características e o contexto em que estão inseridos os receptores no momento da mediação de conteúdo.

Porém, ainda que seja forte sua influência e significação, trata-se de uma instituição social que, como tal, disputa espaço com outras instituições. Assim, o processo de mediação, conforme Gómez (2005), também decorre da influência de organizações como partidos políticos, movimentos sociais, escola, sindicatos, igreja e até da mais básica e primária relação de poder: a família.

A partir desse contexto, entende-se que o receptor não é passivo às mensagens transmitidas pela televisão. Gómez (2005) elenca o passo a passo do processo de mediação do conteúdo apresentado pela mídia, seja ele de qualquer natureza. Inicia-se com a atenção, isto é, o momento em que o receptor está atento e recebe a informação. Enquanto presta atenção àquele produto televisivo, ele compreende a mensagem e faz uma seleção do que é útil para si, o que pressupõe uma valorização das informações. Só então ele armazena a mensagem junto às informações já existentes sobre o tema e constrói, assim, a interpretação desse conteúdo, atribuindo algum sentido ao mesmo.

Conforme Weber (2010), os debates televisivos precisam considerar a relevância da televisão como espaço público. Isso se deve ao poder que ela tem de influenciar a formação da imagem pública, a partir da padronização de informações, de estímulos culturais e da transmissão de um padrão estético de linguagem. Dessa forma, consolida-se como uma mídia de grande apelo visual e influência, o que, por si só, torna os Debates Eleitorais televisivos um objeto importante de análise. O tópico seguinte se preocupa em apresentar as particularidades de tal formato e o que justifica a escolha na pesquisa.

2.2 A relevância dos Debates Eleitorais

Os Debates Presidenciais aconteceram pela primeira vez, no Brasil, em 1989. Foram as primeiras disputas eleitorais democráticas após os 21 anos de Ditadura Militar. Naquele ano, foram realizados seis debates no primeiro turno e apenas dois

no segundo, entre os presidenciáveis estavam Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva (GOMES, 2014).

Desde então, ao longo da história brasileira, os debates tornaram-se essenciais na estrutura midiática das campanhas eleitorais, pois servem de palanque político para os candidatos. Além disso, o modelo se enquadra no que Dayan, Katz e Bernardes (1999) chamaram de *media events*. Ou seja, tratam-se de momentos históricos televisionados e que por sua relevância possuem grande repercussão nacional e até mundial.

Os debates atuam de forma distintas das demais atrações televisivas, pois constituem-se uma “obrigação social”, visto que informações sobre os *media events* são demandadas, posteriormente, por outras mídias e pela sociedade. São aquelas situações do tipo: um amigo questiona o outro para saber se ele acompanhou o programa. Em outros casos sites exerceram tal cobrança, pois esses irão fervilhar com os memes trazidos pelo debate.

Os *media events* dividem-se em três categorias: “encarnações dramatizadas”; “Conquista”; e “Coroação”. Nas chamadas “encarnações dramatizadas”, estão os Debates Eleitorais e também as competições esportivas, do tipo Copa do Mundo e Olimpíadas. Essa primeira categoria é mais relacionada à racionalidade, situação em que as pessoas acompanham uma disputa de argumentos ou de um esporte. Nessas disputas, existem regras bem definidas que precisam ser seguidas por todos do confronto.

O segundo tipo é chamado de “Conquista”. Nele, estão os grandes feitos da humanidade, como a viagem à Lua. No contexto político, a vitória de um candidato nas urnas se enquadra em tal categoria de *media events*, principalmente quando se tratar da vitória de um líder popular, de tal forma que sua conquista terá maior relevância midiática (DAYAN; KATZ; BERNARDES, 1999).

Por fim, a última categoria dos *media events*, tratada por Dayan, Katz e Bernardes (1999), é chamada de “Coroação”. No contexto político brasileiro, pode ser relacionada à posse de um grande líder de Estado e é válida, também, para acontecimentos trágicos, como o funeral de um ícone — seja esse político ou de entretenimento.

Assim, alguns dos presidenciáveis que participaram dos debates analisados pelo estudo puderam experienciar as três categorias de *media events* (DAYAN; KATZ; BERNARDES, 1999). Primeiro das “encarnações dramatizadas” a partir da participação nos Debates Presidenciais; seguido da “Conquista” no caso de Dilma e Bolsonaro, que venceram nas urnas e, por fim, a “Coroação” com a posse de ambos. No caso da petista, vivenciou tal realidade em dois momentos de sua vida pública.

Os *media events*, de modo geral, estão relacionados à tradição e em atrair o público através de figuras homenageadas. Ao focar no *media events* das “encarnações dramatizadas”, nos quais se encaixam os Debates Presidenciais que compõem a dissertação, há que se entender que eles se afastam do que Jeffery Auer (1980, p. 142-149) chamou de debate “verdadeiro”. Este último, conforme o autor, é possuidor de cinco características que não ocorrem nos encontros televisionados. Trata-se de: “(1) um confronto, (2) em tempo igual e adequado, (3) entre opositores de mesmo nível, (4) com temática pré-definida e declarada, (5) para conquistar a audiência”.

Por essa razão, o embate televisivo classifica-se como “falsificado”, conforme Auer (1980), por não alcançar as características do tipo “verdadeiro”. Sua principal dificuldade está relacionada ao tempo igual e adequado destinado aos candidatos, isso porque é difícil determinar o que é a tal adequação. Pode ser representada pela igualdade de tempo entre os candidatos, mas isso só é possível nos Segundos Turnos, quando há apenas dois candidatos. Também tem relação com a discussão ampla das temáticas, o que, de certa forma, é inviável na mídia televisiva, que precisa seguir uma programação predeterminada. No Brasil, de forma geral, os debates duram cerca de três horas. Neles, os assuntos são tratados de forma rápida, porque o foco não é o aprofundamento de temas, mas o confronto de ideias.

Para além da questão do tempo de programa, os debates brasileiros adotam modelos padronizados, mas flexíveis para que as emissoras possam se adaptar ao contexto político e ao público. De acordo com Weber (2010), embora aceitem alterações, os debates, no geral, enquadram-se em três tipos de classificação: convencionais, coloquiais e interativos. É possível, no entanto, que apareça mais de uma característica em um mesmo debate. Essa situação é observada nos programas transmitidos pela Bandeirantes, como pode ser visto no tópico seguinte.

O debate convencional subdivide-se em seis estruturas: **simples** — em que os adversários se colocam frente a frente diante de uma tribuna, com o mediador ao centro; **direta** — situação em que não há mediador; tipo **cenário** — mantêm-se as características dos demais, mas pensa-se na questão visual (WEBER, 2010).

Na sequência dos subtipos de debates classificados por Weber (2010), aparece o **mediador-entrevistador**: mediador permanece sentado em frente à tribuna, enquanto os candidatos então em pé, frente a frente. O quinto tipo trabalha com uma **plateia passiva**, que apenas compõe o cenário e acompanha todos os candidatos. Estes ficam em pé à frente dela, enquanto o mediador fica ao lado. Também há o debate convencional de **plateia-cenário**, quando o mediador se posiciona ao centro do palco, enquanto os candidatos ficam em pé e têm possibilidade de se direcionarem à plateia. Nesse caso, os candidatos contam com uma tribuna de apoio.

No que diz respeito ao debate coloquial, Weber (2010) identifica duas subdivisões. O **simples**, quando dois candidatos se sentam junto a uma bancada e o mediador coloca-se ao centro. E **complexo**, quando mais que dois participantes repetem a formação do simples. Na mesma lógica de subdivisão entre simples e complexo, estruturam-se os debates interativos. No **simples**, a interação ocorre entre candidato e mediador; e no **complexo**, permite-se o uso de outras ferramentas midiáticas, perguntas de jornalistas e, até mesmo, inserção de participantes vindos da plateia.

Independentemente da estrutura adotada pela organização do debate, é importante frisar que os programas são transmitidos pela televisão, o que significa que há uma linguagem audiovisual característica daquele espaço. Porém, como pontua Weber (2010), por também se tratar de um momento político, os debates funcionam como uma arena na qual são trazidos os argumentos de um determinado candidato, que podem ser refutados pelos adversários. Mesmo que sejam mais formais que o simples entretenimento, os debates carregam marcas do ambiente televisivo que visam ao espetáculo.

É em prol do espetáculo, por exemplo, que os candidatos são colocados frente a frente, utilizam símbolos dos seus partidos em suas roupas, gesticulam, usam bordões ou palavras de efeito e são questionados sobre assuntos polêmicos (WEBER,

2010). Por essa razão, os candidatos são julgados pela plateia presente e pelo público que acompanha o programa, transmitido ao vivo.

A TV amplia os meios persuasivos vinculados ao que Aristóteles observou há mais de dois mil anos. O *ethos*, os atributos e valores pessoais despertados pelos oradores, estrutura a sua atuação nos debates porque eles não têm outro elemento de ação retórica a não ser a palavra e a sua imagem amplificada pelas câmeras. Nada disso significa dizer que os temas e os posicionamentos políticos debatidos tenham menor relevância. Não se trata de um modelo excludente, mas intercambiável. Os temas e os posicionamentos são importantes porque estão carregados de sentido, e o seu uso é parte da ação retórica do estabelecimento da imagem que os candidatos buscam projetar. Por essa dimensão, a maneira de fazer ver, fazer sentir e fazer pensar sobre um posicionamento político é indissociável do fazer ver, fazer sentir, fazer pensar sobre o candidato. (VASCONCELLOS, 2013, p. 21).

Na definição de Vasconcellos (2011), a relevância dos debates está em duas características principais que o programa possui. A primeira delas é o fato de ser um espaço em que, simultaneamente, o público/eleitor poderá analisar propostas de ao menos dois candidatos que participaram do mesmo confronto. Já a segunda está relacionada ao fato do programa ser ao vivo, assim, escapa de eventuais edições que poderiam comprometer a credibilidade.

A edição de debates é vista, desde 1989, como uma maneira de manipular o eleitor. Essa generalização foi criada a partir de duas reportagens exibidas pela Globo, no dia seguinte ao último Debate Presidencial do Segundo Turno daquele ano. De acordo com Gomes (2014), nelas haviam trechos que favoreciam o candidato Collor, que acabou vitorioso nas urnas. As edições foram decisivas, segundo o autor, porque a diferença entre as intenções de voto para o candidato Lula e para o Collor era de 4%, com ascensão do primeiro.

Sobre aquele episódio, há, praticamente, dois consensos: Collor foi melhor que Lula. Mas não tão melhor quanto o JN pretendeu. Lembremos de que, no final dos anos 80, quando o Jornal Nacional entrava no ar, havia uma multidão de telespectadores 'esperando para ver a novela'. Aproximadamente 80% dos televisores ligados no país recebiam as notícias de Cid Moreira e Sérgio Chapelin, históricos apresentadores do telejornal. Foi um período de glória para o JN, se glória fosse medida por índices de audiência. Ocorre que o debate de quinta para sexta durou mais de três horas. Poucos foram até o fim. Quem contou para a massa de eleitores o que ocorrera na véspera foram os jornalistas da Globo, seguindo, como veremos, ordens de Roberto Marinho, proprietário da emissora. (GOMES, 2014, p. 122).

Assim, pelas características dos debates elencadas por Vasconcellos (2011), são identificadas diferenças significativas entre o formato e o Horário Eleitoral. No HGPE, há uma segmentação de programas que separam cada candidato em seu bloco, sem garantia de que discutam sobre o mesmo tema. Porém, a principal distinção se deve à ausência de edição nos debates, o que garante maior veracidade às falas. Dessa forma, ainda que se concorde com Charaudeau (2008) sobre a inverdade da palavra política e considere-se a preparação da assessoria do candidato nos debates, é certo que nem tudo ali sairá como previsto. É por isso que os debates ganham esse caráter de maior espontaneidade, quando comparados ao Horário Eleitoral.

Ainda que se julgue os debates como eficazes para que os eleitores conheçam melhor as propostas tematizadas, o formato é apenas um dos fatores que influenciam os eleitores, segundo Vasconcellos (2011). Na opinião do autor, o público irá construir a avaliação do debate a partir de outras constatações midiáticas, como notícias referentes ao assunto; enquetes com outros eleitores que julgaram o desempenho dos candidatos; e institutos de pesquisa que avaliam as intenções de voto.

Nesse sentido, os debates deixam de ser vistos como determinantes para o resultado de uma eleição. Afinal, eles não são a única fonte de campanha eleitoral a qual os eleitores têm acesso. Além disso, Vasconcellos (2011) reconhece que os telespectadores esperam encontrar, nos Debates Presidenciais, a reafirmação de seus próprios posicionamentos ideológicos. Logo, os debates atuam mais como um reforço de uma atitude política do que incentivo a um determinado tipo de voto.

Trata-se de algo semelhante àquilo que Lazarsfeld (1979) e Gómez (2005) observaram em relação à mediação do público, tanto de produtos voltados à esfera política quanto de qualquer outro produto midiático. Nesse contexto, compreende-se que o público/eleitor não é passivo na recepção, pois além de ser ativo na mediação, interfere na produção de conteúdo. Desse modo, aquilo que foi dito pelos candidatos durante os Debates Presidenciais televisivos pode estar pautado, diretamente, naquilo que a audiência espera ouvir.

É inegável, portanto, que a função dos debates não se reduz à capacidade ou incapacidade de angariar votos. Ainda que as emissoras não editem os programas, o mais certo é que haverá repercussão destes. Os próprios candidatos poderão

reapresentar no HGPE recortes de falas que façam com que eles se destaquem ou que derrubem seus adversários. Isso também será feito pelas demais plataformas jornalísticas, principalmente a digital, que poderá, inclusive, consultar os eleitores sobre o desempenho dos candidatos no programa. Weber (2010) pontua que, dessa forma, ocorre um processo de ressignificação dos debates, ao iniciar na esfera pública uma nova discussão.

Todas essas características dos Debates Eleitorais tornam-no um objeto único, que será útil à presente pesquisa. Os candidatos, por exemplo, incorporam elementos da cenografia televisiva dos debates para dar forma à sua imagem (*ethos*), conforme a classificação de Charaudeau (2008). Os temas referentes às mulheres também foram abordados e utilizados nessa construção e desconstrução de representações sociais.

2.3 Estrutura dos Debates Presidenciais da Band, em 2010, 2014 e 2018

Para que os Debates Presidenciais sejam “verdadeiros” (AUER, 1980), é necessário que eles acatem regras que possibilitam o bom andamento do programa e, principalmente, a igualdade entre os competidores. Por esse motivo, este tópico explora as estruturas adotadas pela Bandeirantes nas disputas de 2010, 2014 e 2018, organizadas no Quadro 1. Os cinco programas têm a mesma estrutura básica, com poucas alterações pontuadas à medida que são descritos os formatos no decorrer do texto.

No início de cada debate, o então mediador, Ricardo Boechat, avisa que as regras do programa foram definidas pela produção da Bandeirantes em comum acordo com a assessoria dos candidatos. Em todos os debates, também foi pontuado que haveria direito de resposta àqueles que se sentissem pessoal ou moralmente ofendidos por seus adversários. Para isso, era necessária a apresentação de queixa após a argumentação do candidato que estava com o direito de fala. Assim, o pedido seria avaliado por uma comissão composta por dois advogados e um jornalista, que rapidamente dariam uma resposta.

Conforme a classificação de Weber (2010), os debates da Bandeirantes, nos Primeiros Turnos das disputas analisadas, adotaram o padrão “coloquial” do tipo “complexo”, ao colocar tribunas lado a lado no palco, simulando uma bancada, e o

mediador ao centro. A câmera captava e mostrava ao público de casa os dois oradores de cada confronto, com a tela dividida entre eles, para que se comparasse a reação de ambos. Além disso, os debates usavam o modelo “interativo”, mais especificamente o “complexo”, permitindo interações de jornalistas com os candidatos — isso somente nos primeiros turnos.

Já nos Segundos Turnos de 2010 e 2014, foi identificada a aproximação da estrutura convencional de Weber (2010), com o subtipo “direto”. Nesse modelo, os dois adversários que disputavam as eleições colocavam-se frente a frente, no canto esquerdo do cenário; ao passo que o mediador ficava fora de cena, no canto direito, ao lado da plateia. Assim, apenas a partir de planos gerais era possível notar todos os elementos do programa. Nos confrontos, do mesmo modo que ocorrera nos Primeiros Turnos, os candidatos foram enquadrados de frente e dividiam a tela, para que o público observasse tanto a reação de quem falava quanto de quem ouvia.

O público, presente no palco dos cinco debates, atuava como plateia passiva, pertencente aos debates convencionais (WEBER, 2010), pois apenas servia para compor o cenário e não interagiu com os candidatos, por decisão da produção. Em alguns momentos, contudo, burlava as regras para se manifestar a partir de palmas e vaias, sendo rapidamente repreendido pelo mediador.

Em todos os anos em que ocorreu Debates Presidenciais na Bandeirantes, iniciados a partir de 1989, a emissora sempre começou os programas com uma pergunta geral emitida pelo mediador. A resposta era dada em ordem definida por sorteio prévio acompanhado pela assessoria dos candidatos — atitude que se manteve em todas as rodadas de perguntas. O questionamento do mediador devia ser respondido por cada um dos candidatos, em período de tempo que variava conforme a quantidade de participantes dos programas.

Para que fique mais claro, o Quadro 1 mostra a estrutura dos programas, os valores temporais e a dinâmica de organização de cada um dos cinco debates. Nele, “min” e “s”, acompanhados de numerais, representam minutos e segundos, respectivamente. Já nos confrontos diretos, os formatos são representados por P (Pergunta); R (Resposta); R2 (Réplica); T (Tréplica) e L (Livre). Os espaços com X representam a ausência de tal formato.

Quadro 1 – Regras dos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)

Debates:		2010		2014		2018
	Formatos	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno
1º Bloco	Pergunta Geral	2 min	2 min	1,5 min	2 min	1,5 min
	Confronto Direto	P: 30 s R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	P: 1 min R: 2 min R2: 2 min T: 2 min	X	P: 1 min R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	P: 30 s R: 1 min R2: 45 s T: 45 s
2º Bloco	Confronto Direto	P: 30 s R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	P: 1 min R: 2 min R2: 2 min T: 2 min	P: 30 s R: 2 min R2: 45 s T: 45 s	P: 1 min R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	X
	Perguntas de jornalistas	X	X	X	X	P: L R: 1 min R2: 45 s T: 45 s
3º Bloco	Confronto Direto	P: 30 s R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	P: 1 min R: 2 min R2: 2 min T: 2 min	X	P: 1 min R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	P: 30 s R: 1 min R2: 45 s T: 45 s
	Perguntas de jornalistas	X	X	P: L R: 2 min R2: 45 s T: 45 s	X	X
4º Bloco	Confronto Direto	X	P: 1 min R: 2 min R2: 2 min T: 2 min	P: 30 s R: 2 min R2: 45 s T: 45 s	P: 1 min R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	X
	Perguntas de jornalistas	P: L R: 2 min R2: 1 min T: 1 min	X	X	X	P: L R: 1 min R2: 45 s T: 45 s
5º Bloco	Perguntas de jornalistas	X	X	P: L R: 2 min R2: 45 s T: 45 s	X	X
	Considerações Finais	2,5 min	3 min	1,5 min	2 min	1,5 min

Fonte: Regras dos Debates Presidenciais da Band em 2010, 2014 e 2018.

Nota: Organizado pela autora.

As perguntas gerais demoravam mais tempo no Primeiro Turno de 2010 e nos Segundos Turnos de 2014 do que nos Primeiros Turnos de 2014 e 2018, como demonstra o Quadro 1. O valor se deve ao aumento no número de concorrentes, que vão de até quatro candidatos para o máximo de oito — caso da última disputa

analisada pela pesquisa. Além disso, no Primeiro Turno de 2014, o primeiro bloco completo foi destinado à pergunta geral, sendo essa a única vez que isso ocorreu dentro dos cinco programas analisados.

Nos programas que tiveram confronto direto no primeiro bloco, os candidatos, em ordem definida por sorteio, puderam debater com um adversário de sua escolha, desde que ele não tivesse respondido mais de duas questões naquele bloco, conforme as regras do debate. Os valores de tempo de cada formato variam, conforme pode ser verificado no Quadro 1. Em 2018, também há menor tempo de argumentação, em razão da quantidade de participantes: total de oito candidatos.

Em relação aos segundos blocos, nota-se que há mudanças maiores entre os debates. Enquanto nos Primeiros Turnos de 2010 e 2014 houve confrontos diretos entre os candidatos, no Primeiro Turno de 2018 esse momento do programa contou com a participação de jornalistas da Bandeirantes. Cada candidato foi questionado uma vez por um dos jornalistas. O jornalista tinha direito de escolher dois candidatos: um para resposta e outro para comentário. Essa participação substituiu, por exemplo, o momento dos temas sorteados, que outras emissoras costumam apresentar.

Os tempos de fala dos jornalistas, nesse segundo bloco do Primeiro Turno de 2018, não eram definidos pelas regras. Porém, com base na análise, constatou-se que eles variavam de 30 segundos a 1 minuto. Assim, os jornalistas que pertenciam à produção da Band tinham tempo indefinido de fala e liberdade para trazer temas que julgassem necessários, considerando o cenário político vivenciado.

Nos Segundos Turnos de 2010 e 2014, não houve grandes mudanças. Em ambos os anos, os candidatos puderam fazer duas perguntas cada um, de acordo com a ordem estabelecida no sorteio prévio. Os blocos de 2010 contaram com a mesma quantidade de tempo para perguntas, respostas, réplicas e tréplicas. A situação se manteve em 2014, só que agora o tempo para réplicas e tréplicas era menor.

Os terceiros blocos são semelhantes nos debates do Primeiro Turno de 2010 e 2018, com confrontos diretos que divergem apenas quanto ao tempo. Nos Segundos Turnos de 2010 e 2014, há a diferença do número de perguntas, uma para cada candidato em 2010 e duas em 2014. No Primeiro Turno de 2014, os jornalistas puderam fazer perguntas aos presidencialistas.

Durante os quartos blocos dos Primeiros Turnos de 2010 e 2018, os candidatos tiveram que responder as perguntas dos jornalistas. Já no Primeiro Turno de 2014, o quarto bloco foi destinado aos confrontos diretos entre os presidenciáveis, momento em que cada um poderia fazer, no máximo, uma pergunta e responder até duas. Nos Segundos Turnos de 2010 e 2014, foi permitida uma pergunta por candidato dentro do bloco.

Por fim, os quintos e últimos blocos dos debates foram reservados às Considerações Finais, com mudanças apenas em relação ao tempo. A exceção fica por conta do Primeiro Turno de 2014, em que, além das Considerações Finais, teve perguntas de jornalistas.

Ao se analisar os debates ao longo dos anos, é notável a diminuição do tempo de fala dos candidatos, o que é totalmente justificável, visto que houve um aumento no número de presidenciáveis. Em 2018, por exemplo, há o dobro do número presente em 2010. Outra mudança que também pode ser constatada é a presença dos jornalistas, que foi ampliada em debates com mais candidatos. Durante os debates de 2014 e 2018, houve duas rodadas de perguntas de jornalistas, o que significa que a produção da Bandeirantes interferiu mais ativamente sobre os temas pautados do que em 2010, quando há apenas uma rodada de perguntas de jornalistas.

2.4 Breve histórico dos Debates Presidenciais da Bandeirantes

A Bandeirantes foi a primeira emissora brasileira a realizar debates televisivos entre os presidenciáveis. Essa marca foi conquistada com o debate de 17 de julho de 1989, quando o país se preparava para a primeira eleição presidencial após a redemocratização (BAND, 2018a). Na eleição daquele ano, apareceu a primeira mulher a disputar o cargo mais elevado do país, Livia Maria Lêdo Pio de Abreu, pelo PN (LIMA; PANKE, 2017).

Além de Livia, como pontuam Lima e Panke (2017), havia mais 21 candidatos, porém somente 11 deles foram convidados para o primeiro debate e apenas nove aceitaram. São os seguintes: Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Afonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PFL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ronaldo Caiado (PSD), Guilherme Afif Domingos (PL) e Roberto Freire (PCB).

Recusaram-se a participar da discussão Fernando Collor de Mello (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB) (BAND, 2018a).

Esse primeiro debate da tevê brasileira foi mediado pela jornalista Marília Gabriela. Era, pelo menos, uma voz feminina naquela noite histórica, já que Livia não estava dentre os convidados (BAND, 2018a). Ainda assim, ela marcou seu lugar dentro das disputas eleitorais presidenciais, por ser a grande pioneira do gênero feminino. Na ocasião, Livia obteve 179.922 votos, ficando em 14º lugar dentre os 22 candidatos. Posteriormente, tentou a carreira política ao se candidatar ao cargo de deputada federal pelo PHS, mas não obteve sucesso. Hoje, é advogada aposentada e filiada ao PODEMOS (LIMA; PANKE, 2017).

O segundo encontro dos presidenciáveis, na Band, ocorreu ainda no Primeiro Turno, em 15 de agosto de 1989. Participaram do debate Afonso Camargo, Ulysses Guimarães, Ronaldo Caiado, Lula e Mário Covas. Novamente, o líder nas pesquisas, Collor, recusou-se a participar dos confrontos conduzidos por Marília Gabriela (POLÍTICA, 2013). A jornalista também mediou o terceiro debate transmitido pela emissora, em 16 de outubro, em que compareceram Brizola, Maluf, Covas, Roberto Freire, Caiado, Lula e Afif (ELEIÇÕES, 2018).

O último debate da Band para o Primeiro Turno ocorreu no dia 05 de novembro daquele ano e foi mediado, também, por Marília Gabriela. O encontro teve participação de sete dos 22 presidenciáveis: Afif, Brizola, Caiado, Covas, Roberto Freire, Maluf e Lula. Também foram convidados Collor, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Silvio Santos, do PMB. O último se dispôs a participar, mas foi impedido por problemas legais. Os demais recusaram o convite (BAND, 2018b). Assim, conclui-se que os únicos candidatos a participarem dos quatro debates, no Primeiro Turno de 1989, foram Mário Covas, Ronaldo Caiado e Luiz Inácio Lula da Silva. Collor, que liderava as pesquisas, optou por não participar de nenhum.

Já no Segundo Turno, houve dois debates entre Lula e Collor. O primeiro na Rede Manchete, em 3 de dezembro; e o segundo na Bandeirantes, em 14 do mesmo mês. Ambos os debates foram transmitidos ao vivo, simultaneamente, pela Rede Globo, Band, Manchete e SBT (DEBATE, 1989?). Quem mediou os dois debates foram Boris Casoy (SBT), Marília Gabriela (Band), Eliakim Araújo (Manchete) e Alexandre Garcia (Globo) (GOMES, 2014). O último debate ocorreu três dias antes

das eleições que decidiria quem seria o primeiro presidente eleito pela população depois de quase 30 anos.

Gomes (2014) esclarece que no dia seguinte ao último debate, a Globo transmitiu duas reportagens: uma no Jornal Hoje e outra no Jornal Nacional. Ambas causaram polêmica devido ao favorecimento dado ao candidato Collor na edição de imagens, o qual sairia vitorioso nas eleições. Por essa razão, hoje a Globo (DEBATE, 1989?) afirma que “[...] a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo”.

A partir de 1994, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a obrigar que as emissoras dessem tratamento igual aos candidatos, assegurando presença de todos no debate. Dessa forma, o primeiro Debate Presidencial de 1994 ocorreu em 16 de agosto. O encontro, mediado por Marília Gabriela e realizado pela Band, teve participação de sete candidatos: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Espiridião Amin (PPR), Lula (PT), Orestes Quécia (PMDB), Brizola (PDT), Hernani Fortuna (PSC) e Enéas Carneiro (PRONA) (BAND, 2018c). Como FHC venceu as eleições já no Primeiro Turno, naquele ano não houve mais debates. Vale ressaltar que as eleições de 1994 não recebeu a participação de candidatas mulheres (LIMA, 2017).

Nas eleições de 1998, Fernando Henrique se recusou a participar dos confrontos. Assim, não ocorreram debates, em razão deste ser o líder das intenções de votos e interesse das emissoras. O candidato usou as crises econômicas que o país passava como justificativa (GLOBO, 1998?). Nesse pleito, FHC também se reelegeu no Primeiro Turno. Logo, foi um ano sem debates. Porém, houve a segunda candidatura de uma mulher à Presidência. Thereza Ruiz (PTN), que obteve 166.138 votos, foi a 10ª colocada na disputa entre 12 candidatos. Em 2002, tentou uma vaga no Senado pelo estado de São Paulo, com a mesma legenda partidária, e ficou na 16ª posição, com 67.766 votos (LIMA, 2017).

Em 2002, novamente sem candidatas mulheres, o primeiro encontro entre os presidenciais ocorreu na Band, em 04 de agosto. Mediado por Márcia Peltier, o programa teve a participação de Lula (PT), Anthony Garotinho (PSB), José Serra (PSDB) e Ciro Gomes (PPS) (BAND, 2018d). No Segundo Turno, Serra e Lula debateram somente na Globo (GLOBO, 2002?). Naquele ano eleitoral, o petista saiu vitorioso.

É somente em 2006 que um Debate Eleitoral à Presidência recebe uma candidata mulher, Heloísa Helena (PSOL), que foi a pioneira a participar de um dos principais eventos eleitorais do país, finalizando a disputa política com 6.575.393 votos. Nas urnas, perdeu apenas para Lula e Alckmin, que foram ao Segundo Turno. Além dela, Ana Maria Rangel (PRP) também marcou presença como candidata mulher à Presidência, mas não participou dos debates. A candidata do PRP obteve 126.404 votos, quinta posição entre os seis candidatos. Posteriormente, ela se candidatou, em 2014, ao cargo de deputada federal pela Bahia, representando o PEN, mas acabou renunciando à candidatura durante a campanha (LIMA, 2017).

O debate de Primeiro Turno daquelas eleições foi transmitido pela Band, em 14 de agosto, sob a mediação de Ricardo Boechat, que manteve a função até 2018. Dessa forma, o jornalista se tornou o principal mediador de debates da emissora. Embora tenha mediado a mesma quantidade de programas que Marília Gabriela, Boechat participou de mais disputas — quatro eleições, contra duas da jornalista.

Naquele ano de 2006, o debate da Band recebeu os seguintes candidatos: Geraldo Alckmin (PSDB), Luciano Bivar (PSL), José Maria Eymael (PSDC), Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena. Lula, que tentava a reeleição, foi convidado a participar, porém recusou o convite, como fizeram Collor e FHC em anos anteriores. Todos eles eram líderes de intenções de votos no momento em que recusaram o convite, o que pode indicar que optaram por não se arriscarem nos debates, ainda que este seja um formato de campanha eleitoral (BAND, 2018e).

Como Lula e Alckmin saíram vitoriosos do Primeiro Turno, o debate do Segundo Turno, que ocorreu em 08 de outubro, não teve a presença de mulheres (BAND, 2018f). Naquelas disputas, Lula conseguiu se reeleger. Sendo assim, encerra-se o panorama dos Debates Presidenciais anteriores ao recorte desta pesquisa. A partir de agora, serão explorados os anos de 2010, 2014 e 2018.

No Primeiro Turno de 2010, a Band realizou o debate em 05 de agosto (BAND, 2018g). Nessas eleições, duas mulheres disputaram à Presidência e uma delas foi eleita, razão pela qual esse encontro foi escolhido para iniciar o recorte temporal da análise. Participaram do debate Marina Silva (PV), Dilma Rousseff (PT), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) e José Serra (BAND, 2018g).

A audiência abrangeu em torno de 241 mil domicílios, na Grande São Paulo (FREITAS; LEMOS, 2010). Em relação às pesquisas de intenção de voto, do Ibope de 02 a 05 de agosto, Dilma já liderava antes do debate, com 39%; contra 34% de Serra e 8% de Marina (DILMA, 2010b). Após o debate, na pesquisa de 12 a 15 de agosto, Dilma subiu para 43%, enquanto Serra caiu para 32% e Marina manteve seus 8% (IBOPE, 2010).

O debate do Segundo Turno, na Band, ocorreu no dia 10 de outubro e contou com a participação de Dilma e Serra (BAND, 2018). Mais uma vez, a disputa foi marcada por um confronto direto entre PT e PSDB, pela quinta eleição consecutiva. Daquela vez, teve uma audiência aproximada de 240 mil domicílios, na Grande São Paulo, valor inferior ao do Primeiro Turno (DEBATE, 2010).

Nas pesquisas de intenção de voto realizada pelo Datafolha, em 08 de outubro, Dilma mantinha a liderança, com 54% das intenções, contra 46% de Serra. Após o debate da Band, a pesquisa do Ibope, realizada no dia 13 de outubro, apontava Dilma com 53% e Serra com 47%. Com margem de erro de dois pontos percentuais para mais e para menos, a petista mantinha vantagem (ESTIMULADA, 2010). Nessas disputas, Dilma saiu eleita como a primeira presidente mulher do Brasil, com 55,75 milhões de votos — 56,05% dos votos válidos (DEBATE, 2010).

Em 2014, três mulheres disputaram as eleições presidenciais: Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL) e Dilma, que tentava a reeleição (LIMA, 2017). Elas também participaram dos debates. Isso significa que, desde 2006, a partir de Heloísa Helena, houve crescimento da participação feminina nos programas.

Quanto à participação de Marina Silva, cabe aqui um adendo. Ela disputaria as eleições de 2014 como candidata a vice-presidente ao lado de Eduardo Campos (PSB). Porém, no dia 13 de agosto, em plena campanha, a aeronave ocupada pelo candidato sofreu uma queda em São Paulo, o levando a óbito. O acidente ocorreu na sequência de uma entrevista dada pelo então presidenciável ao Jornal Nacional da Globo (EDUARDO, 2014). Nesse contexto, Marina Silva foi escolhida pelo partido como sucessora a candidatura

No debate do Primeiro Turno, transmitido em 26 de agosto, participaram sete candidatos: Dilma (PT), Marina Silva (PSB), Aécio Neves (PSDB), Luciana Genro (PSOL), Levy Fidelix (PRTB), Eduardo Jorge (PV) e Pastor Everaldo (PSC) (BAND,

2018l). O programa teve a audiência de 356 mil domicílios, na Grande São Paulo, valor superior ao apresentado nos debates da disputa anterior (PRIMEIRO, 2014).

No dia desse debate, as pesquisas de intenção de voto do Ibope mostravam que Dilma liderava a disputa, com 34%, seguida por Marina com 29% e Aécio com 19%. Na pesquisa posterior ao debate, o Datafolha apontava empate entre Dilma e Marina, ambas com 34%, seguidas por Aécio com 15% (A HISTÓRIA, 2014). A petista mantinha a porcentagem enquanto Marina crescia e o tucano caía.

Embora as pesquisas apontassem o crescimento de Marina, quem disputou o Segundo Turno foi Dilma e Aécio. Segundo dados do Ibope, o debate realizado pela Band, em 14 de outubro de 2014 (BAND, 2018j), chegou a aproximadamente 737 mil domicílios, na Grande São Paulo (JIMENEZ, 2014) — valor muito superior ao do Primeiro Turno. Dessa forma, percebe-se que, enquanto nos debates de 2010 houve maior número de telespectadores no Primeiro Turno, o Segundo Turno de 2014 chamou mais a atenção da sociedade.

Em 09 de outubro, dia anterior ao debate, as pesquisas de intenção de voto, do Ibope e Datafolha, mostravam Aécio liderando a disputa, com 46% dos votos; contra 44% de Dilma. Já no dia 15 de outubro, um dia após o encontro, ambos caíram um ponto percentual. Dessa disputa presidencial, Dilma saiu como presidenta reeleita, com 54,5 milhões de votos — 51% dos votos válidos (A HISTÓRIA, 2014). Em 2016, porém, foi afastada em decorrência de um processo de *impeachment*. Seu cargo foi ocupado pelo vice, Michel Temer (PMDB) (LIMA, 2018).

Na eleição presidencial de 2018, duas mulheres concorreram ao cargo de maior autoridade do país. São elas Vera Lúcia (PSTU) e Marina Silva (Rede). Esta última disputava a Presidência pela terceira vez (CANDIDATOS, 2018). No entanto, somente a segunda foi convidada para participar dos Debates Presidenciais da Bandeirantes³. Outros sete candidatos, além de Marina, estiveram presentes: Alvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB) e Ciro Gomes (PDT) (BAND, 2018k).

A audiência do debate teve uma média aproximada de 445,16 mil domicílios, na Grande São Paulo, com picos de 574,4 mil (ASSAM, 2018) — o maior valor em

³ Vera Lúcia não foi convidada ao debate porque seu partido, PSTU, não possuía o mínimo de cinco parlamentares no Congresso, situação prevista na Legislação Eleitoral (BRASIL, 2017b).

Primeiros Turnos. Na pesquisa de intenção de voto anterior ao encontro na Band, Lula liderava, com 33%, e era seguido por Bolsonaro, com 15%. Marina tinha 7% e Ciro, 4% (PESQUISA, 2018).

O então candidato Lula não compareceu ao debate, porque estava preso (MODZELESKI, 2018). Ele fora condenado em segunda instância no caso do tríplice do Guarujá. Assim, sua candidatura era inelegível pela Lei da Ficha Limpa (PESQUISA, 2018).

Em relação à pesquisa pós debate da Band, datada de 17 a 19 de agosto, a ordem se mantinha, com Lula subindo para 37%, Bolsonaro com 18%, Marina caindo para 6% e Ciro subindo para 5%, o que o empatava com Alckmin. Esses resultados, no entanto, não dizem muito sobre a disputa, pois até aquele momento Lula ainda era o candidato do PT, ainda que estivesse impedido de participar dos debates desde o primeiro encontro.

Por causa da inelegibilidade de Lula, a chapa do PT foi assumida, em 11 de setembro de 2018, por Fernando Haddad e Manuela d'Ávila (PCdoB) (COUTINHO, 2018). A situação ocorreu pouco mais de um mês após o primeiro Debate Eleitoral transmitido pela Band, naquele ano. Assim, a disputa eleitoral do Segundo Turno ficou entre Bolsonaro e Haddad, os dois partidos que já lideravam as pesquisas.

Embora tenha havido Segundo Turno na disputa daquele ano, os debates não ocorreram porque Bolsonaro se negou a participar, alegando recomendação médica (DEARO, 2018). O candidato do PSL se recuperava de um ataque a faca, sofrido em setembro de 2018, durante a campanha presidencial (JAIR, 2018). Era a primeira vez, na história brasileira, que não houve Debates Presidenciais no Segundo Turno.

Até este ponto da pesquisa, já foi possível compreender a representatividade da mulher na política; como os Debates Eleitorais se inserem nas campanhas; além do contexto que envolve as disputas — com ênfase no recorte dado ao estudo.

Dito isso, agora é o momento de apresentar como se deu o processo metodológico que guiou o estudo até os resultados finais. Assim, é possível compreender o passo a passo da autora para a construção da pesquisa, de forma a esclarecer como os dados foram obtidos e analisados quantitativamente e qualitativamente.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

(Paulo Freire)

O primeiro passo metodológico utilizado para a construção do presente material refere-se ao levantamento bibliográfico de assuntos relacionados ao objeto da análise, tais como: Debates Eleitorais; efeitos dos meios de comunicação; questão de gênero; representatividade da mulher na política e análise de discurso político, dentre outros temas que foram julgados como relevantes para a construção da dissertação. Além dos elementos teóricos, também houve a preocupação com o contexto histórico e político de cada disputa. Entende-se que essa primeira etapa percorreu toda a trajetória metodológica, guiando a pesquisa.

Antes da definição da Rede Bandeirantes como a emissora a ser analisada, foi realizado um processo de pré-análise dos debates políticos. Para isso, foram assistidos todos os Debates Presidenciais de 2010, 2014 e 2018 das principais emissoras abertas do país (Globo, SBT, Record e Band). Quando possível, o processo de análise aconteceu a partir da exibição original transmitida ao vivo pelas emissoras no período eleitoral, caso dos debates de 2018. Nas demais disputas, foi necessário acompanhar os debates pela internet, consultando sites das emissoras, plataformas no Youtube e canal próprio da Band.

Na pré-análise, buscou-se perceber em quais dos debates havia maior concentração de temas relativos às mulheres, anotando cada um deles. Com esses resultados em mãos, foi possível estipular qual emissora atendia melhor aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, identificou-se que, nos encontros da Band, houve uma maior inserção de temas relacionados às mulheres. Por isso, os discursos emitidos nos debates da emissora se tornaram o objeto de análise da dissertação.

Com base nessa pré-análise, foi constatado que, durante os debates de 2010 e 2014, houve um equilíbrio entre as quatro emissoras, com uma média de cinco a quatro segmentos destinados a falar sobre alguma temática relacionada às mulheres. A exceção fica por conta da Globo que, em 2014, destacou-se por trazer nove

menções ao tema no Primeiro Turno. Em 2018, porém, a Band passou à frente por apresentar 19 segmentos com tal assunto, no único Debate Presidencial realizado pela emissora naquele ano. As demais emissoras abertas mantiveram a média de quatro a cinco inserções na disputa de 2018. Sendo assim, percebe-se quão essencial foi a disputa de 2018 para a escolha da Bandeirantes como produtora do objeto de análise. Do contrário, se mantivesse a mesma média, a Rede Globo seria a escolhida.

Uma vez definida a emissora que seria utilizada no estudo, iniciou-se o processo de coleta dos debates, referentes aos Primeiros e Segundos Turnos, das disputas presidenciais de 2010, 2014 e 2018. No total, foram cinco programas: Primeiros e Segundos Turnos de 2010 e 2014 e Primeiro Turno de 2018. Ressalta-se que, apesar de ter ocorrido Segundo Turno nas disputas de 2018, não houve um encontro entre os candidatos nessa ocasião, em decorrência da impossibilidade médica apresentada pelo candidato Bolsonaro (JAIR, 2018).

O processo de coleta usou a Análise de Conteúdo como metodologia, tendo Bardin (1977) como principal autora. Nessa etapa, foram coletados os discursos emitidos por todos os envolvidos no programa: mediador, jornalistas e presidenciáveis. Estes últimos receberam maior ênfase. Dentre as falas, também foi observado se havia menções às mulheres ou temáticas relativas a elas. Nesse caso, as palavras foram transcritas na íntegra, para que pudessem ser analisadas qualitativamente, na sequência.

Vale frisar que todos os assuntos foram coletados, ainda que os relativos às mulheres fossem o foco do estudo. Essa atitude possibilitou que se contabilizasse a frequência das temáticas gerais presente na construção dos programas para determinar sua relevância. Com isso, seria possível um estudo qualitativo e quantitativo da presença dos assuntos que trazem a mulher para o cenário político midiático, tendo como indicador, por exemplo, a comparação de frequência entre diferentes temáticas.

Posteriormente, as falas relativas às mulheres passaram por uma classificação de *ethos* e *antiethos*, com base no estudo elaborado pelo linguista francês Charaudeau (2008). Dessa forma, foi possível compreender como as imagens dos presidenciáveis se moldaram a partir do que eles diziam em relação à temática

definida pelo estudo. Também foi observado como eles se utilizavam desses assuntos para desconstruir a imagem dos adversários, atacando, muitas vezes, o que o outro fizera ou deixara de fazer no campo da política voltada à mulher, para que assim pudesse se sobressair dentro dos programas.

3.1 Análise de Conteúdo

Para que fosse possível obter resultados quantitativos e qualitativos daquilo que foi dito pelos presidenciáveis, fez-se necessário o uso da metodologia de Análise de Conteúdo. Conforme Bardin (1977), trata-se de uma técnica baseada, fundamentalmente, na dedução para interpretar objetos que trazem mensagens em variados formatos.

Antes de dar início à coleta de dados, foi criado um Livro de Códigos (Index), disponível no Apêndice B da Dissertação. O Livro de Códigos foi construído a partir da pré-análise, associada ao levantamento bibliográfico. Nele, estão reunidas todas as categorias da coleta que, posteriormente, geraram resultados sobre os conteúdos trabalhados nos Debates Presidenciais da Bandeirantes, em especial sobre o que os candidatos disseram a respeito das mulheres, ainda que todo o restante também passasse pelo processo de coleta.

A coleta de informação busca apresentar um quadro geral e específico de como as mulheres aparecem nos discursos emitidos pelos presidenciáveis naquele espaço midiático. As primeiras categorias do Livro de Códigos são de identificação do programa, com informações sobre data e horário, nome do mediador e de que bloco se trata. Dentre as categorias de análise, está o “**Tema**” do discurso dos candidatos, para que, assim, fosse possível perceber em que contexto os assuntos relativos às mulheres são trabalhados.

Para a classificação dos temas, conforme consta no Quadro 2, foram utilizados os termos pontuados pelo mediador no momento do sorteio. Para o caso de questões livres, a determinação da temática aconteceu de acordo com o que mais se aproximava do assunto tratado. Dessa forma, foi identificado que existem mais de um tema por fala.

Quadro 2 – Categoria tema no Livro de Códigos da Pesquisa

Categoria	Definição
Tema	Identificar e pontuar por extenso de que tema se trata o segmento, considerando o que foi definido pela emissora. Em caso de perguntas livres, fazer uma aproximação da fala com um determinado tema.

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.

Nota: Organizado pela autora.

O tema também é classificado em “livre” ou “definido”. Esse fator indica se a iniciativa de trazer temáticas sobre as mulheres para o debate político partiu dos candidatos ou não. Além disso, foi identificado que os candidatos, em alguns casos, ainda que tivessem temas previamente determinados pela produção ou, até mesmo, pelo adversário no momento do confronto, optaram por trazer outras pautas ao programa. Quando esse outro assunto for relativo às mulheres, ganha maior ênfase para o estudo, por considerar que o candidato o julgou relevante, visto que não se preocupou em “burlar” regras para mencioná-lo em seu discurso.

Quadro 3 – Classificação da categoria tema em “Livre” ou “Definido”

Categoria Tema	Livre	Definido
Tema X	0	1
Tema Y	1	0

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.

Nota: Organizado pela autora.

No Quadro 3, observa-se como ocorre a classificação de Livre ou Definido na coleta. Quando o “Tema X”, pontuado por extenso conforme o Quadro 2, for determinado por um orador que não os candidatos, ele receberá o código “1” (um) no campo “Definido”, enquanto ao campo “Livre” será atribuído o código “0” (zero). Do contrário, nos casos em que o candidato trouxe a temática, como demonstra o “Tema Y”, ele receberá o código “1” (um) no campo “Livre” e “0” (zero) em “Definido”.

Cada menção a um determinado tema é acompanhada de um autor da fala, que são os “**Oradores**” do encontro televisivo e seus determinados tipos, como aparece no Quadro 4:

Quadro 4 – Tipos de oradores nos Debates Presidenciais

Categoria	Tipos	Código
Orador: Nome por extenso do autor da fala	Candidato	1
	Jornalista	2
	Mediador	3
	Comunidade	4
	Outros	5

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.
Nota: Organizado pela autora.

No caso dos debates da Band, os tipos de oradores identificados foram os presidenciais (**candidatos**); o **mediador**, que em todas as disputas analisadas foi o jornalista Boechat; e também os **jornalistas** da emissora, que nos Primeiros Turnos eleitorais questionaram os candidatos sobre temas definidos pela produção. Em outras emissoras, verificou-se que a plateia também atuou como “eleitores indecisos” dentro do tipo **comunidade**, porém tal formato não foi adotado pela Bandeirantes.

Dentro das categorias presentes no Livro de Códigos, está o “**Partido**”, para descrever a qual sigla pertence o candidato. O “**Veículo**” dos jornalistas também foi identificado. Outro elemento pontuado no Index é a “**Comunidade**”, para especificar de que grupo se trata o representante da sociedade que participou dos debates. No caso de não correspondência, o campo recebeu o código “0” (zero).

Além dessas caracterizações, o orador candidato também recebeu uma classificação, conforme a função que ocupava no momento da candidatura à Presidência. O objetivo era identificar se o candidato estava inserido no espaço público político, como se observa no Quadro 5:

Quadro 5 – Ocupação do candidato nos Debates Presidenciais

Categoria	Código	Definição
Sem mandato	1	Disputa a eleição sem nenhum cargo público.
Ocupante de cargo não eletivo	2	Ministro, secretário, diretor de estatal, etc.
Ocupante de outro cargo eletivo	3	Deputado estadual, conselheiro eleito.
Candidato à reeleição	4	Deputado em disputa pela manutenção do cargo.

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.
Nota: Organizado pela autora.

Outra categoria de coleta é o “**Formato**”, que no padrão adotado no Brasil divide-se, basicamente, em: Apresentação, Pergunta, Resposta, Réplica, Tréplica, Considerações Finais, Encerramento e Interrupção, como aparece no Quadro 6. Caso houvesse outra modalidade, seria classificada como Outros e devidamente pontuada nas observações. Esse dado demonstra, assim como a constatação de temas livres e definidos, a partir de qual iniciativa a temática da pesquisa é abordada. Sugere, também, o quanto o assunto repercutiu, de acordo com a ênfase atribuída a ele pela continuidade do tema nas trocas do agente emissor.

Quadro 6 – Classificação de formatos nos Debates Eleitorais

Formato	Código
Apresentação	1
Pergunta	2
Resposta	3
Réplica	4
Tréplica	5
Considerações Finais	6
Encerramento	7
Interrupção	8
Outros	9

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.
Nota: Organizado pela autora.

A **Apresentação** refere-se à fala introdutória do mediador durante todo o debate. Ela aparece no início do programa e antes dos confrontos entre os candidatos. É nesse momento que Ricardo Boechat esclarece as regras do debate e traz outras informações importantes ao público. O formato adotado pela Band é similar ao de outras emissoras, com **Pergunta, Resposta, Réplica e Tréplica**. É a partir desses elementos que os candidatos debatem temas relacionados ao país. Já as **Considerações Finais** são falas previamente preparadas. Nessa hora, os candidatos encerram sua participação no programa com agradecimentos a todos os envolvidos na realização do debate, explicam as razões que os qualificam para o cargo e apelam para o voto do eleitorado.

O **Encerramento**, assim como a **Apresentação**, é feito pelo mediador, que finaliza o Debate Presidencial e agradece ao público e a todos os presentes. A **Interrupção**, por sua vez, não precisa obrigatoriamente acontecer nos debates, embora tenha sido constatada na Band. São aqueles momentos em que, por alguma razão, o apresentador precisa interferir nos confrontos. Um exemplo de aparição desse tipo de formato se deve à interferência de Boechat durante o Primeiro Turno de 2018. No primeiro bloco do programa, em confronto entre Alvaro Dias e Bolsonaro, o mediador interveio na réplica de Dias e pediu para que ele se atentasse aos monitores de tempo, pois estava se estendendo demais em sua fala.

Para quantificar essas frequências, a contagem é feita a partir das transições do formato, que coincidem com o momento em que os candidatos se alternam em suas falas. Na pesquisa, essas trocas são chamadas de segmentos e, em um confronto, existem quatro deles. Assim, para perceber o quanto os temas relativos às mulheres aparecem no debate, em comparação aos demais assuntos, mede-se em quantos segmentos eles estão presentes.

Após a definição das modalidades do formato, foi coletada a “**Linguagem**”, conforme classificação de Veiga, Souza e Santos (2007), para entender se havia preocupação, por parte dos presidenciáveis, em contextualizarem as falas relacionadas às mulheres, ou se o objetivo era apenas o de atacar os adversários, conforme aparece no Quadro 7:

Quadro 7 – Linguagem utilizada pelos oradores nos Debates Eleitorais

Categoria	Código	Definição
Informativa	1	Traz apenas informações.
Didática	2	Há interpretação do orador a respeito das informações.
Ataque	3	Há o objetivo de atacar o adversário, sem existir um aprofundamento no tema discutido.

Fonte: VEIGA, Luciana Fernandes; SOUZA, Nelson Rosário de; SANTOS, Sandra Avi dos. **Debate presidencial: as estratégias de Lula e Alckmin na TV Bandeirantes**. 2007.

Nota: Livro de Códigos organizado pela autora.

A linguagem **Informativa**, normalmente, é usada pelo mediador que faz somente a condução do programa, enquanto a **Didática** costuma ser usada pelos candidatos que, além de trazerem informações, interpretam-nas ao público/eleitor. Por

fim, a linguagem de **Ataque** é usada quando os oradores candidatos utilizam o espaço de debate para atacar seus adversários.

Na sequência, o Livro de Códigos traz a “**Dimensão Temporal**”, conforme o tratamento dado ao tema. Ela se classifica em **Passado/Presente**; **Futuro** e **Indefinido**, como consta no Quadro 8. Entender tal fenômeno permite identificar se o candidato trata o tema a longo ou curto prazo.

Quadro 8 – Classificação da dimensão temporal nos Debates Eleitorais

Categoria	Código
Passado/Presente	1
Futuro	2
Indefinido	3

Fonte: Livro de Códigos da presente pesquisa.

Nota: Organizado pela autora.

Por fim, as últimas categorias da coleta, conforme o Index, foram a lista com o nome de todos os participantes do debate; a duração completa do programa e as observações. Nas observações finais, foram colocadas informações pertinentes que não cabiam em nenhum dos itens anteriores. Por exemplo, se o candidato, em um confronto, atacou um adversário que não debatia com ele.

3.1.1 Análise Qualitativa das falas

Após a finalização da coleta de todos os cinco programas analisados, começou o processo de transcrição das falas referentes às mulheres. Vencida essa etapa, iniciou-se a análise de tal conteúdo. Primeiramente, com o uso do aplicativo Tagul, foi criada uma Nuvem de Palavras (*Tag Cloud*) com as falas transcritas, retirando as conjunções, preposições, pronomes e artigos. Dessa forma, era possível compreender certos padrões na linguagem adotada pelos presidentiáveis.

Na sequência, inicia-se a discussão teórica e a contextualização dos temas que, de alguma forma, dialogam sobre as mulheres. Eles são os seguintes: Aborto, Violência Contra a Mulher, Igualdade Salarial, Representação da Mulher, Saúde da Mulher, Mulher na Política, Políticas em Prol das Mulheres, Estupro, Reforma Trabalhista, Machismo e “Ideologia de Gênero”. A finalidade é compreender como os

presidenciáveis discutiram a questão, ou se optaram por repercutir o assunto como forma de prejudicar seus adversários.

Junto à discussão teórica e à contextualização das falas, aparece a classificação de *ethos* de Charaudeau (2008). Tal classificação é necessária porque nos pronunciamentos públicos, realizados por atores políticos durante uma campanha eleitoral, é comum o uso de estratégias de convencimento para atrair os eleitores. Dentre essas, estão o uso do *ethos* na construção da fala e, por consequência, da imagem.

A ideia é compreender os efeitos de sentido que os discursos dos presidenciáveis provocam. Para isso, são considerados, além do corpus definido, o contexto político e sócio-histórico daquela disputa e, especificamente, do candidato emissor. Tais informações são essenciais na construção da sua imagem durante os programas. Por isso, é necessária a correlação entre o que é dito e a realidade política brasileira. Esse *ethos* representa a autoimagem do ator político, conforme pontua Charaudeau (2008).

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2008, p. 115).

O autor enxerga que o *ethos* não se constrói pura e simplesmente, pois surge a partir de como o orador se vê e como ele acredita que é visto pelo outro. Dessa forma, se um candidato, em um Debate Eleitoral, pronunciar-se sobre uma política pública em relação à mulher, isso pode querer dizer que ele se enxerga como alguém pertencente a essa minoria, ou que ele acredita que é isso que os eleitores esperam dele.

No que concerne aos eleitores, o público/eleitor que acompanha os debates irá basear sua interpretação em informações trazidas no discurso e em seu conhecimento em relação ao locutor/candidato (CHARAUDEAU, 2008). Maingueneau (2008) também pontua que, antes mesmo do emissor falar, o público/eleitor já terá construído

representações referentes a ele. Trata-se do *ethos* pré-discursivo, composto pela influência do contexto histórico e político daquele candidato.

Dessa forma, como pensa Vasconcellos (2011), em virtude do processo de leitura dos discursos é que os debates não são suficientes para que o candidato conquiste votos. Isso ocorre porque a interpretação nunca é objetiva, ela sempre decorre de outros saberes subjetivos. Assim, o público/eleitor, ainda que indeciso, tem algum posicionamento firme que será seu foco ao analisar o que é dito. Além disso, o locutor trará no discurso o seu *ethos*.

O *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser. Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

Porém, além da construção de uma imagem dentro daquele espaço midiático e político, sabe-se pela pré-análise do corpus da pesquisa que existe a tentativa de desconstruir o *ethos* dos adversários, definido como *antiethos* por Charaudeau (2008). Dentro da pesquisa, o foco é observar quando um enfoque dado aos temas femininos aparece na construção ou na desconstrução da imagem dos candidatos.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 118), não é possível que o *ethos* se separe por completo das crenças do orador. Nesse contexto, ele não poderá transmitir algo que se afaste completamente daquilo que acredita. Assim, o linguista estabelece algumas figuras identitárias de discurso que podem ser adotadas pelos candidatos políticos. São elas: **ethé de credibilidade** e **ethé de identificação**. “Os primeiros são fundados em um discurso de razão do tipo: “Para ser crível é preciso [...]”; os segundos, em um discurso do afeto: “Aí está o chefe!”.

O **ethé de credibilidade** corresponde ao discurso construído a partir dos valores de dignidade e crédito. Esse *ethé* exige algumas condições do emissor. Dentre essas, estão a **sinceridade** (obriga-o a dizer a verdade), **performance** (cumprimento do que prometeu) e **eficácia** (comprovar que tem os meios para realizar o que

prometeu). Porém, não depende somente do enunciador apresentar essas características para obter o *ethé* de credibilidade. É necessário que o público o perceba dessa forma (CHARAUDEAU, 2008).

Para que o ator político consiga, em sua fala, atender às condições de sinceridade, performance e eficácia, ele procura construir para si determinados *ethos*: de **sério**, **virtude** e **competência**. Charaudeau (2008) explica que o primeiro representa o caráter sério do emissor e poderá ser visto de forma positiva, encarado como comprometimento; ou negativamente, pois pode transparecer certa frieza por parte do candidato.

O ***ethos de sério***, conforme Charaudeau (2008), é construído a partir de alguns índices: corporais e mímicos (rigidez corporal, expressão facial séria); comportamentais (sangue-frio); energia e capacidade de trabalho (ativismo político e social); na mídia (não age frivolamente, não brinca constantemente e não é insolente); na vida privada (não existem suspeitas de infidelidade ou indiferença familiar); e verbais (tom firme e comedido, sem frases de efeito, palavras simples e apropriadas e uma locução serena).

As promessas firmadas que exprimem a justa medida, a consciência dos limites, a recusa da demagogia, a necessidade de ajustar os projetos aos meios existentes – ainda que tenham um efeito um pouco deceptivo ao olhar de uma aspiração social – serão capazes de garantir o espírito de seriedade que convém ao político e de construir a imagem daquele que, reivindicando para si certo pragmatismo, preocupa-se com o bem público de maneira realista, em comparação com as duas outras atitudes que seriam a do imobilismo ou a do sonho irrealizável. (CHARAUDEAU, 2008, p. 122).

Já o ***ethos de virtude*** carece de um longo período de consolidação, pois carrega, em si, a imagem de confiabilidade do emissor. A imagem virtuosa exige demonstração de fidelidade relacionada à honestidade pessoal do candidato, seja na vida pública ou privada. Isso significa que ele deve dizer o que pensa, ser transparente, não se envolver em casos escusos e deixar claro que não é movido por suas ambições. Além disso, é cobrado do ator político que ele não seja desleal aos adversários, aplicando golpes baixos, e que tenha humildade para reconhecer qualidades no outro e os próprios erros (CHARAUDEAU, 2008).

Conforme pontua Charaudeau (2008), o *ethos* de virtude representa a utopia do eleitorado, que fantasia eleger um candidato que seja um modelo de retidão e

honradez na política. A imagem pressupõe, portanto, o respeito do ator político para com o cidadão, bem como a transparência dele diante de todos os acontecimentos.

Por fim, o último *ethos* pertencente ao *ethé* de credibilidade, listado por Charaudeau (2008), está relacionado à representação de habilidades. Por essa razão, o **ethos de competência** necessita de alguns elementos para se sustentar, como herança de um antecessor, educação e experiência na função. Afinal, os candidatos precisam demonstrar que são capazes de exercer o cargo, com conhecimento e experiência conquistada. Isso, no entanto, prejudica quem é jovem na vida pública.

O **ethé de identificação**, por sua vez, está relacionado aos elementos que atuam em prol da assimilação do receptor com o *ethos* do emissor. Tais *ethos* são de potência, caráter, inteligência, humanidade, de chefe e solidariedade. Portanto, foca-se no emocional do público/eleitor, a partir do afeto. O orador tentará convencer o maior número de pessoas, o que faz com que essas imagens sejam genéricas, pois adaptam-se às demandas do eleitorado. (CHARAUDEAU, 2008).

O **ethos de potência** está relacionado à determinação do emissor no momento da fala. Charaudeau (2008) entende que ele está associado à virilidade, algo que comumente é visto como masculino. Porém, nada impede que o gênero feminino utilize desse *ethos*, uma vez que se trata de uma construção social e não de um fenômeno natural baseado nas distinções sexuais biológicas (SAFFIOTI, 2004).

Por outro lado, Charaudeau (2008) explica que há, também, manifestações mais brandas do *ethos* de potência. Nesse caso, o orador pode se mostrar determinado em suas ações, ao ser proativo na campanha e reconhecido como alguém com bastante energia. Essas atitudes demonstram que ele almeja, avidamente, ocupar o cargo político pretendido.

Quando se refere ao **ethos de caráter**, pressupõe-se a capacidade do candidato de transmitir, em seu discurso, a moderação nas ações, o pensar antes de agir. No entanto, exige-se que ele ainda assim demonstre coragem em suas ações, com força de espírito ao invés de força física. Tal imagem, descrita por Charaudeau (2008), manifesta-se a partir de algumas figuras: vituperação (indignação em voz alta, um berro controlado — provocação e polêmica são suas variantes); força tranquila (aquele que não abandona compromissos, determinado); controle de si (caráter equilibrado, pensa antes de agir); coragem (sabe enfrentar adversidades sem adotar

demagogias); orgulho (tem ambição de realizar coisas grandes, pode ser cruel); firmeza (reivindicação da ação efetiva, determinação) e moderação (conveniência tática para amenizar um conflito).

Já o **ethos de inteligência** é medido, principalmente, pela forma como o emissor fala ao usar de astúcia, sutileza, sagacidade e até malícia. Não se trata de uma fala dissimulada, mas da riqueza de um repertório cultural que transmite inteligência ao público/eleitor. Manifesta-se nas figuras de *honnête homme cultivé* (“um homem culto não pode ser senão um homem de bem”) e astúcia ou malícia (saber jogar, como ser e parecer — positiva, com fins justificáveis, e negativa, quando enganar o povo) (CHARAUDEAU, 2008).

O **ethos de humanidade** aparece quando o candidato demonstra algum tipo de sentimento em sua fala, como a preocupação com alguma situação problemática. Aparece, também, em oradores que admitem suas fraquezas diante do eleitor. Suas figuras, de acordo com Charaudeau (2008), são: sentimento (não passar por fraco, mas demonstrar emoções em situações dramáticas); confissão (confessar parcialmente algo — insuficiência, do contrário seria visto como incapaz); gosto (vida privada e íntima — gostos pessoais, a exposição deve ser comedida) e intimidade (complementar à figura anterior —construída com a cumplicidade dos jornalistas).

Já o **ethos de chefe**, conforme Charaudeau (2008), aparece na figura de soberania e comando do emissor, que almeja ser visto como um líder. Na condição de chefe, ele poderia julgar os adversários como inferiores, ao se apoiar, por exemplo, na formação de um *antiethos*. Manifesta-se nas figuras de guia (vem da necessidade de direção dos grupos sociais — guia-pastor, guia-profeta, guia-soberano); soberano (fiador dos valores até o ponto de confundir-se com eles, demonstra permanecer acima dos conflitos) e comandante (mais autoritário, senhor da guerra).

O último *ethé* de identificação de Charaudeau (2008), o **ethos de solidariedade**, demonstra sua preocupação com o bem-estar de todos ou seu apoio a uma ideia que deve solidarizar, também, o eleitorado. Assim, o público/eleitor, mesmo que não passe por situações adversas, sensibiliza-se com os demais, diferentemente do que ocorre no *ethos* de humanidade, quando o público/eleitor é aquele que vive a adversidade e, por consequência, sente-se acolhido pelo candidato.

Com o *ethos* de solidariedade, o orador precisa saber ouvir as demandas dos grupos, para que possa transmitir tais preocupações em seus discursos.

Conforme os *ethé* de credibilidade e identificação, e seus respectivos *ethos*, são analisados os discursos emitidos pelos candidatos à Presidência do Brasil, em 2010, 2014 e 2018. Para isso, foram consideradas as falas referentes às mulheres nos Debates Presidenciais transmitidos pela Rede Bandeirantes. No Quadro 9, a seguir, estão organizados os ***ethos*** considerados no estudo:

Quadro 9 – Classificação do *ethos* político segundo Charaudeau (2008)

<i>Ethé</i>	<i>Ethos</i>	Descrição
Credibilidade	Sério	Representa o caráter sério do emissor e poderá ser visto de forma positiva, encarado como comprometimento; ou negativamente, pois pode transparecer certa frieza por parte do candidato.
	Virtude	Exige demonstração de fidelidade relacionada à honestidade pessoal do candidato, tanto na vida pública quanto na privada.
	Competência	Os candidatos precisam demonstrar que são capazes de exercer o cargo, com conhecimento e experiência conquistada, o que prejudica aqueles que são jovens na vida pública.
Identificação	Potência	Está relacionado à determinação do emissor no momento da fala. O orador é viril e/ou enérgico em suas ações.
	Caráter	Pressupõe-se que o candidato transmita, em seu discurso, a capacidade de pensar antes de agir. No entanto, exige-se que ele, ainda assim, demonstre coragem em suas ações.
	Inteligência	É medido, principalmente, pela forma como o emissor fala, ao usar de astúcia, sutileza, sagacidade e até malícia. Não se trata de uma fala dissimulada, mas da riqueza de um repertório cultural que transmite inteligência ao público/eleitor.
	Humanidade	Aparece quando o candidato demonstra algum tipo de sentimento em sua fala, como a preocupação com alguma situação problemática; ou quando admitem suas fraquezas diante do eleitor.
	Chefe	Apresenta-se na figura de soberania e comando do emissor, que almeja ser visto como um líder.
	Solidariedade	Preocupação do emissor com o bem-estar de todos ou seu apoio a uma ideia que deve solidarizar, também, o eleitorado.

Fonte: CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008. 328p.

Nota: Organizado pela autora.

A classificação dos principais *ethos* do discurso ocorreu ao se considerar todo o contexto do programa: palavras emitidas, expressões construídas, orações e tudo mais que pudesse produzir algum sentido ao eleitor (GANDIN, 2012). Aliados, os dados qualitativos e quantitativos buscam identificar como foram pautados, nos discursos políticos, os temas referentes às mulheres e de que forma os candidatos construíram seus *ethos*.

3.2. Informações complementares

Outros medidores externos, que ajudaram na composição da análise, foram as audiências que os debates obtiveram em suas transmissões, as pesquisas de intenção de votos antes e depois de cada programa e o resultado da corrida eleitoral. Embora essas informações não estivessem no Livro de Códigos que guiou a coleta, por não pertencerem ao conteúdo do debate, auxiliaram na compreensão da realidade apresentada no objeto da pesquisa.

A partir da audiência, buscou-se fundamentar a abrangência dos Debates Eleitorais, não indicando, necessariamente, a aceitação de ideias por parte do público/eleitor, mas trazendo uma amostra da exposição. Por exemplo, a quantidade de pessoas que teve contato ao vivo com a atração e as notícias que repercutiram o programa no dia posterior à sua transmissão.

Com as pesquisas de intenção de voto, buscou-se identificar como a população assimilou o discurso político — ainda que não se faça uma referência clara de como as mulheres se identificaram com esse discurso. Porém, nos casos em que houve maior frequência e destaque para essa temática, pode-se atribuir maior peso a esses dados, pois demonstram que existiu uma aceitação ou negação daquilo que foi dito durante os Debates Presidenciais.

Embora não se possa medir, exatamente, se os votos foram dados por pessoas que compõem o grupo social de mulheres, devido à condição de voto secreto, a análise do resultado nas urnas ajuda na composição do contexto político em que a temática apareceu e, principalmente, no tratamento dado a esses grupos. Assim, identifica-se a tematização das mulheres na produção midiática eleitoral.

CAPÍTULO 4

O RETRADO DAS PAUTAS FEMININAS NA POLÍTICA: O QUE DISSERAM OS PRESIDENCIÁVEIS SOBRE AS MULHERES NOS DEBATES ELEITORAIS

Restritas ao espaço privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública.

(Michelle Perrot)

O quarto e último capítulo desta dissertação é voltado aos resultados encontrados a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) dos Debates Presidenciais da Bandeirantes, nas disputas de 2010 a 2018. Ele divide-se, essencialmente, em duas partes: resultados quantitativos e qualitativos, nessa ordem. Na primeira parte, aborda-se, principalmente, as frequências temáticas identificadas, com foco nas questões relativas às mulheres — que são de interesse da pesquisa. Busca-se, nesse primeiro momento, compreender a ênfase dada ao assunto dentro dos programas analisados, com base no número de menções que possui.

Já a parte qualitativa é voltada, especialmente, aos temas relativos às mulheres, o que se converteu em um macrotema, pois reúne todos os assuntos que tratam do gênero feminino identificados pelo presente estudo. A análise ocorreu a partir da transcrição do discurso dos presidentiáveis. Assim, os 40 segmentos encontrados foram trabalhados segundo a perspectiva de gênero, considerando o tema específico do qual se tratavam. Além disso, as falas dos presidentiáveis foram categorizadas a partir dos *ethos* e *antiethos* identificados dentro da classificação de Charaudeau (2008), como consta no Quadro 9 presente no capítulo anterior.

Este capítulo existe a partir da união entre os primeiros dois capítulos teóricos e o metodológico. E é principalmente a partir dele que o estudo pretende responder a pergunta da pesquisa: Como os candidatos à Presidência do Brasil abordaram os temas referentes às mulheres nos debates transmitidos em 2010, 2014 e 2018 pela Bandeirantes considerando o contexto social, político e econômico envolvido?

4.1 Resultados Quantitativos Gerais

No presente tópico, serão trabalhados os dados quantitativos obtidos com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) dos cinco programas coletados, de 2010 a 2018. Ao todo, foram encontrados 622 segmentos que, linearmente, estão

organizados na Tabela 1. Os segmentos, são as transições dos formatos dos programas, que coincidem com as trocas de autores de fala. Dentre esses, 179 não atendiam aos interesses da pesquisa por não contaram com temas, pois resultaram da mediação do jornalista Ricardo Boechat — com exceção de um segmento em que o candidato Ciro Gomes tem dúvida sobre as regras do programa.

Tabela 1 – Frequência geral de segmentos nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018

Ano	Turno	Data	Nº Segmentos	%	Oradores
2010	1º Turno	05/ago	103	17%	Plínio de Arruda Sampaio, Marina Silva, Dilma Rousseff, Ricardo Boechat, Joelmir Beting e José Paulo de Andrade
	2º Turno	10/out	64	10%	Dilma Rousseff, José Serra e Ricardo Boechat
2014	1º Turno	26/ago	174	28%	Dilma Rousseff, Aécio Neves, Marina Silva, Pastor Everaldo, Luciana Genro, Levy Fidelix, Eduardo Jorge, Ricardo Boechat, Boris Casoy, José Paulo de Andrade e Fabio Pannunzio
	2º Turno	14/out	73	12%	Dilma Rousseff, Aécio Neves e Ricardo Boechat
2018	1º Turno	09/ago	208	33%	Marina Silva, Guilherme Boulos, Bolsonaro, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Cabo Daciolo, Alvaro Dias, Ricardo Boechat, Fabio Pannunzio, Sérgio Amaral, Rafael Colombo e Lana Canepa
Total:			622	100%	

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

A partir da Tabela 1, percebe-se a superioridade de segmentos no Primeiro Turno de 2018, o que condiz com o número maior de oradores candidatos (8) no programa. Nesse debate, havia o dobro do número de presidenciáveis do debate do Primeiro Turno de 2010. Por isso, os dados de 2018 trazem, praticamente, o dobro de segmentos na disputa, demonstrando coerência no espaço de fala disponível para cada candidato. Tal equilíbrio também é observado nos Segundos Turnos, que possuem números similares de segmentos em razão do número igual de candidatos. Isso evidencia que, caso houvesse debate no Segundo Turno de 2018, o valor iria

variar de 10% a 14% do total, obedecendo o padrão estabelecido nas disputas anteriores, de 2010 e 2014.

Dos 443 segmentos com temas, 38 foram trazidos por jornalistas da Bandeirantes e pelo mediador do programa. Ricardo Boechat trouxe quatro segmentos, sendo dois no Primeiro Turno de 2010 e um no Primeiro Turno de 2014 e de 2018. Joelmir Beting teve dois segmentos no Primeiro Turno de 2010; José Paulo de Andrade teve sete, sendo dois no Primeiro Turno de 2010 e cinco no Primeiro Turno de 2014. Boris Casoy teve cinco segmentos no Primeiro Turno de 2014 e Fabio Pannunzio, quatro. Este último, que também participou em 2018, somou oito segmentos no total. Na última disputa eleitoral analisada, Sérgio Amaral, Rafael Colombo e Lana Canepa encerram a lista de jornalistas oradores, com quatro segmentos cada um.

A jornalista Lana Canepa, única representante do sexo feminino entre os jornalistas, foi também a única a fazer questões que tratavam das mulheres. Não por acaso, o programa de 2018 — do qual a profissional participa — é, talvez, um dos debates com maior inserção de temas relativos às mulheres na história brasileira. O que se sabe com certeza, por esta pesquisa, é que ele foi o que mais discutiu o assunto entre os debates de 2010, 2014 e 2018. Isso demonstra que não é apenas na política que se faz necessária uma maior representatividade feminina, mas em várias outras áreas, a exemplo do jornalismo.

Dessa forma, 405 segmentos, aproximadamente 65% do total, foram destinados aos presidenciáveis que participaram dos Debates Presidenciais da Bandeirantes, pouco mais da metade do total. Há que se considerar, porém, que os 5% de interferência dos jornalistas e mediador da Band representam um valor maior, pois fizeram com que os candidatos tratassem de temas específicos em seus segmentos. A divisão de segmentos com temas, por candidatos, pode ser vista na Tabela 2 a seguir. Vale ressaltar, no entanto, que Ciro Gomes participou de um segmento sem tema.

Tabela 2 – Divisão de segmentos com temas, por candidatos, nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018

Debate	Candidatos por programa			Candidatos em todos os programas		
		Nº	%		Nº	%
1º Turno 2010	Dilma Rousseff	23	34%	Dilma Rousseff	93	23%
	José Serra	19	28%	Marina Silva	51	12,50%
	Plínio	13	19%	Aécio Neves	46	11%
	Marina Silva	13	19%	José Serra	41	10%
	Total:	68	100%	Geraldo Alckmin	22	5,50%
2º Turno 2010	Dilma Rousseff	22	50%	Bolsonaro	18	4,50%
	José Serra	22	50%	Pastor Everaldo	16	4%
	Total:	44	100%	Ciro Gomes	16	4%
1º Turno 2014	Dilma Rousseff	22	19,50%	Alvaro Dias	16	4%
	Marina Silva	22	19,50%	Cabo Daciolo	14	3,50%
	Aécio Neves	20	18%	Henrique Meirelles	14	3,50%
	Pastor Everaldo	16	14%	Plínio	13	3%
	Luciana Genro	11	10%	Guilherme Boulos	13	3%
	Eduardo Jorge	11	10%	Luciana Genro	11	3%
	Levy Fidelix	10	9%	Eduardo Jorge	11	3%
	Total:	112	100%	Levy Fidelix	10	2,50%
2º Turno 2014	Dilma Rousseff	26	50%	Total:	405	100%
	Aécio Neves	26	50%			
	Total:	52	100%			
1º Turno 2018	Geraldo Alckmin	22	17%			
	Bolsonaro	18	14%			
	Ciro Gomes	16	12,40%			
	Alvaro Dias	16	12,40%			
	Marina Silva	16	12,40%			
	Cabo Daciolo	14	10,90%			
	Henrique Meirelles	14	10,90%			
	Guilherme Boulos	13	10%			
	Total:	129	100%			

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Na Tabela 2, observa-se a distribuição de segmentos com temas de falas de candidatos. Quem aparece em primeiro é Dilma Rousseff, que participou de quatro dos cinco programas analisados. Obteve um total de 93 inserções de fala, o que corresponde a 23% do total. Individualmente por programa, a petista teve maior

espaço de fala apenas no Primeiro Turno de 2010, com 23 segmentos, o que significa 34% daquele debate. No Segundo Turno de 2010, ela teve o mesmo espaço que José Serra, ambos aparecendo em 22 casos.

O empate de Dilma se repete nos dois encontros de 2014. No Primeiro Turno com Marina Silva, ambas tiveram 22 segmentos, o que corresponde a 19,50% dos segmentos com temas trazidos pelos candidatos naquela ocasião. No Segundo Turno, iguala-se à Aécio Neves, com 26 momentos de fala cada um. A candidata se destacou por ter conquistado os Segundos Turnos e as eleições de 2010 e 2014, o que fez com que participasse de quatro programas.

Além disso, a liderança nas pesquisas de intenção de voto anteriores aos programas ajudou-a a ficar entre os mais acionados nos debates. No Primeiro Turno de 2010, apareceu com 39% no Ibope (DILMA, 2010b), contra 34% de Serra e 8% de Marina. No Segundo Turno, o Datafolha (ESTIMULADA, 2010) põe a petista com 54%, contra 46% de Serra. Em 2014, para o Primeiro Turno, o Ibope dava 34% a Dilma, 29% para Marina e 19% a Aécio. No Segundo Turno, pela primeira vez a petista não liderava as pesquisas de intenção de voto, aparecendo em segundo lugar no Ibope e Datafolha, com 44%, enquanto Aécio tinha 46% (A HISTÓRIA, 2014).

Foi identificado, porém, que as pesquisas de intenção de voto são mais importantes nos Primeiros Turnos, porque guiam os candidatos e a produção do programa sobre quem são os destaques que devem ser acionados com maior frequência. Já os Segundos Turnos se mostram equilibrados, apesar da vantagem de um ou de outro.

Marina Silva foi o segundo destaque geral, por participar de três programas e três eleições, diferentemente de Dilma, que disputou apenas duas. Ao todo, Marina completou 51 segmentos, que correspondem a 12,5% do total de temas trazidos por candidatos. Seus resultados também refletiram as pesquisas de intenção de votos.

No Primeiro Turno de 2010, quando Marina aparecia em terceiro lugar nas pesquisas, teve a pior frequência, empatando com Plínio de Arruda Sampaio, com 13 segmentos — 19% do total. A média não é pequena em decorrência do número menor de candidatos no debate. Já em 2014, destacava-se nas pesquisas e permanecia apenas atrás de Dilma. Foi assim que conseguiu seu melhor resultado no programa

em relação ao espaço de fala, com o mesmo tempo que dispunha a petista, ao ser acionada em 22 segmentos, 19,5% do total.

Por fim, em 2018, Marina estava na terceira colocação nas pesquisas de intenção de votos, com 7%; atrás de Lula, que possuía 33%, e Bolsonaro com 15% (MODZELESKI, 2018). Considerando que Lula estava preso e não participou do debate, ela ficava na segunda posição naquele momento da disputa. Ainda assim, foi apenas a terceira mais acionada no debate, com 16 segmentos, 12,4% do total.

Aécio Neves é o terceiro que mais aparece na somatória dos cinco programas, participando de dois deles. Nos dois debates de 2014, o tucano teve 46 segmentos, 11% do total. No debate do Primeiro Turno, ficou em segundo lugar, atrás somente de Dilma e Marina, que tiveram a maior frequência. Ele obteve 20 segmentos, correspondente a 18% daquele turno. Nessa ocasião, Aécio era o terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto e perdia para Dilma e Marina — o que condiz com o número de vezes que foi acionado no programa.

Já no Segundo Turno de 2014, Aécio Neves teve valor igual ao de Dilma, com 26 segmentos, ainda que ele fosse líder nas pesquisas de intenção de voto. Depois dele, o último candidato a participar de mais de um debate é o colega de partido José Serra, que disputou os dois turnos de 2010. Serra teve 41 segmentos, 10% do total dos debates. No Primeiro Turno, obteve 19 segmentos, o que representa 28%; e no Segundo Turno teve 22%, empatando com Dilma. Em ambos os casos, ele não vencida a petista tanto na quantidade de segmentos quanto nas pesquisas de intenção de voto.

Em quinto lugar, no ranking geral de maior frequência, aparece Alckmin, com 22 segmentos, 17% do debate de 2018 e 5,5% do total. Ele participou apenas do Primeiro Turno de 2018 e foi o candidato mais acionado na ocasião, mas isso não reflete sua posição nas intenções de voto, pois estava na quarta colocação e empatava com Ciro Gomes, que tinha 4% (MODZELESKI, 2018). Dos adversários que estavam no debate, perdia para Bolsonaro e Marina Silva.

Bolsonaro aparece na sequência, com 18 segmentos no Primeiro Turno de 2018, o que corresponde a 14% do programa e 4,5% do geral. Embora fosse o líder das intenções de voto dentre os que participaram daquele debate, foi menos acionado que Geraldo Alckmin, o qual tinha 11% a menos nas pesquisas. Dessa forma,

Bolsonaro se tornou o único candidato que, apesar de ter a liderança dentre os participantes, não foi o mais acionado pelo debate. No entanto, o debate de 2018, também foi o único em que o líder das intenções de voto não participou do programa.

Na sétima posição, aparece o Pastor Everaldo, com 16 segmentos, o que corresponde a 14% do Primeiro Turno de 2014 e 4% do geral. Nos debates, teve menor frequência que Dilma, Marina e Aécio. A mesma sequência de candidatos o venceu nas intenções de voto, quando somava 1% e empatava com Luciana Genro (A HISTÓRIA, 2014). Também com 16 segmentos (12,4%) estão Ciro Gomes e Alvaro Dias, ambos no Primeiro Turno de 2018. O primeiro estava em terceiro nas intenções de votos dentre os candidatos que participaram do debate, com 4%; e Alvaro Dias em quarto, com 2% (MODZELESKI, 2018). Ambos aparecem com mais segmentos que Marina Silva naquele ano, ainda que ela tivesse maior intenção de votos.

Até o momento, é perceptível que o debate de 2018 não considerou, como os anteriores, as pesquisas de intenção de votos para acionar candidatos, pois aqueles que lideravam as pesquisas não foram tão acionados quanto se esperava — considerando o padrão anterior de 2010 e 2014.

Empatados, Daciolo e Meirelles tiveram, cada um, 14 segmentos, o que representa 3,5% do geral e 10,9% do Primeiro Turno de 2018. Nas pesquisas de intenção de votos, ambos tinham menos de 1%. Por isso, é compreensível que ambos não tenham se destacado no debate. Depois deles, aparecem Plínio e Boulos, ambos com 13 segmentos, que correspondem a 3% do quadro geral. Porém, Plínio no Primeiro Turno de 2010 teve 19% do total, enquanto Boulos obteve apenas 10% do debate de 2018. Isso aconteceu em decorrência da quantidade menor de candidatos em 2010, o que fez o programa ser menor.

Boulos e Plínio foram os que tiveram menor frequência em seus debates. Em 2010, contudo, Plínio estava empatado com Marina. Nas pesquisas de intenção de voto, nenhum dos dois candidatos do PSOL alcançou 1%, o que corresponde, novamente, à baixa frequência com que ambos foram acionados em seus respectivos debates.

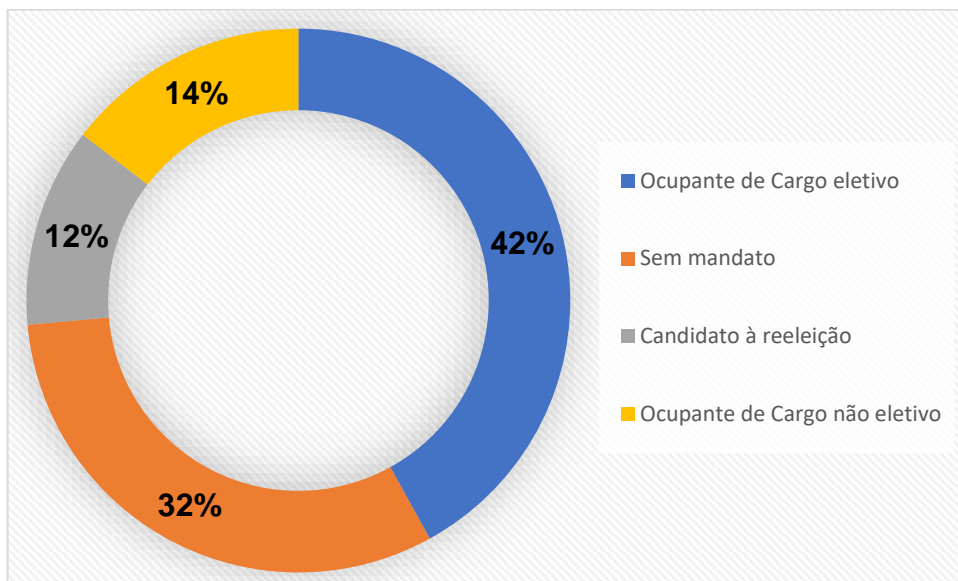
Os três últimos candidatos são Luciana Genro e Eduardo Jorge, com 11 segmentos cada; e Levy Fidelix, com 10. No Geral, os dois primeiros tiveram 3% e, o último, apenas 2,5%. Com relação ao Debate Presidencial do Primeiro Turno de 2014,

Luciana e Eduardo Jorge ocuparam 10%, contra 9% de Levy. Nas pesquisas de intenção de voto, Luciana é a única dos três que possuía ao menos 1% (A HISTÓRIA, 2014).

Ainda que haja uma diferença relativamente grande entre o candidato com menor aparição nos debates e o com maior presença, entende-se que há um equilíbrio na distribuição de falas. Isso só é possível graças às regras dos debates, que limitam a quantidade de perguntas para se fazer a um mesmo adversário.

Quanto ao perfil dos candidatos, conforme a ocupação que exerciam no ano eleitoral, eles foram classificados em: “sem mandato”, “ocupante de cargo não eletivo”, “ocupante de cargo eletivo” e “candidato à reeleição”. Como é possível observar no Gráfico 1, somente 32% não ocupavam nenhum cargo público.

Gráfico 1 – Ocupação dos candidatos nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)



Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Dentre os que ocupavam algum cargo público no período das disputas, 42% tinham sido eleitos. Os oradores dessa categoria, em 2010, eram Marina Silva (Senadora-AC), Serra, (Governador-SP) e Aécio Neves (Senador-MG). Em 2018, encaixavam-se nesse grupo: Alckmin (Governador-SP), Bolsonaro (Deputado Federal-RJ), Alvaro Dias (Senador-PR) e Cabo Daciolo (Deputado Federal-RJ).

Já os candidatos da categoria “sem mandato” são: Plínio de Arruda Sampaio, Marina Silva — nas disputas de 2014 e 2018 —, Pastor Everaldo, Luciana Genro, Eduardo Jorge, Levy Fidelix, Ciro Gomes e Guilherme Boulos. Dilma Rousseff e Henrique Meirelles se enquadram na categoria de “ocupante de cargo não eletivo”. A primeira atuou como ministra-chefe da Casa Civil, no Governo Lula, até 2010; e Henrique Meirelles foi ministro da Fazenda, no Governo Temer, até 2018. Em 2014, a petista aparece como única “candidata à reeleição”.

Ao analisar, individualmente, cada disputas, é possível identificar que, no Primeiro Turno de 2010, a maioria dos candidatos (três de quatro) eram ocupantes de algum cargo, eletivo ou não. Isso demonstra ser um padrão dentre aqueles que se candidatam à Presidência e têm os melhores resultados nas pesquisas de intenção de voto — o que influencia no convite para participarem de debates. Naquele ano, apenas Plínio de Arruda Sampaio era um candidato “sem mandato” na esfera pública.

Já no Segundo Turno de 2010, apenas dois candidatos ocupavam cargos políticos anteriormente, Dilma e Serra, sendo um eletivo e outro não. No Primeiro Turno de 2014, entretanto, ocorre uma mudança, pois a maioria dos candidatos eram “sem mandato” (cinco de sete). As exceções são Dilma, que disputava à reeleição, e Aécio Neves, que era Senador. Ambos chegam ao Segundo Turno, ou seja, novamente essa fase eleitoral é disputada por candidatos que ocupavam algum cargo.

No Primeiro Turno de 2018, há cinco candidatos em cargos eletivos ou não e três sem mandato. Os do primeiro tipo se destacam por serem mais acionados no programa, com 65% dos segmentos. Nesse ano, também haveria o primeiro debate de Segundo Turno com um candidato “sem mandato”, Fernando Haddad. Porém, o candidato adversário não pode participar.

4.1.2 Temas encontrados nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

Ao discursarem no debate, os oradores trazem inúmeros temas — normalmente, mais de um por segmento, em razão da liberdade dada pela emissora. Embora ela aponte, em alguns momentos, o assunto a ser discutido, não impede a inserção de outras questões nos discursos. Nas 443 falas com temas, havia um total de 613 menções aos 13 macrotemas que se repetiram. Eles foram trabalhados dessa

forma para organizar a apresentação dos dados. Os macrotemas reúnem outros 62 subtemas. Todas as categorias são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Temas dos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

(continua)

Macrotemas			Temas específicos		
Tema	nº	%	Tema	nº	%
Economia	117	19%	Economia	77	12,50%
			Privatizações	13	2%
			Reforma Tributária	6	1%
			Impostos	5	1%
			Indústria Naval	4	0,50%
			Greves	4	0,50%
			Petrobrás	4	0,50%
			Correios	2	0,50%
			Agropecuária	2	0,50%
Política	102	17%	Corrupção	17	3%
			Programa de Governo	16	2,60%
			Nova Política	16	2,60%
			Trajectoria Política	10	1,60%
			Reforma Política	10	1,60%
			Campanha Desonesta	10	1,60%
			Privilégios	7	1%
			Ética	6	1%
			Oposição Política	5	1%
			Governabilidade	3	0,50%
			Velha Política	1	0,25%
			Autocrítica	1	0,25%
			Direitos Humanos	75	12%
Políticas Sociais	30	5%			
Reforma Agrária	16	2,50%			
Desigualdade Social	11	1,50%			
Pessoa com Deficiência	6	1%			
LGBTQ+	4	0,50%			
Religião	4	0,50%			
Índios	2	0,50%			
Cultura da Paz	1	0,25%			
Saúde	55	9%	Saúde	42	7%
			Drogas	8	1,25%
			Saneamento Básico	3	0,50%
			Mortalidade Infantil	2	0,25%

Tabela 3 – Temas dos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

(conclusão)

Macrotemas			Temas específicos		
Tema	nº	%	Tema	nº	%
Temas relativos às mulheres	48	8%	Aborto	15	2,50%
			Reforma Trabalhista	1	0,25%
			Violência Contra a Mulher	8	1,25%
			Igualdade Salarial	6	1%
			Representação da Mulher	5	1%
			Saúde da Mulher	4	0,50%
			Mulheres na Política	3	0,50%
			Estupro	2	0,25%
			Políticas em Prol das Mulheres	2	0,25%
			Machismo	1	0,25%
			"Ideologia de Gênero"	1	0,25%
Administração Pública	45	7%	Administração Pública	32	5%
			Obras	13	2%
Trabalho	44	7%	Trabalho	27	4,50%
			Reforma Trabalhista	7	1%
			Reforma Previdenciária	6	1%
			Previdência Social	4	0,50%
Segurança	40	6,50%	Segurança	36	6%
			Fronteira com a Venezuela	4	0,50%
Educação	37	6%	Educação	37	6%
Meio Ambiente	37	6%	Meio Ambiente	15	2,50%
			Mobilidade	14	2,25%
			Energia	8	1,25%
Teoria da Conspiração	7	1%	URSAL	3	0,40%
			Urnas	3	0,40%
			Bolivarismo/chavismo	1	0,20%
Mídia	5	1%	Mídia	5	1%
Morte Eduardo Campos	1	0,50%	Morte Eduardo Campos	1	0,50%
Total:	264	43%		264	43%

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Inicialmente se percebe, pela Tabela 3, que existe grande variedade temática, embora muitos dos temas tenham sido enquadrados em macrotemas. Isso demonstra que nenhum assunto foi o protagonista, característica comum dos Debates Presidenciais independentemente da emissora. Apesar da amplitude de temas pautados pelos oradores, os relativos às mulheres ganham ênfase por ficarem em quinto lugar entre os de maior frequência, com 8% do total. O macrotema Economia possui a maior frequência geral, sendo trabalhado em dois dos debates: nos Primeiros Turnos de 2014 e de 2018.

O macrotema Economia, que aparece em 117 (19%) das ocasiões, subdivide-se em diversos outros, como Privatizações, Reforma Tributária e Impostos. Há outros macrotemas de destaques, como Política (17%), Direitos Humanos (12%) e Saúde (9%). A diferença entre o último e os Temas Relativos às Mulheres é de apenas 1% em menções. É necessário que se compreenda, porém, que dizer que são voltados às mulheres não significa que os demais não interessem ao público feminino, tampouco que tais questões são específicas delas. Tal tema representa, contudo, o foco dado pelos candidatos às mulheres nos debates. Muitas vezes, os presidentiáveis faziam menção ao grupo e, por isso, os temas se enquadraram dessa forma no estudo.

Dos dados, chamou atenção a ênfase dada às Reformas que, juntas, somam 40 menções. Elas são divididas em: Reforma Agrária com 16 (2,50%); Reforma Política com 10 (1,60%); Reforma Trabalhista com 8 (1,25%) e Reforma Previdenciária com 6 (1%). No caso das últimas duas, eram textos elaborados, principalmente, no Governo de Michel Temer⁴. De forma geral, havia alusão, por parte dos presidentiáveis, em realizar reformas, mas não houve qualquer aprofundamento quanto ao assunto dentro dos discursos.

Também sobre o tema específico Reforma Trabalhista, cabe o adendo de que ele aparece dividido em dois macrotemas. Primeiro, em Trabalho, com sete menções;

⁴ A Reforma Trabalhista do Governo Temer foi aprovada em 2017 e, em seu texto, destacam-se: criação do autônomo exclusivo; parcelamento das férias em até três períodos; terceirização da atividade principal da empresa e contribuição sindical opcional (BRASIL, 2017a).

Já a Reforma Previdenciária se refere à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, apresentada pelo Governo Temer em 2016, e que propunha, dentre outros pontos, aposentadoria aos 65 anos para homens e 62 anos para mulheres; benefício limitado ao teto do INSS e tempo de contribuição de 40 anos para acessar o valor integral da aposentadoria (BRASIL, 2016). Porém, a tramitação da PEC foi suspensa em 2018, por falta de apoio no Congresso (MAZUI; CASTILHOS, 2018).

depois em Temas Relativos às Mulheres, em razão da ênfase dada à questão na fala do candidato Alckmin, em 2018.

Na Tabela 3, percebe-se que o grupo LGBTQI+, que está no macrotema Direitos Humanos, não recebeu muita atenção dos candidatos. Dos cinco programas com 443 segmentos com temas, apenas quatro trouxeram o assunto. Em contraposição, uma Teoria da Conspiração recebeu quase o mesmo destaque. A União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL), trazida por Daciolo no Primeiro Turno de 2018, além de ter aparecido em três ocasiões naquele debate, viralizou como piada nas redes sociais, o que propiciou a ela uma sobrevivência para além daquele espaço de campanha. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, o termo foi criado em 2001, pela socióloga Maria Lucia Vitor Barbosa, para ironizar o encontro entre Lula e Fidel Castro, naquele ano (PEROTI, 2018).

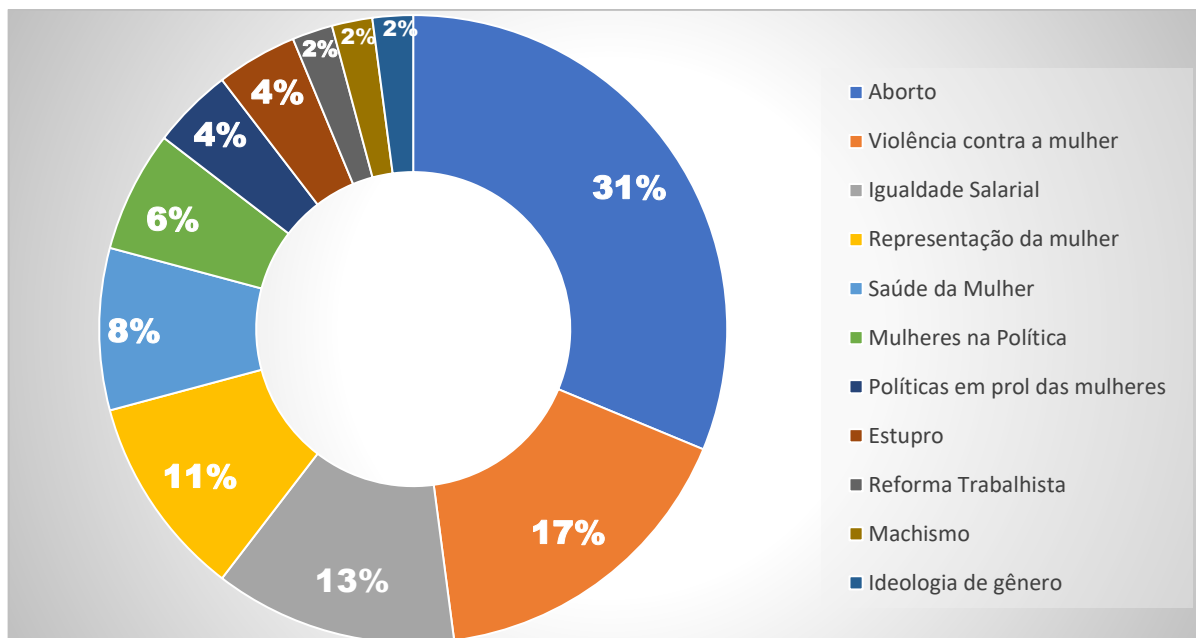
A Religião, presente no macrotema Direitos Humanos, também apareceu pouco, com apenas quatro segmentos. Nesse caso, porém, é preciso destacar que muitos dos discursos trouxeram um viés religioso, embora não explicitamente, principalmente os que estão dentro do macrotema relativo às mulheres. Assim, embora a tabela com temas gerais não demonstre, a religião teve grande relevância na construção temática dos Debates Presidenciais analisados, como aparecerá melhor na análise qualitativa das falas.

Agora, especificamente sobre os Temas Relativos às Mulheres, é preciso evidenciar que, do total de 443 segmentos com temas, 40 deles traziam a mulher em diferentes perspectivas temáticas. Portanto, as mulheres aparecem, quantitativamente, em 9% das falas com temas dos debates analisados. Do total de 40 segmentos, cinco estão no Primeiro Turno de 2010 (7%), sete no Segundo Turno de 2010 (16%), cinco no Primeiro Turno de 2014 (4%), quatro no Segundo Turno de 2014 (8%) e 19 no Primeiro Turno de 2018 (13%). Assim, entende-se que, proporcionalmente, o debate do Segundo Turno de 2010 foi o que mais dedicou segmentos às mulheres, com 86% deles abordando o tema Aborto.

No Gráfico 2, é possível observar os 11 temas presentes nos 40 segmentos que traziam assuntos relativos às mulheres. Nele, nota-se que oito temas se repetiram, o que gerou um total de 48 menções. O número de menções é maior que

o de segmentos em razão da possibilidade que os candidatos tinham de abordar mais de um tema por segmento — atitude que é bastante comum nos programas.

Gráfico 2 – Temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)



Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizado pela autora.

O tema que mais se destacou nos debates foi o Aborto, presente em 15 segmentos, além de ser o único a aparecer em quase todas as disputas eleitorais, ficando de fora, apenas, do Primeiro Turno de 2010 e do Segundo Turno de 2014. Ele também foi o único tema relacionados às mulheres tratado no debate do Primeiro Turno de 2014.

Na sequência, aparece a Violência Contra a Mulher, com oito inserções nos debates do Segundo Turno de 2014 e do Primeiro Turno de 2018. O assunto não é pautado apenas nas eleições de 2010. Já a Igualdade Salarial teve seis menções e apareceu no Primeiro Turno de 2014 e no Primeiro Turno de 2018, duas disputas ao todo. Novamente as eleições de 2010 são exceção, ao não trazer o tema.

O tema Representação da Mulher, que teve cinco segmentos, apareceu somente no Primeiro Turno de 2018 e teve uma frequência relativamente grande, considerando que participou de apenas um dos debates. O curioso é que, na maioria das vezes, o tema foi introduzido no programa por candidatos homens, que não

representavam as mulheres. Vale mencionar, porém, que havia apenas uma mulher naquele debate, Marina Silva.

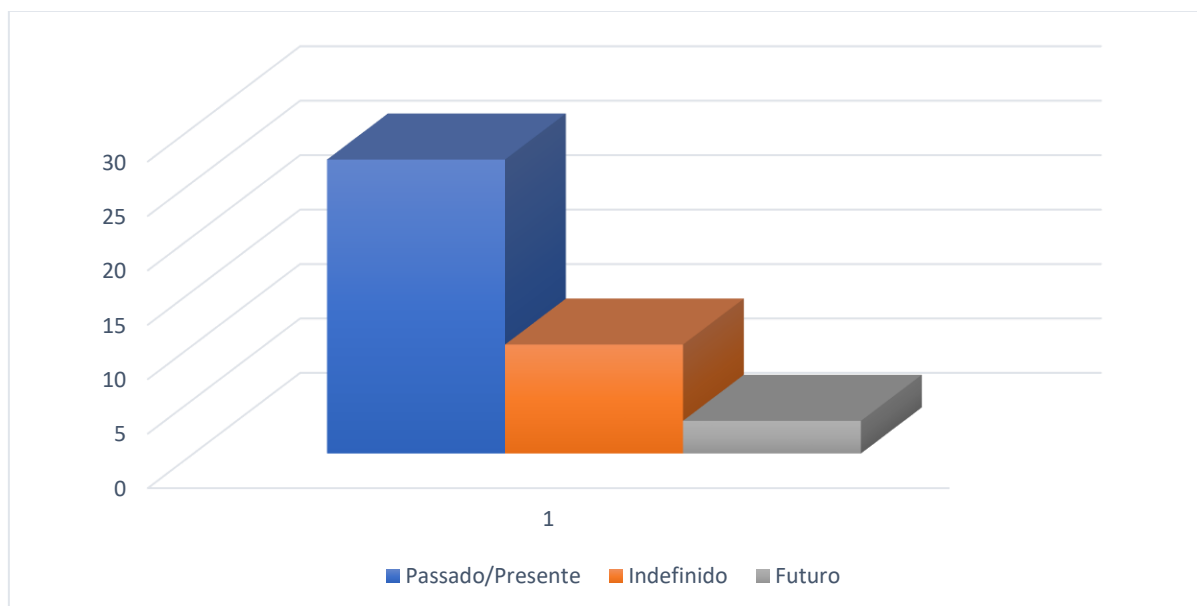
A Saúde da Mulher contou com quatro menções e, embora participe de duas disputas, tem menos segmentos. Apareceu mais vezes no Primeiro Turno de 2010 e uma vez no Primeiro Turno de 2018. Sobre este último tema, cabe esclarecer que ele não se enquadra dentro do macrotema Saúde listado na Tabela 3, em razão do foco dado pelos candidatos ao enfatizarem a mulher. Já o tema Mulheres na Política aparece em três ocasiões e é lembrado somente na disputa de 2010. Naquele ano, aparece nos dois turnos e é abordado, sempre, pelas mulheres candidatas.

Políticas em Prol das Mulheres e Estupro têm o mesmo número de segmentos: duas menções. O primeiro é pautado nas disputas do Segundo Turno de 2014 e do Primeiro Turno de 2018. Quanto ao tema Estupro, surge somente na disputa de 2018. Os temas Machismo, Reforma Trabalhista e “Ideologia de Gênero” aparecem apenas uma vez, cada, no Debate Presidencial de 2018, que foi, também, o programa que mais teve segmentos destinados aos temas relativos às mulheres dentre os cinco programas analisados pelo estudo.

Além disso, há que se deixar claro que, dentro desses 40 segmentos, é possível que outras temáticas tenham sido mencionadas, algo bastante comum na dinâmica dos debates. O gráfico 2, porém, organiza somente aquelas que referenciavam as mulheres, em razão da proposta da pesquisa. As temáticas de gênero feminino também apareceram no conteúdo completo que foi dito pelos candidatos e que será explorado, mais tarde, neste capítulo, quando forem analisadas, qualitativamente, as falas dos presidentiáveis.

As temáticas relacionadas às mulheres possuíam determinada dimensão temporal, conforme o contexto que o orador utilizava para mencioná-las. As categorias elencadas pelo estudo foram Passado/Presente, Futuro e Indefinido, demonstradas no Gráfico 3. A partir dele, foi identificado que a maioria dos assuntos não aparece como propostas futuras dos candidatos. Ao invés disso, eles preferem falar sobre o passado e o presente quando abordam as temáticas em suas falas. Assim, enfatizam suas ações do passado, cobram de seus adversários de confronto algo que fizeram ou deixaram de fazer ou, simplesmente, sinalizam para a realidade vivenciada, conforme o tema discutido.

Gráfico 3 – Dimensão temporal dos temas sobre mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)



Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizado pela autora.

O Passado/Presente aparece em 27 dos 40 segmentos em que são trazidas temáticas relativas às mulheres, o que corresponde a 67,5% do total. Na sequência, há 10 ocasiões em que a dimensão temporal é indefinida, o que significa 25% dos assuntos; enquanto as proposições futuras aparecem em apenas três situações, correspondendo a 7,5%.

Duas proposições para o futuro são oriundas das falas de Dilma e Serra, no Primeiro Turno de 2018. Na ocasião, ambos debatem a implementação do programa Rede Cegonha, que atenderia a mulher gestante do início da gravidez até depois do nascimento da criança. Esses segmentos foram enquadrados no tema Saúde da Mulher. A terceira proposição acontece no Primeiro Turno de 2014, quando Luciana Genro sugere que sejam discutidos, nas escolas, temas tabus, a exemplo do aborto e da descriminalização da maconha.

Em geral, quando os temas relativos às mulheres são trazidos nos debates, eles refletem o histórico do candidato. Trata-se de uma tática bastante comum de valorização de ações para conquistar votos. Em determinado momento de sua fala, por exemplo, Dilma discorre sobre as ações do Governo Lula no combate à violência contra a mulher. Dessa forma, ela não ressalta novas políticas sobre a temática. Tal atitude pode ser vista como negativa ao debate, pois o público/eleitor não terá acesso

a propostas dos candidatos em relação ao assunto — o que não retira da candidata o mérito de ter participado de um partido que realizou ações em benefício das mulheres.

Vale mencionar que também foram classificados como segmentos indefinidos aqueles que tinham temáticas mistas, localizadas em diferentes momentos de tempo. Ainda assim, há a predileção dos candidatos por temas passados ou que dialogam com o presente. No quadro geral, repete-se o mesmo padrão, o que demonstra que não se trata de uma característica exclusiva dos assuntos voltados às mulheres. De maneira geral, foram identificadas poucas propostas para o futuro, independentemente do tema debatido.

Além disso, nem sempre os assuntos relativos às mulheres apareceram nos debates por escolha dos candidatos. Por essa razão, os temas são classificados em Livres ou Definidos. No caso da Band, não há sorteio de temas a serem debatidos, como acontece em outros canais. A emissora prefere trabalhar com questões elaboradas e que serão perguntadas por seus próprios jornalistas, nos primeiros turnos eleitorais. Na Tabela 4, é possível identificar a proporção de cada categoria.

Tabela 4 – Temas Livres e Definidos sobre as mulheres nos Debates Presidenciais da Bandeirantes (2010 a 2018)

Temas Livres		
Tema	nº	%
Aborto	11	23%
Igualdade Salarial	6	13%
Representação da Mulher	5	10%
Violência Contra a Mulher	4	8,50%
Saúde da Mulher	4	8,50%
Mulheres na Política	3	6%
Políticas em Prol das Mulheres	2	4%
Estupro	2	4%
Machismo	1	2%
Reforma Trabalhista	1	2%
“Ideologia de Gênero”	1	2%
Total:	40	83%
Temas Definidos		
Temas	nº	%
Violência Contra a Mulher	4	8,50%
Aborto	4	8,50%
Total:	8	17%

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Na maioria das vezes, os temas referentes às mulheres apareceram por vontade dos candidatos (83%). Nos debates de 2010 e 2014, os 21 segmentos que trouxeram temáticas nesse sentido apareceram de forma livre. Isso demonstra que, ao menos dentro do recorte da pesquisa, os candidatos se preocupavam em emitir discursos sobre as mulheres. Porém, nem sempre que os presidentiáveis trataram destes assuntos significou que eles trouxeram os temas ao programa. Alguns apenas reagem àquilo que o adversário falou, como será visto melhor na Tabela 7.

Em 2018, nota-se uma intervenção clara na inserção de temas relativos às mulheres, porque naquele ano a jornalista Lana Canepa introduziu dois temas — Aborto e Violência Contra a Mulher — que também são os que mais se destacaram na frequência geral. Desse modo, entende-se que a jornalista, como integrante da produção da Bandeirantes, foi a responsável direta e indireta por oito das menções às mulheres nos debates. Em duas situações, foi a autora da fala e, em seis, propôs tal tema a quatro candidatos (Alvaro Dias, Cabo Daciolo, Guilherme Boulos e Marina Silva). Assim, chega-se ao resultado de que, em 42% das vezes que as mulheres apareceram no debate de 2018, houve a influência da produção da emissora. Isso revela que a Band se mostrou ativa na sugestão de assuntos relacionados às mulheres, fazendo com que 2018 se tornasse o ano com mais segmentos adequados ao recorte da pesquisa.

Sobre os temas Aborto e Violência Contra a Mulher, percebe-se que o primeiro dependeu menos da ação da Band para se destacar nos debates, pois apareceu em 11 segmentos livres, por iniciativa dos presidentiáveis. Ou seja, ele se tornou protagonista dos Temas Relativos às Mulheres em razão da ação dos candidatos. Já o tema Violência Contra a Mulher teve metade definida pela emissora, sendo assim, teve maior relevância ao estudo em razão da opção feita pela produção dos Debates Presidenciais da Bandeirantes.

Todas as demais temáticas relativas as mulheres, que se enquadraram em temas livres, apareceram no programa por iniciativa dos presidentiáveis, demonstrando assim o interesse que possuíam em pautar tais assuntos. De 11 temas, nove traziam a preocupação em mencionar o grupo dentro dos Debates Presidenciais analisados pela pesquisa.

Por entender que muitas vezes os candidatos não falam por si, mas representam uma instituição maior — no caso, os partidos —, faz-se necessário compreender um pouco do histórico desses partidos nos debates analisados. Na Tabela 5, estão organizadas as frequências gerais de segmentos de todos os partidos que participaram dos cinco programas, de 2010 a 2018. Enquanto que na Tabela 6, estão os dados específicos da relação entre partidos e os temas relativos às mulheres. A intenção é compreender quais os partidos que mais trabalharam com a temática dentro dos Debates Presidenciais analisados e identificar determinados padrões adotados por estas instituições.

Tabela 5 – Frequência de aparição dos partidos nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

Partido	Candidatos	Nº	%
PSDB	Serra, Aécio e Alckmin	109	27%
PT	Dilma	93	23%
PSOL	Plínio, Luciana Genro e Boulos	37	9%
PV	Marina Silva e Eduardo Jorge	24	6%
PSB	Marina Silva	22	5%
PSL	Bolsonaro	18	4,50%
REDE	Marina Silva	16	4%
PSC	Pastor Everaldo	16	4%
PDT	Ciro Gomes	16	4%
PODEMOS	Alvaro Dias	16	4%
PATRIOTA	Daciolo	14	3,50%
MDB	Meirelles	14	3,50%
PRTB	Levy Fidelix	10	2,50%
Total:		405	100%

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

São 12 os partidos representados nos programas. Na Tabela 5, percebe-se que os dois maiores destaques são, justamente, as siglas que polarizaram a disputa presidencial desde 1994 até 2014. Em 2018, porém, quem vai às eleições de Segundo Turno com o PT é o PSL, do então candidato Jair Bolsonaro, dando fim à polarização PT *versus* PSDB. Já os partidos de maior frequência, são aqueles que disputaram somente um pleito. Comparando a Tabela 5 com a 6, é possível chegar a algumas conclusões em relação ao posicionamento dos partidos sobre os temas relativos às mulheres.

Tabela 6 – Temas relativos às mulheres, por partido, nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

Partido	Candidatos	Nº	%	Temas
PSDB	José Serra, Aécio Neves e Geraldo Alckmin	11	24%	Aborto (4), Saúde da Mulher (2), Violência contra mulher (2), Igualdade Salarial (1), Reforma Trabalhista (1) e Representação da Mulher (1)
PT	Dilma Rousseff	9	19,50%	Aborto (3), Violência contra a mulher (2), Mulheres na política (2), Políticas em prol das Mulheres (1) e Saúde da Mulher (1)
PSOL	Plínio, Luciana Genro e Boulos	7	15%	Aborto (3), Machismo (1), Representação da Mulher (1), Igualdade Salarial (1) e Políticas em prol das mulheres (1)
PODEMOS	Alvaro Dias	6	13%	Igualdade Salarial (2), Violência contra a mulher (2), Estupro (1) e Representação da Mulher (1)
REDE	Marina Silva	4	9%	Representação da Mulher (2), Saúde da Mulher (1) e Aborto (1)
PSL	Bolsonaro	4	9%	Igualdade Salarial (2), Estupro (1) e Ideologia de Gênero (1)
PV	Marina Silva e Eduardo Jorge	3	6,50%	Aborto (2) e Mulheres na política (1)
PATRIOTA	Daciolo	1	2%	Violência contra a mulher (1)
PSC	Marina Silva	1	2%	Aborto (1)
Total:		46	100%	

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Identifica-se, por exemplo, que o partido PSDB é o partido que mais se destaca em temas gerais e em relação aos assuntos voltados às mulheres, sendo que 10% dos seus segmentos são dedicados a tal assunto. Esse resultado se deve, principalmente, ao fato do PSDB ser o único, dentre os partidos, que participou de todas as eleições e debates analisados. Seus representantes foram José Serra em 2010; Aécio Neves em 2014; e Geraldo Alckmin, no Primeiro Turno de 2018 — todos homens. Caso houvesse debate no Segundo Turno de 2018, o partido não participaria.

Dentre os temas trazidos pelo PSDB, destaca-se o Aborto, o qual tem mais entradas; seguido por Violência Contra a Mulher e Saúde da Mulher. Todos eles aparecem em mais de um segmento e os demais são pautados apenas uma vez pelos

candidatos tucanos. Na sequência, o PT ganha destaque, tanto no quadro geral quanto nos temas relativos às mulheres, que correspondem a 9,6% de tudo que o partido disse. Em todos os momentos, é representado por Dilma Rousseff, uma mulher. Os temas principais trazidos pela candidata também foram Aborto e Violência Contra a Mulher. O partido se distingue por ressaltar, também, Mulheres na Política, para evidenciar aquilo que representava.

O resultado do PSOL mostra que o partido teve uma participação geral de 9% nos debates. Proporcionalmente, porém, ele trouxe mais temas relativos às mulheres que o PSDB e o PT, sendo 19% de seus segmentos dedicados ao assunto. O PSOL participou de todas as disputas eleitorais, mas nunca chegou ao Segundo Turno, totalizando, assim, três debates. Dentre seus representantes, estão Plínio, que não abordou as mulheres em sua fala nenhuma vez; Luciana Genro, a única mulher representante do partido, nos debates analisados, e que pautou o tema em apenas um segmento; e Boulos, que foi o candidato que fez o partido se destacar nesse sentido, nas disputas de 2018. Novamente, o Aborto é o tema de maior ênfase no programa, enquanto os demais assuntos aparecem em apenas uma situação.

No resultado geral, o último a participar de mais de um debate foi o PV. Embora fique na quarta posição, com 24 segmentos trazidos por Marina Silva, em 2010, e Eduardo Jorge, em 2014, tem um resultado bem inferior quando se trata de temas relativos às mulheres. Sua proporcionalidade de 12,5%, porém, é maior que a do PSDB e PT. Mais uma vez, o Aborto é o tema que se destaca — o único a se repetir entre os três segmentos do partido destinados ao assunto.

Já o PSB, que aparece apenas no Primeiro Turno de 2014, representado por Marina, não trouxe nenhum tema relativo à mulher. É o único dos três debates que a candidata participou em que a temática não é tratada. O PSL, na sequência, figura em apenas um programa. Por isso, não se destaca em nenhum dos casos, mas sua proporcionalidade é a maior até aqui quando se refere aos temas voltados às mulheres, com 22% do total de fala. Pela primeira vez, o Aborto não é o destaque, pois é a questão da Igualdade Salarial que é discutida.

A Rede, partido de Marina Silva em 2018, representa a melhor atuação da candidata ao tratar a temática mulheres, embora não se destaque nos segmentos gerais por aparecer em apenas um debate. Ao todo, 25% de tudo que ela disse

naquele debate teve relação com as mulheres. Embora o Aborto tenha aparecido, o destaque está na Representação da Mulher, tema que Marina abordou em duas situações. Já o PSC, de Pastor Everaldo, não se destacou em nenhum dos casos e é o partido com menor proporcionalidade de temas relativos às mulheres, com apenas 6,25% voltados ao assunto. O único tema trazido por ele foi o Aborto, no Segundo Turno de 2014.

O PDT, representado por Ciro Gomes, em 2018, participou de apenas um debate e, por isso, não se destacou no geral. O partido não trouxe nenhum tema relativo às mulheres. O PODEMOS, de Alvaro Dias, embora tenha tido o mesmo número de segmentos que o PDT, foi o que teve a maior proporcionalidade de menções às mulheres (37,5%). Dentre eles, Igualdade Salarial e Violência Contra a Mulher se destacam. Já o PATRIOTA, de Cabo Daciolo, com pouco menos segmentos no geral, tem um dos piores resultados na proporcionalidade, pois traz assuntos relacionados às mulheres em apenas um segmento, o que corresponde a 7,14% do total. O seu tema foi Violência contra a mulher, assunto trazido pela jornalista Lana Canepa.

Os dois últimos partidos listados são o MDB, de Meirelles, em 2018, que teve o mesmo número de segmentos que Daciolo; e o PRTB, de Fidelix, que em 2014 contou com o menor espaço de fala. Ambos não trouxeram nenhum tema relativo às mulheres. O que se evidencia aqui é que alguns partidos, embora tivessem pouco espaço, priorizavam a temática, enquanto outros não acreditaram ser um tema que merecesse menção.

É importante destacar, também, que trazer mais ou menos temas sobre as mulheres não significa que o tratamento dado ao tema seja positivo ou negativo (a análise qualitativa será realizada posteriormente na pesquisa). Além da frequência não indicar de que forma é trazido o tema, ela não demonstra se foi o candidato que tomou a iniciativa de abordar a temática ou se ele reagiu aos adversários. Por isso, na Tabela 7, estão organizados de forma decrescente os candidatos que mais trouxeram temas relativos às mulheres nos cinco programas analisados, quais eram os temas e quem reagiu a eles:

Tabela 7 – Candidatos que trouxeram temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

Nome	nº	Tema	Debate	Quem reagiu ao tema?
Dilma	5	Saúde da Mulher	1º Turno – 2010	José Serra
		Mulheres na Política	1º Turno – 2010	Considerações Finais
		Mulheres na Política	2º Turno – 2010	Considerações Finais
		Violência Contra a Mulher	2º Turno – 2014	Aécio Neves
		Políticas em Prol das Mulheres	2º Turno – 2014	Ninguém
Marina Silva	4	Mulheres na Política	1º Turno – 2010	Considerações Finais
		Representação da Mulher	1º Turno – 2018	Abertura
		Saúde da Mulher	1º Turno – 2018	Ninguém
		Representação da Mulher	1º Turno – 2018	Considerações Finais
Boulos	4	Machismo	1º Turno – 2018	Ninguém
		Igualdade Salarial	1º Turno – 2018	Ninguém
		Políticas em Prol das Mulheres	1º Turno – 2018	Ninguém
		Representação da Mulher	1º Turno – 2018	Ninguém
Alvaro Dias	3	Igualdade Salarial	1º Turno – 2018	Bolsonaro
		Estupro	1º Turno – 2018	Bolsonaro
		Representação da Mulher	1º Turno – 2018	Ninguém
Serra	2	Saúde da Mulher	1º Turno – 2010	Ninguém
		Aborto	2º Turno – 2010	Dilma
Alckmin	2	Reforma Trabalhista	1º Turno – 2018	Ninguém
		Representação da Mulher	1º Turno – 2018	Ninguém
Eduardo Jorge	1	Aborto	1º Turno – 2014	Aécio Neves
Luciana Genro	1	Aborto	1º Turno – 2014	Ninguém
Pastor Everaldo	1	Aborto	1º Turno – 2014	Ninguém
Aécio Neves	1	Igualdade Salarial	2º Turno – 2014	Ninguém
Bolsonaro	1	“Ideologia de Gênero”	1º Turno – 2018	Considerações Finais

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Como já havia sido demonstrado na Tabela 2, que apresenta os números gerais de segmentos por candidatos, Dilma é a presidenciável que mais teve tempo de fala, por ter participado de quatro dos cinco debates analisados pela pesquisa. Quando se trata de quem mais trouxe temas relativos às mulheres, como demonstra a Tabela 7, a candidata também se destaca, fazendo isso em cinco situações. O único debate do qual ela participou e não trouxe algum assunto nesse sentido foi o do Primeiro Turno de 2014.

Apesar do PSDB ter participado dos cinco debates analisados — enquanto Dilma participou apenas de quatro —, se somados todos os temas trazidos pelos três candidatos tucanos (José Serra, Aécio Neves e Geraldo Alckmin), há um empate com Dilma em relação ao número de temas sobre as mulheres. Também são José Serra e Aécio Neves os candidatos que reagem aos temas trazidos por Dilma nos programas.

Dentre os temas apresentados pela petista, destaca-se Mulheres na Política, o qual ela enfatiza duas vezes em suas Considerações Finais de 2010, em ambos os turnos da disputa. Na época, o objetivo da candidata era conquistar o título de primeira mulher a se eleger como presidenta do país, algo que se realizou. O destaque é maior ao se entender que as Considerações possuem uma característica distinta dos demais formatos dos Debates Eleitorais, por tratar-se de um texto elaborado previamente e que contém aquilo que o candidato deseja destacar no discurso. O objetivo final é convencer o eleitor.

Quando comparado, no entanto, o número de temas que pautavam as mulheres (trazidos por Dilma ao debate) com o total de segmentos da temática, que foram nove, percebe-se que a petista mais reagiu do que tomou a iniciativa. Isso também ocorre porque, em um dos segmentos que possuía, pautou dois temas. Assim, apenas quatro dos nove temas relativos às mulheres, trabalhados pela candidata, foram pautados por ela. Não obstante, nota-se um equilíbrio entre pautar e reagir à temática.

Marina Silva, que aparece na sequência, também repete um tema, que é a Representação da Mulher. Ambos são mencionados no Primeiro Turno de 2018 em que, coincidentemente, era a única representante feminina. Assim como Dilma, a candidata não trouxe ou reagiu a um tema relativo à mulher no Primeiro Turno de

2014. Dos quatro temas que trouxe, nos três debates que participou, não conseguiu a reação de nenhum adversário, que poderia ter dado sequência aos assuntos tratados por ela no programa.

Dos cinco segmentos que a candidata teve e falou sobre mulheres, apenas um deles foi uma reação. Nesse caso, o tema fora trazido pela jornalista Lana Canepa. Logo, Marina Silva trouxe mais temas relativos às mulheres do que reagiu a eles — o oposto de Dilma —, o que demonstra que teve a iniciativa de pautar o assunto nos debates.

Já Boulos, que apareceu em apenas um programa, trouxe o mesmo número de temas que Marina Silva, que participou de três. Ele apresentou apenas um a menos que Dilma que, por sua vez, participou de quatro debates. Diferentemente delas, ele trouxe mais temas do que teve segmentos. No Primeiro Turno de 2018, teve três segmentos e trouxe quatro temas voltado às mulheres. Ele ainda reagiu ao tema Aborto, trazido pela jornalista Lana Canepa, que é o único tema debatido por ele em mais de uma situação. Porém, não fez com que nenhum adversário reagisse aos temas trazidos por ele.

Alvaro Dias também apresenta um equilíbrio em trazer temas e reagir a eles, ao participar de quatro segmentos e trazer três temas, sendo dois deles no mesmo segmento. O candidato fez, ainda, Bolsonaro comentar dois temas: Igualdade Salarial e Estupro. Além disso, reagiu ao tema Violência Contra a Mulher, introduzido no programa pela jornalista Lana Canepa, que desempenhou esse importante papel nos debates daquele ano, 2018, fazendo com que os temas relativos às mulheres se destacassem ainda mais.

José Serra, por sua vez, embora possuísse cinco segmentos, trouxe apenas dois temas sobre as mulheres. Porém, o tema Aborto introduzido por ele, no Segundo Turno de 2010, fez com que o assunto fosse pautado em seis segmentos daquele debate. Já Geraldo Alckmin, em 2018, trouxe o mesmo número de temas que Serra e sempre tomou a iniciativa de trazer o assunto em seus confrontos, mas não reagiu a ninguém e nem fez com que alguém reagisse a ele. O candidato tratou da Reforma Trabalhista e da Representação da Mulher.

Eduardo Jorge teve apenas dois segmentos que tratavam das mulheres. Neles, discorreu sobre o tema Aborto, reagindo, na sequência, ao mesmo tema. Não reagiu,

contudo, a nenhum adversário, embora tenha feito com que Aécio Neves reagisse a ele. Luciana Genro, que também só trouxe um tema, contou com apenas um segmento, de forma que a totalidade do que disse sobre as mulheres, em 2014, ocorreu por iniciativa dela de pautar o Aborto. A candidata não fez, entretanto, com que alguém reagisse ao tema.

Outro presidenciável que trouxe apenas um tema foi Pastor Everaldo, também no Primeiro Turno de 2014, quando se referiu ao Aborto. Ele não reagiu a ninguém e tampouco fez com que reagissem a ele, até porque sua fala foi feita durante as Considerações Finais. Já Aécio Neves tem uma situação diferente dos demais que trouxeram apenas um tema, pois ele contou com três segmentos e só pautou a Igualdade Salarial em um dos segmentos, no momento em que respondeu à Dilma sobre Violência Contra a Mulher. Além disso, o tucano reagiu a Eduardo Jorge sobre Aborto. Portanto, Aécio é o único candidato a reagir a mais de um adversário sobre temas relativos às mulheres.

Bolsonaro também trouxe apenas uma temática relativa às mulheres, no debate de 2018, nos três segmentos dentro do assunto, e reagiu a dois temas, assim como o candidato tucano, Aécio Neves. A reação de Bolsonaro foi a Alvaro Dias, que tratou dos assuntos Igualdade Salarial e Estupro, no mesmo segmento. Já o tema pautado por Bolsonaro foi “Ideologia de Gênero”, trazido em suas Considerações Finais. Isso impediu que alguém reagisse à fala, por não tratar-se de um confronto direto. Cabo Daciolo, em contrapartida, abordou a Violência Contra a Mulher no debate de 2018, mas não trouxe a temática, apenas reagiu à jornalista Lana Canepa. Por isso, não está listado na Tabela 7.

Em alguns dos segmentos, identifica-se que a fala surge como forma de atacar o adversário de confronto, como pode ser visto na Tabela 8 (VEIGA; SOUZA; SANTOS, 2007). Ao todo, nos segmentos relativos às mulheres, apareceram 21 falas de linguagem Didática (55,26%) e 17 de Ataque (44,75%). Os candidatos que mais atacaram foram Dilma Rousseff e José Serra, os quais fizeram isso em quatro de seus segmentos; enquanto o mais atacado foi, novamente, Dilma, que recebeu seis ataques ao todo.

Tabela 8 – Linguagem dos candidatos nos temas relativos às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

Candidato	Linguagem	nº	Adversário
Dilma	Ataque	1	Aécio Neves
	Didática	1	Aécio Neves
	Didática	1	Serra
	Didática	2	Considerações Finais
	Ataque	3	Serra
Marina	Didática	1	Considerações Finais
	Didática	1	Abertura
	Didática	1	Alckmin
	Didática	1	Boulos
	Ataque	1	Alckmin - Considerações Finais
Serra	Didática	1	Dilma
	Ataque	4	Dilma
Alvaro Dias	Ataque	2	Bolsonaro
	Didática	2	Daciolo
Boulos	Ataque	1	Bolsonaro
	Didática	1	Marina Silva
	Ataque	1	Marina Silva
Bolsonaro	Didática	2	Alvaro Dias
	Didática	1	Considerações Finais
Alckmin	Didática	1	Ciro
	Didática	1	Marina Silva
Aécio Neves	Didática	1	Eduardo Jorge
	Ataque	2	Dilma
Eduardo Jorge	Didática	1	Aécio Neves
	Ataque	1	Aécio Neves
Luciana Genro	Ataque	1	Marina Silva
Pastor Everaldo	Didática	1	Considerações Finais
Daciolo	Didática	1	Alvaro Dias

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizada pela autora.

Dilma, em suas falas relativas às mulheres, apresenta um equilíbrio entre os segmentos em que usou a linguagem Didática e a de Ataque. O candidato que ela mais atacou foi José Serra, em 2010, mas também atacou Aécio Neves, em 2014 — ambos tucanos. Marina Silva, por sua vez, foi didática em 80% das falas. Atacou apenas Geraldo Alckmin nas Considerações Finais de 2018, o que significa que não

atacou ninguém em um confronto direto dentro das temáticas femininas trazidas por ela ao debate.

Serra fez o oposto de Marina, com 80% de ataques, todos eles destinados à Dilma, que foi sua concorrente política no Primeiro Turno de 2010 e a única adversária no Segundo Turno daquele ano. Alvaro Dias, assim como Dilma, equilibra suas falas entre linguagem Didática e de Ataque. Os dois ataques que fez foram para Bolsonaro, em confronto direto entre eles. Já Boulos atacou em 66,6% de seus segmentos sobre as mulheres. Os alvos foram Bolsonaro e Marina Silva.

Bolsonaro, por sua vez, recebeu três ataques e não fez nenhum aos seus adversários, nos segmentos que falou das mulheres. O candidato usou apenas linguagem Didática em confronto com Alvaro Dias e em suas Considerações Finais. Geraldo Alckmin também não atacou em seus confrontos com Ciro Gomes e Marina Silva, ao invés disso, optou por explicar sobre os temas ao público/eleitor em seus discursos. Já Aécio Neves tem a mesma proporção de Boulos, com 66,6%, sendo os ataques destinados à Dilma.

Luciana Genro, que só teve um segmento dentro da temática, tem uma proporção de 100% de ataque, pois usou o espaço para atacar Marina, com quem debatia em um confronto direto montado pelo jornalista Fabio Pannunzio. Os dois últimos candidatos, Pastor Everaldo e Daciolo, tiveram um segmento cada, e optaram por não atacar ninguém. O Pastor usa a linguagem Didática em suas Considerações Finais; e Daciolo a utiliza com Alvaro Dias, em um confronto montado pela jornalista Lana Canepa.

4.2 Análise qualitativa das falas referentes às mulheres

No tópico atual, todas os 40 segmentos transcritos que abordam as mulheres serão analisados. Inicialmente, a Análise de Conteúdo se dá a partir da verificação de quais palavras mais se repetem nas falas dos presidentiáveis durante os cinco debates analisados, com o recorte temático já mencionado. Embora se reconheça o caráter quantitativo de tal técnica, compreende-se que, a partir dela, é possível guiar a construção da pesquisa. No Gráfico 4, tais palavras estão organizadas ao entorno do símbolo feminista. As que estão em maior evidência coincidem com aquelas que se destacaram no discurso dos candidatos.

Gráfico 4 – Nuvem de Palavras sobre as mulheres nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018



Fonte: *Tag Cloud* com falas dos presideciáveis sobre as mulheres nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Nota: Organizado pela autora no Tagul.

É possível identificar alguns destaques. A palavra que mais se repete nas falas é “Não”, que aparece 109 vezes; enquanto o seu antônimo, “Sim”, tem só 11

aparições. A ênfase dada à negativa reforça o caráter principal daquilo que os candidatos diziam: a contrariedade a determinados temas oferecidos por seus adversários.

Depois de “Não”, a palavra que mais aparece é “Mulher” e é a que permite o recorte das falas dos candidatos. O termo se repete em 81 casos. Ao se considerar que são 40 segmentos, tem-se uma média de 2,025 repetições em cada segmento; enquanto a palavra “Homem” aparece, apenas, em 13 momentos, com uma média de 0,325 por segmento.

A “Saúde” é o tema que mais se repete dentre as falas, com 28 aparições. Ele se encaixa em diversas situações, como o “Aborto”, que vem a seguir e tem 29 inserções. O tema Aborto é o que mais foi discutido durante o debate em relação às mulheres, de forma que é clara a sua relevância para o estudo. Além dele, alguns dos outros temas mencionados são: “Estupro” (3), “Igualdade Salarial” (2) e “Lei Maria da Penha” (2). Percebe-se, também, a ênfase que os candidatos davam para aproximar suas falas dos brasileiros, ao trazer termos como “Brasil” (34), “País” (29), “Brasileiro” (21) e “Nacional” (1).

“São Paulo” foi o estado mais lembrado, em seis situações. Isso se deve, principalmente, à atuação de José Serra como Governador. Há que se ressaltar, porém, que o tucano também se lembrou do estado em outras falas não contabilizadas aqui, pois não estavam relacionadas às mulheres. O estado de Minas Gerais aparece em duas situações e é lembrado por Aécio Neves, que o governou. Marina Silva citou suas “Raízes amazônicas” e também a “Favela do Coque” em Recife, Pernambuco. Além disso, o estado do “Rio de Janeiro” foi lembrado por Dilma, ao destacar as políticas de segurança implementadas pelo Governo Lula.

Dentre os candidatos, “Dilma” foi a mais citada, com nove menções. “Serra” aparece na sequência e é referido em oito situações. “Lula” também foi um dos mais lembrados, embora não tenha participado de nenhum dos cinco debates; ele aparece em seis casos e é citado, principalmente, por sua sucessora, em 2010. “Marina”, que foi a segunda que mais apareceu nos debates, é mencionada em cinco ocasiões, mesmo valor que “Bolsonaro”. “Plínio” e “Eduardo Jorge” são citados em três. “Ciro”, “Aécio” e “Alvaro Dias” em dois casos; e “Fernando Henrique Cardoso”, que também não participou de nenhum debate, foi lembrado apenas uma vez. Os ex-presidentes

Lula e FHC são figuras sempre muito lembradas durante os debates. O primeiro, principalmente por Dilma; e o segundo, por Aécio Neves. A menção ao FHC aqui citada é feita por Dilma, que culpa a Presidência tucana pela dívida das Santas Casas, a qual foi herdada pelo Governo petista.

Nota-se, pela construção da Nuvem de Palavras, que os candidatos se preocuparam em adaptar o discurso para atender as mulheres, ao colocarem palavras no gênero feminino sempre que possível. Dito isso, agora serão analisadas cada uma dessas falas, explicando o contexto ao qual pertencem.

4.2.1 Discurso Político

Para que se compreenda o conceito de discurso político, de forma que seja possível realizar a Análise de Conteúdo das falas coletadas pela pesquisa, será necessário que se entenda o que é discurso. Conforme pontua Orlandi (2000), o discurso corresponde a palavras em movimento. Ele sempre é vinculado a um determinado contexto, o que o torna, assim, um produto ideológico. Dessa forma, o discurso só faz sentido se for construído ao se considerar dois eixos: o da memória e o da atualidade.

Esses discursos são a manifestação da linguagem, que tem por característica o convencimento. Quando utilizado, o discurso almeja atingir aquele que o recebe. De acordo com o Charaudeau (2005, p.15), trata-se do princípio de influência, em que o emissor busca uma ação, emoção ou orientação do pensamento de seu interlocutor. Dessa forma, percebe-se que o objetivo principal do enunciador é persuadir seu interlocutor.

No contexto político, é comum que os agentes envolvidos ultrapassem alguns limites no uso das palavras, em uma espécie de luta discursiva. Segundo Charaudeau (2008), isso ocorre porque, quando se refere à política, existe a necessidade de transmitir, a partir do discurso, a ideia de bem comum. Assim, será necessário que adversários busquem se sobressair a partir da linguagem.

Charaudeau (2008) destaca que o discurso político é carregado de significados e intenções. Nesse contexto, a conquista de eleitores se torna o objetivo principal, para que assim alcancem votos e superem seus adversários na disputa. Tal situação

é ampliada quando esses candidatos usam dos espaços midiáticos hegemônicos para atingir o objetivo. É o caso dos Debates Presidenciais.

De acordo com Amossy (2005) e Charaudeau (2008), existem três elementos essenciais para alcançar esse feito: *logos*, *ethos* e *pathos*. O primeiro refere-se à lógica argumentativa trazida no discurso. Em um Debate Presidencial, por exemplo, seriam os dados concretos trazidos pelos candidatos e as propostas acompanhadas de argumentos.

O *ethos* está relacionado à autoimagem do ator político e àquilo que ele crê esperarem dele. Por fim, o *pathos* tem relação com os sentimentos (paixão) trazidos pelo enunciador e é comumente utilizado por candidatos ao tentarem estabelecer um vínculo emocional com os interlocutores/eleitores.

A persuasão relaciona-se com a paixão, mas também com a razão, pois os que procuram comandar devem se tornar legítimos e fidedignos, e os que aceitam submeter-se por delegação interposta procuram controlar o poder outorgado e mesmo reivindicar o direito de questionar sua aquisição [...] O discurso político relaciona-se com a paixão e a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão a ideias que não passe pelos homens. (CHARAUDEAU, 2008, p. 94).

Assim, Charaudeau (2008) explica que o discurso político perpassa pelo *logos*, representado pela razão; pelo *pathos*, que é a paixão; e também pela imagem, que é o *ethos*. Para que exista a persuasão, é necessário que o discurso seja transmitido para as pessoas que atuam na construção da imagem do candidato, pois o político considera, na formação do *ethos*, sua autoimagem e a concepção feita dele pelos cidadãos.

Dessa forma, cria-se a matriz do discurso político, em que não há somente o confronto entre ideias de adversários políticos, mas também de *ethos* (imagens). No contexto dos Debates Presidenciais, essa construção se dá muito antes do período eleitoral propriamente dito. Tem a ver com a construção social do locutor e do interlocutor, o que irá influenciar, ativamente, a interpretação e avaliação dos programas.

O discurso político dos debates também irá apresentar, de forma clara, as tentativas dos candidatos de persuadirem os eleitores a partir de ataques ou defesas, em relação a determinadas temáticas. Da mesma forma que o enunciador constrói um

ethos pelo discurso, ele poderá desqualificar a imagem de seus adversários. Isso gera o que Charaudeau (2008) chama de *antiethos*.

Além disso, o autor (2008) considera que, no discurso político, existe um espetáculo da mentira, pois é impossível que um locutor consiga dizer sempre a verdade sobre tudo, de forma que a inverdade se torna fundamento da palavra política. Essas mentiras podem aparecer de formas estratégicas, como: trazer dados imprecisos; ficar em silêncio a respeito de um tema, alegando razão suprema, ou seja, que é para um bem maior; e negar ações, ao dizer que não tem participação ou conhecimento de caso.

4.2.2 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2010

A primeira menção a temáticas relativas às mulheres, nos cinco programas analisados pela pesquisa, aconteceu no primeiro bloco do debate do Primeiro Turno de 2010, em resposta de Dilma a José Serra. No confronto, o tucano escolheu a petista para abordar propostas nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Como ela já havia falado sobre educação na pergunta geral que abriu o programa, respondeu a partir da temática de saúde. Sua fala enquadra-se nos temas relativos às mulheres, ao trazer o cuidado da gestação a partir do programa Rede Cegonha:

Eu vou completar, então, na área da Educação, aliás, na área da saúde que eu tinha começado. Muito obrigada pela pergunta. Eu acredito que nós temos que completar o Sistema Único de Saúde, para isso, as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas. Elas são essenciais, porque a população precisa de ter para onde ir para se tratar no caso de uma urgência ou emergência, um problema de saúde mais grave. Aí as UPAs 24 horas eu irei expandir, irei criar 500 UPAs. Ao mesmo tempo, eu acredito na importância fundamental de ampliar, cada vez mais, o Brasil Sorridente, que é levar pelo SUS o tratamento dentário. Também ampliar e universalizar o SAMU, que é esse atendimento que transporta crianças.

Uma questão fundamental é a questão do tratamento da mulher e da criança desde o nascimento, aliás, antes do nascimento até um ano de vida. Aí nós estamos falando de uma Rede Cegonha que integraria do atendimento a criança ao atendimento da mãe.

No caso da segurança pública, nós iremos apostar nisso que está dando muito certo, que são as Unidades de Polícia Pacificadora, já implantadas no Rio de Janeiro. E responsável por transformar território de guerra em território da paz. Usando dois mecanismos, a autoridade de um lado e também os investimentos de infraestrutura, da habitação e na mobilização comunitária.

Na área da educação, eu terei grande ênfase na área da educação profissional. Aliás, nós aumentamos enormemente as escolas técnicas. De

140 que recebemos, já chegamos a criar mais 214. (Dilma, 2010 – grifo nosso).

Da fala completa de Dilma no segmento, o estudo foca-se no trecho em negrito, voltado ao tratamento de saúde da mulher e da criança. O programa pontuado pela candidata trata-se de uma iniciativa lançada em 2011, no primeiro ano do Governo Dilma e que, conforme o Ministério da Saúde (2017), volta-se à saúde das mulheres no período de gestação, durante o parto, pós-parto e desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. É ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e tem o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e materna e garantir os direitos sexuais e reprodutivos de todos os envolvidos.

No discurso de Dilma, nota-se a necessidade que ela tem de colocar a mulher em sua resposta e em seu Programa de Governo. São as mulheres, portanto, o único público específico ao qual ela se refere quando fala sobre propostas de campanha nesse segmento. Além disso, evidencia-se que a petista se preocupa em falar sobre as mulheres gestantes. Nesse caso, cabe refletir a respeito dos papéis socialmente construídos que colocam a mulher como mãe.

Perrot (1998), em seus estudos, identificou que existe, na sociedade, a separação de ambientes femininos e de ambientes masculinos. O espaço doméstico destinado às mães era desvalorizado, se comparado aos espaços da política, trabalho e opinião, voltados aos homens. Friedan (1971) chamou o fenômeno de “mística feminina”, pois nele a mulher apresenta feminilidade ao ser mãe, esposa e dona de casa — ação que era aceita pela sociedade. Dessa forma, quando Dilma aborda o programa Rede Cegonha, em 2010, com foco na saúde das mães, é perceptível que tal mística se aplica, ainda hoje, à realidade.

No geral, o tratamento dado às políticas reprodutivas, em campanha eleitoral, recupera um traço bastante comum da sociedade patriarcal: o ideal da maternidade. Badinter (2011) percebe que, na sociedade, ser mãe muitas vezes é visto como a mais importante realização da mulher. Ainda assim, a mulher é desvalorizada socialmente, porque ao ocupar o espaço doméstico da maternidade (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971), ela deixa de ocupar o espaço público do trabalho. Desse modo, é julgada por não ter uma profissão.

A divisão entre ocupar o espaço público e o doméstico cria a necessidade de a mulher exercer o papel de “negociadora”, nas palavras de Badinter (2011, p. 159-160):

A negociação nunca é definitivamente alcançada. Ela evolui em razão da idade e das necessidades da criança, e também da situação e das oportunidades profissionais, as quais podem entrar em completa contradição. Assim que a criança apresenta um problema imprevisto, o ideal materno, até então contornado, ressurgem. Culpada, forçosamente culpada... O espectro da mãe má se impõe e ela tanto mais cruelmente quanto inconscientemente ela interiorizou o ideal da boa mãe. Nessas provocações conflituosas, a mulher e a mãe sentem-se igualmente perdedoras. Exatamente a hipótese com a qual as mulheres, cada vez em maior número, não querem ser confrontadas.

Por tal ideal de maternidade, muitas políticas públicas são construídas pensando em como a mulher cumprirá seu papel reprodutivo. Badinter (1981) coloca que a sobrevivência da espécie exige que as mulheres continuem tendo filhos. A autora argumenta, porém, que não é algo inevitável, até mesmo por existirem métodos contraceptivos. Assim, quando Dilma traz para o debate uma bandeira política de apoio às mães, pode sinalizar ao eleitor um foco na vida do filho, uma vez que se tem como essencial que a fêmea da espécie humana continue procriando.

Para Machado (2012), a implementação da Rede Cegonha, no Governo Dilma, reforçou uma ideologia familista e as representações tradicionais de gênero. O programa demonstra que as políticas reprodutivas ainda são fortemente influenciadas por forças religiosas, fruto de alianças políticas com o Estado e atores da sociedade civil. Por isso, a autora defende, como forma de garantir a ampliação dos direitos humanos, a laicidade nas instituições políticas e o aprofundamento do espírito republicano naqueles que governam.

Por outro lado, há diferentes interpretações sobre a Rede Cegonha. Costa (2016), por exemplo, argumenta que a política foi essencial para que houvesse mudança de paradigma na assistência à saúde da mulher, à medida que reduziu intervenções desnecessárias e humanizou a atenção. A autora pontua que a iniciativa implementada pela petista foi um complemento do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), de 2000. Associado ao PHPN, a Rede Cegonha oferta, pelo SUS, planejamento sexual e reprodutivo e atenção humanizada para mãe e criança, durante pré-natal, parto, puerpério e também em casos de abortamento. Assim, há maior autonomia e poder de decisão às mulheres.

Com relação aos *ethos* construídos por Dilma em sua fala, destacam-se os Humanidade e Competência (CHARAUDEAU, 2008). O primeiro aparece quando a candidata expõe a preocupação com a ampliação do SUS para atender a população em situações de emergência, além de apontar outros elementos relacionados à saúde, o que demonstra que ela possui espírito humanístico para lidar com os problemas vivenciados pela população. Na construção desse *ethos*, também está o programa Rede Cegonha, voltado à saúde da mulher.

O *ethos* de Competência aparece quando Dilma usa de sua atuação no Governo Lula para demonstrar que é alguém capaz de manter as ações positivas do antecessor. Como exemplo, a candidata faz uso das políticas adotadas na segurança pública do Rio de Janeiro durante o Governo Lula, o que segundo ela transformou “território de guerra em território de paz”. Ela também evidencia o papel que teve no aumento das escolas técnicas.

Na sequência do debate, em sua réplica à Dilma, Serra irá comentar suas propostas para área da saúde, ignorando os temas educação e segurança pública trazidos por ele na pergunta. Isso, muito provavelmente, deve-se ao histórico que ele teve como ministro de saúde no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, o tucano trata de vários assuntos e aborda, também, a mulher, quando fala sobre o programa Mãe Paulistana, mas é cortado em sua fala por ultrapassar o tempo. Ao se considerar o contexto do debate, entende-se que ele comparava o programa paulistano com a Rede Cegonha.

Eu creio, viu Dilma, que é uma questão que é fundamental e que não tem sido enfrentada no Brasil, que é o Plano Nacional e mesmo na maioria dos estados, por falta de recursos, que é a questão da consulta e do exame. Em São Paulo, nós criamos uma nova unidade chamada Ambulatório Médico de Especialidades. Hoje, já deve ter umas 30. Até o final do Governo vai estar funcionando umas 40. São 15 mil exames por mês, em média; perdão, 15 mil consultas e cerca de 40 mil exames. É a capacidade que cada um desses ambulatórios tem. Nós fizemos e vamos fazer no Brasil cerca de 150.

Eu quero também retomar os mutirões da saúde, os mutirões têm feito falta. No Brasil, há deficit de cirurgias em muitas áreas, inclusive com níveis menores que os de 2002, em várias áreas críticas. **E por último, é dar sequência a todo aquele trabalho em torno do programa Mãe Paulistana que é parecido com este [...]** (José Serra, 2010 – grifo nosso).

O Mãe Paulistana é um programa similar ao Rede Cegonha, mas voltado ao município de São Paulo, onde José Serra foi prefeito em 2006, ano de implementação

da política. Assim como no caso de Dilma, a preocupação de Serra é evidenciar o papel reprodutivo da mulher em seu argumento, ao tratar de uma política voltada às gestantes. Considerando as semelhanças entre a Rede Cegonha e o programa citado por Serra, é possível dizer que a crítica de Machado (2012) aos ideais familistas e representações tradicionais de gênero também se aplica ao que é discutido pelo tucano. Levando em conta que políticas reprodutivas tendem a receber influência de grupos religiosos, novamente se reforça a necessidade da laicidade das instituições políticas, para que os direitos humanos sejam respeitados.

Além disso, apesar do tucano não ter citado em sua fala, quando foi ministro da saúde no Governo de FHC, Serra implementou o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), o qual serviu como base para a criação da Rede Cegonha. Ambos os programas, porém, podem ser entendidos como um avanço na questão da humanização da saúde da mulher (COSTA, 2016). Ainda assim, compreende-se que a fala de Serra foi uma reação à resposta da petista, pois ele não demonstra interesse em trazer novas políticas em prol das mulheres gestantes, mas em evidenciar que teve tal preocupação quando foi prefeito. Há, portanto, uma sinalização de ações anteriores para que, assim como Dilma, ele pudesse evidenciar a representação da mulher em sua fala.

Os *ethos* utilizados por Serra são os mesmos construídos por Dilma: os de Humanidade e Competência (CHARAUDEAU, 2008). A Competência foi usada para trazer exemplos daquilo que executou no passado, como prefeito, ao dizer, por exemplo, “Em São Paulo nós criamos [...]” ou “Nós fizemos e vamos fazer no Brasil [...]”. As mulheres são representadas por esse *ethos* quando o candidato lista um programa executado por ele em São Paulo e que era voltado às mulheres gestantes, algo que ele foi capaz de realizar por seu conhecimento na área da saúde.

Já o *ethos* de Humanidade apareceu quando o tucano demonstrou problemas do Governo anterior, como fez Dilma ao criticar o Governo FHC. A crítica é embasada no déficit de cirurgias. Assim, traz como solução a criação de mutirões pelo Brasil. Novamente, o foco de Serra é a saúde. Não é à toa, por exemplo, que Plínio de Arruda Sampaio diz, no terceiro bloco do debate: “Vocês agora viram porque o José Serra é chamado de hipocondríaco, só fala em saúde”. Por causa do candidato ter atuado como ministro da área, ele dava mais enfoque para a temática.

No terceiro bloco do programa, Serra retoma a questão dos mutirões de saúde para, novamente, discorrer sobre as mulheres. No confronto, a petista pede para que Serra comente algumas políticas do Governo Lula. O tucano faz algumas críticas negativas e outras positivas aos programas. Os elogios são acompanhados do esclarecimento de que se tratam de políticas herdadas de Fernando Henrique Cardoso. Dilma se defende na réplica e diz que não houve cortes nas APAE's, conforme havia sido citado por Serra. Em sua tréplica, ele diz o seguinte:

Obrigada Boechat. As APAEs perderam o subsídio que o Ministério da Educação dava ao transporte das crianças deficientes que nela estudam. Isso Dilma, é uma verdade, você pode chamar o pessoal das APAEs que você vai ver que aquilo que você disse a respeito delas não é o que o Governo Federal fez na prática. Eu me admiro que você no Governo não tenha posto atenção nesse aspecto.

A outra questão que eu citei aqui, fala-se muito de saúde da mulher, pois as cirurgias de varizes caíram em 21 mil, de 2002 a 2009. E você fala que o mutirão não é fundamental. Ou seja, 21 mil menos cirurgias. Cirurgias que são fundamentais, especialmente para as mulheres. Uma crueldade eu diria. O mesmo aconteceu com a próstata, o mesmo aconteceu com a catarata. Cadê a prioridade na saúde? Isso eu pergunto sempre. (José Serra, 2010 – grifo nosso).

Diferentemente das duas falas anteriores referentes à saúde, agora o foco não são as gestantes. A menção às mulheres, feita por José Serra, inclui todas aquelas que sofrem com varizes e que realizavam cirurgias pelos mutirões. Conforme a fala do tucano, tanto os homens quanto as mulheres são afetados pelo problema, mas essas são as principais vítimas. Então, o candidato toma a iniciativa de incluir as mulheres no confronto, ao invés de reagir àquilo que a adversária disse no formato anterior.

Ainda que as varizes sejam, de fato, um problema que afeta mais as mulheres, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), atingindo 70% delas contra 30% deles, trata-se de um assunto que pode englobar ambos os sexos; enquanto as doenças relacionadas à próstata, citada pelo candidato posteriormente, atingem apenas os homens. Serra, no entanto, não faz menção a isso. Então, a necessidade de trazer as mulheres como grupo específico a ser representado é notória na escolha das palavras do tucano: “Cirurgias que são fundamentais, especialmente para as mulheres. Uma crueldade eu diria”.

Serra também faz um *antiethos*. Diferentemente dos anteriores, que usavam dos Governos Lula e FHC, aqui ele busca desconstruir a imagem de Dilma. Ele faz isso

em dois trechos: “Eu me admiro que você no Governo não tenha posto atenção nesse aspecto” e “E você fala que o mutirão não é fundamental [...] Cirurgias que são fundamentais, especialmente para as mulheres”.

No primeiro trecho, Serra diz que Dilma, como ministra, deveria saber da situação vivida pelas APAEs. A fala insinua que a candidata, como integrante do Governo, saberia; e se realmente não soubesse, estaria desinformada. Já no segundo trecho, afirma que a petista não considera os mutirões como fundamentais, ainda que eles sejam essenciais às mulheres, as quais ela deveria estar representando. Assim, o tucano coloca a importância de uma política praticada, enquanto ele era Ministro da Saúde, para depois fazer um *antiethos* de Dilma como alguém que não se foca em um assunto fundamental às mulheres.

Na fala, Serra utiliza, novamente, o *ethos* de Humanidade, segundo a classificação de Charaudeau (2008), à medida que demonstra preocupação com o transporte das crianças com deficiência e com aqueles que necessitam do trabalho feito pelos mutirões de saúde. A união entre o *ethos* de Humanidade e o *antiethos* compõe a construção do discurso político de José Serra nesse segmento, no Primeiro Turno de 2010.

Durante as Considerações Finais, aparecem os dois últimos segmentos que referenciaram as mulheres. Primeiramente, Dilma Rousseff, que era líder nas pesquisas de intenções de voto, destaca o trabalho realizado no Governo Lula e que a faz uma mulher capaz de governar o Brasil:

Agradeço a você, telespectador, que está nos assistindo até agora. Agradeço à Bandeirantes e aos jornalistas aqui presentes a oportunidade desse debate. Agradeço aos candidatos, José Serra, Marina e Plínio. Agradeço a você Boechat, também. Esse debate, considero que ele é importante para o país, ele amplia a democracia.

Nos últimos anos, eu tive a honra de coordenar a equipe de ministros do presidente Lula. E quero dizer para vocês que essa foi a experiência mais vigorosa e importante da minha vida. Primeiro, porque eu tive a honra de conviver com a generosidade e inteligência política do presidente Lula. Me deu uma experiência única e foi também a realização dos sonhos de muitas gerações. Segundo, porque nós quebramos todas as barreiras que muitos acreditavam intransponível. E fizemos com que o povo brasileiro tivesse oportunidades no seu próprio país, que eles nunca tinham tido.

Eu considero que participar desse processo de mudança me transformou numa pessoa muito melhor e me deu também imensa confiança no futuro do país. O nosso governo devolveu ao país a autoestima e a certeza de que nós temos, sim, um futuro, que nós podemos, sim, ser um país desenvolvido.

Eu considero que muitas coisas nós conquistamos. Agora, ainda temos muito a conquistar. Eu tenho um compromisso com a erradicação da pobreza e da miséria no nosso país, dar oportunidade para todos os estudantes e jovens.

E eu tenho um desafio, que é o mesmo do presidente que sempre disse que um trabalhador não pode errar, uma mulher também não pode. E eu quero dizer: as mulheres desse país estão preparadas para serem presidentes da República e o Brasil está para elas.

O que me move não é um projeto pessoal, o que me move é a realização de sonhos de milhões de brasileiros e de brasileiras, que vêm participando dessa obra e vão me ajudar a fazer o Brasil seguir em frente. (Dilma, 2010 – grifo nosso).

De toda a fala de Dilma, apenas o trecho em negrito está relacionado às mulheres. Nele, a candidata cita Lula de forma indireta. A paráfrase que faz compara aquilo que o ex-presidente disse ao se colocar como um trabalhador que, ao assumir o cargo de presidente, não poderia errar, pois prejudicaria a si mesmo. Assim como ele, Dilma se coloca como uma mulher que não pode errar com aquelas que representa.

Além disso, na fala de Dilma há a ideia de que as mulheres estão capacitadas para exercer o cargo de presidentas e que os brasileiros estão abertos a recebê-las. A primeira parte remete ao *ethos* de Competência (CHARAUDEAU, 2008), no qual a candidata se coloca como alguém capaz, justificando que estaria apta por causa de sua trajetória política, que estava relacionada ao Governo petista: “Me deu uma experiência única [...]”.

Com relação aos brasileiros estarem preparados para elegerem mulheres, o resultado daquelas eleições confirmou isso, pois Dilma foi eleita presidenta no Segundo Turno de 2010. Ela venceria, também, as eleições de 2014. No entanto, embora as mulheres sejam 52,5% do eleitorado, conforme o Tribunal Superior Eleitoral (2018), a representatividade delas é muito inferior, ou seja, o número de mulheres eleitas e disputando cargos políticos é baixo.

A necessidade de uma maior representatividade é justificada pela necessidade de políticas públicas voltadas às mulheres, elaboradas por quem conhece os problemas vivenciados por elas (BIROLI, 2014). Nesse sentido, iniciativas como a “cota de gênero”, da Lei das Eleições (BRASIL, 1997), garante que pelo menos 30% das mulheres preenchem vagas para concorrer aos cargos de deputado federal, estadual, distrital e de vereador. Por isso, são essenciais para que, paulatinamente, as mulheres passem a conquistar espaço político.

Mesmo assim, a “cota de gênero” ainda enfrenta problemas de fraudes, com candidatas laranjas. Conforme o TSE (2018), pelo menos 16 mil candidatos, em 2016, não receberam nem um voto; e 23% dos municípios não elegeram nenhuma mulher como vereadora. Em razão do baixo investimento em campanhas de mulheres, com partidos apenas utilizando-as como candidatas para alcançar os 30% exigidos pela legislação, o Brasil ocupa a 152ª posição no ranking que mede a participação feminina na Câmara de Deputados, em disputa com outros 189 países (SILVEIRA, 2018).

Ou seja, embora Dilma avistasse um cenário positivo para as mulheres na política, ela não foi tão certa assim. Apesar de ela ter conquistado o espaço público (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971), as mulheres, em geral, não possuem grande representatividade ocupando cargos públicos. Por isso, o país ainda tem resultados negativos, ainda que adote a “cota de gênero” desde 2009.

Em toda a fala de Dilma, nesse segmento, os *ethos* de Competência e Humanidade se destacam de novo. Porém, dessa vez ela também trabalha com os de Sério e Virtude (CHARAUDEAU, 2008). Dilma demonstra competência ao recordar os feitos realizados como coordenadora da equipe de ministros de Lula. O de Humanidade surge, primeiramente, com Dilma dizendo: “Eu considero que participar desse processo de mudança me transformou numa pessoa muito melhor e me deu também imensa confiança no futuro do país”. Desse modo, ela demonstra que reconhece as próprias limitações e que obteve melhoras ao participar de algo importante, segundo sua visão.

O *ethos* de Humanidade, aliado ao de Competência, conforme a classificação de Charaudeau (2008), também aparece no trecho em que Dilma exalta as conquistas que o Governo Lula realizou e apresenta, também, a necessidade de fazer mais: “Eu tenho um compromisso com a erradicação da pobreza e da miséria no nosso país, dar oportunidade para todos os estudantes e jovens”. Assim, mostra preocupação com os problemas que afetam a população brasileira.

No final do segmento, Dilma demonstra que está comprometida, como pressupõe o *ethos* de Sério em Charaudeau (2008), a partir do seguinte trecho: “O que me move não é um projeto pessoal, o que me move é a realização de sonhos de milhões de brasileiros e de brasileiras, que vêm participando dessa obra e vão me ajudar a fazer o Brasil seguir em frente”. Aqui, a candidata se coloca como alguém

que tem um propósito maior e, por isso, não irá parar até ajudar o Brasil. É possível identificar, outra vez, o *ethos* Humanidade em suas palavras.

Ao mesmo tempo, a petista afirma que tal comprometimento não é algo egoísta, com fins pessoais, pois é movida pelo interesse público. É dessa forma que ela constrói o *ethos* de Virtude em seu discurso político (CHARAUDEAU, 2008). Como essa é a última participação de Dilma no programa, entende-se que ela priorizou, em seus discursos, os *ethos* de Humanidade e Competência quando se referiu a temáticas relativas às mulheres. Ao concluir seus argumentos, nas Considerações Finais, além de retomar essas duas imagens, buscou transmitir a ideia de que é uma pessoa séria e virtuosa.

Finalmente, no último segmento referente às mulheres, aparece Marina Silva. Em suas Considerações Finais, a candidata reconhece as conquistas dos Governos anteriores e a necessidade de fazer mais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, moradia e meio ambiente:

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por termos chegado até aqui. Quero cumprimentar a Band por esse debate. Quero agradecer aqui os colegas da concorrência, o seu Plínio, a Dilma, o Serra, por esse esforço que fizemos de nos expor aqui para os brasileiros a fim de que possamos tomar suas decisões conscientemente. Espero, sinceramente, que isso possa progressivamente ajudá-lo a tomar a sua decisão até o dia 3 de outubro.

E eu queria só fazer um pequeno lembrete. Eu acho que enganam-se aqueles que pensam que estas eleições serão ganhas pela velha lógica do 'eu, eu', 'sei, sei', 'posso, posso', 'tenho, tenho'. Essas eleições, eu espero, sejam um momento para que a gente, sem desconstruir os acertos, sem negar as conquistas, inclusive dando a autoria delas, sejamos capazes de assumir que ainda temos muito que fazer, evitando a complacência. Sabemos que na saúde, na educação, na segurança pública, na moradia digna, no cuidado com o meio ambiente, ainda falta muito para fazer, e principalmente na educação de qualidade que gera oportunidades.

O nosso país que já foi capaz de acabar com a lógica do poder pela força, elegeu um sociólogo para as transformações econômicas. Acabar com o preconceito de classe, para eleger o operário que fez transformações sociais. É capaz de continuar surpreendendo para eleger a primeira mulher de origem humilde, de raízes amazônicas, mas altamente comprometida com a sociedade. A primeira presidente da República Federativa do Brasil, para que possamos pôr um fim às situações como eu vi na favela do Coque com o menino Dado, um menino inteligente que ali estava jogado.

E eu quero terminar, Dado, fazendo uma homenagem a você: havia um pequeno dado jogado por sobre a mesa, ali nada era certeza, tudo era interrogar. Mas para a minha surpresa, na forma de um colosso, Dado era de carne e osso e sabia até cantar. Dado, meu pequeno Dado jogado, que Plínio, Dilma, Serra ou Marina ajude a mudar a sina de tantos Dados jogados. (Marina Silva, 2010 – grifo nosso).

Quando se referiu a uma temática relativa às mulheres, Marina usou do mesmo argumento de Dilma sobre a participação feminina na política. Conforme suas palavras, o país que elegeu um sociólogo para transformações econômicas, que é o caso de Fernando Henrique Cardoso, e um operário para as questões sociais, que é Lula, seria, também, capaz de eleger a primeira mulher presidente. Além de representar as mulheres em sua fala, a candidata se coloca como alguém de origem humilde e de raízes amazônicas.

Vale lembrar que Dilma e Marina disputavam o título de primeira mulher eleita no Brasil até aquele momento, visto que nenhuma sequer havia chegado ao Segundo Turno até então. Embora tenha perdido a disputa, Marina surpreendeu a todos naquela eleição, por iniciar a campanha com 8% das intenções de votos no período do primeiro debate, que foi o da Band. Com o fim da campanha, ela recebeu 19.636.559 votos (19,33%), conforme o TSE (2010).

Ou seja, naquela disputa, as mulheres conseguiram o melhor resultado eleitoral até então. Juntas, Marina e Dilma somaram 66,24% dos votos, sendo uma delas eleita como primeira presidenta. Tal fato evidencia que, sim, as mulheres podem deixar a esfera doméstica para atuarem na pública (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971).

Quanto aos *ethos* construídos por Marina Silva nesse segmento, foram identificados: de Humanidade, Sério, Inteligência e Solidariedade, na classificação de Charaudeau (2008). O de Humanidade aparece quando ela reconhece aquilo que foi positivo nos Governos anteriores e a necessidade de se dar autoria a tais conquistas. Além disso, é humana ao perceber que há áreas que carecem de maior atenção e, a partir de então, coloca a educação de qualidade como enfoque e um desafio a ser trabalhado.

A Humanidade aparece, ainda, quando Marina se coloca como uma representante das mulheres e de origem humilde, pois é alguém com raízes amazônicas. O de Sério se manifesta ao dizer “altamente comprometida com a sociedade”; enquanto o de Solidariedade aparece ao relatar problemas da favela do Coque, no Recife. A intenção da candidata é fazer com que o público se solidarize com o menino Dado, que encontrou no local (CHARAUDEAU, 2008).

O último trecho das Considerações Finais de Marina constrói a imagem de alguém com Inteligência (CHARAUDEAU, 2008), pois ela tem astúcia para criar um poema que faz um jogo de palavras com o apelido da criança e o objeto dado: “Dado, meu pequeno Dado jogado, que Plínio, Dilma, Serra ou Marina ajude a mudar a sina de tantos Dados jogados”. em Charaudeau (2008)

Dos segmentos que traziam as mulheres no Primeiro Turno de 2010, destacam-se: *ethos* de Humanidade e de Competência. Marina, em suas Considerações, não trouxe a Competência, embora tenha atuado como Ministra de Meio Ambiente, no Governo Lula. Quanto ao *ethos* de Humanidade, esse foi usada por todos os candidatos que reconheceram problemas que afetavam a maioria da população. Buscava-se, assim, a identificação com os eleitores. Dilma e Marina também usaram o *ethos* de Sériô para demonstrarem que estão comprometidas em resolver questões apontadas pela imagem de Humanidade.

4.2.3 Os discursos sobre as mulheres no Segundo Turno de 2010

Durante o debate do Segundo Turno das eleições de 2010, Dilma e Serra discutiram, principalmente, sobre acusações de calúnia durante as campanhas eleitorais. No primeiro confronto dos candidatos no programa, a petista questionou se o tucano achava correto fazer uma campanha difamatória contra ela. Então, o candidato respondeu à petista da seguinte forma:

Olha Dilma, primeiro eu quero dizer que me solidarizo com quem é vítima de ataques pessoais. Quem recebe ataque pessoal, quem recebe calúnia deve merecer solidariedade. Eu tenho recebido muito ataque e muita calúnia nesta campanha, até antes da campanha. Até blogs com o seu nome, e se não fosse com o nome bastaria tirar na justiça, fazendo ataques não só a mim, como a família, como amigos, enfim, e uma campanha bem orquestrada em todo o Brasil, inclusive a respeito de ideias que eu não tenho e de várias outras coisas.

Agora, há uma questão, nós somos responsáveis por aquilo que pensamos e aquilo que falamos. E a população, em uma campanha, ela cobra Programa de Governo, mas cobra também conhecimento a respeito dos candidatos. Quer saber o que eles pensam sobre coisas muito variadas. Quer saber qual foi a sua história, quer saber quais são as suas relações, o que é que fez na vida pública, etc.

E eu creio que vocês confundem sempre verdades, ou reportagens, matérias de jornal, com ataques, com coisas orquestradas. Por exemplo, a questão da Casa Civil. No debate que nós tivemos na televisão, quando a jornalista lhe perguntou, você terminou, Dilma, dizendo que se tratava provavelmente, possivelmente ou certamente de uma invenção da imprensa.

Em relação à questão do aborto, você disse com clareza no debate na Folha, no UOL e isso está filmado, que era a favor da liberação do aborto. Depois diz o contrário. As pessoas cobram coerência. Isso não é estratégia de adversário, essas são coisas que vão acontecendo. Poderia dar vários outros exemplos. Aí se trata de ser coerente, de não ter duas caras. Uma hora uma, outra hora outra. (José Serra, 2010 – grifo nosso).

Quando Serra traz uma temática referente às mulheres, é para acusar a candidata Dilma de ser a favor do aborto e, posteriormente, negar tal informação. Segundo o tucano, ela teria feito a afirmação em debate realizado pela Folha de S. Paulo e pelo portal UOL. Porém, conforme notícia publicada no portal em relação ao debate, o que Dilma disse sobre o tema é: “Eu particularmente não sou a favor do aborto, mas acho que o Brasil precisa de uma legislação que proteja a mulher” (DILMA, 2010a).

Ou seja, a tal “clareza” no posicionamento de Dilma em relação à liberação do aborto não existe em tal programa, como dá a entender o candidato Serra. O que se observa é o interesse da candidata em que se crie uma legislação que proteja a mulher, sem explicar de que forma isso seria feito. Por isso, faz-se necessário compreender melhor o contexto que envolve o tema inserido no debate da Bandeirantes.

A acusação de que Dilma muda de posição por conveniência não vem de Serra, mas de Marina, ainda no Primeiro Turno (PRESIDENCIÁVEIS, 2010). A partir de então, diversos grupos religiosos incitaram campanhas antipetistas que deram arcabouço para a fala de Serra, no Segundo Turno. Naara Luna (2014) identificou que houve uma participação muito forte da Igreja Católica nesse sentido, com discursos em defesa da vida e contrários à eleição de Dilma. O destaque, segundo a pesquisadora, foi a participação dos evangélicos, que até aquele momento estavam divididos entre os três candidatos melhores ranqueados na disputa (Dilma, Serra e Marina).

Naara Luna (2014) ressalta a inserção na campanha de um vídeo antipetistas, criado pelo pastor Paschoal Piragine Júnior, que viralizou na Internet. Conforme a autora, o vídeo desencadeou uma fuga de eleitores religiosos, que tiraram de Dilma a vitória no Primeiro Turno de 2010. Em razão disso, o PT reage, no Segundo Turno, buscando apoio de grupos evangélicos para superar o tema aborto. Em contrapartida,

o grupo religioso garante o compromisso da então candidata, e posteriormente presidente, de não alterar a legislação vigente sobre o aborto.

A relevância do tema para a eleição foi enorme, não apenas dentre os que faziam menção às mulheres. Só no Segundo Turno, o aborto apareceu em seis segmentos. Esse de Serra é apenas o primeiro deles. Como demonstrou o Gráfico 2, foi o tema relativo às mulheres que obteve a maior frequência de aparições durante os programas analisados.

Portanto, é possível concluir que, por seu aspecto dramático, envolvendo dilemas morais quanto à liberdade do sujeito e o direito à vida, o aborto se torna um ícone manipulável em disputas como a campanha presidencial, e foi um elemento fundamental na definição de parte de diversos eleitores sobre em quem confiar para dirigir os destinos do país. (LUNA, 2014, p. 389).

O aborto sempre foi um tema bastante controverso na sociedade e é, muitas vezes, encarado como tabu. Ele está diretamente relacionado à temática da maternidade, que foi abordada nos dois primeiros segmentos analisados e que focavam no programa Rede Cegonha. Donath e Vargas (2017) dizem que todo ser humano nasceu de uma mulher, mas que nem todas as mulheres nasceram para serem mães. Assim, as autoras questionam até que ponto se pode exigir que todas encarem o desafio da maternidade, pertencente à “mística feminina” de Friedan (1971), e que as deixa ligadas à esfera doméstica.

Banditer (1981) argumenta que não há nada de errado quando uma mulher se sente plenamente realizada com a maternidade. O problema é cobrar de todas as mulheres o tal sentimento. A necessidade de perpetuação da espécie cria uma santificação da figura materna, condenando tudo que a afasta de tal propósito. Nesse contexto, o aborto aparece como um dos elementos que afasta a mulher de exercer a maternidade.

Ao longo da história da humanidade, o aborto foi tratado a partir de ideologias políticas, econômicas e religiosas, conforme Ivan Paixão (2006), sem que a mulher tivesse direito a opinar sobre. Houve períodos em que ele foi permitido para controle populacional e outros em que foi criminalizado, sem que prevalecesse a vontade das mulheres, pois seus corpos eram controlados pela sociedade.

A falta de autonomia sobre o corpo, principalmente no que diz respeito à reprodução, conforme Biroli (2014), dificulta a atuação profissional e política das mulheres, que buscam maior igualdade social. Isso significa que a participação política, vista em segmentos anteriores, também é prejudicada. Ao serem afastadas da esfera pública, são impedidas de atuarem em prol de políticas que não responsabilizem apenas elas por manterem a esfera doméstica.

O tratamento negativo ao aborto se fortaleceu ainda na Idade Média, influenciado pela teologia cristã. Na história ocidental, a partir do século XVII, a Igreja Católica passa a defender a hominização imediata do feto. Assim, entende-se que a vida é iniciada na concepção; logo, o aborto é encarado como homicídio. Tal visão é consolidada a partir da publicação da *Apostolicae Sedis* em 1869, por Pio IX (ROSADO-NUNES, 2006). Somente na década de 1970 é que grupos feministas começaram a pressionar governantes em busca da alteração da legislação antiaborto. Assim, a maioria dos países desenvolvidos passou, progressivamente, a legalizar a prática (PAIXÃO, 2006).

Na realidade brasileira, como analisa a historiadora Del Priore (1994), a visão negativa do aborto se origina ainda no Brasil colônia. Conforme análise da autora, isso ocorreu em razão da necessidade da criação de uma civilização “pura”. Como a população ainda era, massivamente, formada por indígenas e africanos, então as brasileiras brancas, de origem europeia, não poderiam interromper as gravidezes. O aborto era proibido tanto pela Igreja quanto pelo Estado, à medida que haviam leis que penalizavam mulheres que consumiam chás abortivos.

A partir de 1830, o Código Penal passa a prever penas para aqueles que ocasionassem o aborto em mulheres, seja com o fornecimento de meios ou de conhecimentos. Se houvesse o consentimento da mulher, as penas eram dobradas (BRASIL, 1830). Ainda assim, foi a partir de 1890, já na República, que o Código Penal estabeleceu o aborto como crime para a mulher que o praticasse. Porém, existiam duas possibilidades em que a prática podia ser realizada: no caso da gravidez oferecer risco de morte à mãe ou caso fosse fruto de estupro (PAIXÃO, 2006). A situação se manteve na legislação brasileira até 2012, quando abortos de fetos anencefálicos também deixaram de ser crime.

Apenas durante a Constituinte, da Constituição Federal de 1988, discutiu-se, pela primeira vez no país, a não criminalização do aborto. Para tanto, houve a necessidade de uma participação massiva de movimentos feministas, que encabeçaram o debate. Hoje, a prática de interromper a gravidez é legislada pelo Código Penal (1940), que considera crime o aborto provocado. As exceções são as três situações descritas acima.

De acordo com o Código Penal brasileiro, o aborto, quando induzido pela mãe ou permitido por ela, acarreta em detenção de três anos para a mulher e de quatro anos para o terceiro que fizer o procedimento. Caso não exista o consentimento da mãe, a pena prevista para a pessoa que empregar o procedimento é de três a dez anos de reclusão (BRASIL, 1940).

Muitos dos argumentos contrários ao aborto se baseiam na ideia de que a prática consiste em um homicídio, crença que vem desde o século XVII, como aponta Maria Jose Rosado-Nunes (2006). Thomson (2012) acredita que tal argumento, no entanto, é contraditório, pois não há concordância geral sobre quando começa a vida. Para grupos religiosos, ela se inicia no momento da concepção, de forma que o aborto vai contra a vida. Isso não significa, porém, que a regra seja válida para todos.

Thomson (2012) percebe que há, assim, uma disputa entre os movimentos pró-vida, preocupados com o feto; e os movimentos feministas, focados na saúde da mulher e que não enxergam o feto como uma pessoa, mas sim como um conjunto de tecidos que se tornará uma pessoa ao nascer. Para a autora, porém, o assunto é muito mais complexo que a aceitação de que o feto se trata ou não de uma pessoa.

Assumindo a hipótese de que a vida começa no momento da concepção e que o feto é uma pessoa, Thomson (2012) aponta que, por consequência, o feto tem direito à vida. Ou seja, não pode ser assassinado em um eventual aborto. Por essa lógica, o direito da criança à vida se sobressai ao direito da mulher de controlar o próprio corpo. Porém, quando analisada a legislação brasileira (BRASIL, 1940), observa-se que há situações em que o aborto é possível, como em casos de estupro.

Se é possível abortar em casos de estupro, logo, o direito à vida deixa de ser respeitado — muito embora seja necessário frisar que muitos dos que são contrários

à descriminalização do aborto não fazem distinção entre vítimas ou não de estupro (THOMSON, 2012). Nessa lógica, Frei Betto (2018) identifica a contrariedade do argumento em defesa da vida:

É a defesa do sagrado dom da vida que levanta a pergunta se é lícito manter o aborto à margem da lei, pondo em risco também a vida de inúmeras mulheres pobres que, na falta de recursos, tentam provocá-lo com chás, venenos, agulhas ou a ajuda de curiosas, em precárias condições higiênicas e terapêuticas. É possível que uma legislação em favor da vida faça este problema humano emergir das sombras para ser adequadamente tratado à luz do Direito, da Moral e da responsabilidade social do poder público. (BETTO, 2018, s/p).

Thomson (2012) acredita que o direito à vida não serve como argumento para se ter direito sobre o corpo de outra pessoa. Para ela, embora não se deva defender a prática de aborto, há situações em que a interrupção da gravidez é aceitável, de forma que é necessário que a legislação não julgue da mesma maneira todos os casos, como faz atualmente. Por isso, há a necessidade de que mulheres legislem, para que seja possível a discussão sobre políticas públicas nesse sentido.

Dessa maneira, entende-se que Serra, ao colocar sobre Dilma o título de alguém favorável ao aborto, demonstra que ele segue os preceitos herdados do Brasil Colônia. Ele também não faz menção a políticas públicas que interfiram em tal problema. Sendo assim, identifica-se, na fala do tucano, a preocupação em desconstruir a imagem da petista a partir de um *antiethos*.

Primeiramente, Serra se coloca como vítima de ataques, revertendo a acusação que Dilma faz na pergunta. Ele evidencia isso ao dizer que recebeu calúnia na campanha: “Até blogs com o seu nome, e se não fosse com o nome bastaria tirar na justiça, fazendo ataques não só a mim, como a família, como amigos [...]”. O *antiethos* também aparece quando Serra afirma que a candidata Dilma se vitimiza com notícias negativas ao partido. Isso fica claro no trecho: “Vocês confundem sempre verdades, ou reportagens, matérias de jornal, com ataques, com coisas orquestradas”.

No final, Serra também desconstrói a imagem de Dilma ao expressar que ela é incoerente em seu discurso: “As pessoas cobram coerência. Isso não é estratégia de adversário, essas são coisas que vão acontecendo. Poderia dar vários outros exemplos. Aí se trata de ser coerente, de não ter duas caras. Uma hora uma, outra hora outra”.

Os *ethos* utilizados por ele, na classificação de Charaudeau (2008), são os de Solidariedade, Humanidade e Caráter. O primeiro aparece logo no início, quando ele menciona se solidarizar com pessoas que são vítimas de ataques pessoais. Diferentemente dos outros casos de Solidariedade, ele se coloca como vítima daquilo que se solidariza.

Na sequência de sua fala no segmento, Serra expõe que, em uma campanha, a população cobra um Programa de Governo e “cobra também conhecimento a respeito dos candidatos”, de posições pessoais dos mesmos — humanizando o candidato. Serra constrói o *ethos* sem expor nada íntimo, apenas para desconstruir o *ethos* de Humanidade de Dilma que, segundo ele, não deseja expor aquilo que pensa ao eleitor (CHARAUDEAU, 2008).

Por fim, o *ethos* de Caráter aparece no restante da fala de Serra, ao acusar Dilma de se vitimizar com notícias e não ser coerente, pois teria “duas caras”. Qualifica-se como figura de vituperação do tipo polêmica:

A polêmica aparece, sobretudo, nos debates, pois os debatedores, que são também adversários, encontram-se em uma situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente. Essa negação, porém, visa menos às afirmações do outro e mais à própria pessoa do adversário, na medida em que questiona – na verdade, acusa – sua moralidade. (CHARAUDEAU, 2008, p. 142).

Pelo discurso de Serra nesse segmento, nota-se que ele assume uma posição mais combativa no Segundo Turno. Agora, sua maior preocupação é desconstruir a imagem de Dilma, pelo menos, mais do que criar uma imagem de si que seja atrativa aos eleitores. Dessa forma, o assunto aborto entra como um elemento a mais para afetar a adversária e não para, de fato, debater o tema. Percebe-se, por parte do candidato, a desconsideração com o interesse público que o tema suscita.

Na sequência, em sua réplica à Serra, Dilma mantém o tom combativo do confronto. Ela utiliza o aborto como pano de fundo para uma discussão sobre calúnia e difamação na campanha eleitoral:

Eu acho, Serra, que você tem que ter cuidado para não ter mil caras, porque a última mentira e calúnia contra a mim ocorreu no caso em que vocês diziam que, nós, a minha campanha, tinha aberto sigilo. E aí o que aconteceu. Há, hoje, uma denúncia em que você, o juiz te denunciou e você hoje é réu por

calúnia, pelo crime de calúnia e difamação. Então, você se cuida, porque você está dando os primeiros passos para entrar na questão da Ficha Limpa.

No que se refere à questão do seu candidato à vice, você está tergiversando na pergunta que eu te fiz. Tem uma campanha contra mim. Essa campanha se caracteriza pelo fato de eu ter sido acusada, de eu ter sido, de eu estar sendo acusada de coisas. Inclusive, eu acho estranho você dizer certas coisas, porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. Então, veja bem, eu sou acusada de coisas, inclusive, que eu não vou gostar de mencionar, pela sua própria esposa. Sendo que você regulamentou. Até eu concordo com a regulamentação, porque eu sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia ou um dia sim, um dia não nesse país por aborto, como uma questão de polícia. Entre prender ou atender, eu fico com atender.

Agora, acho gravíssima também a fala da sua senhora. Por quê? Porque me acusa de uma coisa que é antiga. É antiga no seguinte sentido, é contra o que o Brasil pensa. Porque o Brasil está habituado com um processo de tolerância, de convivência entre árabes e israelenses que se sentam na mesma mesa. E não uma convivência em que se instiga o ódio. O que não está correto é isso. (Dilma, 2010 – grifo nosso).

No que se refere ao aborto, Dilma acusa o vice de Serra, Indio da Costa, e a então esposa do presidencial, Mônica Serra, de inventarem coisas sobre ela. Na sequência, joga o tema aborto para Serra, dizendo que ele regulamentou o acesso pelo SUS, como Ministro da Saúde no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Conforme Dilma, ela concorda com tal regulação e acha, inclusive, preferível atender as mulheres do que prendê-las.

A regulamentação mencionada por Dilma trata-se da Norma Técnica, baixada por Serra em 1998, e que posteriormente foi oficializada pelo Ministério da Saúde, em 2005, pela Portaria 1508/05, durante o Governo Lula. O texto trata dos procedimentos de justificação e autorização para a interrupção da gravidez em casos previstos na legislação, dentro do SUS (BRASIL, 2005).

Dilma adota a mesma postura de Serra e usa o aborto como arma de ataque contra o adversário, ao invés de tentar discuti-lo seriamente. Em nenhum momento, a petista cita o direito das mulheres de opinarem sobre o corpo, ainda que ela esteja ali supostamente para representar às mulheres — como já havia pontuado em debate anterior. Aquilo que Thomson (2012) sugere sobre mudanças na legislação para atender situações diferentes de maneiras diversas sequer ganha espaço no confronto entre os candidatos, em 2010.

Embora Dilma não traga argumentos religiosos em sua fala, é possível saber, pelo contexto da campanha trabalhado por Naara Luna (2014), que muito do que ela diz tem correlação com interesses de grupos evangélicos. Naquele momento, a candidata não tinha intenção alguma de alterar a legislação.

Assim como Serra, Dilma cria o *antiethos* do adversário durante toda sua fala. Inicia com o caso de calúnia contra ela e ressalta, durante o debate, que o tucano era réu por calúnia e difamação. Na sequência, diz que Serra tenta acusá-la de algo que é praticado por ele: “[...] eu acho estranho você dizer certas coisas, porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS”. No trecho final, Dilma expõe Serra, ao dizer que a esposa dele instiga o ódio em um país que está habituado à tolerância (CHARAUDEAU, 2008).

Os *ethos* criados pela petista são os mesmos usados por Serra no segmento anterior. Cria a imagem de Caráter, com figura de vituperação do tipo polêmica, na classificação de Charaudeau (2008), ao dizer para o tucano ter “cuidado para não ter mil caras”, quando fala “você está tergiversando na pergunta que eu te fiz” e, ainda, com a frase “acho gravíssima também a fala da sua senhora”. Em todas as vezes, Dilma questiona o caráter de Serra ou de sua campanha.

No segmento, Dilma também se apropria do *ethos* de Solidariedade, descrito por Charaudeau (2008), no trecho em que se refere às mulheres. Busca, assim, que o público se identifique com a causa e a apoie as mulheres vítimas de abortos mal sucedidos: “[...] sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia, ou um dia sim, um dia não, nesse país, por aborto, como uma questão de polícia”.

Em sua tréplica, Serra se esforça para se defender das acusações feitas por Dilma no formato anterior. Novamente, o aborto serve de pano de fundo para um combate sobre quem estaria caluniando quem nas disputas eleitorais de 2010. Ao menos neste segmento, Serra traz algumas explicações sobre a legislação do aborto:

Olha Dilma, a Lei existente no Brasil, a respeito de aborto, é de 1940. Eu nasci em 1942. Nem espiritualmente poderia ter sido o autor da Lei. A Lei não libera o aborto. A lei permite o aborto em dois casos: em casos de risco de vida para a mãe e em caso de estupro. Pois bem, essa Lei vinha sendo praticada no Brasil. Inclusive, foi, aqui em São Paulo, implantada pela então Prefeita do PT, a Luiza Erundina, mas já era em vários lugares do Brasil.

O que eu fiz como ministro, por sugestão do pessoal que cuida da saúde da mulher, em relação ao qual nós fizemos tanta coisa de saúde da mulher, foi que isso precisava ser, não regulamentado, precisava ter uma norma técnica, que balizasse os casos de abortos feitos no SUS por conta da Lei, ou seja, aborto previsto pela Lei, apenas isso — para que o que fosse feito, fosse feito sem risco para a mãe, mais nada.

Eu nunca defendi a liberação do aborto, não há nenhuma evidência. Você defendeu, não estou nem entrando, fazendo juízo de valor a seu respeito. Você defendeu e de repente passa a outra coisa, a dizer o contrário, a fazer toda uma campanha, a se vitimizar com isso. Com relação a Deus, a mesma coisa. Tem entrevistas suas que diz que não sabe bem se acredita, não acredita e tal. Depois vira uma devota, não é?

Com relação à Casa Civil, é o caso, talvez, mais significativo. Há uma pessoa chefe da Casa Civil, que foi chefe da Casa Civil, sua auxiliar, seu braço direito durante sete anos e três meses, que organizou um grande esquema de corrupção. Você não tem nada a ver, é tudo alheio a você. (José Serra, 2010 – grifo nosso).

De fato, a Lei é de 1940 e, no Brasil, o aborto é considerado crime da mulher desde 1890 com o primeiro Código Penal, e a prática é condenada moralmente desde o período colonial (PAIXÃO, 2006; DEL PRIORE, 1994). Ainda assim, a fala de Serra distorce a realidade porque, no segmento anterior, Dilma não o colocava como o autor de tal lei: “Inclusive, eu acho estranho você dizer certas coisas, porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS”. Portanto, ou Serra entendeu errado o que a petista disse ou, propositalmente, fez piada com a situação para ridicularizar Dilma.

Além disso, Serra se certifica de estabelecer que, em São Paulo, a legislação foi implementada por Luiza Erundina, que na época pertencia ao Partido dos Trabalhadores. Ele teria seguido a legislação, somente, e criado uma Norma Técnica para o SUS, de forma a permitir a realização, pelo sistema público, de abortos legalizados no Código Penal (BRASIL, 1940). Ele enfatiza que nunca defendeu a liberação do aborto, ao contrário de Dilma, que mudou de opinião. Novamente, há a ideia de fazer com que a petista pareça alguém que muda de discurso por conveniência.

O mais interessante é que, para demonstrar essa suposta instabilidade no discurso, ele traz a seguinte afirmação: “Com relação a Deus, a mesma coisa. Tem entrevistas suas que diz que não sabe bem se acredita, não acredita e tal. Depois vira uma devota, não é?”. Aqui, Serra se esforça em colocar a petista contra aos cristãos. Ela, por sua vez, tenta desfazer a imagem de alguém pró-aborto (LUNA, 2014).

Ressalta, portanto, a relevância que os grupos religiosos tiveram na disputa eleitoral de 2010.

Em relação aos *ethos* criados por Serra, conforme a classificação de Charaudeau (2008), o que se percebe, primeiramente, é que ele se afasta da imagem de Sériô, ao fazer piada sobre ter criado uma legislação sobre o aborto — “nem espiritualmente poderia ter sido o autor da Lei”. Com essa estratégia, cria, ao invés de uma imagem de si, um *antiethos* de Dilma como alguém confusa, que atribui a ele coisas criadas antes dele nascer.

Na sequência, ele aparece como um homem que possui o *ethos* de Virtude (CHARAUDEAU, 2008), ao explicar que, se criou a norma técnica que permitia a realização do aborto legal pelo SUS, fê-lo cumprindo a Lei. Assim, completa sua fala com o *ethos* de Humanidade: “nós fizemos tantas coisas de saúde da mulher [...]” e “[...] — para que o que fosse feito, fosse feito sem risco para a mãe, mais nada”. Assim, ele surge como alguém preocupado com os problemas vividos por aquelas grávidas que se enquadravam na legislação, ou seja, aquelas que corriam risco de vida ou que foram estupradas (BRASIL, 1940).

O *ethos* de Virtude é retomado quando Serra diz: “Eu nunca defendi a liberação do aborto, não há nenhuma evidência”. Tal imagem aparece porque o candidato enxerga tal posicionamento como moralmente aceito, o que se confirma ao perceber que o tema aborto ditou os rumos das eleições de 2010 (LUNA, 2014).

Ele finaliza o segmento com o *ethos* de Caráter, na figura de vituperação do tipo polêmica, ao acusar Dilma: “Você defendeu e de repente passa a outra coisa, a dizer o contrário, a fazer toda uma campanha, a se vitimizar com isso”. Também destaca que a petista desconversa sobre casos que a envolvam: “Você não tem nada a ver, é tudo alheio a você”. Em ambos os casos, Serra busca, por meio do *antiethos* de Caráter, desconstruir a imagem da adversária.

No bloco seguinte, Serra inicia o primeiro confronto questionando Dilma sobre a defasagem das tabelas do SUS, nas Santas Casas. Ela responde sobre o tema e, ao final de sua fala, traz o aborto mais uma vez ao debate. A petista diz que o tucano não admite que normatizou a interrupção da gravidez pelo SUS, normatização essa com a qual ela concorda:

Eu queria dizer para o candidato Serra que eu já assumi o compromisso de fazer uma avaliação da dívida das Santas Casas e de equacionar uma forma: ou de refinanciamento ou construir mecanismos pelos quais a gente possa fazer um encontro de contas, através de compras de leite. Enfim, eu acredito que tem de ser solucionado esse problema que, de fato, é complexo e que não vem do nosso Governo. Ele tem origem em governos anteriores. Por quê? Porque ele vem em um processo que iniciou-se em governos anteriores, sobretudo no Governo do Fernando Henrique Cardoso.

Agora, eu considero que esse problema do pagamento das cirurgias pelo SUS, ele tem que ser equacionado não só nas Santas Casas. Ele tem que ser equacionado como um todo no sistema, em todos os hospitais credenciados à essa defasagem em relação aos pagamentos do SUS, tanto nas cirurgias eletivas, quanto em todos os outros procedimentos, principalmente os de média e alta complexidade. Mas há também, questões relativas ao atendimento básico, também.

Agora, eu queria aproveitar e falar sobre uma questão que o candidato estava respondendo, que é a questão da normatização. Ele normatizou sim. E eu concordo com a normatização, acho que deve ser normatizado. A questão que se coloca é que se nós vamos para a hipocrisia, de fingir que não vemos que milhares de mulheres, três milhões e meio de mulheres, praticam o aborto em condições precárias e recorrem ao SUS. E eu me pergunto: vão prender essas mulheres ou vão atender? (Dilma, 2010 – grifo nosso).

No trecho em negrito, que é relativo às mulheres, Dilma, pela primeira vez, parece se preocupar com a situação das mulheres que fazem aborto em condições precárias. A petista questiona se tais mulheres serão presas ou atendidas, o que pode indicar que ela não se referia apenas aos casos previstos na legislação. Sabe-se, porém, que mudanças na legislação não ocorreram por pressão de líderes evangélicos que, em uma espécie de troca com a candidata, passaram a apoiá-la em 2010, como traz Naara Luna (2014).

Também não apareceram na fala de Dilma as mudanças na legislação que fariam distinção entre diferentes tipos de aborto, o que, conforme Thomson (2012), são essenciais para um assunto tão complexo. Assim, embora Biroli (2014) aponte a necessidade de mulheres deixarem a esfera doméstica para inserirem-se na pública — com o objetivo de legislarem em nome do direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo —, quando pela primeira vez uma mulher é eleita presidenta do Brasil, isso não ocorre. Tal resultado se deu, principalmente, em razão da necessidade que os políticos têm de adaptarem seus discursos aos valores de grupos influentes, a exemplo dos religiosos cristãos.

Com relação aos *ethos* utilizados por Dilma, percebe-se, inicialmente, a criação do *ethos* de Sérico, ao destacar que se compromete em avaliar a dívida das Santas

Casas, que estava na questão de Serra. Ela também usa o *ethos* de Humanidade ao desenvolver a ideia de que o problema relativo à dívida das Santas Casas trata-se de um assunto grave, que precisa ser solucionado; e ao expor outros elementos (CHARAUDEAU, 2008).

O *antiethos* aparece mais uma vez, no Segundo Turno, quando Dilma afirma que o problema da dívida da saúde é originário de governos anteriores ao petista – “[...] sobretudo no Governo de Fernando Henrique Cardoso”. A intenção da candidata era destacar o período em que Serra atuou como ministro da saúde e o partido que ele representava. Ela também desconstrói a imagem do tucano ao afirmar que “ele normatizou sim” a legislação que permitiu que mulheres realizassem abortos pelo SUS, em casos previstos pela legislação (BRASIL, 1940).

Serra, no entanto, havia explicado que fez a Norma Técnica e também esclareceu que não criou a legislação do aborto no Código Penal (1940). Percebe-se, então, que Dilma usa a mesma tática de Serra de distorcer o que o adversário diz, a fim de parecer mentira. Dilma nunca falou que Serra era o autor do Código Penal, da mesma forma com que Serra jamais negou ter criado a Norma Técnica, que depois foi oficializada no Governo petista (BRASIL, 2005). Trata-se de um jogo de informações que busca confundir o público — ou sugere que os candidatos estão despreparados e não compreendem o que o outro diz, o que é menos provável.

Na sequência, aparece o *ethos* de Solidariedade (CHARAUDEAU, 2008). Por ele, Dilma busca sensibilizar o eleitor com a situação das mulheres que fazem abortos em condições precárias: “[...] três milhões e meio de mulheres”. Os números evidenciam a relevância do assunto para o público/eleitor.

Posteriormente, na réplica, José Serra continua no tema das Santas Casas e contesta a resposta de Dilma. No final do segmento, retoma o tema aborto para esclarecer que havia dito Norma Técnica e não regulamentação, como apontara Dilma. Também volta a dizer que a adversária altera o discurso por conveniência eleitoral.

Olha, com relação às Santas Casas, teria bastado o Governo Federal não ter abandonado programas que nós criamos, inclusive na época que eu fui ministro. Um deles foi apelidado pela imprensa até de PROER das Santas Casas. Por quê? Porque pegou toda a dívida delas, na época, e reestruturou a dívida com financiamento do BNDS, que dava dinheiro para a Caixa emprestar com juros próximos a zero. E com isso aliviou a situação das

Santas Casas na época, muito. O Governo atual abandonou, e olha, eu propus isso para vários ministros no primeiro mandato do presidente Lula. Propus ao próprio presidente Lula, mas isso não foi feito. Eu estava fora, mas estava preocupado com a situação da Saúde.

Segundo, nós tínhamos um programa especial para as Santas Casas e instituições filantrópicas. Esse programa foi extinto no atual Governo. Era um programa que dava incentivos, que remunerava pela produtividade e pela qualidade.

Terceiro, a questão da tabela do SUS é sim, Dilma, mais importante do que para os hospitais onde os médicos recebem um salário, um hospital público, um hospital governamental, independentemente do valor que tenha a cirurgia, este não é o caso das Santas Casas. Portanto, é de fato, um terço da saúde brasileira depende delas. Eu perguntei por que, você não deu nenhuma explicação. Não houve explicação nenhuma, exceto que vai considerar a hipótese de examinar o problema da dívida, quando, na verdade o Governo abandonou o tratamento que nós dávamos a respeito dessa dívida.

E quanto à questão que volta do aborto, eu disse Norma Técnica. Você tinha dito regulamentação, eu disse Norma Técnica. E olha, você vai ficar rolando, explicando, se explicando, etc. Tudo porque não mantém a mesma cara enquanto responde. (José Serra, 2010 – grifo nosso).

No trecho em negrito, há um desentendimento de Serra e Dilma sobre o tucano ter feito uma Norma Técnica e Dilma tratar o tema como uma regulamentação. Como Serra explica, quem fez a regulamentação da Norma Técnica baixada por ele, em 1998, é o ministro da saúde de Lula, em 2005, José Saraiva Felipe, a partir da Portaria 1508/05 (BRASIL, 2005).

A confusão de termos entre Dilma e Serra não muda o fato de Serra ter aprovado a Norma Técnica a qual possibilitou que mulheres vítimas de estupro pudessem interromper a gravidez pelo SUS. A petista tenta associar tal fato ao tucano com a mesma urgência com que ele tenta se livrar do tema aborto. Serra, por sua vez, também insiste em atribuir à Dilma a incoerência em alterar o discurso em relação ao aborto no período de campanha: “Você vai ficar rolando, explicando, se explicando, etc. Tudo porque não mantém a mesma cara enquanto responde”.

Novamente, Serra está apenas preocupado em se desvencilhar do tema, assim como Dilma, de forma que o aborto não chega nem perto de ser discutido pelos candidatos, até então. As mulheres que perdem suas vidas por abortarem em clínicas clandestinas sequer são lembradas por ambos. Naquele momento, a saúde da mulher não importava, pois o que estava em jogo era conquistar eleitores atribuindo ao outro o título de alguém que defende a descriminalização.

No segmento, Serra opta por trazer o *antiethos* ao colocar que não haveria problema para Dilma resolver a situação das Santas Casas se tivessem mantido aquilo que ele fez como ministro: “Teria bastado o Governo Federal não ter abandonado programas que nós criamos”. Conforme o tucano, o Governo Lula não se importou em manter as políticas de saúde construídas no governo anterior. Serra também afirma não ter conseguido dialogar com os ministros que o substituíram, nem com o próprio presidente.

Serra questionou o conhecimento de Dilma sobre o tema, dizendo que ela estava errada por achar que a questão da tabela do SUS é mais importante que a dos demais hospitais. Porém, não foi o que a petista disse no segmento anterior: “Agora, eu considero que esse problema do pagamento das cirurgias pelo SUS, ele tem que ser equacionado não só nas Santas Casas”. Ela nunca estabeleceu uma hierarquia de tratamento, apenas falou que não se trata de um problema exclusivo das Santas Casas.

O *ethos* de Competência (CHARAUDEAU, 2008) aparece quando Serra se coloca como alguém que resolveu o problema das dívidas das Santas Casas. Na sequência, traz o *ethos* de Virtude: “Eu estava fora, mas estava preocupado com a situação da Saúde”. Na frase anterior, o candidato se coloca como alguém que, apesar da derrota nas eleições de 2002, teve a virtude de pôr o interesse público acima do pessoal e manter a preocupação com a saúde dos brasileiros.

Por fim, a última imagem construída por Serra foi a de Caráter, na figura de vituperação do tipo polêmica. Primeiramente, ele diz que Dilma foi contraditória em suas palavras: “Eu disse Norma Técnica. Você tinha dito regulamentação [...]”. Depois, ele acusa a adversária de não manter “a mesma cara enquanto responde”.

De modo geral, percebe-se uma postura mais combativa de Serra no Segundo Turno, ao se concentrar, principalmente, em desconstruir a imagem de Dilma. Para isso, tentou evidenciar que a candidata não era fiel aos próprios posicionamentos, pois teria mudado o discurso por conveniência eleitoral. Em relação às mulheres, todos os assuntos que o tucano trouxe estavam vinculados com a área de saúde, como programa Mãe Paulistana, mutirões de saúde que faziam cirurgias de varizes — que prejudicam mais as mulheres — e ao tratar do tema aborto.

No último segmento, que retoma a temática aborto, tem-se a tréplica de Dilma. Ela argumenta sobre as Santas Casas, que eram o assunto do debate no momento, mas encerra o segmento com o tema aborto, que aparece, de novo, como pano de fundo do assunto calúnia e difamação na campanha eleitoral:

Eu lamento as suas mil caras, Serra, por dois motivos. Primeiro, vou começar pelas Santas Casas. Você foi ministro da saúde, saiu do Ministério e foi concorrer, perfeitamente. Nesse ínterim, dava tempo de ter maturado esse excelente projeto que você fez de reformar ou de melhorar, ou de girar às dívidas das Santas Casas. Tanto que não deu certo, que nós recebemos o problema. Então, o que eu quero te dizer é o seguinte. Eu não estou falando o que eu vou fazer, porque eu não sou daquele tipo que promete uma coisa e faz outra. Eu vou resolver o problema da dívida das Santas Casas.

Quero dizer que a tabela SUS é um problema que nós temos que resolver, porque a saúde tem um problema de subfinanciamento. E aí vale para as Santas Casas sim, sem dúvida, mas vale também para todas as demais instituições, para que a gente possa dar uma saúde de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras.

Agora, eu queria voltar à regulamentação técnica. É regulamentação, sim. Não saia dessa questão. E defenda: foi correto fazer isso. Agora, o que não está certo, por exemplo, é a sua esposa, dona Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou. Ela disse: ‘a Dilma é a favor da morte de criancinhas’. É tão absurdo a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha, que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, o ódio. Esse país não tem ódio religioso, não tem ódio étnico e não tem ódio cultural. Árabes e israelenses sentam na mesma mesa. Aqui, nós vamos ter evangélicos e cristãos, e católicos, estudando nas mesmas escolas. Então eu repudio essa campanha que está sendo feita. (Dilma, 2010 – grifo nosso).

No trecho em negrito, Dilma inicia o assunto relacionado às mulheres dizendo que Serra estava errado no segmento anterior, ao falar que fez uma Norma Técnica e não regulamentação. Porém, agora ela trouxe o termo “Regulamentação Técnica”. Há diferença entre um Regulamento Técnico e uma Norma Técnica.

Regulamento Técnico: Documento aprovado por órgãos governamentais em que se estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e *cuja observância é obrigatória*. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.

Norma Técnica: Documento aprovado por uma instituição reconhecida, que prevê, para um uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para os produtos ou processos e métodos de produção conexos, e *cuja observância não é obrigatória*. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas. (INMETRO, [20-?], s/p).

A diferença entre a Norma Técnica e o Regulamento Técnico é que o primeiro não é obrigatório, logo, precisa ser regulamentado, o que foi feito pela Portaria 1508/05 (BRASIL, 2005), no Governo de Lula. No Regulamento Técnico, por outro lado, a observância já é obrigatória. Na sequência, Dilma afirma, pela terceira, que concorda com o que prevê a Norma Técnica assinada por Serra. A todo momento, apesar de tentar atribuir ao tucano o apoio ao aborto, ela se coloca como alguém favorável à manutenção da interrupção da gravidez pelo SUS para casos previstos pela legislação (BRASIL, 1940).

Na sequência, Dilma comenta sobre aquilo que a então esposa do tucano, Mónica Serra, disse contra ela: “a Dilma é a favor da morte de criancinhas”. Mais tarde, na disputa, Mónica Serra foi acusada, por uma ex-aluna, de ter feito aborto. Porém, tal informação foi negada pela campanha tucana (LUNA, 2014).

No debate, nota-se que a fala de Mónica Serra incomodou muitíssimo Dilma. No programa anterior, a candidata disse sequer gostaria de repetir a fala. Os termos de Mónica teriam sido usados durante campanha feita no Rio de Janeiro, antes da votação do Primeiro Turno. O Estadão noticiou, em 14 de setembro daquele ano, que a esposa de Serra disse a um eleitor evangélico de Dilma que a petista era a favor do aborto. Logo, ela era favorável à morte de crianças (MOREIRA, 2010). O que se evidencia, em tal fala, é que o aborto ganha conotação negativa a partir de princípios religiosos cristãos, que tratam o feto como pessoa e a interrupção da gravidez como homicídio (ROSADO-NUNES, 2006).

Na fala de Mónica Serra, repetida por Dilma, não existe a preocupação com a mulher e com o direito sobre o próprio corpo. Dilma, para contrapor o argumento, apenas se coloca como vítima de uma campanha caluniosa. Ou seja, alguém que nunca defendeu o aborto, mas que é acusada, cruelmente, por seus adversários, de supostamente defender homicídio. Conclui-se, assim, que a mulher não é defendida por nenhum dos candidatos e o tema aborto, naquele ano, não se torna um assunto de saúde pública.

O *ethos* presente no segmento de Dilma é o de Caráter, na figura de vituperação do tipo polêmica: “Eu lamento as suas mil caras, Serra”, pelo tucano

insinuar que ela muda de lado por conveniência. Então, aparece o *antiethos* de Competência, quando ela lista os problemas do programa de Serra para as Santas Casas: “Tanto que não deu certo, que nós recebemos o problema”.

Dilma também utilizou o *ethos* de Sério, quando se compromete a solucionar um problema: “Eu não estou falando o que eu vou fazer, porque eu não sou daquele tipo que promete uma coisa e faz outra. Eu vou resolver o problema da dívida das Santas Casas”. E o último *ethos* identificado (CHARAUDEAU, 2008) foi o de Humanidade, quando a candidata aponta o problema do subfinanciamento na área de saúde como um assunto sério que precisa ser resolvido, para que a população seja beneficiada.

Além dos *ethos*, Dilma se preocupou em desconstruir a imagem de Serra, ao dizer que ele fez uma campanha de ódio contra ela. Assim, o tucano iria contra os valores do país, pois o Brasil não teria ódio religioso, étnico e cultural. Nesse último trecho de Dilma, o tema religião aparece juntamente com aborto, demonstrando aquilo que Naara Luna (2014) interpretou, ao apontar que as eleições foram guiadas por um viés ideológico cristão.

O último segmento desse debate, com temas referentes às mulheres, está nas Considerações Finais de Dilma, que encerra o programa da mesma forma com que encerrou o primeiro debate na Bandeirantes, ressaltando a participação da mulher na política:

Eu queria agradecer a você, que nos acompanhou até agora. Queria cumprimentar o candidato Serra e queria cumprimentar a Rede Bandeirantes por esse debate. Queria dizer para vocês que eu tenho e que dou muito valor ao fato de que esse debate e essa campanha do Segundo Turno sejam de alto nível. Lamento profundamente, nunca assaquei contra pessoas, nunca acusei sem provas, nem tão pouco levantei acusações ao vento. Não fiz campanha baseada no ódio. Respeitei a característica maior que eu acho que é do povo brasileiro, que é a tolerância. É essa vocação do povo brasileiro para conviver, para aceitar o outro, para não ser um povo com ódio, com rancor e que cria diferenças onde elas não existem.

Queria dizer a vocês que lamento muito os momentos em que essa campanha baixou o nível e usou de mecanismos inadequados para me acusar. Acho que tem dois projetos nessa campanha que merecem ser considerados por você. Um que foi o desemprego, a desigualdade, as privatizações, taxas de crescimento muito baixas e a submissão ao FMI.

O outro é um projeto que fez esse país crescer a taxas elevadas, que criou empregos, mais de 14 milhões de empregos. Eu quero construir o futuro, e esse futuro que eu quero construir é baseado em educação de qualidade, da

creche à pós-graduação, passando pelas universidades. Para garantir para as nossas crianças e nossos jovens um futuro melhor. Quero também uma saúde que permita que todos vocês tenham acesso a consultas especializadas, à exames e que possam sair das filas de espera de seis meses. Quero também uma segurança pública em todas as cidades e comunidades desse país. E que ajude a essas comunidades, ao mesmo tempo que reprime o crime, ajude essas comunidades a melhorar.

Eu vou ser uma presidenta com um olhar social, um olhar social para as crianças, para os idosos, para os jovens, para as mães e para as mulheres. Porque eu acredito que as mulheres estão preparadas para presidir o Brasil. Eu quero pedir de forma humilde o seu apoio e o seu voto. E quero dizer para vocês, que vocês podem contar comigo. Eu estou preparada para ser presidente da República e acredito que os milhões e milhões de mulheres que estão nos assistindo e que vão participar desse processo podem ter certeza que nós estamos preparadas para ser presidentas. (Dilma, 2010 – grifo nosso).

Dilma, que já havia dito em debate anterior que o Brasil estava preparado para eleger sua primeira presidenta, coloca-se, mais uma vez, como representante das mulheres, o que não condiz com a discussão sobre aborto travada por ela e Serra durante todo o programa. Sem a autonomia sobre o corpo, torna-se inviável que a mulher consiga alcançar a igualdade política, como defende Biroli (2014).

Como em um ciclo que condena as mulheres, ao não terem acesso à política, não legislam para si próprias. Isso as afasta, ainda mais, da esfera pública e aproxima-as da esfera doméstica, lugar em que os papéis de mãe e esposa são cobrados (IZQUIERDO, 1992; FRIEDAN, 1971; PERROT, 1998). Quando se referiu ao aborto, Dilma se preocupou mais em afastar o assunto de sua candidatura do que em discutir o tema para beneficiar as mulheres.

De qualquer forma, a candidata apela ao voto das mulheres, que em 2010 já eram mais da metade do eleitorado. Isso justifica a intenção de Dilma de finalizar sua fala fazendo menção às mulheres e pedindo apoio, para que saísse vitoriosa nas eleições de 2010. Para concretizar o apelo, durante todo o segmento Dilma construiu diversos *ethos* (CHARAUDEAU, 2008).

Primeiramente, aparece o *ethos* de Virtude, no momento em que afirma que não se deixou levar pelas calúnias: “Não fiz campanha baseada no ódio”. Então, há um *antiethos* (CHARAUDEAU, 2008) quando ela se desculpa pelo adversário ter usado da difamação para se eleger: “[...] lamento muito os momentos em que essa campanha baixou o nível e usou de mecanismos inadequados para me acusar”.

Ela também desconstruiu a imagem de Serra ao desqualificar o governo de FHC. Conforme a petista, um dos projetos de Governo que estava sendo apresentado ao eleitor era: “Um que foi o desemprego, a desigualdade, as privatizações, taxas de crescimento muito baixas e a submissão ao FMI”. Em contrapartida, o *ethos* de Competência (CHARAUDEAU, 2008) aparece quando descreve o Governo Lula, do qual fazia parte: “Fez esse país crescer a taxas elevadas, que criou empregos, mais de 14 milhões de empregos”. Assim, coloca-se como uma candidata que irá construir um futuro de qualidade, com educação, saúde e segurança pública.

O último *ethos* que se manifesta quando Dilma se refere às mulheres é o de Humanidade (CHARAUDEAU, 2008). Ele se evidencia quando Dilma diz que terá um olhar social para o Brasil e quando a candidata faz apelo ao voto das mulheres. Nesse Segundo Turno, assim como fez Serra, Dilma adotou uma postura combativa, por isso suas falas em relação às mulheres — com exceção da última — foram no sentido de voltar o tema para o adversário, ao invés de defender determinado ponto de vista. Como ela também participou dos debates de 2014, é cedo para fazer um diagnóstico dos *ethos* que construiu.

4.2.4 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2014

Nos Debates Presidenciais de 2014, a primeira menção às mulheres acontece em um confronto entre Eduardo Jorge e Aécio Neves, no segundo bloco do Primeiro Turno. Em sua pergunta, Eduardo Jorge, após fazer uma introdução sobre sua trajetória como defensor da saúde, questiona o tucano sobre o aborto, em busca de um posicionamento de Aécio sobre a criminalidade da prática:

Senador Aécio, você foi meu colega na Constituinte, sabe que eu sou um apaixonado pela questão da saúde. Sou o autor da Lei dos Medicamentos Genéricos, sou eu; autor da Lei do Planejamento Familiar; um dos autores, com você inclusive, do Sistema Único de Saúde.

Quero me dirigir a você para uma pergunta em relação à saúde. Você concorda que 800 mil mulheres brasileiras, todos os anos, sejam classificadas como criminosas porque foram obrigadas à interrupção da gravidez por algum motivo muito grave na sua família? (Eduardo Jorge, 2014 – grifo nosso).

Ao se referir ao aborto, Eduardo Jorge começa com uma abordagem inédita até então. Enquanto Dilma e Serra se acusavam mutuamente, em 2010, de defender a prática, em 2014 Eduardo faz a pergunta colocando as mulheres como vítimas. Ele

afirma que elas são classificadas como criminosas até em casos em que são obrigadas a interromper a gravidez.

Como argumento, Eduardo Jorge traz o número de mulheres que realizam aborto anualmente. Em 2014, o valor passava dos 850 mil, com apenas 1.523 abortos legais (gravidez que oferece risco à mãe, fruto de estupro ou feto anencefálico) (CASTRO; TINOCO; ARAÚJO, 2014). No entanto, por se tratar de uma pergunta, o candidato não consegue se aprofundar sobre a temática.

No segmento, constrói dois dos *ethos* elencados por Charaudeau (2008): o de Competência, ao descrever seus feitos na área da saúde durante a trajetória política; e a imagem de Solidariedade, ao falar das mulheres. Eduardo Jorge, porém, mostra uma característica distinta ao trazer o último *ethos*. Além de buscar a identificação do público com a causa, ele tenta fazer com que Aécio Neves se solidarize com a causa, quando diz que as mulheres que abortam são “obrigadas à interrupção da gravidez por algum motivo muito grave na sua família”. Isso se torna mais claro ao acompanhar a participação de Eduardo Jorge durante os debates de 2014. Nos programas, o candidato demonstrou que tentava convencer aqueles que tinham maiores intenções de voto, caso de Aécio Neves, para que adotassem políticas que estavam em seu Programa de Governo, como a descriminalização do aborto.

Na resposta, Aécio Neves traz seu posicionamento pessoal de manter a legislação (BRASIL, 1940). Também menciona a necessidade de levar informações sobre métodos contraceptivos à população, o que poderia prevenir uma gravidez indesejada. Além disso — muito provavelmente em razão dos mal-entendidos de 2010 em relação aos posicionamentos sobre o aborto — diz que quer deixar claras as suas convicções quanto à temática:

Eu quero, em primeiro lugar cumprimentar meu colega Eduardo Jorge, um parlamentar que eu, o Congresso e aqueles que o conhecem respeitam. Fez um extraordinário trabalho, inclusive aqui em São Paulo ao lado do prefeito José Serra. E no Congresso Nacional, participou das mais intensas discussões do aprimoramento do nosso Sistema de Saúde. É uma honra estar aqui podendo debater com você, meu caro Eduardo.

Temos afinidade sobre muitos temas, tenho certeza disso, e elas afloraram durante o processo da Constituinte e mesmo depois, no parlamento. E temos, obviamente, posições divergentes. **Em relação ao aborto em especial, eu acredito que a legislação atual deve ser mantida. Uma posição pessoal que tenho e que defendo com absoluta tranquilidade. Mas eu defendo, sobretudo, meu caro amigo Eduardo Jorge, que haja, cada vez mais, informação e educação, sobretudo para as adolescentes de mais baixa**

renda, espalhadas por todo o Brasil, e que não têm acesso aos anticoncepcionais e até mesmo a políticas preventivas que poderiam evitar um número extensivo de gravidezes que existem hoje no Brasil.

Eu estava há poucos dias, três dias atrás, em Brotas, um bairro de Salvador, e o dilema maior de muitas dessas jovens, e eram várias que lá estavam, era a ausência de qualquer informação e qualquer apoio do setor público, seja ele nacional, federal, estatal. Nós não podemos também aqui transferir permanentemente responsabilidades. É preciso que haja, sim, um esforço maior de educação, de informação para essas jovens.

Mas eu tenho as minhas convicções, as quais defendo de forma absolutamente clara e, nessa questão em relativo ao aborto, de forma muito específica, eu prefiro manter a legislação como ela está. (Aécio Neves, 2014 – grifo nosso).

A legislação defendida por Aécio data de 1940, ainda assim, o candidato não cogita alterá-la. Percebe-se, desse modo, o viés ideológico cristão que deu origem à negatividade com que o aborto é tratado socialmente (PAIXÃO, 2006). Conforme Aécio, trata-se de um posicionamento pessoal que ele tem e que defende com “absoluta tranquilidade”. Tal posicionamento, contudo, é contraditório. Como já mencionado por Eduardo Jorge no segmento anterior, as mulheres são vítimas do aborto. Logo, como Aécio não é representante de tal gênero, não deveria legislar guiado por seu “posicionamento pessoal”.

Vale ressaltar que Aécio é o primeiro, dos que falaram sobre o tema até aqui, a apresentar uma alternativa para amenizar o problema social que o aborto representa. O candidato diz que é necessário que se leve informação e educação sobre métodos contraceptivos aos jovens. Da fala do tucano, chama atenção o fato dele colocar as adolescentes de baixa renda como público-alvo das políticas. Tal ideia remete àquilo que Del Priore (1994) constatou na história brasileira, em que o aborto entre os portugueses recebia conotação negativa, no período colonial, em razão da necessidade de “purificação” da população a partir do seu branqueamento, que ainda era de maioria africana ou indígena.

Ao sugerir o enfoque na população carente, Aécio pode justificar que ela é a que recebe menor atenção do Estado. Sendo assim, tem menos informação e acesso a métodos contraceptivos. Há, ainda, o fato de que os dados dos Indicadores Sociais de 2015 (IBGE, 2015), um ano após a disputa, apontavam para uma realidade em que a gravidez na adolescência é também um reflexo da desigualdade social. Os dados mostravam que se concentrava no Nordeste a maior porcentagem de mães

adolescentes (35,8%), entre 15 a 19 anos, com pelo menos um filho. Além disso, ao menos 69% delas se declararam pretas ou pardas. Entre essas jovens, a média de escolaridade é menor, de 7,7 anos, com 85% delas não tendo completado o Ensino Médio. Ou seja, a maioria das mães adolescentes, que em geral apresentam gravidezes indesejadas, possuem baixa escolaridade, são negras e vivem em região do país menos desenvolvida.

Para o Estado, no entanto, pode ser mais interessante que aqueles que tenham menor poder aquisitivo também sejam aqueles que se reproduzam menos. Nesse sentido, estabelecem-se relações de classe e raça na problematização do tema aborto. Jurema Werneck (2016) coloca o racismo como elemento essencial para se compreender as desigualdades de acesso à saúde entre pessoas brancas e negras, de forma que os direitos sexuais e reprodutivos e o tratamento dado ao aborto perpassam por tais desigualdades sociais.

Biroli (2017) explica que países da América Latina, por influência dos Estados Unidos, usaram de políticas de controle populacional com foco na esterilização de mulheres indígenas, negras e pobres. No Brasil, o período mais significativo foi a partir do golpe militar de 1964, quando a International Planned Parenthood Federation financiou o programa Sociedade de Bem-Estar Familiar (BEMFAM), responsável pela esterilização de mulheres, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A justificativa apresentada por tais políticas era a necessidade de realizar controle populacional.

Edna Roland (1995) identificou que a ação do Estado se traduzia em um processo de esterilização em massa de mulheres, com foco nas negras e pobres. Assim, a taxa de fecundidade seria menor para esse grupo populacional. Desse modo, enquanto para as mulheres brancas e de classes abastadas a política aparecia como um direito reprodutivo, para as pobres e negras era um dever. Nesse cenário, o aborto legal aparece como uma dessas ferramentas que oferecem controle de natalidade voltado às mulheres negras, assumindo um viés racista. Por esse motivo, é comum que mulheres carentes entrem no discurso político como foco para o controle populacional.

Assim, entende-se que nada relacionado especificamente ao aborto apareceu no discurso de Aécio, que concentrou sua fala nas políticas de informação e acesso a métodos contraceptivos, mesmo que esses não sejam livres de falhas. Por falta de

maiores esclarecimentos, também fica dúbio o sentido de ele ter colocado as mulheres pobres e negras como foco das políticas contraceptivas.

Os *ethos* da classificação de Charaudeau (2008), trazidos pelo tucano em seu segmento, foram o de Humanidade na maior parte da fala, ao expor sua “posição pessoal” e “convicções” a respeito da manutenção da legislação sobre o aborto (BRASIL, 1940). Ele também se utiliza da imagem de Solidariedade, ao buscar a identificação do público com a causa das mulheres carentes que não têm acesso à informação. Além disso, Aécio constrói um *antiethos*, não de Eduardo Jorge, mas de Dilma, que era a líder das intenções de votos.

Na desconstrução da imagem da petista, Aécio expõe algo que repete durante os dois debates que participou em 2014, na Band: “Nós não podemos também aqui transferir permanentemente responsabilidades. É preciso que haja, sim, um esforço maior de educação, de informação para essas jovens”. No trecho, há uma crítica sutil à petista. Segundo ele, em outros momentos dos programas ela teria culpado governos anteriores por erros que eram dela.

Logo na sequência, Eduardo Jorge, em sua tréplica retoma ao assunto aborto. Agora, ele tem tempo maior para expressar seus posicionamentos em relação à legislação. Dessa vez, o candidato adota um tom mais enérgico que na pergunta, demonstrando indignação com o texto da Lei:

A legislação é cruel. Ela coloca 700, 800 mil mulheres à sua própria sorte, buscando clínicas clandestinas, e às vezes morrendo; quando não morrendo, ficando com sequelas físicas e psíquicas. É possível, senador Aécio, que o Brasil vai repetir a vergonhosa posição em relação à escravidão do trabalhador negro, quando foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão, no século XX? Vai também o Brasil ser um dos últimos países do hemisfério ocidental que vai abolir essa lei opressiva, reacionária, que persegue as mulheres brasileiras?
(Eduardo Jorge, 2014 – grifo nosso).

É a primeira vez, até aqui, que todo o segmento é voltado a uma temática relativa às mulheres. Além disso, toda a fala é baseada na defesa das mulheres, trazendo como argumento estimativas sobre a quantidade de mulheres que se submetem à prática e como elas são prejudicadas. Em nenhum momento, o feto ou o viés ideológico religioso cristão são trazidos na argumentação de Eduardo Jorge, que trata o tema como um problema de saúde pública.

A solução, conforme Eduardo Jorge, é abolir a legislação. Sequer sugere uma ampliação dela, porque para ele o aborto precisa ser descriminalizado da mesma forma que a escravidão precisava ser abolida. Ele considera que a legislação é cruel, reacionária e persegue as mulheres. Como pontuou Biroli (2014) e Paixão (2006), o grande problema da criminalização do aborto está na retirada do controle da mulher sobre o próprio corpo, o que reduz sua cidadania, pois é uma forma de ela se afastar da esfera pública.

Em sua fala, Eduardo Jorge transmite duas imagens. A primeira é a de Solidariedade, ao buscar o convencimento do eleitor sobre a situação das mulheres que passam por diversos problemas em decorrência do aborto, culpando especialmente a legislação por tais danos. Seu *ethos* principal, entretanto, é o de Caráter na figura de vituperação que brada (CHARAUDEAU, 2008), pois ele critica e demonstra indignação em tom de voz alto.

Essa figura não deve ser confundida com a do ‘vociferador’, que corresponde ao *ethos* de ‘potência’. Esta última resulta de uma manifestação imperiosa do corpo que provém de pulsões não controladas. Aqui, ao contrário, o berro é dominado, ele testemunha uma indignação pessoal e provém de um julgamento da mente, que tem necessidade de ser expresso com força (CHARAUDEAU, 2008, p. 140).

Em sua fala, Eduardo Jorge compara a manutenção da legislação do aborto com aquilo vivido pelo país no período da escravidão — lamentavelmente, o Brasil foi o último país ocidental a abolir tal prática. Assim, sua fala é em tom de voz alto, não condizente com o ritmo que ele e Aécio traziam no confronto até então. Basta verificar como o tucano abriu o segmento anterior, para ver que mantinham um tom bastante amigável. A indignação de Eduardo Jorge, contudo, não é com Aécio Neves, mas com o Código Penal (BRASIL, 1940). Assim, ele não cria um *antiethos*.

Como Aécio Neves não retoma o tema aborto em sua tréplica, o assunto se encerra aqui dentro do confronto. As mulheres voltam a aparecer no debate somente no quinto e último bloco do Primeiro Turno de 2014. Quem prossegue com a temática é Luciana Genro, que responde ao jornalista da Band, Fabio Pannunzio, sobre o ensino do criacionismo nas escolas básicas, com comentário de Marina Silva:

Eu acho que é um absurdo. Eu acho que nós precisamos investir na educação e levar para dentro das escolas os principais debates que são feitos hoje na juventude. Por exemplo, nós temos um problema grave que é a chamada ‘guerra às drogas’. A guerra às drogas se transformou em uma guerra aos

pobres e aos jovens, por exemplo, que são usuários de maconha acabam nas mãos dos grandes traficantes e, muitas vezes, isso acaba sendo uma porta de entrada para drogas muito mais pesadas, como crack. Porque são muito mais lucrativas para os traficantes.

Então, eu acho que dentro das escolas, nós teríamos que discutir o problema da maconha ao invés do criacionismo e, mais além, acho que nós temos que descriminalizar e regular o uso da maconha. O nosso deputado Jean Wylis, inclusive, tem um projeto muito importante nesse sentido. Que não significa fazer apologia da maconha, mas significa discuti-la abertamente com nossos jovens, para que eles saibam, inclusive, dos riscos implicados no uso da maconha, assim como nos riscos implicados no uso do álcool e do cigarro. Então, é muito importante nós quebrarmos tabus.

Infelizmente, a candidata Marina tem uma dificuldade imensa com esses temas, porque ela está presa a certos dogmas. E eu acho que a gente nunca deve se prender a dogmas. A gente precisa respeitar todas as religiões. E respeitar todas as religiões significa não permitir que nenhuma delas interfira nas políticas públicas. **Por isso, nós precisamos levar para dentro das escolas os debates que são importantes para a juventude, como a questão da maconha, como a questão do aborto também, que precisa ser regulamentado, porque ele é legal no Brasil. Quem tem condições financeiras de pagar pelo aborto, faz o aborto; mas quem não tem, corre o risco de morrer com uma agulha de tricô. E essa é a realidade do Brasil que nós precisamos discutir nas escolas.** (Luciana Genro, 2014 – grifo nosso).

Luciana Genro, assim como Eduardo Jorge, discorda do que prevê a legislação sobre aborto (BRASIL, 1940). Ela afirma que o tema precisa ser discutido nas escolas, já que faz parte dos debates necessários para a juventude. Assim, ao invés de discussões sobre criacionismo, propõe que a interrupção da gravidez não seja vista como um tema tabu desde o ensino básico. Como Aécio, afirma que as mulheres pobres são as que precisam de maior acesso à informação. Ela traz uma discussão de classe com perspectiva distinta da do tucano, ao afirmar que quem sofre com o aborto ilegal é a população mais carente, pois as mulheres com poder aquisitivo conseguem realizar a prática viajando para países onde o aborto é descriminalizado.

O posicionamento de Luciana vai na contramão do que é dito por Aécio. O tucano pensa que é melhor evitar a gravidez de mulheres carentes — similarmente às políticas adotadas pelo Estado desde o período ditatorial, quando o foco das iniciativas era o controle populacional a partir da esterilização em massa de mulheres negras e pobres (ROLAND, 1995). Por sua vez, Luciana percebe que o assunto só é problema para aquelas que não têm condições financeiras de realizar o procedimento de forma segura em outros lugares. Assim, a população carente é a que, de fato, sofre com a criminalização do aborto no Brasil.

Em seu segmento, Luciana Genro constrói o *ethos* de Solidariedade. A imagem aparece quando a candidata busca a identificação do público para combater a chamada “guerra às drogas”, que se transformou em uma guerra aos pobres e jovens. Também usa desse *ethos* ao defender a descriminalização da maconha e do aborto.

O *antiethos* aparece ao dizer que Marina Silva tem dificuldade com temas tabus relacionados à religião. Em visto disso, Luciana Genro defende que nenhuma religião deveria interferir na criação de políticas públicas. Embora até esse momento não tivesse acontecido, Marina foi acusada pelas campanhas de Dilma e Aécio, nas eleições de 2014, de mudar seus discursos por conveniência, a fim de atender a pressões religiosas — da mesma forma que a petista sofreu ataques na disputa anterior. As críticas vieram em razão de Marina alterar elementos voltados à comunidade LGBTQI+ em seu Programa de Governo em menos de 24 horas após lançar o documento (BENITES, 2014).

No último segmento do debate, aparece Pastor Everaldo que, em suas Considerações Finais, traz elementos do Programa de Governo e convicções próprias. O tema relativo às mulheres trazido por ele também é o aborto. Desse modo, esse foi o único assunto da temática mulheres que apareceu no debate de Primeiro Turno da Band.

Boa noite e parabéns, mais uma vez, à Band, por esse momento especial da democracia. E eu, principalmente, que sou um defensor da liberdade, a liberdade de imprensa sem Marco Regulatório. **Reafirmo meu compromisso com a vida do ser humano desde a sua concepção, sou contra o aborto.** Reafirmo meu compromisso contra a legalização das drogas. Reafirmo meu compromisso com a família, como está na Constituição Brasileira. Nós somos um país democrático. Aqui não é Cuba, não é Venezuela. Eu tenho direito de defender os meus princípios. Então, eu defendo que o casamento é homem e mulher, respeito a todas as pessoas. Defendo um Estado mínimo necessário, aonde tudo o que for possível passar para iniciativa privada, nós vamos passar, para alocar os recursos para educação, saúde e segurança pública. Defendo a redução, ou seja, maioria penal, reduzir, para que esses bandidos que vivem matando sejam tratados como inocentes.

E quero dizer para você, que eu não vou decepcionar você, eu não vou decepcionar o Brasil. Minha oração é que Deus abençoe a você, Deus abençoe a sua família e Deus abençoe o meu querido, o nosso querido Brasil. Uma boa noite a todos. (Pastor Everaldo, 2014 – grifo nosso).

Em suas Considerações Finais, Pastor Everaldo diz que é contrário ao aborto, por ser a favor da vida desde a sua concepção. Ou seja, embasa seu argumento em preceitos religiosos iniciados ainda na Idade Média, como constata Paixão (2006). Ao entender o feto como pessoa, por um viés cristão, passa a tratar o

aborto como homicídio — ainda que em alguns momentos da história tenha sido usado como método de controle populacional.

Não fica claro, na fala do candidato, o que ele pretende fazer em relação à legislação (BRASIL, 1940). Se considerada a ideologia cristã que o candidato representa, uma possibilidade é que ele procure fazer alterações, retirando do texto os casos em que o aborto é previsto legalmente. O que é certo, em suas Considerações Finais, é que uma eventual ampliação não é uma hipótese para ele, assim como descarta a descriminalização.

O posicionamento de Pastor Everaldo condiz com aquilo que seu eleitor espera dele, pois além de atuar na política como vice-presidente do PSC na época, também tinha o cargo de ministro evangélico. Por isso, não trata o aborto como uma questão de saúde da mulher, pois o foco é a criança. Conforme essa visão, o feto é tão essencial na manutenção da espécie que faz com que muitas mulheres sejam pressionadas a serem mães. Não é à toa, portanto, que os papéis da esfera doméstica as afastem do espaço público. Longe do espaço público, as mulheres têm menos oportunidades de criar políticas que façam com que seus corpos não sejam controlados por terceiros (BADINTER, 1981; PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971; BIROLI, 2014; PAIXÃO, 2006).

Em sua fala, muito provavelmente por não estar dentro de um confronto entre candidatos, Pastor Everaldo não busca desconstruir a imagem dos adversários, diretamente. Seu posicionamento, contudo, é distinto dos demais. Por exemplo, em relação à Aécio, supõe-se que haja diferença, pois o tucano diz que manteria a legislação como está, criminalizando o aborto, porém, permitindo-o em três situações — ainda que, pelos princípios cristãos, em nenhum caso seja válido. Já a divergência com Eduardo Jorge e Luciana Genro é radical, porque eles são favoráveis à descriminalização da prática.

No segmento, também é possível identificar insinuações de Pastor Everaldo que pressupõem um *antiethos* ao PT, cuja representante possuía a maior intenção de votos naquele momento. O primeiro aparece ainda no início das Considerações Finais, quando o candidato se mostra favorável à liberdade de imprensa e contrário ao Marco Regulatório da Mídia. Apesar de não citar o PT, o tema, em geral, é associado ao partido. Ainda assim, tanto em 2010 quanto em 2014, antes de lançar

seu Programa de Governo, Dilma retirou todas as propostas relacionadas ao tema, por considerá-lo polêmico (LIMA, 2014).

Pressupõe-se que o segundo *antiethos* relacionado ao PT aparece quando Pastor Everaldo diz: “Nós somos um país democrático. Aqui não é Cuba, não é Venezuela”. A associação do PT aos dois países é uma correlação comum na política brasileira. Dentre os motivos que sugerem que a citação se trata de uma crítica ao PT, estão, por exemplo: construção do Porto de Marial, inaugurado em 2014 em Cuba, e que recebeu financiamento do Governo petista; criação do Programa Mais Médicos, com a inserção de profissionais cubanos no Brasil, em 2013; apoio de Lula à candidatura de Maduro, também em 2013; e perdão dado pelo Governo Dilma, em 2014, a dívidas da Venezuela por obras na refinaria Abreu Lima, em Pernambuco (ORTIZ, 2014; BASTOS, 2013; PRESSE, 2013; PARAGUASSU; MATAIS; FABRINI, 2014).

Porém, para além das políticas externas entre os países listados por Pastor Everaldo, os governos petistas também mantiveram relações com outros países, principalmente emergentes, dentro de uma política Sul-Sul que buscava a desconcentração de poder. Nesse cenário, fortalecem-se os países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Sendo assim, o Brasil compreende a necessidade do fortalecimento estratégico da América do Sul a partir do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (PECEQUILO; DO CARMO, 2017).

Além disso, foram mantidas relações Norte-Sul, com a manutenção das parcerias do país com os Estados Unidos e a União Europeia (PECEQUILO; DO CARMO, 2017). Desse modo, as ações diplomáticas brasileiras durante os governos petistas não se limitaram à Venezuela ou Cuba, razão pela qual não cabe tal associação imediata, que comumente é feita por partidos da oposição e reforçada em falas como as do Pastor Everaldo.

Dentre os *ethos* construídos pelo Pastor, da classificação de Charaudeau (2008), estão o de Virtude e Humanidade. O primeiro aparece em falas como “sou um defensor da liberdade” e “eu não vou decepcionar você, eu não vou decepcionar o

Brasil”. As frases, aliadas com a religiosidade cristã envolvida na figura de pastor e com a finalização do discurso abençoando o Brasil, conferem ao candidato a virtualidade de alguém que solucionaria os problemas brasileiros por meio da fé.

Já o de Humanidade aparece em quase toda a fala do candidato, em convicções do tipo: “Eu tenho direito de defender os meus princípios”. Assim, posiciona-se para o eleitor como alguém contrário à legalização de drogas, aborto e casamento homoafetivo e propõe Estado mínimo e redução da maioridade penal. Ao apresentar a última, o candidato se atrapalha em sua fala, dizendo que é a favor da redução da maioridade “para que esses bandidos que vivem matando sejam tratados como inocentes”. Entende-se, porém, que o que ele queria dizer era, na verdade: “não sejam tratados como inocentes”. Do contrário, a frase é contraditória às suas propostas.

Finaliza-se, dessa forma, os segmentos que apresentaram temas relativos às mulheres no debate de Primeiro Turno de 2014, pela Band. Todos eles trataram do tema aborto, mas dessa vez houve maior diversidade nos posicionamentos. O assunto também passa a ser tratado como um problema de saúde pública, que faz com que mulheres carentes se tornem as principais vítimas da criminalização da prática.

4.2.5. Os discursos sobre as mulheres no Segundo Turno de 2014

No quarto programa analisado, que corresponde ao Segundo Turno de 2014, a primeira menção a uma temática relativa às mulheres aparece no terceiro bloco do debate, quando Dilma pergunta ao seu adversário, Aécio Neves, se ele extinguiria a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o que ele faria para combater à violência contra a mulher:

Candidato, leviano neste caso, o último que nós estávamos discutindo, foi o senhor. Queria lhe perguntar agora sobre como o senhor vê a questão da violência contra a mulher. Para mim, é um compromisso fundamental. Acredito que a violência que afeta a mulher atinge os lares, destrói os laços familiares, inclusive, prejudica jovens e crianças. Ela deve ser combatida em todas as suas dimensões. A Lei Maria da Penha foi um grande avanço nesse sentido, aprovada no Governo do presidente Lula e reprovada no meu Governo, porque ganhamos no Supremo. Se o senhor olhar a questão da violência contra a mulher, o senhor seria capaz de extinguir a Secretaria que protege os direitos da mulher dentro do Governo Federal? O senhor faria o que para que essa luta contra a violência continue? (Dilma, 2014 – grifo nosso).

Sobre o tema violência contra a mulher, trazido por Dilma ao debate, cabe algumas ponderações. Conforme Saffioti (2004), o fenômeno se trata de um processo naturalizado socialmente, à medida que se estimula a virilidade dos homens em detrimento da afetividade. No mesmo sentido, Chauí (1985) percebe a violência contra a mulher como resultante da dominação masculina, que é reproduzida tanto por homens quanto por mulheres.

Enquanto Chauí (1985) coloca a mulher como “cúmplice” da violência que sofre, não por escolha, mas por falta de autonomia vinda da desigualdade de gênero; Saffioti (2004) argumenta que as mulheres não consentem com a violência, elas são levadas a isso, são “vítimas”, presas em uma relação de poder desproporcional:

Para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento às agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens. Sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir (MATHIEU, 1985). Trata-se de caso similar à relação patrão–empregado. Este último não consente com as condições do contrato, tampouco com o salário, mas cede, pois quase sempre é abundante a oferta de força de trabalho e escassa a oferta de postos de trabalho, particularmente neste momento histórico. (SAFFIOTI, 2004, p. 80).

A violência contra a mulher pode se manifestar de diferentes formas, mas o tipo mais comum é na forma da violência doméstica. Conforme pontua Saffioti (2004), ela ocorre em uma relação afetiva que, para ser desfeita, na maioria dos casos, necessita de uma intervenção externa. Outro elemento comumente vivenciado é uma trajetória oscilante, pela qual o relacionamento se desfaz e retoma várias vezes, em um ciclo de violência, até que um agente externo auxilie a vítima.

No Brasil, no início dos anos 1980, a violência doméstica se tornou um dos principais tópicos de discussão e mobilização dentro dos grupos feministas. Nesse contexto, novos grupos feministas foram criados no país, os chamados SOS Mulher. Tais iniciativas se preocupavam com a situação social, psicológica e judiciária das mulheres em situação de violência doméstica (GROSSI, 1988).

A violência doméstica é um problema vivenciado por mulheres de diferentes classes, raças, etnias e religiões, como ressalta Grossi (1988). E esse problema, em geral, pressupõe que a mulher seja codependente do marido, ou seja, que ela esteja ligada psicologicamente ao homem. Trata-se de algo que se manifesta em uma

espécie de compulsividade nas ações, como explica Saffioti (2004), de forma que o relacionamento se torna um vício e, conseqüentemente, também a violência presente nele.

A violência, porém, não ocorre pura e simplesmente. Saffioti (2004) percebe que ela decorre de um sentimento de impotência do homem na relação doméstica, pois uma relação de poder pressupõe potência de um em contraposição à impotência de outro. A mulher, socialmente, adapta-se à condição de impotência, enquanto os homens são socializados para exercer o poder. Assim, não aceitam a fragilidade e respondem com violência. Um exemplo disso é como agem em relação ao desemprego, que tira o homem da função patriarcal.

O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade. Perdido este status, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta sua mais importante experiência de impotência. A impotência sexual, muitas vezes, constitui apenas um pormenor deste profundo sentimento de impotência, que destrona o homem de sua posição mais importante. (SAFFIOTI, 2004, p. 84-85).

Para que as mulheres deixassem a situação de violência doméstica, durante os anos de 1980, no Brasil, os grupos feministas buscaram não apenas a criminalização da violência, mas a conscientização das mulheres. As primeiras conquistas políticas vieram no período da democratização. No Governo de José Sarney, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), responsável por incluir reivindicações feministas na Constituição de 1988 (GROSSI, 1988).

A primeira delegacia da mulher da América Latina surgiu no estado de São Paulo, também em 1985. Santos (2005) enfatiza que as feministas buscavam a capacitação dos profissionais que atenderiam as vítimas de violência, então, o CNDM solicitou tais medidas ao secretário de Segurança Pública de Brasília. Saffioti (2004) argumenta que não se trata de dizer que as delegadas são incompetentes, mas entende que os profissionais responsáveis precisam de conhecimento das relações de gênero e das diretrizes que devem ser seguidas por todas as delegacias da mulher, de forma que o tratamento das vítimas seja de boa qualidade e homogêneo. Conforme a autora, o mais indicado é que uma assistente social ou psicóloga realize o primeiro atendimento.

Em 1995, surgem os Juizados Especiais, a partir da Lei 9.099 que, conforme Saffioti (2004), serve para coibir problemas entre vizinhos, mas é incapaz de solucionar conflitos domésticos. Em resposta à tal carência e às reivindicações de grupos feministas brasileiros, o país aprova a Lei 11.340, em 2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

Em seu texto, a Lei Maria da Penha, além de criminalizar o autor da violência, propõe medidas protetivas e preventivas para enfrentar a violência doméstica (BRASIL, 2006). Ela é resultado de contextos políticos internacionais e nacionais, como a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena, em 1993; a aprovação da Convenção de Belém, em 1994; e a incorporação das normas internacionais por Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2007).

Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de violência doméstica por seu marido e sofreu duas tentativas de assassinato, em 1983. Como relata Santos (2007), porém, a conclusão do processo penal, com a prisão do acusado, ocorreu quase vinte anos depois. E só foi possível por causa da pressão exercida por Maria da Penha e coletivos feministas e de direitos humanos. Estes enviaram, em 1998, o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por meio do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil) e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL). Porém, somente a partir de 2003, no Governo Lula, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com status de ministério é que foi possível maior proximidade entre Governo e grupos feministas.

Diante desse contexto, constata-se a veracidade das informações trazidas por Dilma em sua pergunta, que enfatiza que a Lei Maria da Penha foi aprovada durante o Governo Lula, do qual ela participou. A tal “reaprovação”, citada por ela, ocorreu em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o texto da Lei 11.340 (LEI, 2012).

Dilma, em sua fala, prefere evidenciar aquilo que o PT fez para coibir a violência contra a mulher, não referenciando os grupos feministas que reivindicaram e pressionaram o Governo para a aprovação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) — algo que só acrescentaria no momento de sua réplica. Em sua pergunta, ela demonstra preocupação com as mulheres e com a sociedade, que é prejudicada pela

violência doméstica. Assim, busca saber de Aécio quais políticas adotaria em relação ao tema.

O *ethos* apresentado (CHARAUDEAU, 2008) por Dilma é o de Caráter, na figura de vituperação do tipo polêmica, ao chamar Aécio de leviano. A fala era uma resposta de Dilma ao que debateram no segundo bloco. Nele, a petista questionou o tucano sobre o aeroporto que estava em nome do tio dele e sobre a pavimentação em uma rua de Minas Gerais em que as irmãs do candidato têm negócios. Na sequência, Aécio responde dizendo para Dilma não ser leviana em suas acusações e justifica-se.

Outro *ethos* que aparece é o de Humanidade, quando Dilma traz a preocupação com o problema vivenciado por muitas mulheres que estão em situação de violência. A última imagem construída pela candidata neste segmento, conforme Charaudeau (2008), é a de Competência, ao trazer o histórico do Governo Lula e o seu para demonstrar o trabalho que já fez.

Na sequência do programa, em sua resposta, Aécio Neves culpa o baixo investimento em segurança pública como um dos empecilhos ao combate à violência contra a mulher. Assim, traz suas propostas para a área de segurança pública, de modo geral, e ignora o enfoque proposto por Dilma:

Candidata, ninguém pode se apropriar de uma Lei tão importante como essa, fruto de uma profunda discussão no Congresso Nacional, que envolveu gerações de parlamentares. E eu me lembro quando essa discussão se iniciou, muito antes até do governo do presidente Lula. Foi um avanço extremamente importante, que tem que ser mantido e aprimorado.

Mas nós temos que avançar no apoio, candidata, aos estados e aos municípios, que não tem tido a estrutura e condição necessária ao enfrentamento à violência contra a mulher. Seja nos programas Disque Denúncia. Seja nas delegacias próprias. Nós temos que avançar. Em Minas, até avançamos razoavelmente.

O que eu tenho dito, candidata, independentemente dessa ou de outra área, é que as políticas públicas, para terem resultados, elas não precisam ter a conduzi-las um carro preto com chapa verde amarela e tampouco um conjunto de DAS's (Delegacias Antissequestro).

Tenho absoluta convicção que nós temos como avançar muito no que diz respeito à proteção à mulher; as oportunidades para as mulheres, tenham um salário mais justo, mais próximo daqueles que tem os homens, nós estamos ainda extremamente longe disso.

Mas infelizmente na questão da segurança pública, também o seu Governo fracassou. Porque apenas 13% dos investimentos em Segurança Pública do Brasil vem da União, vem do Governo Federal; 87% vem dos estados e dos municípios. E os próprios fundos, seja

Fundo Penitenciário, Fundo de Segurança, extremamente importantes para apoiar os estados a fazer investimentos, até mesmo para ampliar a Delegacia de Proteção à Mulher, não chegam. Portanto, não há planejamento.

Eu fui Governador de estado, não sou mais. A impressão às vezes é que, com algumas das suas perguntas, que eu sou Governador. Há quatro anos não sou mais, sou Senador. E infelizmente, a ausência de planejamento, de transferência dos recursos da área de segurança para os estados vêm impedindo que eles avancem nessa e em outras áreas.

Eu tenho uma proposta que proíbe o contingenciamento de recursos de segurança pública que pretendo implementar no meu Governo. (Aécio Neves, 2014 – grifo nosso).

Aécio inicia sua argumentação dizendo que a discussão em torno da Lei Maria da Penha teve início muito antes do Governo Lula, o que é correto. Como aponta Santos (2007), as reivindicações dos movimentos feministas se iniciaram por volta da década de 1990, em razão da ineficácia dos Juizados Especiais (SAFFIOTI, 2004). Porém, da mesma forma como José Serra fez em 2010, no Segundo Turno, Aécio distorce aquilo que a petista diz.

Dilma não disse que o partido foi o responsável por criar a Lei. Suas palavras foram as seguintes: “A Lei Maria da Penha foi um grande avanço nesse sentido, aprovada no Governo do Presidente Lula e reprovada no meu Governo, porque ganhamos no Supremo”. Ou seja, em sua fala, Dilma diz somente que a Lei Maria da Penha foi aprovada no Governo Lula, o que de fato ocorreu, em 2006.

Em seu posicionamento, Aécio Neves culpa a má administração de Dilma, em especial na área de segurança pública; e ao invés de dar ênfase às mulheres, traz dados sobre o quão inferior é o investimento da União em segurança, de modo geral, se comparado ao dos estados e municípios. Os valores trazidos por Aécio condizem com que está no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2015, que traz dados de 2013 e 2014. Os de 2013, que são os usados por Aécio naquele momento, demonstram que a União contribuiu com 13,52% do total. No ano seguinte o valor baixou para 11,30%.

Uma das sugestões de Aécio, respondendo à Dilma, é proibir o contingenciamento de recursos de segurança pública. Porém, não é específico em relação às mulheres. Além disso, não responde sobre a permanência da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o que também estava na pergunta da petista. Isso demonstra que Aécio não possuía projetos ou programas voltados às mulheres. Em

sua fala, o tucano prefere desfazer a imagem de Dilma, colocando a candidata como alguém que tenta se apropriar de uma Lei que não foi criada por ela ou seu partido.

O *antiethos* também aparece quando Aécio culpa a administração de Dilma pelo problema: “Mas infelizmente na questão da segurança pública, também o seu Governo fracassou”. Por fim, a última tentativa do tucano de desconstruir a imagem da petista aparece quando Aécio diz que algumas das perguntas que ela faz dão a entender que ele ainda ocupava o cargo de governador de Minas Gerais, embora o cargo atual fosse o de senador. Aqui, passa a ideia de Dilma como alguém atrapalhada em seu discurso ou manipuladora, que tenta atribuir ao adversário coisas que não condizem mais com a realidade.

Enquanto Aécio criou três *antiethos* para a adversária, para si construiu apenas um: o de Humanidade (CHARAUDEAU, 2008). Ele aparece quando o tucano demonstra preocupação com as mulheres vítimas de violência, especialmente por trazer a situação crítica vivenciada pela área de segurança pública em geral.

Em sua réplica, Dilma chama atenção para o fato de Aécio ter fugido do foco dado por ela na pergunta, pois discutiu segurança pública ao invés de violência contra a mulher. Também se defende da acusação de apropriação da Lei Maria da Penha. Além disso, a candidata apresenta outras políticas em prol das mulheres realizadas em seu Governo:

Candidato, eu estou falando de violência contra a mulher. Nós não nos apropriamos da Lei Maria da Penha. Pelo contrário, nós incentivamos a sua aprovação. Participamos junto com a sociedade e com o movimento de mulheres dessa aprovação. Agora, candidato, nós encaminhamos toda uma política de proteção à mulher vítima de violência, a Casa da Mulher Brasileira, que nós estamos construindo em todos os estados, unificando todos os órgãos, o Ministério Público, todos os órgãos de proteção, as defensorias, que vai acolher e proteger a mulher vítima de violência, ela é algo que nós realizamos.

Além disso, candidato, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, nós priorizamos às mulheres. No Pronatec, as mulheres hoje são a maioria e, além disso, também em toda a política com as mulheres empreendedoras. As micro e pequenas empresas hoje são, sobretudo, lideradas por mulheres. (Dilma, 2014 – grifo nosso).

Diferentemente da pergunta, em que Dilma não fez menção aos grupos que estiveram envolvidos na criação da Lei Maria da Penha, durante sua réplica eles apareceram. E dentre as políticas que o Governo implementou para a proteção da mulher, a petista lista a Casa da Mulher Brasileira, instituída em 2013 pelo Decreto nº

8.086. A iniciativa é uma das ações do programa 'Mulher, Viver sem Violência', do Governo Federal, que concentra serviços multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2013b).

Nesse caso, Dilma se preocupa em destacar aquilo que foi feito por seu Governo, sem trazer propostas para uma gestão futura. Ao menos, evidencia as mulheres vítimas de violência; ao contrário de Aécio, que prefere focar a questão da segurança pública em geral. Isso é negativo, pois a escolha do tucano em generalizar o tratamento da violência, sem especificar a situação da mulher, pode resultar em ineficiência. Como lembra Saffioti (2004), é imprescindível a existência de profissionais com conhecimento de gênero para o atendimento de vítimas de violência contra a mulher.

A informação de Dilma, sobre o Governo dar prioridade às mulheres em programas como o Bolsa Família, condiz com a realidade. Conforme aponta o Ministério de Desenvolvimento Social, 93% dos titulares eram mulheres, em 2013. De acordo com Pinzani e Rego (2014, p. 69), o programa foi responsável por dar independência à mulher. Além de fornecer a subsistência imediata, o Bolsa Família deu base material para o desenvolvimento dos beneficiários em direção a uma maior autonomia.

A mesma coisa com o Minha Casa Minha Vida que, desde sua criação, prioriza a titularidade da mulher, garantida pela Lei 11.977 (BRASIL, 2009). A partir do Governo Dilma, as famílias chefiadas por mulheres passaram a ser priorizadas com a Lei 12.424 (BRASIL, 2011b). Em 2012, ela é ampliada novamente para determinar que, em caso de divórcio, independentemente da participação de cada um e do regime de bens adotado, o imóvel será exclusivamente da mulher, como consta na Lei 12.693. A única ressalva é quando a guarda dos filhos pertence ao marido (BRASIL, 2012).

No mesmo sentido, o Ministério da Educação mostra que, em 2014, 60,37% das matrículas no Pronatec eram de mulheres. Em relação às políticas para as mulheres empreendedoras, Dilma não esclarece de que se trata. A partir de citações relacionadas ao tema em outros momentos da campanha, supõe-se que ela estivesse falando do programa Crescer, criado em 2011 a partir da Medida Provisória nº 543/2011 (BRASIL, 2011a). O programa permite que o Tesouro Nacional auxilie as

operações de créditos realizadas dentro do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), de forma que seja possível reduzir as taxas de juros.

O objetivo do programa Crescer era facilitar o acesso de empreendedores populares. Em 2014, ano em que Dilma faz a fala sobre o incentivo às mulheres, os dados do PNMPO apontavam que 61,31% dos clientes eram mulheres. Porém, em 2010, ano anterior à Medida Provisória nº 543/2011 (BRASIL, 2011a), as mulheres representavam 63,89% dos clientes. Ainda assim, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) indicava, em 2013, que 52,2% dos empreendedores que iniciaram negócios no Brasil eram mulheres. Desse modo, aquilo que Dilma disse comprova-se parcialmente, pois ainda que tenha crescido o número de líderes femininas em micro e pequenas empresas, o que se vê é que o programa Crescer não influenciou ativamente nisso.

Dessa forma, foi possível perceber que durante os Governos petistas, não somente no que corresponde ao Governo de Dilma, houve políticas em benefício das mulheres. A violência contra a mulher, entretanto, que era o tema trazido pela candidata em sua pergunta, perdeu-se no contexto, uma vez que a candidata se preocupou mais em trazer outras políticas públicas adotadas por seu partido em prol das mulheres. Por consequência, nenhuma outra solução para a questão da violência foi tratada, além da referência à Lei Maria da Penha.

Em sua fala, Dilma desconstruiu a imagem de Aécio, ao enfatizar que estava falando de violência contra a mulher, pois o tucano teria fugido da temática trazida por ela. No restante do segmento, a candidata trouxe o *ethos* de Competência, segundo a classificação de Charaudeau (2008), já que deu destaque a políticas realizadas por seu partido e que eram voltadas às mulheres.

No último segmento do debate de Segundo Turno de 2014, Aécio finaliza o confronto com sua tréplica. A exemplo do que havia feito na resposta, continua a questionar a administração do Governo Dilma e aborda, de novo, a questão de segurança pública ao invés da violência contra a mulher:

Candidata, essa é uma questão extremamente importante. Vejo avanço ao longo dos últimos anos. Produzido a partir, inclusive, de votações importantes no Congresso Nacional. Eu vou voltar ao tema inicial, candidata. As boas administrações públicas, elas avançam naquelas experiências que deram certo. Mas nós estamos muito distantes de fazer com que a proteção à mulher chegue, principalmente, a regiões

mais distantes do país. Falta-se uma ação do Governo Federal no campo da segurança pública, e inclua aí também a proteção à mulher.

Não houve, ao logo de todo esse período do seu Governo, um esforço maior para que os investimentos da área da segurança pública pudessem ser investidos na sua totalidade, como não houve na saúde, por exemplo. O Tribunal de Contas diz que, no seu Governo, foram 20 bilhões de reais que deixaram de ser gastos. E por falar em saúde, coloquei no meu site agora a aprovação de todas as nossas contas relativas à saúde em Minas Gerais, pelo Tribunal de Contas do estado. (Aécio Neves, 2014 – grifo nosso).

O *antiethos* também é o foco da fala do candidato, que coloca Dilma como alguém que não soube administrar a questão da segurança pública. Ele repete o *ethos* de Humanidade (CHARAUDEAU, 2008), condizente com sua tática no confronto, colocando-se como alguém preocupado com os problemas vivenciados pelos brasileiros na área de segurança: “[...] inclua aí também a proteção a mulher”. Essa é sua única menção direta às mulheres no segmento.

Dessa forma, tanto nas falas de Dilma quanto nas de Aécio, não houve a apresentação de propostas para solucionar o problema da violência contra a mulher. O tema apareceu como pano de fundo para a petista mostrar seus feitos anteriores; enquanto no discurso de Aécio o assunto perde relevância quando ele opta por debater sobre a incompetência administrativa do Governo Dilma, na área de segurança pública.

4.2.6 Os discursos sobre as mulheres no Primeiro Turno de 2018

No último programa analisado, a primeira fala que traz uma temática relativa às mulheres é feita pela única candidata mulher presente no debate, Marina Silva. Trata-se da resposta a uma pergunta de abertura sobre o tema Empregos. A questão surgiu do interesse dos leitores do Metro Jornal, que pertence ao Grupo Bandeirantes, e foi anunciada a todos os oito candidatos pelo mediador. Marina foi a única a aproveitar o momento para trazer um tema que referenciasse as mulheres:

Boa noite a todos. Em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, cumprimentar a você, Boechat, e todos os demais que estão nesse debate conosco, com os outros candidatos. Estamos aqui novamente, depois de quatro anos, e eu retorno aqui com a clareza de que o nosso país tem problemas muito graves a serem enfrentados. Um deles, sem dúvida, é o problema do desemprego. Mas há quatro anos atrás, Boechat, nós estávamos aqui e foi anunciado pela própria Band que a questão da criminalidade estava (e as mortes violentas) em torno de 59 mil pessoas por ano. Nós chegamos ao dia de hoje e temos 63 mil pessoas assassinadas.

Um país que tem 13 milhões de desempregados e com justa razão pergunta sobre o emprego.

Para ter emprego, é preciso ter investimento. Para ter investimento, é preciso recuperar credibilidade e, para ter credibilidade, é preciso ter uma mudança profunda nesse país, pois aqueles que criaram o problema não vão resolver o problema. **E com certeza eu que sei o que é não ter um emprego, porque tive que passar pela fresta do desemprego como mulher, como jovem, como alguém que viu diante de si a dificuldade para alimentar sua família.** Eu tenho o compromisso em fazer esse país voltar a crescer, para que ele possa gerar emprego, renda e vida digna, integrando o nosso país ao desafio da sustentabilidade social. (Marina Silva, 2018 – grifo nosso).

No trecho em negrito, Marina Silva traz as mulheres ao se colocar como representante do grupo. Da mesma forma, é alguém que conhece os problemas do desemprego que prejudicam mulheres como ela. A fala da candidata demonstra aquilo que Biroli (2014) coloca como essencial para a construção de políticas públicas que tragam autonomia à mulher: a participação delas do espaço público (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971). Ninguém melhor que as mulheres para reconhecerem seus problemas e Marina, como única mulher no debate de 2018, cumpria tal função naquele contexto.

Assim, mais que nas disputas anteriores, Marina podia usar a representação da mulher como argumento para convencer os eleitores a votarem nela — levando em consideração, também, que 52,5% do eleitorado era composto por mulheres (TSE, 2018).

Na fala da candidata, é possível perceber que ela desconstrói a imagem de adversários políticos que já estiveram em Governos anteriores, ao dizer “aqueles que criaram o problema não vão resolver o problema”. No decorrer do programa, percebe-se que a crítica é dirigida, principalmente, ao candidato Geraldo Alckmin, que representava o PSDB, partido que presidiu o Brasil de 1995 a 2002. No entanto, Marina ignora que fez parte do Governo Lula, embora se coloque como alguém de fora, capaz de realizar mudanças.

Em relação aos *ethos* (CHARAUDAU, 2008), é possível identificar o de Humanidade, Virtude, Competência e Sériio. O de Humanidade aparece quando Marina diz o seguinte: “[...] nosso país tem problemas muito graves a serem enfrentados”. Assim, ela aborda a questão de desemprego, criminalidade e dados sobre mortes violentas. Também se coloca como alguém que se sensibiliza com o problema vivido por tantos brasileiros. O *ethos* de Virtude é construído quando Marina

diz representar uma renovação política em contraponto ao *antiethos*: “[...] é preciso recuperar credibilidade e, para ter credibilidade, é preciso ter uma mudança profunda nesse país”. A virtuosidade trazida na figura reflete o *ethé* de credibilidade imposto em sua fala.

A sua Competência é demonstrada no momento em que menciona as mulheres, ao criar a imagem de alguém que sabe como é estar naquelas condições e, por isso, tem o conhecimento necessário para mudar a realidade. O último *ethos* a aparecer é o de Sérió, no último trecho da fala de Marina no segmento, em que ela afirma ter o “compromisso em fazer esse país voltar a crescer”. Comprometimento é a marca da imagem conceituada por Charaudeau (2008).

O segundo segmento em que aparecem falas relativas às mulheres acontece, também, no primeiro bloco do programa, no primeiro confronto da rodada de perguntas. Boulos escolhe Jair Bolsonaro para o embate e, em sua pergunta, questiona o adversário sobre uma suposta funcionária fantasma do candidato do PSL:

Deputado Bolsonaro, o Brasil todo sabe que você é racista, machista, homofóbico, mas tem coisa que muita gente não sabe. Você, em 27 anos como deputado, 10 anos no partido do Paulo Maluf, tem mordomias: recebeu auxílio moradia tendo casa; comprou cinco imóveis; fez da política um negócio em família, com um monte de filho, também, no mesmo esquema que você. Bolsonaro, queria saber uma coisa e acho importante que o Brasil todo saiba. Quem é a Wal, Bolsonaro? (Boulos, 2018 – grifo nosso).

Em sua fala, Boulos atribui ao candidato Bolsonaro a imagem de machista, que está relacionada ao patriarcalismo (LENER, 1990; SAFFIOTI, 2004) e que faz distinção entre pessoas de gêneros distintos, manifestando-se a partir de um preconceito sexista que prejudica as mulheres. No decorrer do confronto, não há, por parte de Bolsonaro, insinuações de defesa ou retorno de Boulos a tal tema.

No segmento, o que se tem é a tentativa clara de Boulos de desconstruir a imagem de Bolsonaro, inclusive ao usar o termo machista para caracterizá-lo. Mas Boulos vai além e apresenta outras falhas que seriam praticadas pelo adversário: mordomias; aliança com corruptos; e conversão da política em negócio de família. O candidato do PSOL cita, principalmente, o caso Walderice Santos da Conceição, apontada como servidora fantasma de Bolsonaro pela Folha de S. Paulo (MATTOSO; NOGUEIRA; BRAGON, 2018).

No segmento, Boulos constrói o *ethos* de Caráter, na figura de vituperação do tipo polêmica, ao se esforçar, em seu discurso, para apresentar Bolsonaro como alguém de moral falha, listando em sua pergunta aquilo que julga amoral. Charaudeau (2008, p. 142) diz que essa estratégia é uma “faca de dois gumes”, pois aquele que insulta, possivelmente, receberá insultos de volta. Tal situação ocorreu, de fato, nesse confronto, embora não referenciasse as mulheres. Além de Bolsonaro dizer que Boulos invadia moradias por pertencer ao MST, Bolsonaro fala, na tréplica: “Eu não vim aqui para bater boca com um cidadão desqualificado como esse. Obrigado Boechat, pode passar para o próximo”. Ele desiste, portanto, da parte de tempo destinada à sua defesa, conforme as regras do debate.

Ainda no primeiro bloco, aparece a terceira menção às mulheres, vinda na resposta de Geraldo Alckmin à Ciro Gomes. A pergunta era sobre o tema Reforma Trabalhista de 2017, apoiada pelo PSDB, partido de Alckmin. Na resposta, o tucano traz a questão das mulheres grávidas como algo que precisa ser corrigido no texto da Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017a):

Cumprimentar o Ciro, o meu conterrâneo da minha cidade natal (Pindamonhangaba). Dizer que sou favorável à Reforma Trabalhista. Ela foi um avanço. O grande desafio não só do Brasil, mas no mundo inteiro, é emprego e renda. É evidente que a tecnologia permite produzir mais com menos gente. Nós tínhamos uma legislação do século passado, autárquica, de cima para baixo. Passamos a ter uma relação moderna.

O que nós tínhamos era um grande cartório: 17 mil sindicatos no Brasil. Aliás, o mais estranho é que são 11 mil e 500 de trabalhadores e mais de 5 mil sindicatos patronais. Isso era um verdadeiro cartório mantido com o imposto sindical. A maioria não fez, inclusive, convenção coletiva. **Nós vamos, sim, prestigiar aqueles sindicatos que representam os trabalhadores, defender os direitos do trabalhador. O caso das mulheres grávidas, por exemplo, merece uma correção, mas a mudança da Reforma Trabalhista é necessária.**

Depois, queria dizer também em relação à abertura comercial. Eu coloquei, claramente, abertura comercial como agenda de competitividade. Nós vamos simplificar o modelo tributário brasileiro em cinco tributos para um imposto de valor agregado e reduzir imposto corporativo. (Alckmin, 2018 – grifo nosso).

Na resposta à Ciro, Alckmin demonstra que é favorável à Reforma Trabalhista aprovada no Governo Temer. Porém, acredita que deva ser alterada no que diz respeito às mulheres grávidas, ainda que o candidato não deixe claro a que se refere o “caso das mulheres grávidas”. Interpreta-se que ele se refere ao trecho da legislação que permite que mulheres grávidas trabalhem em condições insalubres, o que prejudica a sua saúde e a de seus filhos (BRASIL, 2017a).

Assim como já ocorreu em outros debates, o feto é quem preocupa quando se trata da maternidade. Ainda que se reconheça a necessidade do cuidado para com mulheres grávidas, há que se pensar que sempre que o Estado se volta para políticas públicas reprodutivas, ele o faz guiado por ideologias familistas que colocam a mulher em condição inferior. Ela é inferior enquanto vivencia a “mística feminina”, descrita por Friedan (1971), que a afasta da esfera pública do trabalho, nesse caso, para que cumpra seu papel como mãe e esposa na esfera doméstica.

Os *ethos*, da classificação de Charaudeau (2008), utilizados por Alckmin em sua fala são o de Inteligência e Humanidade. O primeiro aparece quando o candidato, de forma técnica, explica as razões pelas quais é favorável à Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017a). Ele também traz resquícios de Humanidade ao dizer que: “O grande desafio não só do Brasil, mas no mundo inteiro, é emprego e renda”. Desse modo, ele se coloca como alguém preocupado com o problema do desemprego. No começo do segmento, também traz o *ethos* de Humanidade, quando evidencia sua cidade de origem.

Os quatro segmentos seguintes compõem um mesmo confronto, que também ocorre no primeiro bloco do debate. Nele, Alvaro Dias escolhe Bolsonaro para o embate. A questão, agora, partia do tema igualdade salarial entre homens e mulheres e do aumento de casos de estupros sofrido por mulheres:

Deputado Jair, infelizmente a mortalidade infantil voltou a crescer. Os crimes contra a mulher da mesma forma: 8% a mais de estupros com relação ao ano passado. A violência atingindo mulheres trabalhadoras, salários injustos. Há aqueles que entendem que mulher e homem não podem receber o mesmo salário. Gostaria de ouvir a sua opinião a respeito. (Alvaro Dias, 2018 – grifo nosso).

Toda a pergunta de Alvaro Dias é voltada às mulheres e ele trabalha com pelo menos dois temas no segmento: o estupro e a igualdade salarial. Quanto ao primeiro, nota-se um equívoco nos valores trazidos pelo candidato. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, que apresenta dados do ano anterior, em 2018 houve um recorde de 66.041 registros de estupro, um aumento de 5% em relação ao ano de 2017. Ou seja, a fala de Alvaro Dias erra no valor, pois ele aponta um aumento de 8%.

Os valores do Anuário condizem com os registros de Boletins de Ocorrência. Além disso, o número de estupros que ocorrem no país pode ser ainda maior, principalmente ao se considerar que crimes sexuais dificilmente são denunciados. Os dados são referentes não só aos estupros em que a mulher é a vítima, mas contabiliza-se, também, as violências sexuais sofridas por homens. De acordo com o Anuário, 81,8% das vítimas são do sexo feminino e 18,2% do masculino, mas isso o candidato não especifica na pergunta.

A violência contra a mulher, como pontuam Chauí (1985) e Saffioti (2004), surge da naturalização social de estimular a virilidade masculina, colocando o homem como dominante nas relações sociais de poder. Nesse contexto, o estupro é, enquanto manifestação da violência voltada ao gênero feminino, uma forma de dominação que supre a impotência do homem, para além de representar a satisfação de qualquer desejo carnal. Do outro lado, está a mulher, na maioria das vezes adaptada à condição de inferioridade. Assim, Welzer-Lang (2001) explica que o abuso sexual pode surgir como uma ferramenta de dominação de homens anteriormente violentados:

Tudo parece indicar, de acordo com as entrevistas realizadas no estudo sobre a homofobia e depois no das prisões, que muitos homens que foram violentados sexualmente por outro homem mais velho acabam por reproduzir esta forma particular de abuso. É como se eles se repetissem: 'Já que eu passei por isso, que ele também passe'. E o abuso, além dos benefícios que traz, é também uma forma de exorcismo, uma conjuração da desgraça vivida anteriormente. Depois, ao longo dos anos, quando a lembrança da dor e da humilhação se estanca um pouco, o abuso inicial funcionaria como um elemento de compensação, um pouco como uma conta bancária que teria sido aberta por imposição; onde os outros abusos perpetrados representariam os juros que o homem abusado vem cobrar. Isso vale tanto para abusos realizados contra homens como os contra mulheres, realizados em outros lugares. (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Além disso, a impotência que torna o homem violento também pode ser uma consequência do afastamento dele da esfera pública do trabalho (IZQUIERDO, 1992; PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971), o que reduz a desigualdade em relação ao poder exercido sobre a mulher, já que o homem não atua mais como provedor. Em uma sociedade patriarcal, o normal é que a classe econômica do masculino seja vista a partir da sua relação com os meios de produção; e a da mulher a partir da sua relação com um homem (LENER, 1990; SAFFIOTI, 2004). Tal pensamento ajuda na manutenção da desigualdade salarial percebida até hoje no Brasil.

Ainda que a mulher reivindique a esfera pública, suas raízes da esfera doméstica — como a possibilidade de ser mãe — colocam-na em condições desiguais a do homem. Assim, historicamente o mercado de trabalho responde negativamente às trabalhadoras, que carregam a marca da maternidade. Dados do IBGE de 2018 demonstram que as mulheres ganham, em média, 20,5% menos que homens. O salário mensal médio é de R\$ 2.579 para os homens e R\$ 2.050 para as mulheres. A menor diferença já registrada no país ocorreu em 2016, ano em que as mulheres recebiam 19,2% menos.

Um dos fatores que influenciam esses valores é a quantidade de horas trabalhadas. A carga horária média das mulheres é de 37h54 minutos, conforme o IBGE de 2018, enquanto os homens trabalham 42h42 minutos, em média. A carga horária menor está relacionada à dupla jornada realizada pela maioria das mulheres, pois essas também são responsáveis pelos afazeres domésticos, maternidade e “deveres” como esposa. Tudo isso dentro do âmbito doméstico (IZQUIERDO, 1992; PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971).

Em seu segmento, Alvaro Dias trabalha, principalmente, com o *antiethos* ao dizer: “Há aqueles que entendem que mulher e homem não podem receber o mesmo salário”. Ainda que não cite nomes, como se trata de um confronto com Bolsonaro — que tem um histórico negativo com a temática, já apresentado em reportagem do Zero Hora em 2014 —, entende-se que Alvaro Dias atribui ao adversário a defesa de algo que ele considera injusto.

Na fala do presidente, também é possível identificar o *ethos* de Solidariedade, conforme Charaudeau (2008), quando ele traz a preocupação com as mulheres vítimas de violência e com os “salários injustos” destinados a elas. Para isso, cita dados que podem solidarizar o público com a causa pautada por ele em sua pergunta.

Bolsonaro responde à questão trazendo suas opiniões em relação à igualdade salarial. Segundo sua visão, esse não é um assunto sobre o qual o Estado deva interferir. Já em sua fala sobre o estupro, acusa a bancada feminina de esquerda, da Câmara Federal, de impedir a aprovação de seu Projeto de Lei, que propunha a castração química aos condenados por violação sexual:

Primeiro o salário, mais um rótulo que colocaram na minha conta. O PT é o partido que mais me ataca nessa área. Ficaram 13 anos no Governo e nada decidiram. Agora, o Estado deve inferir nessa área? No serviço público já é igual. Quanto à mortalidade infantil, sabemos que muitas medidas têm que ser tomadas, a começar pelo saneamento básico, entre tantas e tantas outras.

A questão de estupro em mulheres, eu tenho um Projeto de Lei que visa à castração química voluntária para o condenado requerer progressão de pena. Lamentavelmente, a bancada feminina de esquerda, da Câmara, é contrária a isso daí. Eu acredito que se aprovasse isso, nós inibiríamos — e muito — essa violência contra a mulher.

Voltando à questão do salário, tem muito local que mulher ganha mais do que homem. Deveríamos lutar, então, para diminuir o salário dessas mulheres competentes? Repito, o Estado não deve interferir nessa área. Quanto mais o Estado entra, pior fica o negócio no Brasil. (Bolsonaro, 2018 – grifo nosso).

No primeiro trecho de sua fala, Bolsonaro diz que a questão da igualdade salarial entre gêneros é um “rótulo” colocado nele, o que reforça a ideia de que Alvaro Dias trouxe a temática ao confronto para desconstruir a imagem do adversário. O candidato, porém, usa o tema para acusar o PT de, em 13 anos de Governo, não ter feito nada em relação ao assunto e, ainda assim, acusá-lo de defender a desigualdade salarial. Na sequência, Bolsonaro é contraditório, ao enfatizar que o Estado não deve interferir nessa área. Então, a cobrança lançada por ele ao Partido dos Trabalhadores não condiz.

A visão de que Bolsonaro é favorável à desigualdade salarial é reforçada, principalmente, a partir da entrevista cedida ao jornal Zero Hora. O então deputado federal disse compreender as razões para os empregadores preferirem contratar homens ao invés de mulheres:

Pode escrever aí: quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que que o empregador pensa? 'Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade, bonito para c*, para c*, '. Quem que vai pagar a conta? É o empregador. No final, ele abate no INSS, mas ele fala o seguinte: quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses. (CONFIRA, 2018, s/p).

Nas palavras do candidato, a possível maternidade das mulheres justifica que o empregador pague menos, pois ele terá que arcar com todos os encargos trabalhistas da trabalhadora mulher que perderá o ritmo e a produtividade. Se se considerar tal argumento como válido, aceita-se a ideia de que a mulher jamais conseguirá ascender ao espaço público de forma concreta. Ainda que não deseje ser mãe e nunca o faça, será julgada

socialmente pela escolha de deixar a esfera doméstica e, ainda assim, não terá os mesmos benefícios econômicos entregues aos homens (PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971; BADINTER, 2011).

Sobre sua fala de que o Estado não deve intervir, a informação não está correta, pois conforme o Decreto de Lei nº 5.452 de 1943, que regula as Leis do Trabalho (CLT), deve haver igualdade salarial entre sexos, de acordo com seu Art. 461: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade” (BRASIL, 1943).

Mesmo assim, conforme demonstrou os dados do IBGE em 2018, há significativa diferença salarial entre homens e mulheres, com mulheres recebendo, em média, 20,5% menos. Portanto, cabe ao Estado fazer cumprir a legislação, criando políticas que obriguem empregadores a não fazer tal distinção. Isto significa que se trata, sim, de um assunto sobre o qual o Estado deve interferir.

Quanto ao Projeto de Lei 5.398/2013, que propõe a castração química voluntária para condenados pelo crime de estupro como forma de requerer progressão de pena (BRASIL, 2013a), faz-se necessário, primeiramente, que se compreenda de que se trata o assunto. A castração química, segundo Vieira e Santos (2008), trata-se da aplicação de um antagonista de testosterona no homem, impedindo a produção do hormônio. Isso, por consequência, limita os impulsos sexuais. Ela é uma terapia reversível e que necessita da aplicação constante do medicamento.

Um dos pontos contrários à castração química diz respeito aos efeitos colaterais a que são submetidos os réus. Vieira e Santos (2008) ressaltam que o medicamento pode levar o homem à impotência, impedindo que ele tenha filhos mais tarde. Além disso, o resultado, muitas vezes, é ineficiente, pois é comum que o apetite sexual permaneça e a impotência sexual não seja suficiente para impedir que o homem cometa um ato libidinoso sem a penetração peniana. Assim, ele poderá abusar da vítima a partir de outros métodos.

Constata-se, portanto, que a única solução apresentada por Bolsonaro para coibir a violência contra a mulher, na forma de estupro, não se mostra eficaz nos países em que é praticada, por não levar em consideração os aspectos sexuais. Ao invés disso, é necessário que se desconstrua a ideologia social da violência que

coloca homens como viris e dominantes e mulheres no extremo oposto (SAFFIOTI, 2004).

Na fala de Bolsonaro, aparece o *antiethos*, mas não contra Alvaro Dias, que era seu adversário de confronto. Ele ataca o partido que liderava as pesquisas de intenção de voto, naquele momento da disputa, e que não estava sendo representado no debate: “O PT é o partido que mais me ataca nessa área. Ficaram 13 anos no Governo e nada decidiram”. Tal posicionamento tenta repassar uma imagem de incompetência dos representantes do partido, o que poderia se voltar para Lula, naquele momento; ou para Haddad, que entraria na disputa eleitoral mais tarde.

Já os *ethos* construídos por Bolsonaro, em Charaudeau (2008), são os de Humanidade e Competência. A Humanidade aparece em sua fala quando se refere à mortalidade infantil. Coincidentemente, é o único tema do segmento que não se refere às mulheres. Ele comenta o assunto como algo que precisa ser resolvido e, por isso, traz sugestões. Já a Competência surge ao resgatar a trajetória política, quando diz “eu tenho um Projeto de Lei”, para na sequência colocar o tema como solução viável para a questão dos estupros.

Em sua réplica, Alvaro Dias ignora o tema estupro, trazido por ele, sem considerar as respostas de Bolsonaro sobre o assunto. Então, retoma somente a questão da igualdade salarial e traz um tema inédito até então, a representação da mulher, defendendo o protagonismo feminino:

Não basta defendermos os direitos das mulheres. Há poucos dias, São Paulo assistiu a um crime hediondo, com uma policial sendo violentamente assassinada. Seria um absurdo se ela recebesse um salário inferior do que seus colegas policiais homens. É preciso protagonismo e participação econômica estratégica e participação política. Nós valorizamos as mulheres. A nossa presidente, Renata Abreu, é um exemplo da valorização das mulheres no nosso partido. Ana Paula Oliveira, economista, cuida do nosso Plano Econômico. É mais um exemplo de mulher valorizada no nosso partido e na nossa proposta de Governo para o país. (Alvaro Dias, 2018 – grifo nosso).

Na réplica, argumenta que houve a morte de uma policial feminina em São Paulo (PAULUZE; HIAR; ESTARQUE, 2018), concluindo que seria um “absurdo” caso ela recebesse um salário menor que os policiais homens. Ele não traz nenhuma proposta para modificar a realidade; apoia-se tão somente na sua indignação, a partir de uma situação de violência. Se Bolsonaro diz que o Estado não deve interferir no

assunto, Alvaro Dias tampouco demonstra que faria algo para cumprir a legislação trabalhista que coloca como obrigação a igualdade salarial entre gêneros (BRASIL, 1943).

Além disso, Alvaro Dias acrescenta um novo tema ao confronto, que é a representação da mulher, e defende um maior protagonismo feminino. Cita, como exemplo, as mulheres que fazem parte do seu partido. Segundo ele, as mulheres serão valorizadas em seu Governo. Da mesma forma que Marina fez no primeiro segmento do debate, o candidato reconhece a necessidade de evidenciar a preocupação com as mulheres. Afinal, elas compõem a maior parte do eleitorado brasileiro, mais especificamente, 52,5% dos votos (TSE, 2018).

Porém, ainda que seja importante trazer mulheres em cargos públicos não eletivos, há que se defender que mulheres também ocupem cargos eletivos e sejam escolhidas pela população para representá-la. Assim, podem criar políticas públicas que beneficiem suas iguais, conforme trabalha Biroli (2014), pois elas também vivenciam as situações enfrentadas por mulheres.

Os *ethos* de Solidariedade e Virtude, da classificação de Charaudeau (2008), aparecem na fala de Alvaro Dias. O primeiro, quando ele se posiciona quanto ao caso de uma policial morta, dizendo que “seria um absurdo se ela recebesse salário inferior”. Assim, ele procura solidarizar o público com a causa defendida por ele. O segundo, quando o candidato diz: “Nós valorizamos as mulheres”, seguido por exemplos de como cumpre isso ao colocar mulheres em destaque no seu partido.

Na sequência, para finalizar o confronto, Bolsonaro em sua tréplica retoma a questão da igualdade salarial. Ele salienta que o Estado não deve interferir no assunto, não avançando na questão, como é possível observar:

Acho que eu não tenho que partir para tréplica. Acho que chegamos a um acordo, né? Estado não deve interferir nessa questão. Agora, a mulher tem que ser valorizada, sim. Hoje em dia, em muitas áreas de concurso público, passa mais mulher do que homens. Em outras provas também, básico a gente vê mulher tirando uma nota maior do que homem. Elas estão melhores do que nós. Brevemente, nós é que vamos estar querendo um salário igual ao delas, com toda a certeza. (Bolsonaro, 2018 – grifo nosso).

Inicialmente, Bolsonaro afirma que chegou a um acordo com Alvaro Dias em relação à questão da igualdade salarial. Porém, Alvaro disse somente que é um

absurdo a desigualdade; não discordou nem concordou com as palavras do adversário. Dessa forma, o confronto entre ambos é ameno, pelos candidatos estarem mais preocupados em apresentar seus pontos de vista que confrontar efetivamente o oponente.

Bolsonaro, por sua vez, mantém a postura de que o Estado não deve intervir na igualdade salarial, mas encerra o segmento sugerindo que, “brevemente”, os homens é que buscarão um salário igual ao delas, pois as mulheres têm alcançado notas mais elevadas em concursos públicos. O candidato ignora, no entanto, que o IBGE de 2018 apontava que, mesmo com maior escolaridade, as mulheres continuavam ganhando menos. Na faixa de 25 a 45 anos, 21,5% das mulheres concluíram o ensino superior, contra 15,6% dos homens.

O único *ethos* identificado na fala de Bolsonaro é o de Humanidade, no mesmo sentido que Alvaro Dias fez no segmento anterior. Ele diz que “a mulher tem que ser valorizada sim”, indicando que constrói a imagem de alguém preocupado com esse grupo. Por outro lado, mostra-se positivo ao encerrar o discurso da seguinte forma: “Brevemente, nós é que vamos estar querendo um salário igual ao delas, com toda a certeza”. Assim, diverge da maioria das falas que trazem a imagem de Humanidade, ao adotar um tom otimista sobre o futuro, como se sua causa fosse um problema que se solucionasse por si só, em questão de tempo.

Já o oitavo segmento, dos 19 que trouxeram temas relacionados às mulheres no debate de 2018, aparece no primeiro bloco. Trata-se da resposta de Marina Silva à Geraldo Alckmin a respeito do tema SUS, que se enquadra em saúde da mulher quando a candidata aponta as mulheres como as principais prejudicadas pela falta de um atendimento de qualidade:

Primeiro, de fato nós temos um Sistema Único de Saúde que é muito importante. Uma grande contribuição da Constituição de 88, mas hoje ele ‘tá’ completamente sucateado porque não foi adequadamente implementado. **E é um preço muito alto que a população brasileira paga em função de não ter atendimento básico, de não ter funcionamento de postos de saúde, falta de remédio e, sobretudo, em função da população mais pobre. Sobretudo, as mulheres são as que ficam mais prejudicadas pela falta do atendimento digno de saúde.**

O que nós vamos fazer é implementar, adequadamente, o Sistema Único de Saúde, fazendo com que o Sistema Único de Saúde possa fazer os atendimentos nas instâncias e nas modalidades a que ele foi concebido. O atendimento básico, com postos de saúde, os médicos da família; o

atendimento de média complexidade, que infelizmente não funciona adequadamente; e o atendimento de alta complexidade.

Fazendo com que a saúde privada, que é a saúde complementar, também possa ser reestruturada, mas sobretudo com foco na implementação do Sistema como ele deve ser. Com mais recursos, melhor gerenciamento e, sobretudo, valorizando a saúde da família, que é onde a gente evita a maioria das doenças. (Marina Silva, 2018 – grifo nosso).

Aqui, a candidata defende a existência do SUS, embora também argumente que este se encontra sucateado em razão de uma implementação inadequada. Ela apresenta como maiores vítimas de tal processo a população mais pobre, com ênfase nas mulheres. Assim, as mulheres são apresentadas como as mais prejudicadas por tal problema.

Marina não explica qual a razão das mulheres serem as que mais sofrem com o sucateamento do Sistema Único de Saúde. Uma das possíveis razões para a presidenciável trazer tal argumento se deve ao fato de que as mulheres são as que mais utilizam os sistemas de saúde, como demonstram os dados da Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada pelo IBGE em 2015. O instituto apontou que 78% das mulheres realizaram ao menos uma consulta no período de um ano, contra 63,9% dos homens (PENNAFORT, 2015).

Mais uma vez, Marina se esforça para encaixar as mulheres em sua fala, ainda que o tema não se concentrasse, necessariamente, em um determinado grupo. Ela demonstra, desse modo, que estava ali como representante das mulheres, por ser a única mulher a participar do programa, já que Vera Lúcia não estava presente. Considerando que o PSTU de Vera Lúcia não atendia à demanda de cinco parlamentares no Congresso para a participação em debates eleitorais, ela não foi convidada (BRASIL, 2017b).

Na fala de Marina, aparece os *ethos* de Humanidade e Sêrio (CHARAUDEAU, 2008). O primeiro, quando ela demonstra preocupação com o problema da má implementação do SUS. O segundo, quando a candidata diz: “O que nós vamos fazer é implementar, adequadamente, o Sistema Único de Saúde”, demonstrando comprometimento em realizar mudanças que são necessárias para melhorias na área.

Já no segundo bloco do debate, os candidatos começam a responder as questões elaboradas pelos jornalistas da Band. A primeira menção às mulheres é feita

pela jornalista Lana Canepa, que escolhe Alvaro Dias para responder e Cabo Daciolo para comentar. A questão tem como tema a violência contra mulher:

A minha pergunta vai pro candidato Alvaro Dias, com comentário de Cabo Daciolo. **Esse Anuário da Segurança Pública também mostrou, candidatos, os números para a violência doméstica. No ano passado, foram mais de 600 casos por dia. E a principal vítima é a mulher, a gente mostra quase todos os dias nos jornais. E o feminicídio cresceu quase 8,5%. Fez mais de 1100 mulheres vítimas, no ano passado.** A minha pergunta para o candidato Alvaro é: como resolver esse problema? (jornalista Lana Canepa, 2018 – grifo nosso).

Em sua pergunta, a jornalista expõe dados sobre o aumento da violência doméstica e do feminicídio para contextualizar o assunto, com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, que traz dados do ano anterior. Na sequência, busca posicionamentos dos candidatos quanto ao tema. Como já visto anteriormente, a violência doméstica é uma das manifestações mais comuns de violência contra a mulher e pressupõe uma relação de afetividade em que a mulher perde a autonomia e se sente presa, psicologicamente, à relação (SAFFIOTI, 2004).

Um dos resultados da violência doméstica é o feminicídio, que no Brasil foi instituído como crime em 2015, a partir da Lei nº 13.104. Com a legislação, o feminicídio se tornou um homicídio qualificado, enquadrado como crime hediondo, com penas que variam de 12 a 30 de anos de prisão. É tratado como feminicídio o homicídio cometido em razão da vítima ser mulher e envolve violência doméstica, familiar ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Conforme Lagarde (2006), para avançar nas definições clássicas do tema, que tratavam o feminicídio como crime de ódio contra as mulheres, ela o define como um conjunto de crimes contra a humanidade. Sendo assim, o feminicídio reúne crimes de sequestros e desaparecimentos de meninas e mulheres em um quadro de colapso institucional. Por isso, as ações do Estado para combater o problema são essenciais.

Embora Lana Canepa, em sua pergunta, tenha dado enfoque à violência doméstica, uma manifestação da violência contra mulher, Alvaro Dias opta por abandonar o foco em sua resposta. Assim, acusa Governos anteriores de má administração na área:

Mulheres e jovens. Nos últimos 10 anos, de 2006 a 2016, nós tivemos o sepultamento de 324 mil jovens, de 14 a 29 anos, no nosso país. Sete vezes

mais o número de soldados mortos na guerra do Vietnã durante 20 anos. Os governantes deveriam pedir perdão ao povo brasileiro. Não há como afirmar que nós não temos recursos. Nós gastamos mais em segurança do que os países da OCDE, todos eles, nós gastamos mais.

O problema é honestidade, planejamento e competência. É preciso reestabelecer a autoridade. Não há autoridade constituída e, quando a autoridade não se impõe, a marginalidade se sobrepõe e o crime cresce de forma avassaladora no país, como ocorre hoje.

Nós temos três itens: financiamento, capacitação e indução de políticas corretas. Uma política de segurança pública de Estado e não de Governo, combate ao tráfico de drogas, combate à produção e tráfico de drogas, instituindo uma frente latino-americana. (Alvaro Dias, 2018 – grifo nosso).

Alvaro Dias não trata da violência sofrida pela mulher e indica, ao contrário, dados referentes à violência sofrida por jovens. Só então começa a informar sobre soluções para o problema, de forma geral. Também não traz soluções específicas ou se posiciona dentro do tema pretendido pela jornalista, o que é estranho, pois o candidato já havia trazido, em confronto anterior com Bolsonaro, dados sobre o aumento de estupros, cometidos, principalmente, contra mulheres.

No segmento, Alvaro Dias usou o *ethos* de Solidariedade, na classificação de Charaudeau (2008), ao trazer dados relativos ao número de jovens mortos no país. Para que o público se solidarizasse com a causa, faz a seguinte comparação: “Sete vezes mais o número de soldados mortos na guerra do Vietnã durante 20 anos”. Ou seja, a situação é mais cruel do que a observada em guerras.

Além disso, o *ethos* de Caráter, de figura vituperação na variante polêmica, é construído por Alvaro Dias (CHARAUDEAU, 2008). Ele aparece quando o candidato diz frases como: “Os governantes deveriam pedir perdão ao povo brasileiro”, afirmando que existem recursos que foram mal administrados. É uma forma, também, de criticar os que participaram de governos anteriores ou que pertencem aos partidos que lá estavam; a exemplo de Alckmin, do PSDB; Meirelles, do MDB; e Lula, do PT — embora o petista não estivesse no debate.

Por fim, o último *ethos* apresentado por Alvaro Dias, em sua resposta, é o de Chefe, na figura de Comandante, que é a variante mais autoritária e agressiva dessa imagem (CHARAUDEAU, 2008). Ele é expresso no discurso do candidato quando diz “é preciso reestabelecer a autoridade” ou “quando a autoridade não se impõe, a marginalidade se sobrepõe”. Tais discursos evidenciam o viés da política de segurança pública que seria adotado pelo candidato, caso fosse eleito.

Em razão de Alvaro Dias não ter abordado a temática trazida por Lana Canepa na pergunta, o mediador intervém no confronto. Boechat alerta para que Daciolo comente, especificamente, sobre a violência contra a mulher:

O grande problema que a nação está enfrentando, hoje, é a falta de amor, a falta de amor ao próximo. **Nós estamos vendo uma sequência de homens violentos, normalmente violentos com as mulheres. E aí nós tivemos, até recentemente, uma cena de um marido que matou a mulher, jogou a mulher do apartamento. Aí você vê que a pressão para pegarmos essas pessoas que estão cometendo esses crimes com as mulheres não vem com medidas enérgicas, não vem com medidas enérgicas, mas é interessante dizer que, hoje, o problema que nós temos ‘tá’ em cima da segurança. E colocarmos a educação pro nosso povo, começa daí a transformar a nossa nação.** (Daciolo, 2018 – grifo nosso).

Conforme Daciolo, a violência contra a mulher se dá pela “falta de amor ao próximo”, o que reflete o viés religioso do candidato. Por outro lado, tal posicionamento vai contra a ideia de laicidade nas instituições políticas, defendida por Machado (2012), para que seja possível ampliar os direitos humanos. Na sequência, o candidato menciona que há o problema de homens violentos com mulheres. Então, cita como exemplo o caso de feminicídio ocorrido em Guarapuava, no Paraná, em julho de 2018, quando uma mulher foi assassinada pelo marido ao ser jogada do quarto andar do prédio em que vivia (JUSTI, 2018).

O candidato encerra seu discurso reforçando a necessidade de que se tomem medidas enérgicas para combater a violência contra a mulher. Sem ser claro sobre como seria, ele aposta que somente a educação é capaz de “transformar a nação”. Assim, percebe-se que Daciolo tentou debater sobre as mulheres, por causa da interferência de Boechat, mas não tinha propostas concretas sobre o tema ou conhecimento de dados que pudessem auxiliá-lo na construção do argumento.

Em razão disso, Daciolo usa o *ethos* de Humanidade, de Charaudeau (2008), para trazer sua preocupação sobre a violência contra as mulheres e a necessidade de que existam políticas que consigam combater o problema, embora ele não mencione nenhuma em sua fala.

Para encerrar o confronto, Alvaro Dias, em sua tréplica, retoma o que trouxe em sua resposta à jornalista Lana Canepa. Novamente, o candidato opta por ressaltar a segurança pública, de forma geral, e acusa os governos anteriores de corrupção e incompetência para administrar o assunto:

A violência contra a mulher, a violência contra os jovens, a violência contra os brasileiros, de modo geral, é consequência de um sistema de governança

corrupto e incompetente. Quando se afirma não existir recursos para instrumentalizar as instituições policiais, para capacitar os servidores da área de segurança, oferecer salários adequados, é porque os recursos foram raspados dos cofres públicos pela corrupção. E o aparelhamento do Estado puxa pra baixo a qualidade da gestão, o que impossibilita o atendimento à sociedade brasileira, especialmente no setor que ameaça a família, que é o setor de segurança. (Alvaro Dias, 2018 – grifo nosso).

Por não trazer nada de novo, a questão da violência doméstica dentro do debate não é discutida de forma eficaz, porque de nenhum lado é trazida qualquer proposta ou informação sobre o assunto, de forma que permitisse ao eleitor reconhecer nos candidatos conhecimento sobre o tema, o que poderia resultar em voto. Entende-se, assim, que a falta de foco de ambos demonstrou a irrelevância que o assunto possuía na cartilha de temas preparados por eles para trazer ao programa.

Novamente, o *ethos* construído pelo candidato é o de Caráter, de figura vituperação na variante polêmica (CHARAUDEAU, 2008), visto que o candidato busca durante o seu discurso criticar, em alto tom, seus adversários que representam partidos que já ocuparam a Presidência do Brasil e não souberam administrar a questão da segurança pública.

Na segunda pergunta da jornalista Lana Canepa, nesse segundo bloco, ela escolhe Boulos para responder e Marina Silva para comentar. O assunto agora é o aborto. Para formular a pergunta, a profissional traz dados de mortes ocasionadas por abortos clandestinos e, na sequência, pergunta o posicionamento do candidato sobre a liberação:

Boechat, agora eu escolho o candidato Guilherme Boulos, com comentário de Marina Silva. **Eu quero falar sobre Aborto. Um levantamento do Ministério da Saúde mostrou que, todos os dias, quatro mulheres morrem no Brasil, especialmente na rede pública, — essa questão é muito importante, na rede pública — por complicações depois de uma tentativa de aborto que não deu certo. O Supremo Tribunal Federal voltou a discutir o tema aborto essa semana, em audiências públicas, e eu gostaria de saber a opinião do senhor, candidato. O senhor é a favor da liberação do aborto no Brasil? E se for eleito, como vai tratar disso na rede pública?** (jornalista Lana Canepa, 2018 – grifo nosso).

O debate do dia 09 de agosto ocorreu apenas três dias depois do encerramento das audiências públicas, no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a descriminalização da interrupção da gravidez em até 12 semanas de gestação. A discussão é resultado do pedido de apreciação sobre o tema ao Supremo, à luz da

Constituição, feito em 2017 pelo Instituto de Bioética (ANIS) e o partido PSOL, que Boulos representa nas eleições presidenciais (OLIVEIRA, 2018).

As entidades PSOL e ANIS sustentaram que o Código Penal que criminaliza o aborto é de 1940, anterior à Constituição de 1988 (BRASIL, 1940). Por isso, era necessário que o STF se pronunciasse sobre o assunto. O objetivo era verificar se a legislação respeita a inviolabilidade da vida, a dignidade da pessoa, a proibição de tortura, a igualdade, a liberdade e, principalmente, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Os principais opositores à descriminalização e que entraram na discussão na qualidade de “amigo da corte” são o partido PSC, a União dos Juristas Católicos do Estado de São Paulo e o Instituto de Defesa da Vida e da Família (OLIVEIRA, 2018).

Em sua resposta, Boulos, além de se posicionar em relação à questão do aborto, traz outras temáticas que, na sua visão, são essenciais para romper com o machismo estrutural que está em toda a sociedade:

Ninguém é a favor do aborto, nós somos a favor do direito das mulheres de decidirem. O que nós não defendemos é que as mulheres continuem sendo presas ou morram porque fazem abortos nas condições mais precárias, como o dado que você própria mencionou. Aliás, mulheres pobres e negras, porque as mulheres mais ricas fazem em condições adequadas, em boas clínicas. Como o caso da Endriane, que nós vimos essa semana na audiência do Supremo Tribunal Federal. Jovem, mãe de três filhos e que foi levada pelas circunstâncias a fazer um aborto precário e morreu. No nosso Governo, aborto não vai ser tema do Código Penal, vai ser tema do SUS, um tema de saúde pública, respeitando o direito das mulheres.

Agora, além disso, nós vamos colocar outras políticas para as mulheres, como creche em tempo integral para as mães que trabalham e estudam. O que já era proposta da nossa querida companheira Marielle Franco, brutalmente assassinada. Nós vamos, também, ter um atendimento especial no SUS para as mulheres. Nós vamos ter políticas que assegurem igualdade salarial. Ao contrário do que já foi dito aqui, o Governo pode e deve garantir que as mulheres ganhem os mesmos salários que os homens para o mesmo tipo de trabalho.

Nós temos que combater o machismo estrutural nesse país. Assegurar o direito ao aborto é um caminho, a igualdade salarial é outro. E políticas públicas em educação e saúde o nosso Governo vai garantir. Eu tenho ao meu lado a Sônia Guajajara, liderança indígena, mulher nordestina e também vai me ajudar a fazer isso. (Boulos, 2018 – grifo nosso).

Boulos não diz que é favorável ao aborto, pois conforme suas palavras, “ninguém é a favor do aborto”. Embora não justifique, uma das interpretações

possíveis é que defenda que ninguém precise recorrer à prática do aborto, indo ao encontro do que acreditam, também, os movimentos feministas. Na sequência, afirma que é a favor de que as mulheres tenham o direito de decidir. Logo, defende a descriminalização da interrupção da gravidez, o que também é defendido por seu partido. Nesse argumento, encontra-se a defesa da autonomia feminina que, conforme Biroli (2014), é essencial para que a mulher consiga ter uma atuação profissional e política que lhe dê condições de igualdade com os homens.

Além de defender a autonomia das mulheres na decisão sobre manter ou não a gravidez, Boulos defende a descriminalização, com base na ideia de que muitas mulheres abortam clandestinamente e morrem, em especial as pobres e negras e que são as mais prejudicadas. O argumento já tinha sido lembrado por Luciana Genro, em 2014. Frei Betto (2018) também argumenta sobre a contradição de ser favorável à criminalização, em nome da vida, e pôr em risco a de mulheres pobres, que abortam em condições precárias.

Para encerrar o tema aborto em seu segmento, Boulos defende que o assunto seja tratado como uma questão de saúde pública e não com base no Código Penal, o qual, como destaca Ivan Paixão (2006), tem o texto elaborado a partir de um viés religioso iniciado no período medieval. Por tratar a prática como homicídio, desconsidera o direito da mulher de controlar o próprio corpo.

Outra política para as mulheres, apresentada por Boulos, é a questão da creche integral, que possibilita que mulheres trabalhem e estudem. Sobre essa proposta, há dois tipos de análises possíveis. De um lado, está o combate à dupla jornada, que faz com que mulheres tenham uma carga horária de trabalho formal inferior à dos homens e, assim, recebam menos que eles, conforme os dados já apontados do IBGE de 2018.

Do outro, há de se pensar até que ponto políticas nesse sentido não reforçam a ideia de que a mãe é a única responsável pela criação das crianças. No entanto, se existe, na sociedade, uma separação entre as esferas públicas e domésticas, sendo estas as que costumam inferiorizar a mulher e aquelas as que oferecem autonomia, é compreensível que se busque facilitar a ascensão da mulher a partir de políticas públicas, as quais permitam que mulheres alcancem o espaço público, ainda que sejam mães (IZQUIERDO, 1992; PERROT, 1998; FRIEDAN, 1971).

Ao trazer a proposta, Boulos reporta-se à vereadora assassinada em março de 2018, Marielle Franco, autora do Projeto de Lei nº 17/2017, que instituía o programa Espaço Infantil Noturno, no Rio de Janeiro, o qual atenderia à primeira infância. O Projeto de Lei, conhecido como Espaço Coruja, foi arquivado em novembro de 2018 (BRASIL, 2017c).

Ainda listando políticas públicas em prol das mulheres, Boulos apresenta a proposta de criar o atendimento especial para elas no SUS, algo que já havia sido trazido por Marina Silva neste debate. Assim como no caso da candidata, Boulos não explica as razões para tanto. Desse modo, entende-se que seja em decorrência das mulheres utilizarem mais os sistemas de saúde (PENNAFORT, 2015).

Boulos também cita a questão da igualdade salarial que, segundo ele, precisa ser garantida pelo Estado, conforme propõe as Leis do Trabalho (BRASIL, 1943). Nessa hora, ele aproveita para criticar Bolsonaro, candidato que disse o oposto em confronto com Alvaro Dias. Boulos declara que todas as políticas que lista são importantes para combater o machismo estrutural, o qual coloca homem e mulher em condições desiguais de poder (SAFFIOTI, 2004). Para concretizar as propostas, ele afirma que faria tudo isso com a ajuda de sua vice, Sônia Guajajara, a qual representava as mulheres, os indígenas e os nordestinos. Assim, traz o tema representação da mulher, como já fizera Alvaro Dias anteriormente, ao falar das mulheres em seu partido.

No segmento, Boulos usa do *antiethos* para discordar de Bolsonaro quanto ao tema igualdade salarial: “Ao contrário do que já foi dito aqui, o Governo pode e deve garantir que as mulheres ganhem os mesmos salários que os homens para o mesmo tipo de trabalho”. Opta, portanto, por desconstruir a imagem de um candidato que não está em confronto com ele, algo que é bastante comum nos debates, principalmente quando envolve líderes nas intenções de voto.

Os *ethos* utilizados pelo candidato foram os de Solidariedade, Humanidade e Competência (CHARAUDEAU, 2008). O primeiro aparece em quase todo o discurso, em falas como: “O que nós não defendemos é que as mulheres continuem sendo presas ou morram porque fazem aborto nas condições mais precárias”. Dessa forma, demonstra preocupação com a situação das mulheres que abortam. Logo, esforça-se para que o público se solidarize com a causa, ao focar nas consequências e, também,

ao listar as outras políticas em prol do grupo, reforçando a temática com: “Nós temos que combater o machismo estrutural nesse país”.

O de Humanidade aparece quando lembra de Marielle Franco e, portanto, usa as palavras “brutalmente assassinada” para referi-la. Ele é humano ao demonstrar apreço pela colega de partido e se sensibilizar com o crime do qual ela fora vítima, cinco meses antes do debate. O de Competência se mostra quando o candidato cita sua vice, Sônia Guajajara, como uma representante das mulheres nordestinas e dos indígenas, tendo conhecimento de causa para combater o machismo estrutural.

Em seu comentário, Marina discorda da posição de Boulos sobre a descriminalização do aborto. Ela defende a manutenção da legislação, mas abre precedente para um plebiscito, caso seja necessário algum tipo de ampliação na legislação, como é possível observar em sua fala:

Esse, de fato, é um tema que tem uma natureza bastante difícil e complexa. Envolve questões de natureza emocional, de natureza filosófica, de natureza moral e de natureza religiosa. E, obviamente, o que todos queremos é que nenhuma mulher tenha que fazer um aborto, porque isso não pode ser advogado como um método contraceptivo.

E o que nós queremos é que se tenha planejamento familiar, educação, para que nenhuma mulher tenha que lançar mão de uma forma extrema, que não é desejada. E eu defendo a forma que já está prevista na Lei, mas se tiver que ampliar, eu defendo que seja feito um plebiscito, escutando um conjunto da população brasileira. (Marina Silva, 2018 – grifo nosso).

Marina define o tema como complexo e que o desejável é que as mulheres não venham a abortar. Assim, defende planejamento familiar e educação sobre sexualidade, para que seja possível auxiliar as mulheres a não chegarem nesse ponto. Na defesa da legislação (BRASIL, 1940), Marina se mostra mais flexível que outros candidatos que a defenderam, como Dilma e Aécio Neves, por abrir margem para uma ampliação via plebiscito. Tal posicionamento vai ao encontro daquilo que é trazido por Thomson (2012), que defende que a legislação passe por modificações, para que não trate todos os casos da mesma maneira.

Outro assunto abordado por Marina é a necessidade de planejamento familiar, que também foi trazida como solução possível em 2014, por Aécio Neves. Ambos evidenciaram a necessidade de levar informação à população mais carente, com o

objetivo de prevenir a gravidez e reduzir, assim, a necessidade de haver abortamentos.

Embora Marina contrarie Boulos ao se mostrar favorável ao texto da legislação, não busca desconstruir a imagem do candidato; apenas se preocupa em trazer seu ponto de vista em torno da temática aborto. O *ethos* trazido por ela foi o de Humanidade em Charaudeau (2008). Ela é humana porque reconhece a “natureza bastante difícil e complexa” do tema aborto e por trazer suas propostas para resolver o problema.

No encerramento do confronto, Boulos retoma apenas a questão do aborto, assim como Marina, que também escolhera priorizar o tema no comentário. Ele usa como gancho a questão do plebiscito para evidenciar a necessidade da autonomia feminina, como já havia feito em sua resposta:

Olha, eu acho, Marina, que esse é um tema das mulheres. As mulheres têm o direito de decidir sobre esse tema muito mais do que os homens. E, por isso, nós achamos que se deve vocalizar a posição das mulheres, como nós vimos agora na Argentina, onde as mulheres tiveram uma posição fortíssima, com ampla mobilização. E o Senado Federal Argentino, composto majoritariamente por homens, lamentavelmente vetou isso.

É muito cômodo negar o direito do aborto para as mulheres e continuar permitindo que homens não assumam seus filhos. Milhões de homens nesse país que não botam o nome na carteira de identidade do filho e abandonam. Nós vimos isso na seleção brasileira, agora na Copa: quase todos filhos que não foram criados por seus pais. Isso não será admitido. Nosso Governo vai colocar esse debate sem medo, sem tabu.
(Boulos, 2018 – grifo nosso).

Conforme Boulos, a questão é das mulheres. Logo, não cabe um plebiscito que ouça homens. Tal poder de decisão dialoga com aquilo que Biroli (2017) analisa sobre a participação das mulheres na política, vinda da autonomia do corpo e liberdade sexual, o que permite que ela participe da esfera pública. Sua voz é ouvida à medida que a mulher deixa a esfera doméstica, descrita por Friedan (1971), e passa a ocupar a política e outros espaços públicos. Assim, acontecimentos como o do exemplo trazido por Boulos acontecerão com menor frequência: o de um Senado Federal composto, majoritariamente, por homens que vetam políticas favoráveis às mulheres.

O presidencialável também menciona a hipocrisia de se negar o aborto e permitir que homens abandonem seus filhos, não registrando a paternidade nos documentos

da criança. Para isso, usa como exemplo a situação observada durante a Copa do Mundo de 2018, quando seis dos 11 titulares da seleção brasileira eram filhos criados somente pelas mães, o que retrataria a realidade de muitas famílias do país (PIRES, 2018).

Em sua fala, inicialmente se percebe uma espécie de *antiethos*, no momento em que Boulos discorda da posição de Marina sobre o plebiscito. Para ele, trata-se de uma questão exclusiva das mulheres. No restante do discurso, Boulos utiliza o *ethos* de Solidariedade da classificação de Charaudeau (2008), defendendo que “nós achamos que se deve vocalizar a posição das mulheres” e justificando que “é muito cômodo negar o direito do aborto para as mulheres e continuar permitindo que homens não assumam seus filhos”. A intenção do candidato é fazer com que os eleitores e a adversária compreendam a causa que defende e se solidarizem com ela.

No terceiro bloco do debate, não houve nenhuma menção às mulheres ou qualquer temática relacionada a elas. O décimo sétimo assunto aparece no quarto bloco, trazido por Alckmin em resposta ao jornalista Fabio Pannunzio, que o questionou sobre os critérios que adotaria na contratação e nomeação para cargos públicos e medidas de enxugamento do Estado:

Olha, primeiro, nós vamos escolher nos partidos políticos os melhores quadros. Aliás, dei o exemplo, aqui, da minha candidata à vice presidente da República, a senadora Ana Amélia, que é um dos melhores quadros do parlamento brasileiro, além de representar as mulheres.

Segundo, os melhores quadros da sociedade não precisam ser de partido político nenhum. Aliás, a maioria dos meus secretários de estado, aqui em São Paulo, não tinha filiação partidária e foram ótimos secretários de estado. O critério da competência.

É claro que Governo que perde deve fiscalizar, exercer a oposição. Quem ganha governe e governe bem para resolver os problemas do povo. Governo que funcione, para o Brasil poder andar e poder criar emprego e renda.

Agora, agências reguladoras a mil quilômetros de distância de partidos políticos. Totalmente profissionalizadas. E diminuir o tamanho do Estado, reduzir ministério. Aliás, em São Paulo, vendi avião, helicóptero, devolvi prédio, fechei fundações, coisas que não tem mais razão de ser. Nós vamos fazer um ajuste pelo lado da despesa, poupando dinheiro da população. Privatização, o Estado não vai ficar mais fraco, ele vai ficar mais forte tendo boas agências de fiscalização e marcos regulatórios. (Alckmin, 2018 – grifo nosso).

Como Boulos, Alckmin evidencia o papel da vice não só como um ótimo quadro político, mas como alguém que representa as mulheres. Enquanto Marina se colocou

como representante das mulheres, Alvaro Dias, Boulos e Alckmin destacaram integrantes do partido ou chapa para evidenciar que havia com eles tal representação. Assim, eles demonstraram preocupação em trazer a informação no pequeno espaço de tempo que possuíam para discursarem. Esse esforço dos candidatos indica que reconhecem a necessidade de convencerem o eleitorado de que representam as mulheres.

Os *ethos* da classificação de Charaudeau (2008) que aparecem na fala de Alckmin são os de Virtude e Competência, que se intercalam no segmento. Ele inicia com a Virtude, ao dizer que é preciso escolher os melhores quadros para montar seu Governo, e menciona que deu o “exemplo” fazendo isso. Então, a Competência aparece ao trazer sua vice como representante das mulheres, alguém que tem experiência com os temas relativos aos grupos femininos.

A Virtude se manifesta na construção do discurso quando o candidato diz que não faz distinção entre partidos, pois procura profissionais qualificados para construir uma boa equipe. O encerramento é todo baseado na Competência, visto que aborda a sua experiência como governador de São Paulo e que procura capacidade naqueles que irão trabalhar com ele, como demonstra o seguinte trecho: “[...] a maioria dos meus secretários de estado, aqui em São Paulo, não tinha filiação partidária e foram ótimos secretários de estado”.

As duas últimas falas que trazem temas relativos às mulheres ocorrem no quinto bloco, durante as Considerações Finais de Marina Silva e Bolsonaro. Como já dito anteriormente, esse formato é o menos espontâneo de todo o programa, pois é resultado de um texto previamente preparado, ou pelos candidatos ou por sua assessoria. Aqui, é o último contato dos candidatos com o público do debate. Por isso, a ideia é conquistar o voto do eleitor. Marina justificou o apelo da seguinte forma:

Quero cumprimentar a Band pela iniciativa do debate, cumprimentar você, Boechat. Para quem terá pouquíssimos segundos, foi uma oportunidade de poder dialogar com os brasileiros. E eu não poderia deixar de dizer que eu sou candidata à Presidência da República para que esse país não fique apenas admirando as exceções que tem. Nós somos um país que admira as exceções que tem.

Nós admiramos uma pessoa que, embora esteja no 11º mandato, como é o caso do deputado Ciro Gomes, que ‘tá’ ali; do deputado Miro Teixeira, que está ali na plateia e que não está envolvido em nenhum caso de corrupção. É uma exceção que admiramos. Nós admiramos pessoas que conseguem passar num concurso público apesar do péssimo ensino que tiveram durante o segundo grau. **Eu mesma, fui uma exceção, passei por uma pequena**

fresta como muitas mulheres corajosas, trabalhadoras, que vivem cuidando de suas famílias sem apoio, sem creche, sem um transporte justo e uma moradia digna.

Nós temos que ser um país que passa a admirar as suas regras. A regra onde o serviço público é de qualidade, onde o dinheiro não é roubado, onde não se substitui a população pelo centrão. A regra onde a democracia é usada para mudar o Brasil e que a gente possa ter, de fato, uma república de verdade. (Marina Silva, 2018 – grifo nosso).

Assim como fez em sua resposta na pergunta de abertura do programa, Marina se coloca como uma representante das mulheres que superou obstáculos e, por isso, seria digna para enfrentar o desafio de governar o país. Dessa forma, apela pelo voto do eleitorado dizendo que chegou o momento de fazer as exceções positivas virarem regra no país.

Ela se utiliza do *antiethos* contra Geraldo Alckmin, devido à aliança que ele formou, em julho daquele ano, com partidos do “centrão” (DEM, PP, PR, PRB e SDD), em troca de maior tempo de televisão para a propaganda eleitoral (GÓES; JUNGBLUT; BRESCIANI; FERNANDES, 2018). A candidata descontrói a imagem do tucano ao dizer que o país precisa de um candidato que priorize o povo, pois “não se substitui a população pelo centrão”.

Os *ethos* utilizados por Marina Silva são o de Virtude e o de Competência (CHARAUDEAU, 2008). O primeiro se manifesta quando a candidata apresenta a ideia de que os brasileiros admiram as exceções, como o caso de políticos não corruptos, então diz: “Eu mesma, fui uma exceção, passei por uma pequena fresta como muitas mulheres corajosas [...]”. Aqui, além de se colocar como alguém de virtude, por ser uma exceção, também traz a ideia de que tem Competência, porque possui experiência adquirida como representante das mulheres.

Na sequência, Bolsonaro utiliza o espaço para expressar a razão de ser merecedor do cargo. Para isso, traz no segmento um tema relativo às mulheres, ao se colocar como alguém contrário à “ideologia de gênero”:

Entre os melhores ranqueados, só tem um que pode, realmente, mudar o destino do Brasil. Esse chama-se Jair Bolsonaro. Nós precisamos de um presidente honesto, que tenha Deus no coração, seja patriota e seja independente para, pelo exemplo, governar esse grande país. **Um presidente que honre e respeite a família, que trate com consideração crianças em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a Escola sem Partido.**

Um presidente que não divida homos e héteros, pais e filhos, nordestinos e sulistas, brancos e negros, ricos e pobres. Um presidente que deixe pra traz o comunismo e o socialismo, que sepulte o Foro de São Paulo, que faça negócio com o mundo todo não mais pelo viés ideológico, que pratique sim, o livre mercado.

Um presidente que jogue pesado na questão da insegurança pública, para que as mães possam sorrir, sem mais temer se teu filho chegará vivo em casa ou não. Precisamos de um presidente que, acima de tudo, tenha palavra. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. (Bolsonaro, 2018 – grifo nosso).

Em sua resposta, o candidato expressa que não admitirá nas salas de aula a presença da “ideologia de gênero”. Embora Bolsonaro não se refira somente às mulheres, considera-se que o feminismo compõe a “ideologia de gênero” à qual Bolsonaro se refere e deseja abolir. Cabe, portanto, aos interesses desta pesquisa. O termo utilizado pelo candidato se fortaleceu no país após as disputas de 2014, como explica Biroli (2018), e representa a pressão de grupos conservadores, especialmente religiosos, para restringir determinados conteúdos nas escolas.

A atuação política desses grupos religiosos pretender eliminar orientações sobre diversidade sexual e desigualdades de gênero. Em alguns casos, até a palavra “gênero” sofreu ataques. De acordo com Biroli (2018), o tema entrou no debate político brasileiro a partir da apresentação do Plano Nacional de Educação, em 2014. O termo ganhou maior notoriedade com o Requerimento de Informação, apresentado na Câmara em 2015, o qual considerava inaceitáveis pontos do texto da PNE, por trazerem uma suposta “ideologia de gênero”.

Para Miguel (2016), a ação desses grupos conservadores ocorre, principalmente, em nome de uma ideologia anticomunista e antifeminista. Um dos principais representantes do embate político é o movimento Escola Sem Partido, que tenta criminalizar posicionamentos ideológicos vindos de professores em sala de aula, quando tais posições tematizarem desigualdades de gênero, classe e raça.

Ainda que se fortaleça, no Brasil, o Escola Sem Partido, Biroli (2018) explica que o fenômeno é mundial. O termo “ideologia de gênero” apareceu, simultaneamente, em diversos países da América do Sul, a partir de 2014. Trata-se, no entanto, de um movimento iniciado ainda na década de 1990 e que é marcado por embates entre feministas e religiosos, que consideravam que as reivindicações das mulheres iam contra os valores da família.

Assim, compreende-se que a fala de Bolsonaro reforça o viés religioso cristão encontrado em muitos dos discursos dos presidentiáveis nas disputas analisadas, principalmente quando se referem às mulheres. Ele é o único, porém, a dizer que as desigualdades de gênero sequer devem ser discutidas em sala de aula. Nesse contexto, salienta-se a importância do que Machado (2012) diz sobre a necessidade da laicidade nas instituições políticas, para que seja possível a ampliação dos direitos humanos. Grupos como os de mulheres sempre tiveram embates com conservadores. Isso significa que apenas quando elas ocuparem o espaço público, efetivamente, conseguirão implementar mudanças que as beneficiem de forma concreta.

Além disso, observa-se posições contraditórias na fala do candidato, pois ao mesmo tempo que não admite discussões sobre “ideologia de gênero” nas escolas — sendo contrário ao combate às desigualdades de gênero —, mostra uma ideia de inclusão social no discurso seguinte. Ele afirma que o país precisa de “um presidente que não divida homos e héteros, pais e filhos, nordestinos e sulistas, brancos e negros, ricos e pobres”. Ou seja, a “ideologia de gênero”, combatida pelo candidato, vai ao encontro da aceitação da diversidade, que permitiria a inclusão. Dessa forma, não haveria divisão que permitisse a exclusão de grupos sociais apontados pelo candidato. Coincidentemente, ele não lembrou da dualidade homem e mulher, talvez por não entender que haja tal divisão ou não ter tal preocupação.

Por outro lado, entende-se que, para Bolsonaro, ignorar as diferenças desde o ensino nas escolas, como defende o movimento Escola Sem Partido, resultaria em uma não divisão. Sendo assim, a contradição não existe dentro daquilo que o candidato acredita, porque a inclusão social viria da ausência de debates sobre desigualdades sociais ou da sua doutrinação nas escolas, como acreditam grupos conservadores (BIROLI, 2018).

No segmento, Bolsonaro traz os *ethos* de Chefe em Charaudeau (2008), na figura Guia-Profeta, e de Humanidade. A primeira figura que percorre quase a integralidade de sua fala é a de Guia-Profeta, ao se colocar como um líder “que pode, realmente, mudar o destino do Brasil”, tendo sua fé como um dos elementos que o qualificam para tanto:

O político poderá ainda pretender ocupar uma posição de *leadership* (liderança) na cena política e aparecerá como um ser ‘inspirado’, um ‘visionário’, o depositário de uma fonte de inspiração misteriosa, o porta-voz

de um terceiro que se encontra na onipotência do além: ‘Os profetas são figuras carismáticas às quais cabe o encargo de receber e transmitir a palavra divina’ diz o Dicionário enciclopédico do judaísmo. (CHARAUDEAU, 2008, p. 155).

A imagem de Humanidade aparece em seu discurso quando ele se volta para o problema da insegurança pública, “para que as mães possam sorrir, sem mais temer se teu filho chegará vivo em casa ou não”. Sugere, assim, que é uma questão com a qual se preocupa e que irá trabalhá-la em seu Governo se eleito, por sensibilizar-se com o sofrimento vivenciado por mães brasileiras. Com as Considerações Finais de Bolsonaro, encerram-se todas as menções aos temas relativos às mulheres dentro dos Debates Presidenciais analisados, de 2010 a 2018.

4.2.7 *Ethos* e *Antiethos* encontrados nas falas dos presidencialáveis

Embora as imagens e desconstruções de imagens tenham aparecido nos tópicos anteriores, que focavam cada um dos programas analisados, com base na classificação de Charaudeau (2008), entende-se a necessidade de organizá-los neste tópico, para torná-los claros ao leitor. Para isso, a Tabela 9 mostra todos os *ethos* e *antiethos* dos candidatos quando se referiam às mulheres em seus segmentos nos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018.

Tabela 9 – *Ethos* e *antiethos* dos presidencialáveis nas falas relativas às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

(continua)

Candidato	<i>Ethos</i>	nº	%
Dilma	Humanidade	6	22%
	<i>Antiethos</i>	6	22%
	Competência	5	19%
	Sério	3	11%
	Caráter/Vituperação/Polêmica	3	11%
	Virtude	2	7,50%
	Solidariedade	2	7,50%
Serra	Humanidade	5	29%
	<i>Antiethos</i>	4	24%
	Competência	3	18%
	Caráter/Vituperação/Polêmica	2	12%
	Virtude	2	12%
	Solidariedade	1	5%

Tabela 9 – *Ethos* e *antiethos* dos presidenciáveis nas falas relativas às mulheres nos Debates Presidenciais da Band (2010 a 2018)

(conclusão)

Candidato	<i>Ethos</i>	nº	%
Marina Silva	Humanidade	4	27%
	Sério	3	20%
	Virtude	2	13%
	Competência	2	13%
	Antiethos	2	13%
	Inteligência	1	7%
	Solidariedade	1	7%
Eduardo Jorge	Solidariedade	2	50%
	Competência	1	25%
	Caráter/Vituperação/Brada	1	25%
Aécio Neves	Humanidade	3	43%
	Antiethos	3	43%
	Solidariedade	1	14%
Luciana Genro	Solidariedade	1	50%
	Antiethos	1	50%
Pastor Everaldo	Antiethos	1	33,33%
	Virtude	1	33,33%
	Humanidade	1	33,33%
Boulos	Antiethos	3	37%
	Solidariedade	2	24%
	Caráter/Vituperação/Polêmica	1	13%
	Humanidade	1	13%
	Competência	1	13%
Alckmin	Inteligência	1	25%
	Humanidade	1	25%
	Virtude	1	25%
	Competência	1	25%
Alvaro Dias	Solidariedade	3	37%
	Caráter/Vituperação/Polêmica	2	24%
	Antiethos	1	13%
	Virtude	1	13%
	Chefe/Comandante	1	13%
Bolsonaro	Humanidade	3	50%
	Antiethos	1	16,66%
	Competência	1	16,66%
	Chefe/Guia-Profeta	1	16,66%
Daciolo	Humanidade	1	100%

Fonte: Dados dos Debates Presidenciais da Band, de 2010 a 2018

Nota: Organizada pela autora.

Pela Tabela 9, percebe-se que o *ethos* de Humanidade se destaca em temas relativos às mulheres, o que é esperado, pois imagina-se que os candidatos tragam os assuntos que sensibilizem e busquem solucionar o problema, como foi o caso da violência contra a mulher. Notou-se, porém, que em muitas das vezes que a Humanidade apareceu, serviu para expressar posições pessoais, ao invés de manifestar preocupação com os problemas vivenciados pela população.

O *antiethos* também se destaca, ficando de fora das falas de apenas três candidatos: Eduardo Jorge, Geraldo Alckmin e Cabo Daciolo. Porém, vale lembrar que está análise se refere aos temas relativos às mulheres, sendo assim, em outros momentos eles também utilizaram de tal estratégia. Isso demonstra que, ao discursarem sobre as mulheres, os presidentiáveis também buscavam desconstruir a imagem do adversário, para que se sobressaíssem no confronto e convencessem o eleitorado.

Para a análise individual dos *ethos* dos candidatos, é preciso que se compreenda que, como demonstra a Tabela 2, há divergência no número de segmentos destinados aos presidentiáveis, considerando que alguns deles participaram de mais de um programa. Dilma, que é a primeira seguindo a ordem de aparição nos temas relativos às mulheres, tem como destaque os *ethos* de Humanidade (22%) e Competência (19%), assim como o *antiethos* (22%). A Humanidade aparece, por exemplo, quando ela fala sobre saúde da mulher, mulher na política e violência contra a mulher; sempre destacando os problemas enfrentados pelas mulheres e a necessidade de solucioná-los. Já a Competência é baseada em sua atuação no Governo Lula. Por fim, o *antiethos* concentra-se no tema aborto, à medida que Dilma busca se afastar da descriminalização da prática.

Serra constrói, principalmente, o *ethos* de Humanidade (29%) e o *antiethos* (24%); ambos se destacam no tema aborto. A Humanidade se revela quando ele traz suas posições pessoais sobre o assunto; e o *antiethos* ao fazer o mesmo que Dilma — buscando atrelar a imagem da adversária à descriminalização do aborto. Enquanto Marina, além de ter por destaque o *ethos* de Humanidade (27%) como os demais, inova ao destacar o de Sério (20%). Desses, apenas o primeiro envolve temas relativos à mulher, como mulher na política, saúde da mulher e aborto, com a candidata se colocando como alguém que trará solução aos problemas. Eduardo

Jorge trouxe apenas três *ethos* e o seu destaque é a Solidariedade (50%), no tema aborto. Aqui, o candidato se esforça para fazer a população se identificar com a causa.

Já Aécio focou-se na Humanidade (43%) e *antiethos* (43%). A Humanidade se concentra em suas posições pessoais sobre o aborto e por se preocupar com o tema violência contra a mulher. O *antiethos* dele é voltado à Dilma e sua má administração na área da Segurança Pública.

Luciana Genro possui apenas um segmento e nele traz o *ethos* de Solidariedade (50%) e o *antiethos* (50%). O aborto é trazido por ela como uma causa a ser discutida nas escolas, enquanto que o *antiethos* vem em uma crítica à Marina Silva, que teria dificuldade com temas tabu. Pastor Everaldo divide seu segmento em *ethos* de Virtude (33,33%) e Humanidade (33,33%) e com o *antiethos* (33,33%). O único tema dele relativo às mulheres é o aborto, que aparece no *ethos* de Humanidade quando o Pastor traz seu posicionamento pessoal.

Boulos trabalha, principalmente, com o *antiethos* (37%) e com o *ethos* de Solidariedade (24%). A desconstrução de imagem é voltada para Bolsonaro e Marina, quando ele acusa o primeiro de machista e a segunda por discordar de sua fala sobre o aborto. Já a Solidariedade aparece, também, quando se refere ao aborto. Assim como Eduardo Jorge, ele busca a solidariedade do público eleitor quanto ao problema vivenciado por mulheres pobres, que morrem ao interromperem a gravidez em condições precárias.

Alckmin trouxe apenas uma vez cada um dos quatro *ethos*: Inteligência (25%), Humanidade (25%), Virtude (25%) e Competência (25%). Relativo às mulheres, aparece a Competência, ao usar da representação da mulher na figura de sua vice, a qual realizaria políticas em favor das mulheres. Alvaro Dias, por seu turno, concentra-se no *ethos* de Solidariedade (37%), que aparece principalmente relacionado ao tema igualdade salarial.

Os dois últimos candidatos são Bolsonaro e Daciolo, com ambos focando no *ethos* de Humanidade. Bolsonaro traz essa imagem em 50% das falas, pois se mostra como alguém que se compadece com a situação das mulheres que recebem menos que os homens. Porém, ele afirma que não cabe ao Estado resolver a questão; enquanto Daciolo cria apenas a imagem de Humanidade, preocupado com as mulheres que vivenciam a violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres.

(Michelle Perrot)

Um golpe retirou do poder a primeira presidenta do país em 2016. A partir de então, é notória a busca pelo silenciamento das mulheres no Governo eleito em 2018. Se considerado que o país vive um momento de refluxo democrático na atuação dos movimentos sociais de mulheres, como sinaliza Biroli (2018), torna-se urgente que a ciência se ocupe de temas voltados não apenas às mulheres, mas a todos os grupos oprimidos socialmente

Desde o início de 2019, o Governo Bolsonaro dá sinais de que não busca uma aproximação com os movimentos sociais de mulheres. Situações como a famigerada frase “menino veste azul e menina veste rosa”, por parte da ministra da Mulher, da Família e do Direitos Humanos, Damare Alves, reforçam estereótipos. Nesse caso, de cores atribuídas socialmente a cada gênero, o que causa polêmica e fortalece o afastamento entre Estado e movimentos sociais feministas. É nesse sentido que a presente dissertação traz ao debate a questão de que não basta que mulheres ocupem posições públicas, elas precisam agir em prol de suas irmãs. Por isso, reforça-se a ideia de que mulheres se candidatem e, principalmente, sejam eleitas.

Dentro dos Debates Presidenciais, não foi encontrado um protagonismo absoluto, em razão da grande abrangência temática, mas determinada relevância de temas relativos às mulheres, que tem a quinta melhor frequência em segmentos. Das 443 falas dos programas que continham temas, 40 (9%) traziam um ou mais assuntos dessa natureza. Dentre eles, destaca-se o tema aborto, que conta com a maior frequência ao participar de 15 segmentos e, também, por ser o único a aparecer nas três eleições analisadas. Percebe-se que há maior variedade de posicionamentos dados a esse tema, se comparado aos demais.

Na primeira eleição analisada, houve apenas um tipo de postura diante do tema aborto. Porém, Dilma e Serra trazem ele como coadjuvante em suas acusações de calúnia. O aborto, marcado por um viés religioso, é o próprio fruto proibido do qual os candidatos buscavam se desvencilhar, para que, assim, pudessem vencer nas urnas.

Aliás, o assunto se mostrou essencial para o resultado da disputa, como constata Luna (2014).

A variedade de tratamento dado ao tema se inicia em 2014, com a repetição do viés religioso. Ao longo do debate, porém, ele ganha novas perspectivas. Eduardo Jorge e Luciana Genro trazem a preocupação com a saúde da mulher e a importância de se discutir o tema desde cedo, a partir do ensino nas escolas. Aécio mantém a postura de Dilma e Serra, favorável à legislação (BRASIL, 1940), obedecendo suas convicções — ainda que esse não fosse seu lugar de fala. O viés explicitamente religioso aparece, pela primeira vez, com Pastor Everaldo, em defesa da vida do feto.

Novamente, há um impasse sobre o tema em 2018. Dessa vez, a defesa que Marina faz da legislação (BRASIL, 1940) é amena, se comparada às anteriores. A candidata admite ampliações do texto a partir de um plebiscito; enquanto Boulos discorda de tal posicionamento, por considerar que a autonomia da mulher é essencial; logo, é questão da saúde da mulher.

Dessa forma, o tema transpassa por questões religiosas e da saúde da mulher. Nesse cenário, Dilma aparece como a única presidente eleita a discutir a questão, optando por adotar o tom religioso ao manter a legislação que foi criada a partir da premissa de se respeitar o direito do feto à vida (BRASIL, 1940). Pelo tempo limitado de fala, nenhum dos candidatos se aprofundou na temática. Apenas três deles consideraram as mulheres ao argumentarem. Dentre eles, dois homens.

Mais do que haver mulheres que ascendam da esfera doméstica para a pública (IZQUIERDO, 1992; FRIEDAN, 1971; PERROT, 1998), é fundamental que elas criem políticas voltadas para suas iguais e que conquistem a autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos. É importante, também, que exista debate nesse sentido e que se priorize as mulheres, pois são elas que continuam morrendo ao realizarem abortos clandestinos. Assim, torna-se obrigação do Estado encontrar soluções que, pelo menos, amenizem a situação.

Além disso, entende-se que, quando se trata especificamente do tema aborto, a laicidade das instituições políticas, defendida por Machado (2012), ganha maior relevância. Como pontuou Luciana Genro: “A gente precisa respeitar todas as religiões. E respeitar todas as religiões significa não permitir que nenhuma delas

interfira nas políticas públicas”. Afinal, a intervenção de uma tradição cristã não considera os problemas enfrentados contemporaneamente pelas mulheres.

Beauvoir (1980) identificou que a religião assume um papel distinto na vida das meninas. Na religião cristã, há Deus Pai e Cristo que, igualmente, seguem características viris masculinas — assim como os anjos que, embora não tenham sexo para os teólogos, recebem nomes masculinos. Na realidade concreta, os líderes religiosos são papas, bispos e padres, o que evidencia um padrão patriarcal que exalta a figura masculina em detrimento da feminina. Por essa razão, uma ideologia que coloca o homem no centro de tudo não pode ser usada para construir políticas democráticas que possibilitem a igualdade de gênero. Ainda assim, isso é um fenômeno observado, constantemente, na política nacional, o que se reflete nos discursos presidenciais analisados.

No Governo atual, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos já disse que a Igreja perdeu espaço na educação das crianças ao permitir que se abordasse a Teoria da Evolução nas escolas. Assim, há uma inversão de papéis, pois a ciência é vista como vilã e a religião cristã como a oprimida socialmente. Tal discurso é respaldado pelo Governo com as opiniões que o então presidenciável Bolsonaro já trazia nos debates. Por exemplo, quando se mostrou contrário à “ideologia de gênero” e favorável ao movimento Escola Sem Partido. Embora Bolsonaro não tenha discutido o tema aborto nos debates, em seu Governo foi proposta a abstinência sexual como solução para combater a gravidez precoce.

Por trazer duas perspectivas, o aborto não se enquadrou no tema saúde da mulher. Este não teve tanta relevância dentre os temas coletados, aparecendo apenas em três segmentos. Em 2010, a saúde da mulher aparece relacionada, principalmente, ao cuidado com as gestantes. Tal perspectiva reforça a ideia de que, em geral, as políticas públicas voltadas às mulheres carregam ideais familistas, descritos por Machado (2012), que priorizam o papel de mãe, presente na esfera doméstica da mulher (IZQUIERDO, 1992; FRIEDAN, 1971; PERROT, 1998). Quando se tenta fugir dessa abordagem — caso dos mutirões de saúde sobre varizes e a preocupação com as mulheres que utilizam o SUS —, não se tratam de questões específicas do grupo mulheres, embora elas sejam maioria.

Além disso, o tema reforma trabalhista, presente apenas em um segmento de 2018, aparece no mesmo sentido familista. Novamente, um candidato preocupa-se em evidenciar o papel da mulher como mãe. Não há problema em se preocupar com as possibilidades de as gestantes trabalharem em lugares insalubres; o problema é que se tornou uma constante trazer essa preocupação quando se refere às mulheres.

O segundo tema de maior destaque dentre os apresentados pelos presidenciáveis, a violência contra a mulher, apareceu em discussões ainda mais rasas que as trazidas pelo aborto. Dilma peca ao focar naquilo que foi feito para amenizar a questão, como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Ao se prender ao passado, deixa de lado a necessidade de propostas que possam ampliar o cuidado com as mulheres.

Os três homens que tratam do tema, no entanto, agem muito pior. Aécio e Alvaro Dias generalizam a questão, pois encaminham o assunto para uma discussão sobre segurança pública, ao invés de abordarem a violência contra a mulher. Já Daciolo não demonstra ter políticas nesse sentido. Somente coloca a necessidade de haver medidas “enérgicas” do Estado pois, segundo ele, isso tudo é reflexo da “falta de amor ao próximo”. Novamente, um viés religioso permeia um tema relativo à mulher.

Relacionado à questão, o estupro não teve tanta relevância nas falas dos presidenciáveis. Apareceu apenas em duas falas: a de Alvaro Dias e de Bolsonaro. O primeiro apenas trouxe dados equivocados sobre o aumento da violência; enquanto Bolsonaro sugeriu que fosse feita “castração química” em estupradores. Em seu Governo, porém, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos já se opôs à prática, dizendo que tal técnica não soluciona o problema, pois o ato libidinoso poderá acontecer de outras formas.

A terceira temática de maior destaque é a igualdade salarial, que também aparece, nos discursos, sem propostas de políticas futuras. Dessa vez, contudo, não houve um viés religioso. Aécio é único a tratar do assunto, em 2014. Ele apenas cita a necessidade de combater a desigualdade salarial em uma resposta à Dilma sobre o tema violência contra a mulher. Não fica clara qual a razão para a introdução do assunto, que sequer tem continuidade na sequência do confronto.

Os três candidatos que trataram da questão, em 2018, Alvaro Dias, Bolsonaro e Boulos, também não trouxeram soluções. Bolsonaro se distingue por dizer que o Estado não deve interferir na questão, ainda que essa esteja prevista nas Leis do Trabalho (BRASIL, 1943). Desse modo, o candidato eleito em 2018 se destaca por entender que a desigualdade salarial entre gêneros é algo que o mercado tem autonomia de regular por si só. Isso demonstra, portanto, que além de não propor nenhuma solução, não há hipótese alguma de interferir no problema.

A representação da mulher é o primeiro tema até aqui que aparece em apenas um debate. Assim, trata-se de um fenômeno das eleições de 2018, ano em que o eleitorado feminino era de 52,5% (TSE, 2018). Dos quatro candidatos que trouxeram a temática, três eram homens. Apenas Marina Silva representou as mulheres a partir da sua própria imagem. Os adversários, por sua vez, usaram da imagem de suas vices, como é o caso de Boulos e Alckmin; ou da imagem de mulheres do seu partido, como é o caso de Alvaro Dias. Dessa maneira, cada um deles buscou uma identificação com o eleitorado feminino.

Com um tema bastante similar, mas agora focado no título de primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil, apareceu nos debates o assunto mulher na política. Dilma e Marina fizeram menções de que havia chegado o momento de as mulheres alcançarem o título. A diferença é que, nesses casos, elas eram diretas sobre o envolvimento político; enquanto na representação da mulher havia apenas a ideia de que as mulheres pertenciam ao grupo feminino.

O machismo apareceu no debate sem qualquer contexto e serviu para que Boulos atacasse a imagem de Bolsonaro. Já a “Ideologia de Gênero”, que aparece no último segmento coletado, esclarece o fato de Boulos ter chamado Bolsonaro de machista. A “Ideologia de Gênero”, a qual o candidato Bolsonaro era contrário, faz parte das pautas do movimento Escola Sem Partido. O grupo, por sua vez, defende que a desigualdade de gênero, que resulta no machismo, não seja trabalhada nas escolas, em razão de uma perspectiva religiosa (BIROLI, 2018; SAFFIOTI, 2004).

O que se percebe, na fala dos presidenciáveis, é que há dois temas principais que atravessam todos os assuntos relativos às mulheres. Por primeiro, um viés religioso cristão, que justifica a maioria ter utilizado o *ethos* de Humanidade em Charaudeau (2008), ao se colocarem como líderes preocupados com as aflições do

povo. Em segundo, evidencia-se a separação entre as esferas públicas e domésticas. Em algumas falas, por exemplo, era reforçada a “mística feminina” com o tópico da maternidade, enquanto no mesmo debate havia afirmações no sentido de que a mulher estava pronta para ascender à esfera pública como presidente. Há, portanto, contradições de ideias nesse sentido, dentro dos discursos presidenciais (GUIMARÃES, 2005; IZQUIERDO, 1992; FRIEDAN, 1971; PERROT, 1998).

Tal contradição aparece, concretamente, ao se analisar a baixa representatividade da mulher na política brasileira. De um lado, está a falta de apoio dos partidos, que não estimulam candidaturas femininas na mesma proporção que as masculinas (DATASENADO, 2014; PANKE, 2016). Do outro, estão as “candidatas laranjas”, que surgem à medida que os partidos precisam cumprir com a “cota de gênero” (BRASIL, 1997), a qual estabelece ao menos 30% de mulheres disputando determinados cargos políticos. Assim, partidos submetem mulheres ao processo eleitoral apenas para cumprir tabela, fazendo com que o Brasil apresente resultados absurdos, como 16 mil candidatas sem nenhum voto, sequer o próprio, em 2016 (TSE, 2018).

Nesse contexto, os Debates Presidenciais se mostraram retratos superficiais dos temas relativos às mulheres. Ficou claro que os candidatos buscavam uma identificação com o público feminino, que são maioria entre os eleitores. No entanto, os temas abordados pelos candidatos são, em sua maioria, apresentados dentro de uma estrutura patriarcal machista, que mantém a mulher oprimida. Nota-se a falta de discussões sérias, que coloquem as mulheres como protagonistas dos temas relativos a elas, o que resultaria em políticas eficazes.

Dilma e Bolsonaro foram os presidentiáveis eleitos que participaram dos debates. A primeira demonstrou, nos programas, uma preocupação maior em pautar questões relativas às mulheres e evidenciar aquilo que construiu em prol delas. Já Bolsonaro seguiu opondo-se às demandas dos movimentos sociais feministas, o que se reflete em seu Governo até então, como é possível perceber em alguns paralelos com a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O cenário representa aquilo que Perrot (1998) disse e que abre as Considerações Finais. Vivencia-se, portanto, mulheres afastadas da política, distanciamento que é fortalecido na contemporaneidade com o *impeachment* de

Dilma. A religião interfere nas discussões que pertencem ao grupo das mulheres; e um militar assume o Governo em 2019, com pautas que fortalecem a barreira que separa o Estado dos movimentos sociais de mulheres.

Por tudo que foi dito, conclui-se que as mulheres precisam participar da política, para além da atuação nos movimentos sociais; pois em caso de ascensão de Governos contrários ao grupo, o diálogo deixa de existir e as pautas feministas são, gradualmente, silenciadas. É desse modo, também, que o direito da mulher à sua autonomia deixa de ser respeitado. Quando a igualdade for alcançada, a sociedade certamente melhorará pela cooperação mútua, de forma que todos e todas serão beneficiados.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da Campanha Eleitoral. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/a-historia-da-campanha-eleitoral.html>>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

ALBUQUERQUE. A. **Aqui você vê a verdade na tevê** – a propaganda política na televisão. Niterói: UFF, 1999.

Alves, J. E. D. A.; Pinto, C. R. J.; Jordão, F. (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ASSAM. Ana Beatriz. **Debate presidencial gera audiência na TV e nas redes sociais**. Estadão - Política. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,debate-presidencial-gera-audiencia-na-tv-e-nas-redes-sociais,70002443323>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AUER, J. Jeffery. **The counterfeit debates**. in KRAUS, Sidney (ed.). The great debates: background, perspectives, effects. Bloomington: Indiana University Press, 1962.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Editora Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1981.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 1989 - 1º turno - Parte 1 (17/07/89)**. 2018a. (17min48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4CsINDcleG4>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 1989 - 1º turno - Partes 1 e 2 (05/11/89)**. 2018b. (29min06s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pxvQWNVN-kM>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 1994 – 1º turno – Parte 1**. 2018c. (11min59s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hXJNqAKNaFI&t=146s>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2002 – 1º turno – Parte 1**. 2018d. (16min26s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kQ1XEGXCLUI&t=127s>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2006 – 1º turno – Parte 1. 2018e.** (12min49s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ByUfJYYMeuc&t=113s>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2006 – 2º turno – Lula X Alckmin - Parte 1.** 2018f. (18min34s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wQi6vWm5D5s>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2010 – 1º turno – Parte 1.** 2018g. (34min13s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d-VaA2CndX8&t=231s>>. Acesso em: 13 de maio 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2010 – 2º turno – Dilma X Serra - Parte 1.** 2018h. (23min46s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=maMq99hKcBI&t=162s>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2014 – 1º turno – Parte 1.** 2018i. (14min11s). Disponível em: <Debate na Band: Presidencial 2014 – 1º turno – Parte 1>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: Presidencial 2014 – 2º turno – Dilma X Aécio - Parte 1.** 2018j. (18min06s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZT7DN-dbJn8&t=428s>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

BAND, Jornalismo. **Debate na Band: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidenciais.** 2018k. (4h16min49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c&t=2533s>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BASTOS, Bruno. Médicos cubanos dizem que vieram ao Brasil 'por solidariedade, não por dinheiro'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1331608-medicos-cubanos-dizem-que-vieram-ao-brasil-por-solidariedade-nao-por-dinheiro.shtml>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

BENITES, Afonso. Pressionada por religiosos, Marina muda propostas para homossexuais. **El País**, Brasil, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/30/politica/1409428082_344003.html>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

BETTO, Frei. Aborto: Uma legislação em defesa da vida. **Gente de Opinião - Colunistas**. 2018. Disponível em: <<https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/frei-betto/aborto-uma-legislacao-em-defesa-da-vida-por-frei-betto>>. Acesso em: Outubro de 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia. Direito ao aborto e maternidade: gênero, classe e raça na vida das mulheres. **Rev Bras Cultura**, v. 223, p. 27-30, 2017.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausência e estereótipos. **Cadernos Pagu**, v. 34, p.269-299. 2010.

BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

BLOFIELD, Merike. Desigualdad y política en América Latina. **Journal of Democracy en Español**, 3, p. 58-74. 2011.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº PL 5398/2013**, de 17 de abril de 2013. Brasília, DF, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=572800>>. Acesso em: Março 2019. 2013a.

BRASIL. Código Penal do Império. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1830.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Promulgada em 18 de setembro de 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848/40**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452/43**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho, v. 4, 1943.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.086/13**, de 30 de agosto de 2013. Constituição. 2013b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 21.076/32**, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral. 1932.

BRASIL. **Lei nº 4.737/65**, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. 1965.

BRASIL. **Lei nº 9.099/95**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. In: EDITORA SARAIVA. Códigos Penal, Processo Penal e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, p. 676-686, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997, (Lei das Eleições). Estabelece normas para as eleições. 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.340/06**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). 2006.

BRASIL.. **Lei nº 11.977/09**, de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.467/17**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, 2017a.

BRASIL. **Lei nº 13.488/17**, de 06 de outubro de 2017. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. 2017b.

BRASIL. **Medida Provisória nº 543**, de 24 de agosto de 2011. Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. 2011a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.508/05**, de 1º de setembro de 2005. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **PEC 287/2016**, de 05 de dezembro de 2016. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília, 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 17/2017**, de 15 de fevereiro de 2017 (Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Institui o Programa Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância – No Âmbito do Município do Rio de Janeiro. 2017c.

BRASIL. **Resolução 12.424/11**, de junho de 2011. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2011b.

BRASIL. **Resolução 12.693/12**, de 24 de julho de 2012. Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009.

BRETAS, Valéria. Condenação no caso Maria do Rosário torna Bolsonaro inelegível?. **Revista Exame**, 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-inelegivel-caso-maria-do-rosario/>>. Acesso em: setembro de 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 236p. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CANDIDATOS a Presidente. Eleições 2018. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/candidatos/presidente.ghtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

CARAM, Bernardo. **Candidaturas de mulheres atingem 30% do total, mínimo exigido em lei**. Folha de S. Paulo: Eleições 2018. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/candidaturas-de-mulheres-atingem-30-do-total-minimo-exigido-em-lei.shtml>>. Acesso em: jan. 2019.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, C. O.; TINOCO, D.; ARAÚJO, V.. Tabu nas campanhas eleitorais, aborto é feito por 850 mil mulheres a cada ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tabu-nas-campanhas-eleitorais-aborto-feito-por-850-mil-mulheres-cada-ano-13981968>>. Acesso em: 26 de nov. 2019.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008. 328p.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.) **Da Língua ao Discurso**: Reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CONFIRA a entrevista dada por Bolsonaro em 2014, citada pelo candidato no Jornal Nacional. **GaúchaZH**, 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifyo8.html>>. Acesso em: 22 de out. 2019.

COSTA, Sarah Alves Moura. **Rede cegonha e a atenção à saúde da mulher em maternidade**. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, 2016.

COUTINHO, Mateus. PT oficializa no TSE candidatura de Haddad à Presidência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pt->

oficializa-no-tse-candidatura-de-haddad-presidencia-23059923>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo-SP. Editora brasiliense, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

DATASENADO. **Mulheres na política.** Cartilha: Procuradoria Especial da Mulher. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu; BERNARDES, José Carlos. **A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão.** Coimbra: Minerva, 1999, 1999.

DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do).** In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.

DEL PRIORE, Mary. A árvore e o fruto: um breve ensaio sobre o aborto na história. **Revista de Bioética – Conselho Federal de Medicina Brasília**, v. 2, n. 1, 1994.

DE TOLEDO, Cláudia Mansani Queda; JARDIM, Neymilson Carlos. A baixa representatividade feminina na política. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 47, n. 2, 2019.

DEARO, Guilherme. Band e RedeTV! cancelam debates entre Bolsonaro e Haddad. **Revista Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/band-cancela-debate-entre-bolsonaro-e-haddad-dessa-sexta-feira/>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

DEBATE Collor x Lula. **Memória Globo**, 1989?. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>>. Acesso em: abril de 2018.

DEBATE entre Dilma e Serra na Band tem média de quatro pontos de audiência. **O Globo**, 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/debate-entre-dilma-serra-na-band-tem-media-de-quatro-pontos-de-audiencia-4985985>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

DEBATE na Globo: 2º turno. **G1**, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/11/debate-na-globo-2-turno.html>>. Acesso em: abril 2018.

DILMA diz que nenhuma mulher é a favor do aborto e que prática é "ato desesperado". **UOL**, 2010a. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/18/dilma-diz-que-mulher-faz-aborto-por-desespero-e-nao-por-ser-favoravel-a-ele.jhtm>>. Acesso em: 17 de out. 2019.

DILMA mantém 39% e Serra, 34% em nova pesquisa Ibope. **G1**, 2010b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/dilma-mantem-39-e-serra-34-em-nova-pesquisa-ibope.html>>. Acesso em 14 de maio de 2019.

DONATH, Orna; VARGAS, Marina. Mães Arrependidas: uma outra visão da maternidade. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2017.

EDUARDO Campos morre em acidente de avião em Santos. **Carta Capital**, Santos, 13 de ago. de 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-campos-estava-em-aviao-que-caiu-em-santos-9376.html>>. Disponível em: abril de 2018.

ELEIÇÕES Presidenciais – 1998. **Memória Globo**, 1998?. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1998/eleicoes-presidenciais-1998-porque-nao-houve-debate.htm>>. Acesso em: abril 2018.

ELEIÇÕES Presidenciais – 2002. **Memória Globo**, 2002?. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-2002/um-debate-diferente.htm>>. Acesso em: abril 2018.

ELEIÇÕES, VJR. **3º Encontro dos Presenciáveis (Rede Bandeirantes 16/10/1989)**. 2018. (2h59m23s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ME42kd-2wOE>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

ESTIMULADA - votos válidos. **UOL**, 2010. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/pesquisas/2010/2turno/presidente.jhtm>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

FERNANDES, Talita. Por ordem judicial, Bolsonaro pede desculpas à deputada Maria do Rosário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/por-ordem-judicial-bolsonaro-pede-desculpas-a-deputada-maria-do-rosario-do-pt.shtml>>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015)**. 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em 23 nov. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)**. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em 20 dez. 2019.

FREITAS, Carolina; LEMOS, Rafael. Presidenciáveis fazem ensaio geral para debate decisivo. **VEJA**, 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presidenciaveis-fazem-ensaio-geral-para-debate-decisivo/>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina** [1963]. São Paulo: Vozes, 1971.

GANDIN, L. **Entre imagem e mito - A transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha presidencial de 2010**. 2012, 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GÓES, B.; JUNGBLUT, C.; BRESCIANI, E.; FERNANDES, L.. Centrão formaliza apoio ao tucano Geraldo Alckmin para disputa da Presidência. **O Globo**, 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/centrao-formaliza-apoio-ao-tucano-geraldo-alckmin-para-disputa-da-presidencia-22920399>>. Acesso em: 27 de out. 2019.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: a maior eleição da história**. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. O telespectador frente à televisão. Uma exploração do processo de recepção televisiva. **Faculdade Cásper Líbero. Comunicare-Revista de pesquisa**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, v. 5, n. 1, p. 10, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. Discours sur les Femmes Battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul. Paris: Université Paris V. **Sciences Humaines-Sorbonne**, 1988.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos Feminismos. Introdução à abordagem de Gênero. In Castillo-Martín, Márcia; Oliveira, Suely de (Org.) **Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher. Uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 80 e ss.

HILLARY reúne declarações machistas de Trump em vídeo. **Revista Exame**, 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/hillary-reune-declaracoes-machistas-de-trump-em-video/>>. Acesso em: jan. 2019.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, n. 1, p. 193-210, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p.

IBOPE mostra Dilma com 43% e Serra com 32% na disputa pela Presidência. **G1**, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/ibope-mostra-dilma-com-43-e-serra-com-32-na-disputa-pela-presidencia.html>>. Acesso em: 14 de maio 2019.

INMETRO. **Definições de Regulamento Técnico, Norma e Procedimento de Avaliação da Conformidade.** [20-?]. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/definicoes.asp>>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

ITABORAÍ, N.R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012):** uma perspectiva de classe e gênero. Tese. IERJ, UERJ, 2016.

IZQUIERDO, María Jesús. **Bases materiais del sistema sexo/gênero.** São Paulo: SOF, 1992.

JAIR Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

JIMENEZ, Keila. Audiência dos debates aumenta no segundo turno. **Folha de S. Paulo**, 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538143-audiencia-dos-debates-aumenta-no-segundo-turno.shtml>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

JUSTI, Adriana. Marido levou corpo da mulher para apartamento após queda do 4º andar em Guarapuava diz delegado. **G1**, Campos Gerais e Sul RPC Guarapuava, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/23/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-carregou-o-corpo-para-apartamento-apos-queda-do-4-andar-de-predio-diz-delegado.ghtml>>. Acesso em: Março de 2019.

LAGARDE, Marcela. **Feminicídio:** uma perspectiva global. Unam, 2006.

LAZARSELD, P. F. La campaña electoral ha terminado. In: MORAGAS, M. (Org.) **Sociologia da comunicação de masas.** Barcelona: Ed. Gustavo Gill, 1979.

LEI Maria da Penha pode ser aplicada mesmo sem queixa da vítima, diz STF. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/02/lei-maria-da-penha-pode-ser-aplicada-mesmo-sem-queixa-da-vitima-diz-stf.html>>. Acesso em: 26 de out. 2019.

LENER, Gerda. El origen del Patriarcado. In **La creacion del patriarcado.** Ed. Crítica, Barcelona, 1990.

LIMA, Alice Marina Lira, **Guerreiras, maternais e profissionais** - candidatas à presidência do Brasil no HGPE televisivo / Alice Marina Lira Lima – Curitiba, 2017.

LIMA, Alice Marina Lira; PANKE, Luciana. DA PRIMEIRA CANDIDATA À PRIMEIRA ELEITA À PRESIDÊNCIA DO BRASIL: tipologias femininas no HGPE de TV de Livia Maria e de Dilma Rousseff. In: *Compólitica*, 2017, Porto Alegre. **Anais do VII Compólitica**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017. v. 7.

LIMA, Venício A. A história se repete. Outra vez, uma vez mais. **Observatório da Imprensa**, 2014. Disponível em: < observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed806_a_historia_se_repete_outra_vez_uma_vez_mais/>. Acesso em: 24 de out. 2019.

LUNA, Nara. A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010. **Caderno CNH**: v. 27, n. 71. p. 367-391, Salvador, 2014.

MACHADO, Maria das Dores dos Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25-54. Brasília. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100003>>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOSO, Camila; NOGUEIRA, Italo; BRAGON, Ranier. Bolsonaro emprega servidora fantasma que vende açaí em Angra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949719-bolsonaro-emprega-servidora-fantasma-que-vende-acai-em-angra.shtml>>. Acesso em: 25 de out. 2018.

MAZUI, G.; CASTILHOS, R.. Governo desiste da votação da Previdência e anuncia nova pauta prioritária no Congresso. **G1 e TV Globo**. Brasília. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-desiste-da-votacao-da-previdencia-e-anuncia-nova-pauta-prioritaria-no-congresso.ghtml>>. Acesso em: 01 Julho de 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação**: como extensões do homem. Editora Cultrix, 1974.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pronatec atendeu 7,3 milhões, e meta é atingir 8 milhões este ano**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/20508-pronatec-atendeu-73-milhoes-e-meta-e-atingir-8-milhoes-este-ano>>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede Cegonha: Sobre o Programa**. 2017. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-cegonha/sobre-o-programa>>. Acesso em: nov. de 2019.

MODZELESKI, Alessandra. Lula tem 33%, Bolsonaro, 15%, Marina, 7%, e Ciro, 4%, aponta pesquisa Ibope. **G1**, 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/lula-tem-33-bolsonaro-15-marina-7-e-ciro-4-aponta-pesquisa-ibope.ghtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

MOREIRA, Gabriela. Mulher de Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma. **Estadão**, 2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

NASCIMENTO, R. MOURA, R. R. Estado da arte da temática mulheres e mídia política: Pesquisas Científicas em torno da presença da mulher nos debates presidenciais. **Diálogos Possíveis** (Salvador), v 17, p. 88-100, 2018.

OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de. A teoria hipodérmica. In: **SOUZA, Rose Maria Vidal de; MELO, José Marques de; MORAIS, Osvando J. de.(org.) Teorias da comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino. São Paulo: INTERCOM**, 2014.

OLIVEIRA, Monique. STF faz audiências públicas sobre descriminalização do aborto; entenda o processo e o que está em disputa. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/03/stf-faz-audiencias-publicas-sobre-descriminalizacao-do-aborto-entenda-o-processo-e-o-que-esta-em-disputa.ghtml>>. Acesso em: 12 de dez. 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2000.

ORTIZ, Délis. Presidente Dilma inaugura porto em Cuba financiado pelo BNDES. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/01/presidente-dilma-inaugura-porto-em-cuba-financiado-pelo-bndes.html>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

PAIXÃO, Ivan. Aborto: aspectos da legislação brasileira. In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir-CDD**. p. 197-212, 2006.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. I. ed. – Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PARAGUASSU, L.; MATAIS, A.; FABRINI, F. Petrobrás abriu mão de cobrar 'calote' da Venezuela em obras de refinaria. **Estadão**: Brasília, 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,petrobras-abriu-mao-de-cobrar-calote-da-venezuela-em-obras-de-refinaria-imp-,1144316>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual (1988)**. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PAULUZE, T.; HIAR, R.; ESTARQUE, M.. Polícia de SP acha corpo de PM desaparecida em Paraisópolis. **Folha de S. Paulo**: São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/pm-encontra-corpo-em-sp-que-pode-ser-de-soldado-sumida-em-paraisopolis.shtml>>. Acesso em: Março 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 50, 2017.

PENNAFORT, Roberta. Mulheres vão mais ao médico que homens, mostra IBGE. *Estadão*, 2015. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-vao-mais-ao-medico-que-homens--mostra-ibge,1698459>>. Acesso em: Março 2019.

PEROTTI, Denise. Crítica do PT, socióloga diz que inventou Ursal em 2001 como ironia. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml>>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**, trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo, UNESP, 1998.

PESQUISA Ibope: Lula, 37%; Bolsonaro, 18%; Marina, 6%; Ciro, 5%; Alckmin, 5%. *G1*, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/20/pesquisa-ibope-lula-37-bolsonaro-18-marina-6-ciro-5-alckmin-5.ghtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

REGO, Walkiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PIRES, Breiller. A seleção dos filhos sem pai. *El País Brasil*, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/deportes/1529536206_588160.htm>. Acesso em: Março de 2019.

POLÍTICA, Diler2006. **Debate: Presidente Brasil - Band (15/08/1989) [1]**. 2013. (4m11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K6hXIGBjsMA>>. Acesso em: 13 maio 2019.

PRESIDENCIÁVEIS evitam temas espinhosos em debate e focam em propostas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/09/803952-presidenciaveis-evitam-temas-espinhosos-em-debate-e-focam-em-propostas.shtml>>. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

PRESSE, France. Lula apoia candidatura de Maduro nas eleições na Venezuela. *G1*, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/lula-apoia-candidatura-de-maduro-nas-eleicoes-na-venezuela.html>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

PRIMEIRO debate entre presidenciais deixa Band em 3º lugar no Ibope. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1506543-primeiro-debate-entre-presidenciaveis-deixa-band-em-3-lugar-no-ibope.shtml>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

PROTESTOS contra Bolsonaro ocorrem em 26 estados e DF; atos a favor, em 16. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contra-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. IN: RINCÓN, Omar. (org.) **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latinoamericano de Meios de Comunicação, 2002. p.13-39.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.506-514, jul. 1995.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e dignidade da vida das mulheres. In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir**, p. 23-40, 2006.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. In: **Gênero, patriarcado, violência**. 2004.

SAFFIOTI, H. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**; São Paulo: FCC, p. 183-215, 1992.

SANTOS, Cecília MacDowell. Transnational Legal Activism and the State: Reflections on Cases against Brazil in the Inter-American Commission on Human Rights, **SUR-International Journal on Human Rights**, v. 7, 29-59, 2007.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Women's police stations: gender, violence, and justice in São Paulo, Brazil**. Springer, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, dez. 1995.

SILVEIRA, Daniel. Em ranking de 190 países sobre presença feminina em parlamentos, Brasil ocupa a 152ª posição. **G1**, 2018. Disponível: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml>>. Acesso: jan. 2019.

SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. **Revista Gênero, Niterói**, v. 2, n. 2, p. 7-26, 2002.

THOMSON, Judith Jarvis. Uma defesa do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 145-163, 2012.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **DivulgaCand 2014: aumenta participação das mulheres na política brasileira**. 2014.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro**. 2018.

VASCONCELLOS, Fábio. **Do confronto à conciliação**: debates presidenciais na TV como eventos persuasivos de campanha. 2013. 245f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, Fábio. Quem se importa com os debates eleitorais na TV?. **Rio de Janeiro: IV Encontro da Compólitica**. p. 1-26, 2011.

VEIGA, Luciana Fernandes; SOUZA, Nelson Rosário de; SANTOS, Sandra Avi dos. **Debate presidencial**: as estratégias de Lula e Alckmin na TV Bandeirantes. 2007.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para el análisis de la mediatización**. 1997.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; SANTOS, Thiago Borba Calixto dos. Castração química: alternativa para os crimes contra a liberdade sexual. **Revista Jurídica Consulex**, ano XII, n. 272, p. 18-20, 2008.

WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmen R.. Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Mídia, representação e democracia no Brasil - estudos sobre comunicação política**. São Paulo: Hucitec, v. 1, p. 162-194, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.535-549, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. Disputas de poder no campo midiático: jogos e estratégias da ação política. In **Eleições Midiáticas**: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa. Ed. UEPG, Ponta Grossa, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Martins Fontes, 2003.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais, p. 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, intitulada “Construção do *ethos* nos debates presidenciais: A interferência de temas relativos as mulheres na criação da imagem dos candidatos à presidência do Brasil em 2010, 2014 e 2018” que tem como objetivo retratar como os candidatos à Presidência do Brasil utilizaram dos temas referentes as mulheres para construir sua imagem.

A pesquisa está sendo realizada pela discente **Rafaelly do Nascimento**, Registro Acadêmico nº 3100118018003 sob a supervisão e orientação da professora **Dr^a. Reidy Rolim de Moura**. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada a coleta dos discursos emitidos pelos candidatos à Presidência durante os Debates Eleitorais da Rede Bandeirantes de televisão nas disputas de 2010, 2014 e 2018. Estes dados posteriormente serão detalhados a partir da técnica metodológica de Análise de Discurso.

Esta pesquisa não prevê riscos aos participantes, pois aquilo que for analisado trata-se de domínio público. Portanto, o conteúdo não foi concedido a pesquisadora, logo, ela não é a responsável por possíveis falas que firam a imagem destes candidatos, tampouco pelas estratégias discursivas utilizadas para desconstruir a imagem do adversário.

Não há benefícios diretos aos candidatos. Mas social, à medida que se traçará essa representação feminina nos debates, porém, estas mulheres beneficiadas não são o objeto de estudo.

Para participar da pesquisa é necessário que o candidato a participante esteja de acordo com este termo e tenha suas dúvidas sanadas sobre todos os aspectos pertinentes a pesquisa que lhe interessem e devam ser explicitados seguindo o rigor da legislação.

Eu, _____ recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo. Declaro que também fui informado:

- ✓ Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa;

- ✓ De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal e nem para o atendimento prestado a mim;
- ✓ Da garantia que não serei identificado quanto a divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa;
- ✓ Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido. Em caso de dúvida ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora Rafaelly do Nascimento - contato telefônico: (42) 99928-1100 – e-mail: rafaellycel7@gmail.com.

Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido (02 laudas), ficando outra via com a pesquisadora.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Ponta Grossa, _____ de _____ de 2019.⁵

⁵ Ainda que a pesquisa não apresente entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aparece aqui em razão das exigências para aprovação do Projeto no Comitê de Ética, como consta no Anexo A da Dissertação.

APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS

Livro de Códigos:
Debates Presidenciais da Bandeirantes – 2010, 2014 e 2018

Id Geral – Identificador Sequencial de todos os segmentos dos programas coletados

Data/Horário: indica a data no formato dd/mm/aa e hora em Xh

Id por debate: número de segmentos dentro do debate

Emissora: indicar por extenso de que emissora se trate o debate, para caso de haver mais de uma

Mediador: indicar por extenso o nome do mediador que irá conduzir o programa

Bloco: indicar em qual bloco se passa o segmento

Tema: identificar e pontuar por extenso de que tema se trata o segmento, considerando o que definido pela emissora, e em caso de perguntas livres, do que mais se aproxima

Tema Livre ou Definido: indica a origem do tema, se parte do candidato e é livre ou se é determinado pela produção do debate

Tema	Livre	Definido
Tema X	0	1
Tema Y	1	0

Orador: nome por extenso do autor da fala daquele segmento

Tipo de orador: em qual modalidades se enquadra o enunciador do segmento, dentro dos possíveis personagens que compõe um debate presidencial

Tipo de orador	
Candidato	1
Jornalista	2
Mediador	3
Representante da comunidade	4
Outros	5

Partido: caso seja um orador do tipo candidato, indicar por extenso a qual partido pertence o enunciador do segmento. Se não for, colocar 0

Veículo: caso seja um jornalista, indicar por extenso a qual veículo de pertence o enunciador do segmento. Se não for, colocar 0

Comunidade: caso seja um representante da comunidade, indicar por extenso qual grupo social esse orador representa. Se não for, colocar 0

Tipo do Candidato: caso o orador do segmento seja um candidato, classifique-o dentro de uma das seguintes categorias:

Categoria	Código	Definição
Sem mandato	1	Disputa a eleição sem nenhum cargo público.
Ocupante de cargo não eletivo	2	Ministro, secretário, diretor de estatal, etc.
Ocupante de outro cargo eletivo	3	Deputado estadual, conselheiro eleito.
Candidato à reeleição	4	Deputado em disputa pela manutenção do cargo.

Formato da fala: Classificar conforme o segmento coletado

Categoria	Código
Apresentação	1
Pergunta	2
Resposta	3
Réplica	4
Tréplica	5
Considerações finais	6
Encerramento	7
Interrupção	8
Outros	9

Linguagem: a forma como se apresentam os candidatos se classifica em (VEIGA; SOUZA; SANTOS, 2007):

Categoria	Código	Definição
Informativa	1	Traz apenas informações.
Didática	2	Há interpretação do orador a respeito das informações.
Ataque	3	Há o objetivo de atacar o adversário, sem existir um aprofundamento no tema discutido.

Dimensão Temporal: o tema é trazido pensando a longo ou curto prazo:

Categoria	Código
Passado/Presente	1
Futuro	2
Indefinido	3

Candidatos que participaram do Debate: o nome de todos os candidatos que participaram daquele debate

Duração do Programa: duração total do programa, sem considerar os intervalos comerciais

Observações: aquilo que julgar pertinente e não tenha se enquadrado em nenhuma das variáveis anteriores

ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Construção do ethos nos debates presidenciais: A interferência de temas relativos as mulheres na criação da imagem dos candidatos à presidência do Brasil em 2010, 2014 e 2018

Pesquisador: Rafaelly do Nascimento

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 12193619.5.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.344.882

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa se refere como os candidatos à Presidência do Brasil utilizaram dos temas referentes as mulheres para construir sua imagem. Utilizando como corpus de análise os discursos emitidos durante os debates eleitorais transmitidos pela Rede Bandeirantes nos primeiros e segundos turnos de 2010, 2014 e 2018. Para isso, será utilizada da metodologia da Análise de Discurso de linha francesa, concentrando-se na classificação de ethos de Charaudeau (2008). Percebendo assim de que personagens se vestem esses atores políticos ao discursarem para seus eleitores. Entendendo que, a medida que criam um ethos ou desconstroem um imagem a partir do antiethos, estes candidatos também estarão reforçando estereótipos ou transformando estigmas, ao passo que tem como aliado o poder midiático televisivo, que dá suporte ao formato selecionado para análise.

Dessa forma, durante a Análise de Discurso realizada a partir do que é dito durante os programas, será possível identificar e classificar a construção da imagem dos presidenciáveis.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral analisar como os candidatos à Presidência do Brasil utilizaram dos temas referentes as mulheres para construir sua imagem nos debates transmitidos em 2010, 2014 e 2018 pela Bandeirantes no primeiro e segundo turno eleitoral.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.344.882

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Não se aplica

Benefícios

Traçar o perfil da representação feminina nos debates presidenciais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa apresenta a metodologia que irá aplicar na consulta das falas dos candidatos à presidência dos Brasil, em um período pré-determinado, bem como será a análise dessas falas

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Dispensa de TCLE

Os demais termos estão corretamente apresentados

Recomendações:

Dispensa de TCLE

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1325728.pdf	17/04/2019 14:41:24		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	17/04/2019 14:38:36	Rafaelly do Nascimento	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	17/04/2019 14:33:25	Rafaelly do Nascimento	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	17/04/2019 14:32:06	Rafaelly do Nascimento	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvararanas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.344.882

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 23 de Maio de 2019

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br